
 <p>PPGEDAM</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA - PPGEDAM</p>	 <p>NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE HUMANA - UFRPA</p>
--	--	---

Henrique Rodrigues de Miranda

Planejamento Participativo, Desenvolvimento Local e Metodologias Participativas: projetos de intervenção e participação em pequenas comunidades rurais da Amazônia Paraense.

Belém
Novembro 2009

Henrique Rodrigues de Miranda

**Planejamento Participativo, Desenvolvimento Local e
Metodologias Participativas: projetos de intervenção e participação
em pequenas comunidades rurais da Amazônia Paraense.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia como requisito básico para a obtenção do título de mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão Ambiental,

Sublinha: Desenvolvimento Territorial e Ações Públicas Locais.

Belém
Novembro 2009

Henrique Rodrigues de Miranda

**Planejamento Participativo, Desenvolvimento Local e
Metodologias Participativas: projetos de intervenção e participação
em pequenas comunidades rurais da Amazônia Paraense.**

Projeto de dissertação apresentado para obtenção do grau de mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão Ambiental

Sublinha: Desenvolvimento Territorial e Ações públicas locais.

Aprovado em: 03/11/2009

Conceito: **Excelente**

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho – Orientador
NUMA/Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha – Membro
NUMA/Universidade Federal do Pará
Examinador Interno

Pesq. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto – Membro
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
Examinador Externo

Belém
Novembro 2009

Aos meus pais Diógenes e Quitéria, que tanto lutaram por minha vida e que tão pouco usufruíram dela.

Agradecimentos

À minha companheira Mariceli, pelo companheirismo e apoio irrestrito, pelas cansativas revisões e os animados compartilhamentos teóricos.

Ao meu filho Luiz Henrique pelas inestimáveis ajudas virtuais e informáticas na elaboração desse trabalho.

À minha irmã Miriam, pela entusiástica ajuda na pesquisa de campo e a cansativa revisão gramatical da dissertação.

À comunidade de Itacoã-Miri e aos inúmeros amigos que lá possuo, pelo apoio carinhoso e pelas horas de interação para reconstruir sonhos, apesar de todas as adversidades já enfrentadas.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho, pela competência, dedicação e paciência para com este orientando um tanto rebelde.

Ao Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha, pelas ajudas cognitivas e pelos apoios logísticos fornecidos através do Núcleo de Meio Ambiente – NUMA, para a pesquisa de campo.

Ao Pesq. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto, pela minuciosa leitura da dissertação e pelas valiosas contribuições críticas ao trabalho final.

Não é a consciência do homem que lhe determina o ser,
mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência
(Karl Marx).

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na
palavra, no trabalho, na ação-reflexão
(Paulo Freire).

Resumo

O Estudo examina as possibilidades e os limites do planejamento participativo como um instrumento para o desenvolvimento local em comunidades rurais da Amazônia, a partir de suas potencialidades locais (redes de relações sociais e institucionais e recursos naturais) e das relações territoriais com sua área de entorno. Em particular, o estudo analisa uma comunidade quilombola denominada Itacoã-Miri, localizada no município de Acará, Estado do Pará. A questão central da pesquisa é: em que medida a participação das pessoas em um projeto de desenvolvimento comunitário significa a incorporação do conhecimento empírico local e as demandas da comunidade para legitimar um processo de planejamento? O arcabouço teórico é alicerçado na seguinte literatura: (a) significados e inter-relações entre planejamento, desenvolvimento e participação; e, (b) conhecimento informal para alternativas de desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, a pesquisa também considera os conceitos de redes sociais e organizações locais por suas relações com a discussão principal da pesquisa. O arcabouço teórico foi utilizado para entender as relações que tem sido estabelecidas entre instituições governamentais e organizações locais (associações, grupos de produção, cooperativas, etc.) e também entre atores governamentais locais e as pessoas da comunidade para a construção de projetos de desenvolvimento local usando o approach de planejamento participativo. O foco principal é a Amazônia Brasileira. As unidades de análise foram o grupo social que foi formado para elaboração do projeto de desenvolvimento local e o processo participativo levado a cabo por este grupo para a construção do projeto em causa. Isto por três razões básicas: primeiro, porque um grupo social se apresenta como a arena política onde os atores sociais interagem entre si; segundo, porque o grupo social é o espaço onde os atores sociais implementam os seus significados de participação social; e, terceiro, porque é dentro do grupo social que internas e externas (e também formais e informais) relações ocorrem para fazer efetivo o planejamento participativo. O estudo conclui que a maioria do planejamento comunitário e regional levado a cabo pelo governo federal e estadual entre as décadas de 1970 e 1990 não obtiveram êxito por três razões: (1) primeiro, porque havia lacunas entre as demandas das populações locais e as ações dos governos; (2) segundo, o planejamento regional não levou em consideração as diferenças interculturais entre a população local e os agentes do estado; e, (3) terceiro, a falta de um instrumento participativo para envolvimento das pessoas no processo de planejamento. O estudo aplicou um arcabouço metodológico inovativo para participação das pessoas da comunidade no processo de planejamento de projeto e encontrou que a população local tem uma significativa capacidade cognitiva para participar a partir de seu conhecimento empírico. Encontrou, também, que este conhecimento é resultado do envolvimento histórico da comunidade em diversos espaços de interação com atores externos (organizações governamentais e não governamentais). Entretanto, o estudo mostra que o macro cenário político tem significativa (positiva e negativa) influencia no nível de participação das pessoas em um processo de planejamento.

Palavras-chave: Desenvolvimento local, Planejamento participativo, Metodologias participativas, Participação social.

Abstract

This study examines possibilities and constraints of participatory planning as a tool for building local (community) development at Amazonian rural communities from their local potentialities (social and institutional networks and natural resources) and territorial links to their neighbourhood area. Particularly, the study analyses a *quilombola* community called Itacoã-Miri located at *município* of Acará, Pará State. The research central question is: to what extent does people participation on community development project mean incorporation of empirical local knowledge and community demands to legitimate a planning process? The theoretical framework is based on the following literature: (a) meanings and interrelationships between planning, development and participation; and, (b) informal knowledge for sustainable development choices. In addition, the research also takes into account the concepts of social networks and local organisation for their links to the main research debate. The theoretical framework has been used to understand the links that has been established between governmental institutions and local organisations (associations, groups of production, co-operatives, etc.) and also between local government actors and ordinary people for building up local development projects using the approach of participatory planning. Its particular focus is on the Brazilian Amazonia. The unities of analysis were a social group that was formed to build up a local development project and the participatory process carried out by them to raise the project. This was for three basic reasons: Firstly, because a social group is the political arena where individual actors interact between each other; secondly, because it is the arena where social actors implement their meaning of social participation; and, thirdly, because is inside a social group that internal and external (and also formal and informal) relationships take place to make participatory planning effective. The study concludes that most of regional and community planning carried out by federal and regional government from 1970s to the end of 1990s failed for three reasons: (1) firstly, because there were gaps between local people demands and government actions; (2) secondly, the regional planning did not take into account the intercultural differences between local people and government staff; and (3), thirdly, the non-existence of a participatory tool for people involvement in the planning process. The study applied an innovative methodological framework for community people participation in project planning and then found that local people have great cognitive capacity to participate from their empirical knowledge and that their knowledge is a result of their historical involvement with diverse spaces of interaction with external (governmental and non-governmental organisations) actors. However, the study shows that macro political scenario has large (positive and negative) influence on the level of people participation in a planning process.

Keywords: Local development, Participatory planning, Participatory methodologies, Social participation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: INICIANDO O DEBATE	12
1. DISCUTINDO DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	20
1.1. As concepções de desenvolvimento.....	21
1.2. Desenvolvimento no Brasil e na Amazônia brasileira.....	25
1.2.1. Planejamento no Brasil e na Amazônia brasileira.....	27
1.3. O planejamento para o desenvolvimento.....	29
1.4. Desenvolvimento, planejamento e economia local: os APL's.....	32
1.5. Entendendo o Planejamento Participativo	36
1.6. Planejamento participativo, cultura de participação e desenvolvimento comunitário	38
1.7. Saber empírico, Organização e Participação.....	43
1.8. Conclusão	44
2. O PERCURSO METODOLÓGICO E DE REFLEXÃO CRÍTICA	49
2.1. O Estudo de Caso.....	50
2.2. Itacoã-Miri: o caso de pesquisa	52
2.3. O Diagnóstico Rápido Participativo - DRP	55
2.3.1. A observação.....	56
2.3.2. A integração	58
2.3.3. A compreensão.....	60
2.3.3.1. A Matriz Lógica para Identificação do Perfil Comunitário - MLIPC.....	61
2.3.3.2. A Análise de Redes Sociais - ARS	64
2.3.3.3. A Matriz Lógica para Identificação Territorial - MLIT.....	66
2.3.3.4. A Matriz Lógica para Identificação dos Arranjos Produtivos Locais - MLIAPL.....	68
2.4. A observação participante.....	70
2.5. A reflexão crítica e a triangulação de métodos e dados	72
2.6. Conclusão	75
3. O CENÁRIO DE ITACOÃ-MIRI: HISTÓRIA, PARTICIPAÇÃO E CONFLITO.....	80
3.1. Um pouco da história local.....	81
3.2. O perfil comunitário de desenvolvimento atual.....	98
3.2.1. Condições de Trabalho e Renda.....	99
3.2.2. Os eixos do desenvolvimento local	100
3.2.3. As práticas sociais, normas e relações de confiança.....	107
3.2.4. As relações territoriais	117
3.2.5. As potencialidades econômicas	121
3.2.6. O horizonte da negociação.....	130
3.3. Conclusão	136
4. CULTURA DE PARTICIPAÇÃO E FUTURO COLETIVO	137
4.1. A cultura local de participação em anomia inovacionista.....	137
4.2. Saber empírico, planejamento e desenvolvimento comunitário.....	140
4.3. Redes sociais, planejamento e desenvolvimento comunitário	142
4.4. Metodologias, planejamento e desenvolvimento comunitário.....	144
4.5. Conclusão	145
CONCLUSÃO: RETOMANDO AS QUESTÕES CENTRAIS E REFLETINDO SOBRE OS RESULTADOS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXOS	159
ANEXO I: Relação de Informantes Qualificados da pesquisa	159
ANEXO II: Conteúdos do Guião para Entrevistas Estruturadas	160
ANEXO III: Matriz Lógica de Identificação do Perfil Comunitário-MLIPC.....	161
ANEXO IV: Matriz Lógica de Identificação Territorial - MLIT.....	166
ANEXO V: Matriz Lógica de Arranjos Produtivos Locais – MLIAPL.	169
ANEXO VI: Resultados da pesquisa documental sobre participação associativa (com repetição de evento).....	172
ANEXO VII: Projeto Participativo de Desenvolvimento Local (resumo).....	179
ANEXO VIII: Processo de construção de sociogramas para ARS	187
ANEXO IX: Cadastramento dos moradores para os subprojetos elaborados	189

Lista de quadros

Quadro 1: Temas mobilizadores identificados na participação associativa local	60
Quadro 2: Estrutura da Matriz Lógica para Identificação do Perfil Comunitário-MLIPC	64
Quadro 3: Estrutura da Matriz Lógica para Identificação Territorial - MLIT	67
Quadro 4: Estrutura da Matriz Lógica para Identificação de APL's - MLIAPL	69
Quadro 5: Avaliações Médias dos Eixos de Desenvolvimento, segundo a MLIPC	101
Quadro 6: Avaliações Médias do Eixo Capital Socioambiental, segundo a MLIPC	102
Quadro 7: Avaliações Médias do Eixo Capital Produtivo, segundo a MLIPC	103
Quadro 8: Avaliações Médias do Eixo Governança, segundo a MLIPC	104
Quadro 9: Avaliações Médias do Eixo Capital Social, segundo a MLIPC	105
Quadro 10: Avaliações Médias do Eixo Capital Humano, segundo a MLIPC	106
Quadro 11: Rede social primária para ARS em Gestão Associativa	107
Quadro 12: Rede social primária para ARS em fruticultura	111
Quadro 13: Rede social primária para ARS em Cultivos de Roçados	112
Quadro 14: Rede social primária para ARS em Apicultura	113
Quadro 15: Rede social primária para ARS em Produtos de Higiene e Limpeza	114
Quadro 16: Rede social primária para ARS em Serviços Estéticos	115
Quadro 17: Relação dos inscritos nos subprojetos planejados, por gênero	116
Quadro 18: Avaliações Médias das relações territoriais, segundo a MLIT	119
Quadro 19: Referenciais da organização dos resultados da MLIAPLS	121
Quadro 20: Ranking final das atividades econômicas, conforme a MLIAPLS	123
Quadro 21: Avaliação da atividade de Produção de Açaf	124
Quadro 22: Avaliação da atividade de Produção de Mel	126
Quadro 23: Avaliação da atividade de Produção de Pescado	127
Quadro 24: Avaliação da atividade de Produtos de Higiene e Limpeza	128
Quadro 25: Avaliação da atividade de Produção de Frutas Regionais	129
Quadro 26: Composição dos grupos temáticos de trabalho escolhidos	134

Lista de tabelas

Tabela 1: Renda média mensal (individual e familiar), 2008	99
Tabela 2: Situação laboral dos indivíduos cadastrados, 2008	100
Tabela 3: Resultados locais da Matriz MLIAPLS	122

Lista de figuras

Figura 1: Situação geográfica de Itacoã-Miri	54
Figura 2: Localização geográfica dos projetos piscícolas na comunidade.	86
Figura 3: Avaliações Médias das relações territoriais, segundo a MLIT	120

Lista de gráficos

Gráfico 1: Fluxograma metodológico	17
Gráfico 2: Relação população residente x Frequência média das Assembléias Associativas	97
Gráfico 3: Frequência Média nas Assembléias associativas por áreas de interesse	98

Lista de siglas e abreviaturas

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia

APL – Arranjos Produtivos Locais

APLS – Arranjos Produtivos Locais de Subsistência

ARS – Análise de Redes Sociais

Associação Quilombola – Associação dos Agricultores Quilombolas da Comunidade de Santa Maria de Itacoã-Miri

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

DRR – Diagnóstico Rural Rápido

DTP – Diagnóstico Territorial Participativo

ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Brasil em 1992

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IECO - Interações territoriais econômicas

ISOPO – Interações territoriais Sociais e Políticas

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

MLIAPL – Matriz Lógica para Identificação de Arranjos Produtivos Locais

MLIPC – Matriz Lógica para Identificação do Perfil Comunitário

MLIT – Matriz Lógica para Identificação Territorial

NUMA – Núcleo de Meio Ambiente da UFPA.

ONG – Organização não-governamental

OP – Observação Participante

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POEMA – Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia

PPGEDAM – Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RSF – Roçados Sem Uso do Fogo

SAF – Sistema Agroflorestal

SEBRAE – Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário

UFPA – Universidade Federal do Pará.

INTRODUÇÃO: INICIANDO O DEBATE

Este estudo buscou a compreensão de como se dá a participação das pessoas de comunidades tradicionais na elaboração de projetos para o desenvolvimento local e a incorporação do saber dessas populações neste instrumento de planejamento como forma de enriquecê-los e legitimá-los. Para tal escolheu-se como lócus do estudo a comunidade rural quilombola de Itacoã-Miri, localizada na Amazônia paraense, próximo à confluência dos rios Guamá e Acará, pertencente administrativamente ao município de Acará, mas situada no entorno da capital paraense (Belém).

A escolha do tema e do lócus da pesquisa se deu em função de que a partir da Eco 92 (realizada no Brasil) a concepção de desenvolvimento sustentável com base nos territórios locais e suas potencialidades endógenas passou a ser mais intensamente discutida e operacionalizada mediante projetos locais participativamente construídos, através de Organizações Não-Governamentais – ONG's e universidades. Estas ações ocorreram como resposta das discussões em torno das crises econômicas, sociais e ambientais geradas pelo modelo de desenvolvimento utilizado historicamente com ênfase no crescimento econômico, no uso predatório dos recursos naturais, no planejamento centralizado no Estado e nas forças sociais hegemônicas. E em face disso, embora a região amazônica possua recursos naturais estratégicos importantes, estas mudanças pretendidas enfrentam significativas condições adversas, a saber:

- a) as práticas centralizadoras do Estado, em qualquer de suas instâncias e principalmente nos governos locais, limitam intencionalmente a participação social ampla (COELHO e all, 2006);
- b) as estratégias políticas tradicionais presentes na sociedade política, baseadas no clientelismo e na reserva gratuita de dominação (valores sociais herdados do passado e que facilitam a aceitação do *status quo* por parte das classes subalternizadas) (MITSCHHEIN, MIRANDA e PARAENSE, 1989), inibindo as iniciativas participativas;
- c) o modelo econômico historicamente adotado, e ainda em plena vigência, com base na lógica capitalista e no antropocentrismo pragmático-utilitarista (VIEIRA, 1989), gerando concentração de renda e poder político, impactos ambientais desastrosos e desigualdades sociais que reforçam as dificuldades de inserção da população pobre na esfera política;

- d) redes sociais frágeis, em função das altas e constantes taxas de migração interna e de migrações externas para a região, as quais, por sua diversidade cultural e geográfica, limitam a consolidação de identidades coletivas (MIRANDA, 2007);
- e) a auto-organização incipiente das coletividades, em decorrência de todas as adversidades já citadas, que alimentam a reserva gratuita de dominação, reforçando o Estado centralizador e as práticas políticas tradicionais (MITSCHIN, MIRANDA e PARAENSE, 1989; COELHO e all, 2006; MIRANDA. 2007); e
- f) completando estas dificuldades, apresenta-se a questão dos agentes de desenvolvimento, trabalhadores sociais que, por serem formados nas instituições da sociedade hegemônica, quase sempre não conseguem estabelecer relações emancipadoras com os segmentos mais carentes de inclusão social e política (FREIRE, 1987).

Nesta realidade contraditória (propostas de mudança estrutural em um universo de características conservadoras), hoje se fortalece, gradativamente, a necessidade de integrar racionalmente os vários segmentos sociais e estes com o ambiente comum de sobrevivência na busca do desenvolvimento sustentável com base nos recursos locais. Como meio de superar as posturas clientelistas, buscando-se decisões legitimadamente críticas e a gestão compartilhada. Para resgatar identidades positivas dos atores sociais pertencentes aos segmentos marginalizados sócio-politicamente (o saber empírico, a auto-estima, o entusiasmo e envolvimento na condução do destino coletivo). Dinamizando o tecido social e a vida sócio-cultural destas populações, através de experiências objetivas, sustentáveis e capazes de tornarem-se práticas assertivas. Tendo com objetivo precípua aperfeiçoar a esfera pública local ampliada como espaço real de construção de políticas públicas participativas.

Todavia, como viabilizar um ambiente favorável a esta proposta de mudança, em um cenário político-social onde as idéias e valores estão predominantemente centrados no pragmatismo utilitarista e no imediatismo econômico? Com certeza, esta indagação não tem respostas definitivas, mas permite aproximações elucidativas, notadamente na questão da participação democrática ampla das populações locais na construção de alternativas e políticas públicas. Sabe-se que as realidades sociais mudam lentamente pela complexidade das relações nelas existentes. Mas sabe-se também que estas mudanças se dão, em primeiro lugar, na *práxis social*, antes de se consolidarem nas consciências (MARX, 1893, sd). No convívio social alicerçado em culturas específicas, em transformação permanente e cada vez mais

acelerada, tendo na participação individual e coletiva as raízes indispensáveis para sustentar as brotações permanentes das mudanças. Raízes quase sempre desprezadas pelos olhos da modernidade o que, quase sempre, provoca perdas e/ou impactos culturais entrópicos nas comunidades tradicionais, ampliando as desigualdades e a exclusão social. Desta percepção real, pode-se inferir que, nas iniciativas atuais de desenvolvimento sustentável em construção, o comportamento das instituições públicas e privadas envolvidas deve considerar:

- a) a valorização do conhecimento tradicional das coletividades envolvidas (FREIRE, 1987);
- b) a construção dialógica de novos conhecimentos e comportamentos que, embora não perdendo de vista a realidade global, tenha como insumo principal os fatores culturais endógenos (FREIRE, 1987; GROppo e RAVERA, sd; CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; CABUGUEIRA, 2000);
- c) ações de informação e formação que possam reforçar a auto-estima e a solidariedade coletiva local e facilitar a inserção da comunidade nas relações sócio-econômicas dominantes, de forma vantajosa em relação aos seus próprios interesses (id ibid);
- d) a construção de uma participação deliberativa e interativa na configuração e gestão das alternativas necessárias ao desenvolvimento dos territórios locais, com base endógena e sustentável (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; CABUGUEIRA, 2000); e
- e) a valorização dos recursos naturais, através do uso sustentável e do resgate de áreas degradadas.

Enfim, as possibilidades reais de participação das populações tradicionais amazônicas nas iniciativas de desenvolvimento endógeno e sustentável encontram-se, em função das condições alienantes da sociedade hegemônica, bastante limitadas. Isto porque mudanças neste cenário implicam no entendimento de que os atores sociais destas populações não podem participar interativamente na transformação da realidade sem a ampliação da esfera pública local facilitando-lhes a tomada de consciência epistemológica dessa realidade e da sua própria capacidade de transformá-la (FREIRE, 1987). E de que esta facilitação participativa não implica em prepotência intelectual, mas sim a compreensão de que entre a dimensão formalizada do Estado e a realidade informal das comunidades tradicionais e seus atores, existem dimensões cognitivas, diferenças burocráticas e políticas que precisam ser explicadas, compartilhadas e superadas.

Neste contexto, o planejamento participativo apresenta-se como processo metodológico de aproximação entre o que se faz e o que se pensa sobre o que se faz,

promovendo o encontro entre os agentes institucionais de desenvolvimento e as coletividades na reflexão compartilhada sobre as suas condições reais de existência. Unindo a teoria e a prática para buscar caminhos que possam modificar as relações sociais, políticas e econômicas adversas (id ibid), priorizando pactos e parcerias capazes de ampliar as esferas públicas locais. Assim, a participação social no planejamento torna-se objeto significativo de pesquisa, como forma de conhecer a mesma e tentar contribuir para a superação das limitações já comentadas aos modelos de desenvolvimento sustentável hoje em discussão e implementação na região amazônica.

Com base no exposto, as dificuldades convergem fundamentalmente para três constatações básicas e gerais:

1. a descentralização real do Estado (notadamente nas instâncias locais), democratizando na prática os espaços e procedimentos políticos;
2. o fomento à formação de uma cultura participativa da sociedade regional;
3. a construção de metodologias que permitam promover e ampliar a participação popular no planejamento e na gestão das políticas públicas.

Assim, em meio a esta complexa problemática, este estudo se propôs a buscar respostas a uma questão central: em que medida o planejamento participativo inclui efetivamente a participação das pessoas na elaboração de um projeto para o desenvolvimento local, incorporando o saber tradicional e as demandas locais, dando-lhe legitimidade? Como referencial, partiu-se de três hipóteses inter-relacionadas:

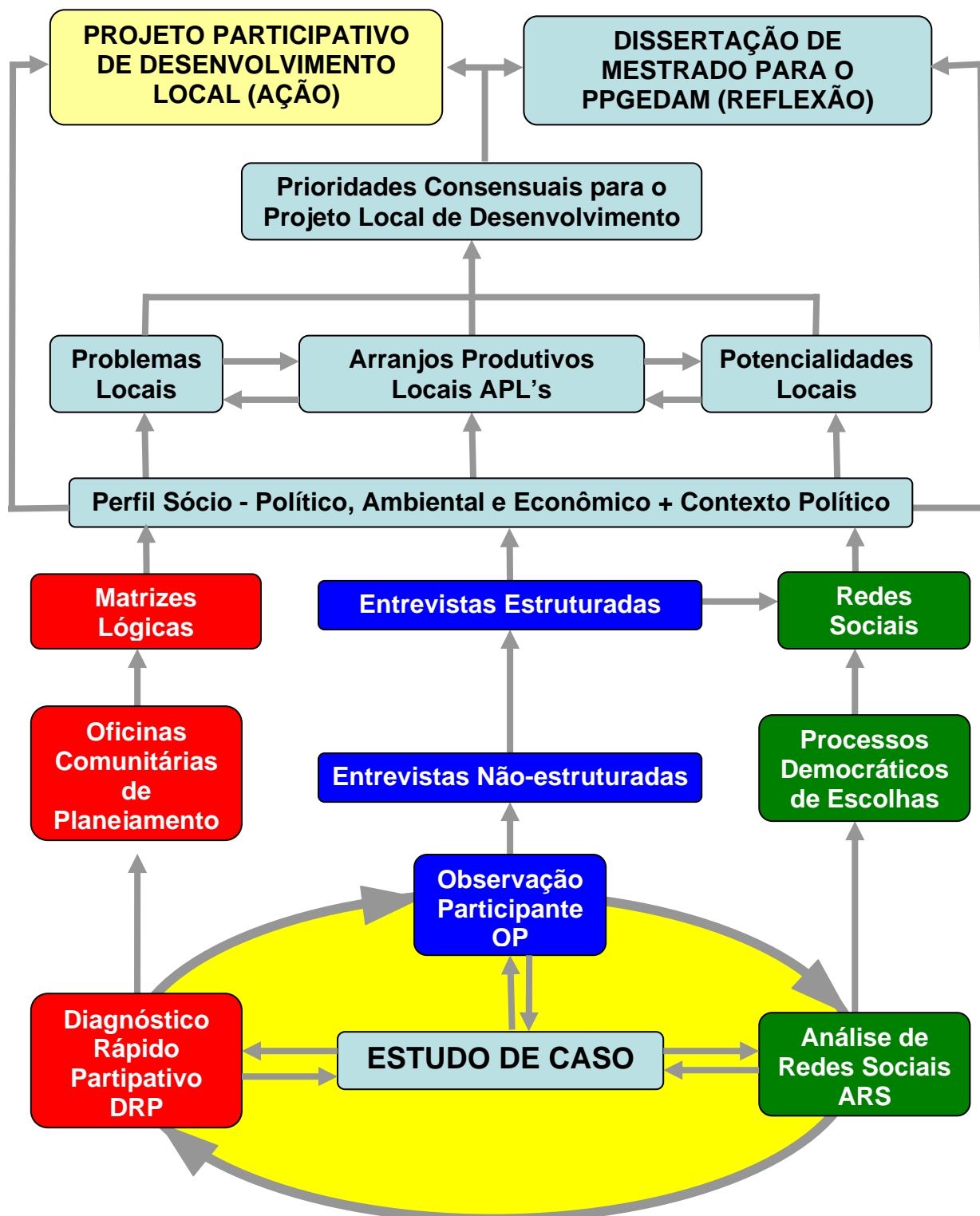
- a) as comunidades tradicionais possuem saberes que, construídos nas suas relações sociais, no empirismo das atividades produtivas e na ancestralidade comum, permitem percepções mais próximas dos reais problemas e potencialidades locais e que podem dar legitimidade à construção de alternativas para o desenvolvimento da localidade;
- b) os atores residentes, através das redes sociais construídas ao longo do tempo, podem facilitar aos planejamentos participativos as negociações necessárias na esfera pública ampliada, viabilizando os pactos e a legitimidade de que estes projetos necessitam;
- c) as metodologias participativas podem ajudar a superar as limitações historicamente impostas à participação interativa das populações tradicionais no planejamento de projetos de intervenção, criando canais pedagógicos estimuladores da mobilização política nas mesmas e da expressão individual e coletiva do saber e das demandas locais.

O estudo buscou investigar como se dá, em uma comunidade tradicional rural amazônica, a ruptura do ciclo vicioso do planejamento tradicional, assim como a superação dos incipientes resultados obtidos na prática regional do planejamento participativo, mediante iniciativas promotoras da participação interativa e do avanço organizacional dos segmentos sociais mais desfavorecidos materialmente e mais isolados no plano político. E promoveu, mediante aceite prévio da comunidade local, processo de planejamento participativo para a elaboração de um projeto local de desenvolvimento e, no contexto dessa elaboração, a análise da participação das pessoas para a consecução do documento. Buscando compreender como se dá a interação entre os participantes desse tipo de planejamento, os intercâmbios cognitivos, os processos decisórios e a contextualização dos conhecimentos técnicos e tradicionais na construção de alternativas de mudança. Construindo e aplicando estratégia metodológica para a consecução do diagnóstico e do projeto de desenvolvimento local, analisando em paralelo os resultados das metodologias e da participação dos atores residentes. Utilizando metodologias participativas capazes de aproximarem os atores locais e os agentes externos para facilitar o encontro dialógico de ambos na práxis, na identificação e integração dos seus conhecimentos para a construção de projetos participativos de ação, capazes de promoverem avanços dessas coletividades em termos políticos e de qualidade de vida.

E este entendimento iniciou com a busca da compreensão compartilhada do cenário estrutural local, reconstituindo as condições históricas estabelecidas pelas relações econômicas no ambiente natural, pelas interações e conflitos sociais daí decorrentes e a esfera política instituída ao longo do tempo para viabilizar o funcionamento social. A partir deste compartilhamento inicial viabilizado pelas metodologias participativas utilizadas (ver figura 1), as demais etapas do processo coletivo de planejamento puderam ser descortinadas às discussões. Isso porque esse perfil comunitário construído permitiu ao grupo envolvido (agentes e atores) perceber e discutir, em termos quantitativos e qualitativos, a estrutura econômica, as formas de organização e convivência, as relações territoriais, os problemas, potencialidades e demandas locais. E a partir desse diagnóstico compartilhado, negociar e decidir os caminhos a serem trilhados através das ações planejadas

Logicamente, os resultados desses compartilhamentos históricos entre os diversos interesses e óticas locais, dialeticamente confrontados com os objetivos e a visão institucional e dos seus agentes, como bem abordaram Bourdieu (apud RAUSCH, 1993), Maisonneuve (1967, apud FAZZANO, 2009), Capra (2002), Rosa (2004) e Fazzano (2009), influenciaram na qualidade dos processos decisórios ocorridos no desenvolvimento deste estudo de caso, enquanto cultura de participação sedimentada.

Gráfico 1: Fluxograma metodológico



Fonte: MIRANDA, 2009.

Para detalhar esta busca de entendimento do processo de planejamento participativo e os seus resultados em termos metodológicos e de participação, esta dissertação está composta por três capítulos. O primeiro, discute as abordagens acadêmicas mais recentes

e que, direta ou indiretamente, envolvem as questões do desenvolvimento, do planejamento e da participação social aplicadas na construção histórica da realidade regional onde se insere o lócus pesquisado.

No segundo capítulo, referente ao percurso metodológico e de reflexão crítica trilhado, detalha-se o lócus da pesquisa, a estratégia e os instrumentos de pesquisa utilizados, e as dificuldades encontradas nesse percurso, assim como as lacunas que poderão ser preenchidas por novos estudos.

No capítulo três, descreve-se o cenário histórico e atual da comunidade escolhida (Itacoã-Miri), desde os seus primórdios ligados ao escravagismo até o momento em que a comunidade aprovou a realização deste Estudo de Caso.

No quarto capítulo, discute-se, com base nos resultados empíricos e suas imbricações com as teorias consideradas no capítulo 1, sobre a cultura local de participação local (construída historicamente) e sua relação, importância e induções para o futuro coletivo.

E por último, a guisa de conclusão, no quinto capítulo são apresentadas as conclusões do pesquisador em relação aos objetivos e hipóteses propostos originalmente, com base nos dados empíricos e nas inferências analíticas entre os resultados e os referenciais teóricos escolhidos.

No conjunto do seu conteúdo e em termos regionais, este estudo contribui para o entendimento de três pontos sobre iniciativas locais de desenvolvimento na Amazônia e particularmente de pequenas comunidades e coletividades tradicionais. Primeiro, focando os resultados econômicos, sociais e ambientais negativos gerados na região pelas concepções politicamente centralizadas e com ênfase econômica. Segundo, historiando as dificuldades da fase atual de transição das formas tradicionais de planejamento e desenvolvimento para alternativas participativas e sustentáveis em termos ambientais, econômicos e sociais. Terceiro, aproximando as principais percepções teóricas existentes em termos de planejamento e participação social, da práxis de uma pequena comunidade tradicional (e que é representativa do universo regional interiorano amazônico), mergulhada nos impactos negativos da sociedade mais estruturada do entorno e com dificuldades na busca de seus sonhos coletivos de vida.

Em termos específicos e locais, o estudo de caso ajuda a construir e/ou aperfeiçoar e/ou adaptar conceitos e instrumentos metodológicos deles decorrentes, como no caso dos arranjos produtivos locais e sua participação na economia familiar, e das matrizes lógicas destinadas a facilitar e sistematizar a expressão das vozes locais sobre a realidade vivenciada coletivamente.

No primeiro caso, inseriu as especificidades dos pequenos negócios rurais tradicionais (informalidade, escala reduzida, organização familiar, competitividade restrita, tecnologias diferenciadas, etc.) no conceito existente de Arranjos Produtivos Locais – APL's (SEBRAE, 2009) e adaptou modelo tradicional para investigação participativa dos mesmos (SANTANA, 2005) e obtenção das informações referentes.

Em relação ao delineamento participativo da realidade local, o estudo promoveu a adaptação da “Inovation Compass”, estratégia metodológica participativa de Robert Lukesh (1997 e 2000), para as condições regionais das pequenas comunidades rurais, reduzindo o número de eixos de desenvolvimento a pesquisar, reformulando os valores de avaliação e contextualizando as variáveis de cada eixo considerado.

Igualmente, de maneira complementar, o estudo também contribui para o conhecimento de situações ainda pouco estudadas, onde as pequenas comunidades reúnem-se sem a participação direta das instituições públicas ou civis, compartilhando com um profissional independente as tarefas de autoconhecimento e construção de linhas de ação e subprojetos necessários às suas demandas.

1. DISCUTINDO DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O presente capítulo apresenta as principais abordagens sobre desenvolvimento e suas formas de planejamento nos cenários internacional, brasileiro e amazônico, buscando discutir as suas concepções históricas e mais recentes, para entender a situação atual das mesmas no plano nacional e especialmente amazônico. Isso porque, no atual momento, a crise global combinando destruição ambiental, perdas econômicas e agravamentos sociais, mobiliza as sociedades do planeta em busca de soluções sustentáveis para as questões das desigualdades sociais, do rateio justo das riquezas geradas e dos recursos naturais finitos, colocou em xeque as concepções tradicionais de desenvolvimento. E no bojo dessa crise, a aceleração dos processos de globalização agravou estes efeitos negativos nas realidades territoriais menos desenvolvidas, alimentando também rediscussões da visão desenvolvimentista local. Em face disso, justifica-se uma retrospectiva dos modelos de desenvolvimento historicamente utilizados e uma análise específica dos tópicos relativos ao conceito, características e possibilidades das novas concepções de desenvolvimento e suas possibilidades nos cenários locais da Amazônia Brasileira, notadamente em sua parcela situada no Estado do Pará.

Inicialmente, aborda-se as principais concepções de desenvolvimento e a evolução das mesmas no plano internacional, desde a ênfase econômica tradicional até a atual proposta de desenvolvimento local sustentável.

No segundo momento, analisa-se como este mesmo tema inseriu-se e desenvolveu-se no cenário brasileiro e amazônico.

A seguir, discorre-se nos mesmos cenários e na mesma seqüência, sobre os conceitos e práticas de planejamento enquanto instrumento de operacionalização das concepções desenvolvimentistas e suas transformações ao longo do tempo, em função das mudanças ocorridas nos modelos de desenvolvimento.

Afluindo a temática desenvolvimento/planejamento para a esfera local do desenvolvimento sustentável nas pequenas comunidades, apresenta-se então a concepção econômica atual dos Arranjos Produtivos Locais – APL para o entendimento da economia local e como ponto de partida para o planejamento participativo local.

Da quinta à sétima seção, então, apresenta-se o entendimento e a crítica do planejamento participativo (sua concepção, premissas e dificuldades), findando por abordar as questões da comunicação e da participação no mesmo, para o desenvolvimento comunitário.

Esse entendimento crítico foi construído fundamentalmente à luz das teorias do conflito (MAISONNEUVE, 1967; OBERSCHELL, 1973; BOURDIEU, 1974 e 1983; ALEXANDER, 1988; RAUSCH, 1993; CAPRA, 2002; FAZZANO, 2009) e da comunicação aprendente (HABERMAS, apud GONÇALVES, 2008 e apud MEDEIROS, 2003; FREIRE, 1987) associando-se a ele também a percepção do saber local como instrumento de planejamento participativo (FREIRE, 1987; BOFF e al, 1996; CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; GANDIM, 2001 e 1999; LUKESH, 1997 e 2000; BUARQUE, 2002; SINGER, 2004; TURNES, 2004; VERDEJO, 2006; COELHO, 2006; DE TONI, 2006; GROPPPO e RAVERA, sd).

Finalizando, apresenta-se a conclusão do pesquisador frente aos referenciais teóricos revisados e que norteou todo o processo investigativo e interpretativo do presente estudo de caso.

1.1. As concepções de desenvolvimento

Sendo a vida gregária uma necessidade humana e estando esta convivência coletiva sempre permeada de incertezas e conflitos (além da luta de classes), a busca do bem estar social sempre esteve ligada, de maneira formal ou informal, aos modelos de desenvolvimento concebidos em conjunturas históricas diversas. A partir da organização dos grupos e das relações sociais em torno de objetivos consensuais hegemônicos (como a sobrevivência, a segurança e o conforto) desenvolveram-se idéias e modelos sobre processos de melhoria do funcionamento social e que implicam em mudanças, evolução, crescimento e avanço.

Historicamente, a noção de desenvolvimento sempre foi associada à idéia de crescimento econômico como instrumento de produzir serviços e bens suficientes, capazes de garantir a estabilidade e comodidade social. Nestes termos, a concepção econômica de desenvolvimento foi definida como processo de enriquecimento das sociedades e seus habitantes pela acumulação de ativos individuais ou públicos, através do crescimento da produção e pela remuneração paga àqueles que participam da atividade econômica. E apesar de variações de conteúdo político-ideológico como as do comunismo e do capitalismo, os cenários de desenvolvimento firmaram-se objetivamente no uso indiscriminado dos recursos naturais, com base na acumulação e com resultados desiguais, não planejados e combinados (TROTSKY, 1967 [1930], apud ALMEIDA, 2004). No socialismo real, sob o controle do Estado, e no capitalismo sob o controle do mercado. Com especificidades espaciais no

controle dos meios de produção, na circulação e no acesso às riquezas, mas sempre induzidos pela irracionalidade ambiental, notadamente a partir da aceleração do uso destes recursos no contexto da acumulação primitiva (MARX, apud BORCHARDT, 1978) e da ampliação e consolidação da acumulação capitalista com o advento da Revolução Industrial. De forma desigual, pelas especificidades territoriais e pela apropriação assimétrica das riquezas geradas. Não-planejada em função dos resultados inesperados dos comportamentos econômicos, sociais e ambientais implementados. E combinada em face da inserção gradativa de novas concepções e comportamentos sócio-políticos, a partir dos fluxos interterritoriais de comércio, tecnologias e valores culturais. (TROTSKY, 1967 [1930], apud ALMEIDA, 2004).

Todavia, a práxis contínua dessa concepção pragmático-utilitarista e etnocêntrica de desenvolvimento (VIEIRA, 1989), gerou crises econômicas e sociais intermitentes e que, mais recentemente, assumiu um caráter ambiental de dimensões planetárias, gerando a rediscussão do conceito, agregando ao mesmo as dimensões qualitativas da inclusão social e da conservação ambiental.

Estas discussões acentuaram-se a partir dos documentos “Os limites do Crescimento”, também conhecido como Relatório de Roma (MEADOWS et al, 1972, apud CAMPANHOLA e GRAZIANO, [2000]), e “Nosso futuro comum”, denominado Relatório Brundtland e elaborado pela Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente – CDMA (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000). Apresentados respectivamente em 1972 e 1987, eles alimentaram a preocupação relativa ao desenvolvimento sustentável e ao despertar da responsabilidade ética com o planeta e as gerações futuras. Cinco anos após, com a ECO 92 (realizada no Brasil), a questão passou definitivamente às agendas nacionais, tornando-se tema constante de discussões internacionais, governamentais e científicas. Face ao cenário facilitador dos processos de globalização da informação fomentou-se a formação da consciência de um destino planetário comum, o avanço da organização da sociedade civil e as pressões políticas geradas pela consolidação de uma nova concepção sobre desenvolvimento. Passou-se então a impulsionar a dimensão qualitativa na noção de desenvolvimento, tornando-a uma perspectiva dirigida para a satisfação de um elenco de requisitos necessários ao bem estar e à qualidade de vida, necessariamente acessível a todos. Mas os mesmos processos da globalização em andamento, aplicados na liberalização do comércio e dos fluxos de capital, no desenvolvimento dos meios de comunicação e na expansão da consciência ambiental, complicaram a situação dos espaços locais (atrativos ou não à ação econômica global de concentração e centralização do capital). A “despersonalização” de realidades distintas em prol da “aldeia global” e seus resultados negativos passaram então a ser

discutidos, encontrando-se atualmente sintetizada na reflexão sobre “pensar globalmente e agir localmente” (RATNER, 1995 e JENTOFT e al, 1995, apud CAMPANHOLA e GRAZIANI, 2000). Nesta nova abordagem, embora se reconheça a inevitabilidade da globalização, afirma-se também a necessidade e a possibilidade da resistência local, em nome de suas especificidades e interesses. Buscando pontos de equilíbrio entre as demandas locais e as demandas externas, através da maior participação social na construção e estabelecimento de políticas públicas geradoras de novas formas de regulamentação e de estratégias diferenciadas para o desenvolvimento (BARQUERO, 2002). Esta é uma discussão ainda em pleno andamento e que está longe de um consenso entre os teóricos do tema. Em contraposição a Barquero, outros autores (HARVEY, 1996 e FERNANDES, 2001) afirmam que esta visão endógena é ingênua, por ignorar a força determinante da lógica capitalista internacional nos processos sócio-econômicos locais. Mas, apesar destas diferenças, mesmo estes autores divergentes sobre a força endógena acreditam em uma “autonomia relativa” dos territórios locais, sendo que Harvey (1996) declara haver algo positivo acontecendo: a construção de uma corporação coletiva, com base em sistema democrático de decisão, onde as reivindicações locais muitas vezes associam desejos corporativos com a solução de demandas sociais reprimidas, contribuindo para o desenvolvimento local.

E essa “autonomia relativa” é explicada por Diniz (2009), com base em vários autores (MASSEY, 1998; DICKEN et al, 1997; CONTI, 1995; BONAVERO e DANSERO, 1998; OHMAE, 1995; SWYNGEDOW, 1997; SAYER, 1997; EDQUIST, 1997) ao abordar essa relação entre o global e o local em uma perspectiva dialética, onde estes dois cenários possuem especificidades. Nela, e segundo Diniz (2009), embora não sejam desvinculáveis entre si (por serem auto-organizativas) estas paisagens sociais são espaços ativos dotados de cultura, história, recursos humanos e materiais diferenciados. E por assim serem, as concepções teóricas e as experiências de planejamento universalizadas não são capazes de darem respostas adequadas para localidades isoladas, com inserções marginais e pontuais com os processos de globalização. Isso porque o fenômeno da globalização altera profundamente as estruturas produtivas, as relações técnicas e sociais de produção e os padrões organizacionais, em virtude das aceleradas e radicais mudanças tecnológicas induzidas pela competição econômica, lideradas pela tecnologia da informação e da sociedade do conhecimento. E podem ocorrer, em função disso, a desincorporação e despersonalização da tecnologia, mudanças nas relações entre oferta e demanda, entre produção e consumo, ampliação e diversificação do elenco de bens e serviços, alterando-se também as formas de contratação, competição, cooperação e dependência.

Em síntese: o processo de globalização é desigual em sua forma e efeitos, envolvendo complicadas interações entre inúmeros aspectos sociais, políticos, econômicos e institucionais. E universaliza ao mesmo tempo em que fragmenta e quebra o espaço mundial, em uma relação dialética na qual se aumentam as desigualdades, como no caso da relativa marginalização e abandono econômico da África, partes da Ásia e da América Latina. Ou seja, o local como instância micro-econômica e micro-social, oposta ao nível macroeconômico dos sistemas nacional e global. A identidade local, o ator social residente e a organização produtiva definidos pelo seu conteúdo material e imaterial, de natureza cultural e princípios normativos (estéticos, morais, políticos, de julgamento), sendo afetada pela economia e vice-versa. Onde a vida econômica local ou regional depende das relações cognitivas entre as instituições culturais, sociais e políticas. E nestas relações cognitivas, o primeiro passo é negar a idéia de inovação como processo tecnocrático e linear¹, sem considerar o contexto social (EDQUIST, 1997, apud DINIZ, 2009). Ao contrário, a perspectiva assumida nestas relações é de que o processo de inovação deve resultar da combinação entre pesquisa, desenvolvimento e as condições econômicas e sociais presentes em cada espaço, pelo compartilhamento entre agentes, pesquisadores e atores locais. Nesta ótica, podem-se construir simultaneidades entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, ou mesmo de seqüência invertida (partindo da produção e realizando pesquisas que permitam o avanço do conhecimento como base para novas inovações), com base nas redes inovadoras formadas pelas interações (formais e informais) dos agentes, atores e instituições atuantes no ambiente (id ibid).

Surgem então as propostas de desenvolvimento local e endógeno, estando aqui a definição local entendida como território (espaço vivenciado e construído historicamente por específicos grupos sociais em determinadas condições naturais, econômicas, sócio-culturais, jurídico-políticas e, até mesmo, psicológicas) (HAESBERT, 2004). Além disso, face às crises ambiental, econômicas e sociais historicamente recorrentes e já comentadas, o conceito de desenvolvimento local teve ampliada a sua configuração pelos paradigmas da sustentabilidade: a adequação ambiental, a viabilidade econômica e a inclusão social (CABUGUEIRA, 2000).

Neste cenário conceitual, o desenvolvimento caminhou para uma concepção entendida como processo complexo de mudanças e transformações (de ordem econômica, política, humana e social, ocorrente ou pretendida) em um determinado espaço historicamente

¹ Que enfatiza a seqüência pesquisa básica > teorias > descobertas e invenções > pesquisa aplicada > inovação > produção para o mercado > difusão > produtividade (EDQUIST, 1997, apud DINIZ, 2009).

construído e vivenciado (território), sob a ótica da sustentabilidade, objetivando dar qualidade de vida para todas as pessoas nele situadas (VASCONCELOS e GARCIA, 2008, apud OLIVEIRA [2002]). Inevitavelmente articulado por relações globalizadas, mas considerando as especificidades nacionais, regionais e locais. Assim é que visões institucionais tradicionais como a do World Bank, que caracteriza o desenvolvimento com base nos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita (MILONE, 1998 apud VASCONCELLOS, 2008), evoluiu para concepções como a do PNUD, considerando o desenvolvimento como resultado não apenas destes indicadores econômicos, mas também de outros fatores como a redução dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade e melhoria em saúde, nutrição, educação, moradia e transporte (id ibid).

1.2. Desenvolvimento no Brasil e na Amazônia brasileira

Em termos históricos de desenvolvimento, o Brasil e a Amazônia brasileira foram inseridos no contexto internacional a partir da sua ocupação colonial (o Brasil a partir de 1500 e a Amazônia por volta de 1616), por motivações econômicas extrativistas (RIBEIRO, 2006; BORGES, 1970). Desenvolvidas com base na exploração madeireira, mineral, das drogas-do-deserto e especiarias, estas atividades econômicas tinham como objetivo único alimentar o desenvolvimento europeu, em especial da nação colonizadora, Portugal (RIBEIRO, 2006). A partir daí, o ambiente natural de sobrevivência até então utilizado apenas pelas populações indígenas, foi gradativamente ocupado sob a lógica mercantilista da economia europeia. E essa ocupação se deu através da situação estratégica de diversos núcleos de origem portuguesa (predominantemente urbanizados, ambientados na língua colonizadora e com capacidade política para comandar a sociedade colonial), subjugando a mão de obra necessária (índios e negros), apropriando-se dos conhecimentos indígenas sobre os recursos naturais. E tendo as populações mestiças (que traziam em si o conhecimento autóctone e a lógica da acumulação primitiva), como os braços subalternizados para o comando da economia das florestas (id ibid). Esse ciclo econômico inicial perdurou até 1750, tendo em paralelo as primeiras tentativas agropecuárias. E embora não tenha causado desequilíbrios ambientais significativos, este ciclo colonial mercantilista original gerou impactos sócio-culturais consideráveis: aculturação e/ou extermínio das populações autóctones e a submissão das classes subalternizadas (id ibid).

A partir daí e na mesma lógica, a ocupação ampliou-se através dos ciclos do açúcar e do algodão no Nordeste, do café e da pecuária no Centro-sul e, por volta de 1822, da

borracha amazônica (coincidindo com a libertação colonial do Brasil). Mas apesar da independência política do território nacional e a formação do Estado Brasileiro imperial, manteve-se a idéia original de desenvolvimento e que migrou gradativamente para a acumulação capitalista iniciada com a Revolução Industrial na Europa, como fornecedor de matérias primas. Esta situação perdurou até 1953 quando, no período Vargas, adotou-se a industrialização como caminho para o crescimento do PIB e da renda e para a substituição das importações. E embora a geração de riquezas tenha se ampliado, cresceram também as desigualdades regionais, a estratificação social, a pobreza, a urbanização selvagem², a poluição e a destruição ambiental (VASCONCELLOS, 2008). Na Amazônia, esse novo enfoque de desenvolvimento econômico inseriu-se a partir do governo democrático de Juscelino Kubitschek (com a construção da rodovia Belém/Brasília). E posteriormente o espaço regional assumiu importância para o poder militar implantado em 1964, como garantia de recursos para a modernização capitalista do centro-sul do país e como válvula de escape para os conflitos sociais intensos existentes naquelas regiões e no nordeste. E a ocupação decorrente desses interesses, de forma desordenada e autoritária, deu-se através de mega projetos estatais (Transamazônica, Cuiabá/Santarém e Perimetral Norte), hidrelétricos (HE Tucuruí, Balbina), em paralelo a grandes projetos empresariais (pecuários, mineradores e madeireiros), que ampliaram brutalmente os impactos ambientais, as desigualdades sociais e os conflitos que perduram até os dias de hoje (MITSCHHEIN, MIRANDA e PARAENSE, 1989; MITSCHHEIN, FERNANDES e MIRANDA, 2006).

Embora nos últimos anos, as crises econômicas, política e sociais (comentadas anteriormente) tenham gerado novas concepções de desenvolvimento e pressões políticas formais para mudanças qualitativas (cristalizadas na Agenda 21³), as iniciativas públicas tentadas, em nível nacional e regional, têm apresentado resultados práticos pouco significativos (VIEIRA, 1989; CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; ALMEIDA, 2004; VASCONCELLOS, 2008; MITSCHHEIN, FERNANDES e MIRANDA, 2006). Isso porque, embora já ocorra relativo consenso entre aos estudiosos, segmentos sociais importantes e algumas instituições sobre essa nova concepção, ainda apresenta-se distante a legitimação política da mesma, pelo fato dela representar uma contradição da práxis hegemônica das

² Processos de expansão urbana provocados por migração campo/cidade de rurícolas passivamente proletarizados, com aumento de demandas sociais por serviços públicos além da capacidade de atendimento por parte do Estado (MITSCHHEIN, MIRANDA e PARAENSE, 1989).

³ Plano de ação gerado a partir a partir de decisões tomadas na assembléia extraordinária da ONU em 23/12/1989 e construído a partir da Eco – 92, a ser adotado global, nacional e localmente pela ONU, governos e sociedade civil para o desenvolvimento sustentável. Com quarenta e um capítulos em quatro seções que abordam recomendações sobre procedimentos sociais, econômicos e ambientais, foi aprovada por 179 governos nacionais (VASCONCELLOS, 2008; WIKIPÉDIA, 2009).

sociedades contemporâneas ainda alicerçadas nas concepções econômicas. Isto se dá pelo fato da figura do Estado (em todas as suas instâncias e enquanto estrutura de ordenamento jurídico-político da ideologia hegemônica) ter em si as contradições inerentes às suas funções de dominação e reprodução das relações econômicas e políticas numa sociedade de classes (BOBBIO, 1986). E nesse contexto, as idéias e propostas heterodoxas como a do desenvolvimento sustentável, tendem a ser aprisionadas pela lógica do sistema social instituído e subjugadas às relações dominantes de hierarquia e intercâmbio (HABERMAS, apud GONÇALVES, 2008). Ou seja, no presente caso, a ideologia do desenvolvimento com ênfase econômica, na acumulação desigual e no planejamento autoritário, subjugando as iniciativas de desenvolvimento sustentável aos interesses diferenciados e dominantes. E nesse cenário político transitivo e contraditório, onde as limitações democráticas ao autoritarismo acentuam-se gradativamente, o Estado tradicional procura resistir, buscando legitimação através das práticas intencionalmente manipuladas de negociação da esfera política para a captura de governança ⁴ e/ou pelo uso das reservas gratuitas de dominação ⁵.

1.2.1. Planejamento no Brasil e na Amazônia brasileira

As discussões globais ocorridas e as transformações sociais, econômicas e políticas em andamento no mundo, influenciaram relativamente a sociedade brasileira e amazônica para a busca de formas diferentes de organização e de representação dos diversos interesses existentes, em função do próprio desenvolvimento organizacional e político das diversas camadas sociais. Esta nova realidade, por sua vez, passou a exigir novos comportamentos da esfera pública, dos técnicos e das organizações civis, exigindo posturas mais dialógicas e consultivas em relação às necessidades de mudança e à escolha dos melhores caminhos para mudar. Em face disso, o espaço político passou a ser ocupado, ainda que em caráter precário, por grupos distintos e novas maneiras de atuação, que buscam substituir as formas antigas de representação dos diversos interesses de diferentes coletivos (MIRANDA, 2007). Além disso, as circunstâncias da pobreza regional associada à devastação dos recursos naturais, necessariamente induziram à discussão participativa do desenvolvimento local em bases ambientais, econômicas e sociais sustentáveis (id ibid).

⁴ Eventos pseudo-participativos promovidos por instituições do Estado junto às organizações civis em busca de legitimação para decisões pré-estabelecidas (COELHO, 2006).

⁵ Valores sociais herdados do passado e que facilitam a aceitação do *status quo* por parte das classes subalternas, legitimando as estratégias políticas tradicionais e inibindo as iniciativas participativas (MITSCHERIN, MIRANDA e PARAENSE, 1989).

Assim, delineou-se a necessidade de uma postura socialmente participativa nos processos de planejamento do desenvolvimento local, e que tem emergido nas práticas institucionais sob a denominação geral de planejamento participativo, envolvendo outras denominações específicas, como se mostra a seguir.

As primeiras iniciativas brasileiras de planejamentos participativos deram-se no sul-sudeste do Brasil, no âmbito do desenvolvimento rural e na ótica de desenvolvimento dos governos militares, muito antes que na Amazônia Brasileira. Nestas regiões, entre as décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento rural se baseava na transferência de tecnologias e na ausência de participação das populações-alvo (VERDEJO, 2006). Ao final da década de 70, com o fracasso deste modelo de transferência tecnológica, buscou-se uma mudança radical de estratégias e o enfoque principal do planejamento deslocou-se para o conhecimento das condições locais, dos grupos envolvidos e de suas tradições, como eixo principal da identificação e planejamento de projetos de desenvolvimento rural. Mas, apesar dessa mudança focal, a utilização de métodos tradicionais de pesquisa (como questionários e análises de dados regionais), gerava informações que se mostraram de pouca serventia para a nova proposta operacional, por não viabilizar a expressão subjetiva dos atores sociais locais envolvidos (id *ibid*). Na década de 1980, buscando superar estes fracassos iniciais, as informações foram reduzidas ao objetivamente necessário para a ação local, centrando-se nas opiniões e percepções dos grupos residentes. Os instrumentos tradicionais de pesquisa, então, cederam lugar a conceitos mais participativos, baseados principalmente nas teorias e metodologias da educação popular, da qual Paulo Freire tornou-se a principal referência. Surgiu, assim, o Diagnóstico Rural Rápido – DRR, que incluía no seu bojo metodologias mais adequadas para o levantamento participativo de dados e qualitativamente mais próximos das demandas locais (VERDEJO, 2006). Mas o DRR, por resumir-se à coleta de dados para elaborar projetos novos ou avaliar o desenvolvimento de projetos (permitindo ajustes), gerou resultados também insatisfatórios, por abordar aspectos específicos da realidade e, por isso, pouco sustentáveis em relação às necessidades globais das comunidades envolvidas. Em função disso, acrescentou-se a gestão compartilhada dos projetos, surgindo o Diagnóstico Rural Participativo – DRP, com forte influência do livro “A pedagogia do oprimido” de Paulo Freire (1968).

Desde então, a ampliação conceitual, metodológica e operacional dos diagnósticos e planejamentos participativos vem ocorrendo de forma relativamente crescente, passando a incluir também os cenários urbanos e assumindo a definição atualizada de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP (VERDEJO, 2006) e/ou planejamento participativo, atualmente

em utilização em instâncias públicas e civis (ALMEIDA, 1999; BRASIL, 2005, GANDIN, 2008). E assim, o planejamento assumiu a concepção atual, com base nos argumentos que vinham sendo desenvolvidos desde as décadas de 80 e 90 por vários teóricos (entre eles INGELSTAM, 1987; MATUS, 1989; LUKESH, 1997; BUARQUE, 1999), de que o planejamento, embora utilizando os métodos e técnicas historicamente consagradas, deveria ser adaptado e ajustado às concepções contemporâneas, incorporando os postulados estratégicos do desenvolvimento sustentável (visão de longo prazo, abordagem sistêmica, tratamento multidisciplinar, negociação política e participação social). Defendiam, assim, o planejamento (governamental ou civil), como um processo de construção compartilhada (por isso, com fortes imbricações políticas), capaz de gerar as transformações necessárias na realidade, rumo ao futuro comum desejado. Assim sendo, o planejamento é visto como instrumento para a sociedade exercer o poder sobre o seu futuro (INGELSTAM, 1987), com raízes na história, no passado recente, na realidade atual e dentro dos limites do possível, envolvendo decisões e escolhas de alternativas em torno de objetivos consensuais, em processos contínuos de negociação e formulação política (INGELSTAM, 1987; BUARQUE, 1999; VERDEJO, 2006).

1.3. O planejamento para o desenvolvimento

As idéias e modelos de ação desenvolvimentistas, necessariamente passaram pela prática, formal ou informal, de processos de conhecimento da realidade, geração, execução e controle de alternativas favoráveis às demandas de grupos sociais específicos. Assim, esses processos, aglutinados na função que se denominou de planejamento, se deram pelo fato de representarem os instrumentos fundamentais para a percepção crítica da realidade, a construção, implementação e gestão dos caminhos necessários ao desenvolvimento. E, em face dessa relação interativa do planejamento com o desenvolvimento, o primeiro acompanhou as mudanças conceituais ocorridas no segundo, sofrendo reformulações significativas através dos tempos, enquanto forma de organizar as relações existentes na sociedade (sob a ótica política hegemônica), assegurar a qualidade do convívio social, os direitos coletivos e individuais e a qualidade de vida, mediante constantes buscas de novas estratégias, invenções e mudanças.

O uso do planejamento formal como instrumento de Estado para alcançar o desenvolvimento teve início após o fim da primeira guerra mundial, quando a antiga União Soviética lançou mão desta ferramenta como meio governamental de orientação econômica e

reconstrução nacional. E por sua ideologia de cunho comunista, este planejamento apresentava características decisórias e de gestão extremamente centralizadas no Estado (FERNANDES, 1991).

Já no ocidente capitalista, após a Grande Depressão americana de 1930, embora sob a lógica da intervenção do Estado limitada a aspectos estratégicos da economia, o planejamento centralizou-se na estrutura de poder dominante na esfera política e nas forças de mercado. E na ênfase ao crescimento econômico como instrumento gerador de externalidades favoráveis ao desenvolvimento, alicerçado na fartura de recursos naturais, na maior produtividade do trabalho e no estado de bem-estar (BUARQUE, 2002).

Durante muito tempo esse modelo de planejamento centralizado contou com condições objetivas favoráveis: o limitado controle ambiental, a integração subordinada dos países emergentes como fornecedores de matérias primas, de mão de obra barata e de condições infraestruturais redutoras de custos para o crescimento econômico extensivo, com ganhos de escala e rentabilidade. Em complemento a estas condições favoráveis, o consumo de massa estimulou a ampliação dos mercados, a competitividade e a atratividade dos investimentos.

Esta situação perdurou até a década de 1970, quando a crise do petróleo, a percepção da finitude dos recursos naturais e os conflitos entre os interesses empresariais e sociais, impuseram a necessidade de rearranjos econômicos, jurídicos e sociais (id *ibid*). A nova conjuntura gerou desdobramentos políticos e novas formas de organização econômica e social, com a economia capitalista reorganizando-se em uma proposta neoliberal: mantendo a centralização do planejamento no Estado, mas ampliando o seu distanciamento dos processos econômicos. E abordando a diversificação produtiva, a mudança tecnológica, a qualificação dos recursos humanos, a competitividade e a elevação do valor agregado aos produtos, o planejamento (a partir de um eixo político neo-liberal), viabilizou o rearranjo da economia. Todavia, este novo eixo de planificação, promovendo a aceleração dos processos de globalização e o enfraquecimento do Estado-Nação no controle dos fluxos multinacionais de capital, alimentou crescentes processos de negociação direta entre o capitalismo global e os territórios locais. E estas negociações, pela superior força econômica e política dos segmentos externos, construíram efeitos danosos nos territórios envolvidos: menor produção, menos emprego e menor renda aos setores produtivos menos eficientes, reforçando a manutenção de condições de subdesenvolvimento locais (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000). E cada vez mais atrelados à divisão internacional do trabalho, à acumulação centralizada de capital, aos

condicionamentos de consumo homogeneizado dos mercados capitalistas, estes cenários locais permaneceram em situação sócio-econômica subalterna (id *ibid*).

Em função disso, as concepções de planejamento, em consonância com a mudança do foco desenvolvimentista, afluíram para um novo caminho: o do desenvolvimento sustentável de natureza endógena e local, planejado com base nas potencialidades territoriais (capital social, recursos naturais estratégicos e organizacionais) e suas possibilidades de inserção na economia externa ao território. E assim, as crises econômicas, sociais e ambientais recorrentes no planeta, fomentaram amplas discussões sobre os conceitos e estratégias de desenvolvimento, apresentando novas formas de planejamento. Estas discussões oscilaram entre a visão tradicional com base no crescimento econômico, passando pelo enfoque da inclusão social e redução das desigualdades sociais e, mais recentemente, pela necessidade da inclusão dos paradigmas da sustentabilidade econômica, social e ambiental, afluindo para modelos de desenvolvimento sustentável (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; CABUGUEIRA, 2000). A preocupação ambiental (a partir da década de 70, envolvendo clima e recursos naturais) provocou a necessidade de incluir-se nos processos produtivos e no consumo a economia de energia e de recursos naturais, a reciclagem e o reprocessamento (id *ibid*). O agravamento das desigualdades sociais em termos de qualidade de vida e de participação política (notadamente nos países emergentes) inseriu nesta mudança a necessidade de inclusão social. Surgiu assim uma nova concepção de desenvolvimento e planejamento (iniciada no contexto europeu e atualmente em difusão e discussão nos demais países, entre eles o Brasil): dentro dos paradigmas da sustentabilidade econômica, ambiental e social (id *ibid*).

Nesta nova linha de abordagem, Barquero (2002) afirma que, embora não se possa negar a força superior da globalização econômica, os processos de acumulação de capital e desenvolvimento estão condicionados por um conjunto de fatores que atuam sinergicamente. Esses fatores seriam a difusão das inovações e do conhecimento entre as empresas e organizações, a adoção de formas mais flexíveis de organização da produção, o desenvolvimento das economias urbanas e a densidade do tecido institucional. E que, nesta atuação sinérgica, as cidades e regiões responderiam, de acordo com suas especificidades, aos condicionamentos externos da dinâmica econômica, com decisões atrativas ou não aos ajustes produtivos e às inversões financeiras. Assim, os universos locais não seriam completamente reféns dos interesses globais, e poderiam, a partir de suas potencialidades (capital social, instituições e recursos naturais), inserirem-se no contexto externo de forma propícia aos seus interesses, flexibilizando suas organizações e processos produtivos, internalizando e

externalizando inovações tecnológicas, qualificando suas redes sociais e institucionais. E em função deste enfoque local, as discussões e transformações comentadas alimentaram a valorização destes espaços nos processos de planejamento, encaminhando uma questão complementar: a territorialidade, ou seja, as especificidades econômicas, sócio-culturais, jurídico-políticas, históricas e naturais superando a limitação geográfica local (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; HAERSBAERT, 2004).

Isto porque, no cenário globalizado, as relações específicas de cada localidade ultrapassavam as fronteiras tradicionalmente consideradas até então, pelo intercâmbio tecnológico, econômico e social. Assim, o foco do desenvolvimento/planejamento caminhou para a multiterritorialidade que compõe as regiões e nações e para a visão de implementação de estratégias de planificação capazes de compatibilizar os interesses dos territórios locais com os interesses da multiterritorialidade globalizada (id *ibid*).

Chega-se assim, nos dias de hoje, a um relativo consenso entre vários autores (VIEIRA, 1989, CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; CABUGUEIRA, 2000; BARQUERO, 2002; BUARQUE, 2002) sobre estratégias de desenvolvimento/planejamento local sustentável, alicerçadas sobre três paradigmas de sustentabilidade: ambiental, econômica e social. A primeira referindo-se à necessidade do uso racional, adequado e responsável dos recursos naturais, além do resgate dos ambientes naturais degradados, objetivando a garantia presente e futura de recursos para o desenvolvimento duradouro. A segunda, considerando a viabilidade econômica destes recursos como meio de promover mudanças qualitativas nos aspectos sociais. E a última reivindicando, em oposição à acumulação econômica historicamente constituída, a necessidade imperativa da inclusão social: participação da população organizada no planejamento público, na gestão compartilhada das políticas públicas decorrentes e na apropriação socialmente justa das riquezas geradas (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; GROppo, 2001; BUARQUE, 2002; HAESBAERT, 2004).

1.4. Desenvolvimento, planejamento e economia local: os APL's

Como já discutido, a busca de soluções sustentáveis para as questões sociais e econômicas, no Brasil e na Amazônia, tem alimentado rediscussões da visão desenvolvimentista local, acrescentando-lhe os ingredientes do desenvolvimento territorial e endógeno e da sustentabilidade ambiental, econômica e social, consolidando-se no conceito de desenvolvimento territorial sustentável.

Dentro desta lógica, surgiu na última década a abordagem dos Arranjos Produtivos Locais – APL's, como modelo de integração econômica territorial e de sua inserção na economia globalizada, considerando os interesses e demandas das economias locais. Nessa linha de raciocínio, Barquero (2002), deixa implícita a necessidade da aglomeração produtiva, processo que tem como uma de suas alternativas os APL's, que Lima e Lopes (2003) conceituaram como “um aglomerado de empresas (constituído por unidades de pequeno e médio porte, com ou sem a presença de uma grande empresa), localizado em um território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que mantém vínculos de articulação entre as unidades participantes e delas com outros atores institucionais (governo, associações, estabelecimentos de crédito, etc)”. Ou como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais (focado em conjunto específico de atividades econômicas), articulados entre si, mesmo de forma incipiente (ADA, sd). Ou ainda como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, com especialização produtiva e com vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem, entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2009).

Essa abordagem sobre APL's surgiu a partir do crescimento da globalização da economia, quando se intensificou a necessidade da reorganização dos fatores produtivos e os modos de gestão empresarial com a finalidade de compatibilizar a organização com padrões internacionais de qualidade e produtividade (OLAVE e NETO, 2009). As organizações passaram a adotar novas formas de gestão, de trabalho e inovação nos seus produtos e nos seus processos produtivos, buscando se ajustar às exigências mundiais. E essas novas formas implicaram, principalmente, em estratégias de formação de redes entre empresas para garantir a sobrevivência e a competitividade das pequenas e médias empresas (id *ibid*). Nesse sentido, as redes de empresas formam-se com o objetivo de reduzir riscos e incertezas, organizando a gestão com base na coordenação e cooperação entre empresas, configurando-se como redes flexíveis, clusters (aglomerados) de empresas, cadeias produtivas, ou como redes de cooperação (LEON, 1988). Representando uma nova forma de organização econômica em um contexto particular de estrutura social (conexões de interesses mútuos e reputação, pouco vinculadas a estruturas formais de autoridade) (POWEL, 1990, *apud* OLAVE e NETO, 2009). Ou ainda, um modo de agrupamento de empresas destinado a favorecer o funcionamento de cada uma delas pelo compartilhamento dos meios produtivos e das redes de distribuição, sem laços financeiros obrigatórios entre si (RIBAULT, 1995). E que como características principais apresentam (ADA, sd):

- a) dimensão territorial, ou seja, espaço definido de ocorrência dos processos produtivos (município, áreas de um município, conjunto de municípios, microrregião, conjunto de microrregiões, etc);
- b) diversidade (de atividades, de atores econômicos, políticos e sociais);
- c) conhecimento tácito (não codificado mas implícito, de compartilhamento e socialização de tecnologias e estratégias operacionais);
- d) governança (formas centralizada, descentralizada, mais ou menos formalizada, de gestão das atividades, produção, distribuição, além da geração, disseminação e uso de conhecimentos e inovações).

Na região amazônica, essa concepção de APL foi introduzida pelo SEBRAE (por volta de 2002) e mais recentemente adotada pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

A primeira instituição objetivou, com a incorporação do conceito, promover no universo produtivo em que atua a cultura de cooperação e aprendizado coletivo, a geração, aquisição e difusão do conhecimento, o fortalecimento de governança e identidade local, além da construção de parcerias econômicas em âmbito nacional, regional e local.

A segunda, como órgão estatal de desenvolvimento regional, internalizou o conceito operacionalizando estudos sobre a realidade amazônica⁶ objetivando a indicação dos APL's mais ajustados aos critérios de um desenvolvimento regional sustentável e formar um portfólio para norteamento das ações da instituição, do Ministério da Integração Nacional e outros órgãos federais (ADA, sd).

Na região amazônica e no cenário das pequenas coletividades (principalmente rurais e baseadas na economia familiar), todavia, esse conceito de desenvolvimento endógeno com base nos APL's, encontra-se limitado em suas perspectivas concretas. A significativa ausência do Estado na microeconomia, a incipiente organização social dos produtores, a ausência objetiva de modelos sustentáveis para explorar os recursos naturais disponíveis, a reduzida e dispersa escala de produção, a restrita agregação de valor à produção local, a informalidade econômica predominante, além do atrelamento histórico dos produtores aos intermediários comerciais, impedem a utilização vigente do conceito de APL em estudos de casos como este, que aborda comunidades tradicionais. Isso não significa rejeição à idéia dos APL's, pois em termos gerais ela se enquadra perfeitamente na lógica de sobrevivência

⁶ SANTANA, Antonio Cordeiro de. **Arranjos Produtivos Locais da BR-163: contribuição ao planejamento estratégico territorial**. Belém, ADA, 2005.

comunitária regional: como os pequenos produtores familiares se organizam no cotidiano econômico, para sobreviverem. O que limita a adoção do conceito atual é a sua configuração a partir de empresas (por menores que sejam), e que implica em graus de organização, cooperação e inserção mercadológica que as coletividades tradicionais ainda não possuem. Em face disso, utilizou-se este tipo de abordagem sistêmica das pequenas economias locais sob uma ótica de subsistência, abandonando a caracterização empresarial por uma configuração de negócios, em prol de uma análise de arranjos produtivos locais dentro da realidade tradicional cabocla, onde:

- a) a produção é de pequena escala, baseada em um leque diversificado e não-especializado de produção;
- b) inexistente maneira formal de gestão, sendo a mão de obra de base familiar e alicerçada no trabalho informal;
- c) a produção é voltada para a manutenção da unidade familiar, com reduzidos excedentes para o mercado;
- d) as experiências associativas e/ou cooperativas são frágeis e com histórico significativo de fracassos;
- e) as unidades familiares de produção encontram-se fortemente atreladas aos intermediários (locais ou externos) nos processos de comercialização;
- f) a assistência técnica, creditícia, de fomento e mercadológica encontra-se muito aquém do necessário.

Nesse sentido, analisou-se as atividades econômicas (existentes e/ou desejadas) do lócus da pesquisa, como **Arranjo Produtivo Local de Subsistência - APLS**, entendido como sistema de produção local articulado informalmente com base nas redes sociais estabelecidas, pelas unidades familiares de produção localizadas no território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que mantém vínculos tradicionais de articulação entre si e marginalmente com o mercado e as instituições (governo, associações, estabelecimentos de crédito, etc). Isto é: pequenos negócios que, embora não se enquadrem no conceito formal de APL, potencialmente poderão vir a sê-lo, na medida em que as forças produtivas locais avancem em termos organizacionais, tecnológicos, gerenciais e de escala produtiva.

1.5. Entendendo o Planejamento Participativo

Verdejo (2006) caracterizou o planejamento participativo como “processo de construção coletiva em que se vai fazendo e aprendendo”. Segundo ele, a partir de um conhecimento preliminar que referencie o fazer, o compreender e o interpretar a realidade e o próprio procedimento coletivo de criação, o processo completo de planejamento alimenta-se, indefinidamente, na trilogia dialógica do sabendo-fazendo-aprendendo (sabendo mais).

Já Turnes (2004) vê o planejamento participativo como processo que implica em representatividade social e presença atuante em todas as suas etapas, como “um processo coletivo e compartilhado do conhecimento e de tomada de decisão sobre o futuro da sociedade, assegurando o envolvimento de todos os atores sociais e a interação dos saberes populares e técnicos”.

Para Rosa (2004), todo processo social (dentre os quais o planejamento participativo) é carregado de valores sociais, culturais e políticos pouco visíveis para os agentes externos, sendo esses valores os pilares de sustentação do mesmo ao longo do tempo e que norteiam as decisões e estratégias de qualquer modelo de desenvolvimento.

Em comum, os três autores citados apresentam a necessidade fundamental da participação interativa entre os atores sociais e os agentes institucionais envolvidos. Só que esta participação interativa proposta e necessária, enfrenta complicadores objetivos existentes na práxis conjunta dos protagonistas desse processo.

De um lado, a coletividade local envolvida não é homogênea, pois embora se constitua a partir de referenciais comuns de cultura e redes sociais dinâmicas e inovadoras (CAPRA, 2002), traz em cada indivíduo e em seus grupos componentes visões subjetivas e interesses particulares, que significam dificuldades internas a serem superadas em prol do sentido amplo do “nós” (a consciência de si e dos outros, superando a tentação do egoísmo individual e a integração dialógica aos objetivos comuns) (MAISONNEUVE, 1967, apud FAZZANO, 2009). E como essa relação coletiva, fundamental para a atmosfera necessária à participação eficiente e efetiva, não ocorre simetricamente em uma mesma comunidade ou em comunidades outras, o planejamento participativo dependerá sempre da qualidade das relações sociais pré-existentes a ele. Do outro lado, situam-se os agentes institucionais, com cosmovisão⁷ diferenciada e atrelados a objetivos organizacionais externos muitas vezes

⁷ Visão do mundo social constituída pela influência das relações objetivas de poder na mente das pessoas, agindo como princípio estruturante da interação das mesmas no mundo social objetivo, (Rausch, 1993).

distanciados dos interesses locais. E essas diferenças, no contexto da interação com a população local, podem limitar (e até impedir) os compartilhamentos necessários e inerentes ao planejamento participativo.

Em suma: embora na prática do planejamento participativo se busque construir de forma compartilhada o desenvolvimento, coexistem nesse processo duas posições instituídas (comunidade e instituição externa), diferenciadas em si e entre elas, e indivíduos também diferenciados e em busca de ascensão e legitimação (Bourdieu, 1973, apud RAUSCH, 1993; e FAZZANO, 2009), o que muitas vezes estabelece conflitos e superações diferenciadas. Assim sendo, há que se considerar que o planejamento participativo representa, em verdade, a dimensão real da identidade possível entre o conjunto heterogêneo da comunidade e o conjunto heterogêneo da instituição participante. E essa dimensão real (os resultados obtidos no processo) variará em função do grau de interação local, da interação institucional e da interação de ambas em termos de cosmovisão e objetivos.

Outrossim, considerando-se que o planejamento é uma ação pautada por uma perspectiva de transformação na consciência das pessoas, antes de transformar a realidade através da práxis, ele implica em um processo pedagógico onde a comunicação se torna fundamental em seus aspectos de linguagem e métodos (DEMO, 1996; GANDIM, 1999). Nessa perspectiva, planejar participativamente torna-se uma tarefa política para um processo emancipador que ultrapassa a dimensão técnico-administrativa, assumindo o conhecimento compartilhado como elemento fundamental, dinâmico e dialético, na percepção da realidade (FREIRE, 1987; HABERMAS, apud GONÇALVES, 2008). Portanto, para a transformação da realidade, é necessário um percurso metodológico que viabilize o conhecimento da mesma e consensos representativos, antes dessa transformação pretendida ser cristalizada em propostas técnico-administrativas. Torna-se necessário também um percurso epistemológico que valorize a observação e o reconhecimento das contradições e movimentos históricos da realidade e sua relação com os atores que planejam (LAKATOS e MARCONI, 1985) e que se alicerce em um referencial teórico que facilite o entendimento dialético da relação entre ação humana, a produção do espaço, a sua representação cultural e as influências simbólicas no comportamento dos indivíduos, grupos e comunidades envolvidos (FREIRE, 1987; SANTOS, 1996). Deve-se também privilegiar o consenso na definição dos objetivos, criando ambientes e oportunidades de compartilhamentos na leitura da realidade atual e no estabelecimento da realidade desejada. E por fim, incluindo os atores locais também na dimensão técnica do planejamento associando os saberes locais aos conhecimentos técnicos no debate e na decisão

dos caminhos (as atividades fins) que levarão à nova realidade coletivamente concebida (FREIRE, 1987).

Pelo exposto, tornam-se clara as consideráveis dificuldades limitações a serem enfrentadas nos processos de planejamento participativo. As subjetividades presentes nos atores locais e nos agentes institucionais, as diferenças entre a cosmovisão local e a visão de mundo que alicerça as instituições externas, as diferenças possíveis entre os interesses locais e os dessas instituições, a complexidade das metodologias exigidas para promover os compartilhamentos necessários, delineiam um universo por demais complexo e que tem desafiado permanentemente aqueles que se dedicam a este tipo de planejamento. E por ser uma iniciativa relativamente nova no contexto nacional e regional, ainda carece de muitas buscas de caminhos para a sua consolidação empírica.

1.6. Planejamento participativo, cultura de participação e desenvolvimento comunitário

A partir da redução dos conceitos mais amplos de desenvolvimento para as pequenas coletividades, pode-se conceituar o desenvolvimento comunitário como o processo de gestão dos recursos locais, aperfeiçoando e articulando as redes sociais existentes com os recursos ali disponíveis e com os contextos externos de relação do território local, para o atendimento duradouro das demandas comunitárias. Nesse sentido, cabe esclarecer que o desenvolvimento comunitário é um viés dentro da discussão sobre desenvolvimento local. Isso porque, as estratégias de desenvolvimento local tratam os territórios locais de forma abrangente, muitas vezes ignorando certas especificidades comunitárias que levam inevitavelmente a estratégias diferenciadas. E esta generalização da postura do desenvolvimento local leva, por exemplo, a erros de concepção estratégica quando trata igualmente territórios com graus diferenciados de integração ao mercado global, de exposição aos impactos sócio-culturais, de acesso à informação, etc (SINGER, 2004). Segundo este autor, embora as concepções de desenvolvimento local já representem um significativo avanço na direção do desenvolvimento sustentável, elas concebem o desenvolvimento de territórios específicos (locais) na concepção de competição econômica capitalista, relegando a segundo plano as especificidades de comunidades mais tradicionais. E estas comunidades, por terem economias voltadas para o autoconsumo, com ligações marginais e pontuais com o mercado externo, por seus baixos níveis de acumulação econômica, tecnológica e de poder político, exigem, pelo menos em primeira instância, estratégias mais solidárias e promotoras

do crescimento coletivo. E nesse cenário surgiu a estratégia do desenvolvimento comunitário, articulando em comunidades pobres e tradicionais o desenvolvimento solidário dos processos sócio-econômicos distintos, com demandas específicas de renda familiar, de organização do trabalho, de acesso coletivo às instâncias do mercado globalizado e de gestão do território ocupado. Buscando o desenvolvimento da comunidade como um todo e através do esforço de toda a coletividade e não pelo empreendedorismo individual (id *ibid*). Assim sendo, viabilizando a autonomia dos seus membros e/ou famílias, mas priorizando os processos de ajuda mútua, a posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição e a apropriação grupal dos avanços tecnológicos e das riquezas geradas, dentro dos paradigmas atuais de sustentabilidade, de participação ampla e democrática dos atores sociais.

Mas, como se dá essa participação?

Bourdieu (1974; 1983), ao abordar sobre a inserção social dos indivíduos (a participação), considerou que ela ocorre a partir dos ativos de seus respectivos capitais (cultural, simbólico, econômico e social). E essa concepção, aliada à cosmovisão indicada por Rausch (1993), subsidiou o surgimento, em fins do século XX, da metodologia denominada de Análise de Redes Sociais - ARS. Oriunda de estudos que abordavam a idéia de capital social (status, papéis, práticas sociais, normas e relações de confiança existentes entre indivíduos de um dado agrupamento e sua cosmovisão), como medida direta das possibilidades associativas e do grau de confiança mútua existentes nas coletividades, a ARS busca identificar a riqueza social potencial para o acesso coletivo a melhorias na qualidade de vida. Segundo Wenger e Lave (1991, apud CABELLEIRA, 2007), os grupos sociais se organizam por redes interpessoais baseadas em relações de confiança e interesses consensuais (como frutos da interação social gerada pelos ativos comentados) e que permeiam as organizações públicas e civis, caracterizando-se no conceito de capital social como comunidade de prática. Ou seja, determinado território geográfico ou organizacional socialmente ocupado, representando o ambiente interativo para o aprendizado social e a busca de superação dos problemas. Caracterizado como comunidade pela identificação, compromisso e competência do indivíduo para com os objetivos comuns; pela prática do repertório de experiências, histórias e ferramentas qualificadas para enfrentar as situações adversas; pela intermediação de informações na comunidade original e em outras das quais participe; pela tradução dos interesses locais dentro da visão de mundo de outras comunidades; ou ainda pelo estabelecimento de metas de acesso a objetos físicos, tecnologias, processos e técnicas presentes em mais de uma comunidade (DUGUID e BROWN, 2001, apud CABELLEIRA, 2007).

E embora inicialmente estas redes tenham sido vistas como universos estruturais (com propriedades imutáveis no tempo), a continuidade dos estudos demonstrou serem elas universos dinâmicos, constituídos historicamente em função das interações sociais. Para Capra (1996; 2002), por exemplo, as redes sociais representam teias de comunicação que interagem através da linguagem simbólica, dos limites culturais e das relações de poder, reconhecendo e incentivando as redes de solidariedade no combate à pobreza e à exclusão social, contribuindo para os processos de desenvolvimento local. Segundo ele, essas redes expressam idéias políticas e econômicas inovadoras (através do compartilhamento cognitivo que promove o surgimento de novos valores, pensamentos e atitudes), alimentando uma cultura de participação que, com as novas tecnologias de comunicação e da informação, pode ampliar o poder democrático das coletividades de acesso aos objetivos que elas possuem em comum.

Ainda a esse respeito Maisonneuve (1967, apud FAZZANO, 2009) salienta que, "experimentar sentimentos, participar da mesma condição, é próprio da mentalidade comunitária querer, estar e fazer juntos, assumir conscientemente a mesma tarefa, o mesmo projeto". Segundo ele aí reside a consciência do "nós", que só pode ocorrer entre sujeitos que tenham consciência de si e dos outros, que tenham superado "a tentação do egoísmo individual" vigente no sistema social pelo "sair de si". Nesta ótica, o indivíduo integra-se na relação coletiva e torna-se parte ativa em sua comunidade, interage com seus colegas de grupo, aprende a pensar coletivamente, criando-se a atmosfera necessária à busca do desenvolvimento comunitário (id *ibid*).

Mas, além disso, tratar de ações coletivas em comunidades rurais amazônicas e ribeirinhas, situadas na periferia de contextos globalizados (como o estudo de caso em pauta), significa abordar descompassos estruturais entre as realidades tradicionais e modernizadas que geram processos complexos de enfrentamentos e superações, quase sempre e entropicamente transformadores das culturas dominadas. E para entender melhor este quadro de transformações necessita-se abordar o conceito de anomia social, cunhado por Emile Durkheim ([1893], 1977) e ampliado posteriormente por Robert K. Merton (1938, apud NETO, João L. A., 2009).

Para Durkheim, anomia social era vista como a falta de lei ou ausência de norma de conduta, gerada por transformações sociais intensas que demolem valores históricos sem conseguir substituí-los adequadamente. Com isso, essa ruptura cultural não compensada provoca a desorganização pessoal, pelo conflito ou ausência de normas. E esse conflito ou ausência resultam em situações sociais que acarretam, pelas exigências contraditórias,

dificuldades de adaptação para o indivíduo que, desorientado pela perda de referenciais, reduz sua vinculação à estrutura social ou à natureza das suas normas, sob a sensação da falta de objetivos e da perda de identidade, assumindo muitas vezes condutas desviantes. Isso, segundo ele, explicaria os comportamentos sociais ligados à criminalidade presente e crescente nas sociedades modernizadas.

Mas para Robert Merton (em sua obra *Teoria e Estruturas Sociais*), o estado de anomia social seria a decorrência da falta de acesso, insuficiência ou inexistência de recursos sociais institucionalizados (normas de comportamento) para atingir as metas culturais (valores sócio-culturais que norteiam a vida das pessoas). Em suma: resultado de metas sócio-culturais pretendidas, sem meios socialmente disponíveis para alcançá-las. Mas isso, segundo ele, ocorre não porque os meios inexistam, mas porque os meios existentes não são suficientes e não estão ao alcance de todos, acarretando assim um desequilíbrio entre os meios e os objetivos a serem atingidos. Isso quer dizer que, enquanto todos são insistentemente estimulados a alcançar as metas sociais, na realidade apenas alguns poucos conseguem ter ao seu dispor os meios institucionalizados para tal.

Colocados frente à frente, as duas concepções de anomia social expostas aparentemente se opõem: a primeira explica a desestruturação social a partir da ruptura brusca e intensa dos cenários sociais estabelecidos, destruindo os valores antigos sem substituí-los; a segunda explica essa desestruturação pela frustração do acesso de todos aos meios estabelecidos para o alcance das metas culturais. Melhor analisadas, porém, as duas visões se complementam, já que os dois fenômenos parecem ocorrer concomitantemente nas sociedades de classes. De um lado, a organização crescente do trabalho impondo mudanças laborais especializadas, valores competitivos e corporativos que isolam os indivíduos dentro do grupo amplo, enfraquecendo ou dissolvendo o espírito solidário original. Do outro, a solidariedade de classes e o sistema social hegemônico suplantando as formas antigas de estabelecimento e consecução compartilhados de metas e meios culturais, pela solidariedade de classes e pelo sistema social hegemônico. Como bem observou Merton, a própria sociedade gera esse desequilíbrio ao estabelecer culturalmente, mas de forma assimétrica, metas sociais e os meios sociais necessários, concorrendo fortemente para o comportamento de desvio de maior incidência social, por ele denominado de anomia inovacionista. Nele, a insuficiência dos meios prescritos ou admitidos estimula o abandono ou burla das normas instituídas, num esforço do indivíduo ou grupo para superar os obstáculos institucionais ou instrumentais e alcançar as metas estipuladas pelo sistema, através de meios não convencionais. Mas, apesar de neste tipo de comportamento estarem retratadas todas as formas de delinqüência (das mais

simples às mais graves, como a delinquência juvenil e a criminalidade organizada), dialeticamente nele também se encontra aspectos socialmente proativos, capazes de promover inovações e mudanças benéficas na vida coletiva. Aperfeiçoando e criando novas metas e novos meios (generalizando o acesso a eles), buscando a racionalização entre a tarefa social e os instrumentos necessários, entre geração e compartilhamento epistemológico, entre a geração e distribuição de riquezas, entre a obtenção dos direitos instituídos e o estabelecimento de novos direitos.

De certa forma, essa contradição presente no comportamento de desvio (conduta inovadora da ética existente versus conduta inovadora anti-social) também reforça a abordagem já comentada de Habermas sobre “cálculo egocêntrico” e “racionalidade comunicativa aprendente”. Na lógica hegemônica das sociedades de classe, a esfera de reprodução simbólica, da linguagem e das redes de significados das percepções de mundo, nos moldes tradicionais, não é destruída, mas aprisionada e incorporada às relações de poder e intercâmbio instituídas da forma assimétrica já descrita, alimentando os desvios anti-sociais tão presentes nas sociedades contemporâneas. Mas, pela perspectiva possível da prática coletiva aprendente, esses desvios inovadores podem alimentar os reposicionamentos coletivos necessários aos avanços sociais.

E na mesma forma dialética, esses três raciocínios anteriores (desvio inovacionista, cálculo egocêntrico e racionalidade aprendente), validam outra abordagem significativa em termos de cultura, feita por Leonardo Boff (e al, 1996): o comportamento cultural de lateralidade. Segundo ele e sua equipe de estudos, as coletividades pobres, alijadas dos processos político, econômico, social e subjugadas por outra cultura dominante, criam para si códigos de representação do mundo marcados pela lateralidade, pelo sincretismo e pelo trato oportunista com o poder dominante. Isso porque, embora o conceito de cultura implique em vários significados (conjunto de hábitos, crenças e costumes específicos, conjunto de conhecimentos, educação e erudição de determinados grupos), implica também em sincretismos que ocorrem como forma de resistência cultural das coletividades subjugadas. No fenômeno religioso (estruturante dos seres humanos) esse sincretismo significa a construção disfarçada de formas de resistência das crenças que ajudam a dar sentido à existência, a repassar as tradições, a preservar e renovar os costumes, realimentando permanentemente as esperanças. Na convivência social em condições de conflito e/ou dominação, significa ganhar espaço contornando as dificuldades e criando atalhos de acesso e/ou resistência. Em ambos, estrutura-se no não-confronto direto com a dominação, na prática presencial do sim e na prática clandestina do não. Frente à dominação instituída, pede favores,

se faz de pobre e frágil, não briga com a autoridade. Por trás, anonimamente, leva a vida sem culpas, não pratica a moral repressiva do dominador e não segue a lógica dogmática do opressor. E, embora possa ser caracterizado como desvio cultural, o comportamento da lateralidade não foge à perspectiva ética e moral, pois funciona em benefício da coletividade, de forma internamente honesta e solidária. Centraliza-se na luta coletiva pela vida, nos processos sociais amplamente inclusivos e em formas de solidariedade, embora possa incorporar também vícios ao ser cooptado pelo discurso dominante da lei de Gerson, dos preconceitos e oportunismos vários.

Assim, o desenvolvimento, em qualquer das suas concepções, traz em si o fenômeno comunicacional e da cultura de participação, como meios de construção e transmissão social do conhecimento acumulado, mediando socialmente a comunicação interpessoal nas coletividades e entre coletividades, viabilizando ou não os processos de interação e intercâmbios na busca de melhores condições de vida.

1.7. Saber empírico, Organização e Participação

Reforçando a posição de estudiosos como Cabugueira (2000), Campanhola e Graziano (2000) e Barquero (2002) na questão da potencialidade participativa dos diversos atores sociais e da necessidade de aperfeiçoar a participação eficiente e efetiva no planejamento do desenvolvimento local, uma reflexão do educador Paulo Freire (1987) apresenta-se como emblemática. Diz ele que o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade e na transformação da realidade, se não for ajudado a tomar consciência dessa realidade e da sua própria capacidade para transformá-la. E seria esta consciência que lhe permitiria entender as forças contra as quais luta, a importância dessa luta e os seus contornos, levando-o a descobrir as possibilidades de mudança da realidade e sua capacidade em modificá-la. Crendo-se nisso, torna-se inevitável perceber a atitude preconceituosa das elites sociais e políticas em relação ao saber empírico e à participação popular. Por condicionamentos ideológicos, ignoram que na história humana a evolução do conhecimento se deu a partir dos saberes informais e tradicionais, supervalorizando o conhecimento formal e desvalorizando o conhecimento empírico, enquanto capacidade instrumental de entendimento das estruturas sociais e de participação.

É bem verdade que o conhecimento sistematizado aperfeiçoa a capacidade humana de percepção do seu ambiente, mas a ausência ou insuficiência de escolaridade não representa incapacidade para refletir o mundo (FIORI, sd, apud FREIRE, 1987). Além da

escola, os homens aprendem nas suas vivências diárias, se educam entre si mediatizados pelo trabalho e todos sabem algo de algo, negando-se assim a possibilidade do domínio individual (ou de classe social) da verdade absoluta sobre as coisas (FREIRE, 1987). Mas a esfera política, por exigir conhecimentos e comportamentos que não são disponibilizados àqueles que não freqüentam o círculo de poder do Estado ou da sociedade civil organizada, faz com que a participação popular ocorra de forma muitas vezes pouco eficiente, reforçando o preconceito da incompetência e a manutenção de reservas gratuitas de dominação (MITSCHERIN, MIRANDA e PARAENSE, 1989) ou de setores para captura de governança (COELHO, 2006).

Mas, sob essa ótica de marginalização política, o que dizer em relação à participação real (objetiva) e (des)organizada dos significativos contingentes de atores sociais que se encontram à margem dos processos decisórios?

No universo regional das coletividades pobres que participam ou aspiram participar na esfera política, de forma interativa ou contestadora, pode-se identificar algumas especificidades organizativas e/ou operacionais, que ocorrem de forma concomitante e relativamente dinâmica e que constam da conclusão a seguir.

1.8. Conclusão

A prática do planejamento para o alcance do desenvolvimento evoluiu historicamente das ações informais dos primórdios das sociedades humanas, assumindo o perfil atual após inúmeras fases onde essa prática político-social internalizou aspectos profundamente centralizadores, de valorização etnocêntrica dos recursos naturais e de priorização da dimensão econômica. E, apesar das profundas diferenças ideológicas entre os sistemas econômicos das nações comunistas e dos países capitalistas, o perfil dos processos de planejamento manteve o aspecto centralizador estatal, diferenciando-se apenas no grau de intervenção do Estado nos processos econômicos. E, embora os regimes democráticos dos contextos capitalistas repassassem a idéia da participação social no planejamento, essa participação se deu sob dois eixos principais:

- a) o “cálculo egocêntrico” que Habermas (sd, apud GONÇALVES, 2008) definiu como a ação dos atores sociais motivadas pela lógica da dominação, aprisionando a comunicação livre pela lógica instrumental do sistema e incorporando-a nas relações hierárquicas e de intercâmbio que encobrem a dominação;

- b) a “teoria do conflito” na qual, mesmo em cenários não-revolucionários, a participação se dá mediante o conflito social, onde os privilegiados buscam manter, consolidar e ampliar os seus ganhos materiais, contrapondo-se aos desfavorecidos que buscam ampliar os seus acessos individuais ou coletivos (OBERSCHALL, 1973, apud ALEXANDER, 1988).

Em função dessas posturas originais, e apesar das inúmeras crises econômicas, sociais e ambientais que forçaram discussões e revisões dos processos de planejamento para modelos mais participativos (focados menos na economia e mais nas preocupações sócio-ambientais), esses processos ainda trazem em si as essências da centralização decisória e da dominação política. Na Amazônia Brasileira, aonde nos últimos quinze anos experiências participativas de planejamento vêm sendo tentadas, essas limitações históricas apresentam-se como principais fatores de frustração das mesmas. Seja na esfera pública local, seja nas instituições públicas ou civis existentes para gerar mudanças, predominam as limitações impostas (legal ou ilegalmente) pelas classes sociais organizadas na configuração dos espaços políticos, nas estratégias de focalização reducionista e nas formas de planejamento. Por corresponder aos valores hegemônicos da sociedade regional e dos contextos externos, predomina o planejamento centralizado, focado na visão etnocentrista e pragmático-utilitarista dos recursos naturais e na acumulação econômica desigual (VIEIRA, 1989; CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; CABUGUEIRA, 2000; BARQUERO, 2002; ALMEIDA, 2004; MIRANDA, 2007). Por assim ser e pelos resultados sociais insatisfatórios, ampliam-se na região os confrontos entre o Estado e os movimentos sociais autônomos e o número de segmentos sociais em inércia política (ARATO, 1994; CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; MIRANDA, 2007). E por persistir, esse cenário tradicional inibe as iniciativas concebidas sob referenciais participativos, o aperfeiçoamento metodológico das mesmas e a organização dos segmentos populares.

Mas, apesar da realidade comentada, vários pensadores (como VIEIRA, 1989; CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; CABUGUEIRA, 2000; BARQUERO, 2002; ALMEIDA 2004; VERDEJO, 2006), embora comentem as limitações políticas impostas pelo Estado à participação social ampla, defendem a reformulação pacífica da esfera pública, através de processos e metodologias participativas adequadas. E mesmo outros estudiosos como Arato (1994) e De Toni (2006), que reforçam o distanciamento político existente entre o Estado e a sociedade civil autônoma, reconhecem a necessidade e a possibilidade de pressões dos movimentos sociais como caminhos democráticos para a obtenção dos direitos instituídos

e demandados. Todas essas percepções teóricas parecem aglutinar-se em torno idéia de Habermas da “racionalidade aprendente” onde os grupos sociais podem desenvolver competências mais complexas para conhecer a realidade e superar os desdobramentos autoritários das explicações apenas racionais. Igualmente, encontram eco nas reflexões de Freire (1987), para quem a carência de conhecimentos formais da população excluída dos processos de planejamento não impede a sua participação efetiva na esfera pública, já que possuem experiências, conhecimentos e percepções que complementam o saber formal na construção de estratégias de desenvolvimento.

Ocorre que, embora as linhas de raciocínio e conclusões de todos estes autores sejam conseqüentes, complementares entre si e adequadamente inseridas no cenário regional comentado, apresentam algumas lacunas cognitivas carentes de respostas contextualizadas:

- a) apesar do fracasso histórico das experiências centralizadas de qualquer ideologia e das possibilidades teóricas da reformulação democrática da esfera pública, como resolver na prática o conflito entre as tendências radicais dos movimentos sociais contestadores e as práticas políticas tradicionais?
- b) dentro da perspectiva democrática, como se dá a superação das situações reais de participação alienada e manipulada, para alcançar-se a participação interativa?
- c) qual a real capacidade de participação dos segmentos sociais pobres no planejamento participativo, face às suas limitações escolares, à desinformação sobre os espaços políticos instituídos, à inexperiência político-organizacional e aos comportamentos de lateralidade cultural internalizados como forma de resistência?
- d) como superar as práticas políticas tradicionais que são reproduzidas pelas lideranças comunitárias (formais e informais) e que contribuem para manter a população pobre em processos manipulados de participação ou em inércia política?
- e) que papel desempenha a participação (des)organizada dos grupos informais (associações não-legalizadas, movimentos sociais de contestação e/ou desobediência civil), no contexto do desenvolvimento sustentável?
- f) como a perspectiva “aprendente” de Habermas se expressa no cotidiano das populações locais politicamente marginalizadas, no contexto de sua cultura e organização e diante das influências externas?

- g) que metodologias podem contribuir para o afloramento do conhecimento informal nos planejamentos participativos?

Embora a maioria destas indagações supere os limites deste estudo de caso (metodologias para a participação na construção de projetos de desenvolvimento local), carecem de respostas a serem obtidas por novas pesquisas, pois, em maior ou menor intensidade, estão ligadas às questões da participação das localidades interioranas no planejamento para o desenvolvimento sustentável. E no plano das especificidades regionais, a literatura visitada mostrou a existência de lacunas significativas de conhecimento, tais como:

- a) carência de estudos de caso sobre experiências concretas de desenvolvimento em nível de comunidade, na Amazônia;
- b) ausência de estudos que abordem de forma concomitante, ação e reflexão, nas iniciativas das pequenas comunidades rurais amazônicas para o desenvolvimento local;
- c) inexistência de estudos sobre iniciativas locais para o desenvolvimento a partir da mobilização dos próprios atores residentes, sem a participação de um órgão externo, tais como as ONG's, universidades e institutos de pesquisa.

Nestas lacunas de conhecimento se localizaram as inserções do presente estudo de caso, abordando as questões ligadas à participação social e aos procedimentos metodológicos estimuladores dessa participação. Focado na questão central de conhecer em que medida a participação das pessoas no planejamento participativo corresponde à incorporação do saber tradicional e das demandas locais no planejamento (enriquecendo-o e legitimando-o), buscou conhecer a real capacidade de participação política das populações pobres, como se dá essa participação objetiva e as metodologias potencializadoras da interação social.

Pretendeu também contribuir para o melhor entendimento da mobilização e desmobilização dos atores locais em função dos fatores internos e externos ao território local.

Em termos externos, analisando, a partir das evidências e percepções dos moradores, as práticas tradicionais de planejamento e gestão, as metodologias ocorrentes nas iniciativas inovadoras e o entendimento dos agentes institucionais em relação às culturas locais e suas implicações na participação.

Em nível interno, e sob a mesma ótica, buscou apreender a lógica de socialização dos atores locais entre si e nos processos do funcionamento social da comunidade.

Assim, buscou o entendimento destes aspectos limitadores das iniciativas locais de planejamento participativo e desenvolvimento sustentável. Aplicando os recursos metodológicos (detalhados no próximo capítulo) para detectar aspectos da realidade que influenciem a participação dos atores residentes (as relações sociais, a percepção dos mesmos sobre o seu território, seu modo de vida e sobre o universo institucional externo) e analisando os resultados destes recursos metodológicos na obtenção destas informações.

2. O PERCURSO METODOLÓGICO E DE REFLEXÃO CRÍTICA

O presente estudo referenciou-se no objetivo geral de elaborar um projeto participativo de desenvolvimento local analisando-se, no seu processo de construção, a participação das pessoas na consecução do documento e a força legitimadora dessa participação e dos conhecimentos locais em relação ao mesmo, buscando confirmar (ou falsear) as hipóteses de que:

- a) as comunidades tradicionais possuem saberes que, construídos nas suas relações sociais, no empirismo das atividades produtivas e na ancestralidade comum, passam saberes que, articulados aos saberes institucionais e de agentes externos, permitem descortinar problemas e potencialidades locais, dando consistência objetiva à construção de alternativas para o desenvolvimento local;
- b) os atores residentes, através das redes sociais construídas ao longo do tempo, podem facilitar aos planejamentos participativos as negociações necessárias na esfera pública ampliada, viabilizando os pactos e a legitimidade que estes planejamentos necessitam;
- c) apesar das limitações historicamente impostas à participação popular na construção de políticas públicas, a implementação de metodologias participativas podem ajudar a superar a desmobilização e o desencanto político destas coletividades em relação aos processos participativos.

O estudo construiu e aplicou estratégia metodológica para executar diagnósticos e planejamentos locais, gerar projeto local de desenvolvimento e analisou os resultados da metodologia aplicada e da participação da população. Para tanto se optou, em função da natureza participativa da investigação, pelo Estudo de Caso como metodologia central, complementada pelos métodos de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, Observação Participante e Análise de Redes Sociais – ARS, nos moldes descritos na reflexão crítica apresentada a seguir.

Utilizou-se este método porque, segundo Robert K. Yin (2001), o estudo de caso representa uma das estratégias adequadas para pesquisar eventos contemporâneos empíricos (que é o caso proposto), seguindo-se procedimentos pré-especificados e incluindo duas evidências usualmente não incluídas nas investigações históricas: a observação direta e série sistêmica de entrevistas. Por tratar-se, porém, de investigação social (naturalmente complexa por envolver comportamento humano também em seus aspectos subjetivos e de natureza cultural), a necessidade de buscar múltiplas fontes de evidências em um universo onde as

fronteiras entre o fenômeno e o contexto não se apresentam nitidamente perceptíveis (ibid), agregou-se a esta metodologia central os processos de DRP, ARS e Observação Participante. E mediante o uso concatenado destes métodos, o estudo de caso buscou esclarecer, em relação ao conjunto de idéias consideradas na configuração das hipóteses e dos objetivos, como as decisões participativas foram tomadas, como foram implementadas e quais os seus resultados. Assim como averiguar em que medida os conflitos relacionais entre as informações objetivas e subjetivas dos atores e informantes-chaves (em função das suas respectivas posições nas redes sociais, organizações locais e no funcionamento comunitário, além dos conflitos de poder), influenciaram nas decisões, elaborações e resultados.

O trabalho de pesquisa foi concebido a partir de duas grandes vertentes: o planejamento participativo de um projeto de desenvolvimento local e a análise crítica e reflexiva sobre este processo. A primeira vertente visou contribuir com o desenvolvimento da comunidade escolhida e a segunda, buscou refletir sobre o processo de planejamento participativo. A primeira buscou cumprir o papel social transformador que deve existir na tarefa investigativa. A segunda objetivou agregar aos conhecimentos acadêmicos já disponíveis, novas validações e novos entendimentos da realidade.

Este capítulo está dividido em seis seções. Na primeira seção se situa o lócus da pesquisa (Itacoã-Miri). Na seção seguinte descreve-se a metodologia central escolhida: o estudo de caso. Nas seções subseqüentes se aplica o mesmo procedimento em relação às três metodologias complementares: o DRP, a ARS e a Observação Participante.

Posteriormente, na sexta seção, se discorre sobre a triangulação de dados como instrumento para a sistematização, análise e reflexão crítica das informações empíricas, relacionadas ao referencial teórico e às proposições do estudo.

E encerrando o capítulo, uma conclusão descreve os entraves encontrados na metodologia escolhida, assim como as lacunas cognitivas e operacionais que poderão ser exploradas e preenchidas por novos estudos.

2.1. O Estudo de Caso

Este método foi escolhido por entender que o planejamento participativo é um fenômeno contemporâneo no qual os comportamentos relevantes não podem ser sistematizados apenas estatisticamente (face às subjetividades envolvidas), e onde é necessária a realização de observações diretas e entrevistas sistemáticas e/ou informais, articuladas com as evidências documentais existentes (YIN, 2001). Através dele,

referenciamos e definimos os dados participantes, examinamos o detalhamento do processo organizacional e esclarecemos fatores particulares do caso que podem ampliar o entendimento das ocorrências investigadas. E embora existam críticas à estratégia metodológica do estudo de caso, por ser um método que dificulta a generalização de resultados, concorda-se com Yin (2001), que contra-argumenta com a existência de modos para evidenciar a validade e a confiabilidade deste tipo de estudo. E foi visando ampliar a estes dois requisitos que se acrescentou a este estudo de caso os métodos complementares da Análise de Redes Sociais – ARS, da Observação Participante – OP e do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP e assim permitir a triangulação de dados necessária à confirmação ou falseamento das informações obtidas. Estas definições, articuladas em uma unidade de análise (a triangulação de métodos e dados detalhada mais adiante), permitiram a sistematização e análise das informações coletadas e viabilizou a interpretação e ligação das evidências (por analogias de situação) percebidas às proposições e critérios do estudo de caso (CAMPOMAR, 1991; BRESSAN, 2000).

Em termos objetivos o método utilizado permitiu a obtenção de informações junto aos atores locais, através de entrevistas (estruturadas e não estruturadas), observações e informações documentais que possibilitaram:

- a) descrever o cenário do território (as estratégias de sobrevivência, as formas de organização e apropriação do território, e as relações do mesmo com os territórios mediatos (comunidades do entorno, pólos próximos e mais desenvolvidos em termos sócio-econômico e político);
- b) explicar as motivações coletivas e individuais (objetivas e subjetivas) das intervenções cotidianas na vida real em que se situam (temas mobilizadores, redes sociais estabelecidas, participação associativa, percepções da problemática local);
- c) avaliar as vivências e respectivas percepções dos atores e grupos locais em relação às experiências institucionais com o entorno territorial (projetos, processos decisórios, planejamento, gestão e resultados);
- d) descrever as intervenções realizadas pelo atual estudo (através do planejamento participativo, com base no método DRP);
- e) entender, ou caracterizar para futuros estudos, as situações reais onde as intervenções avaliadas não apresentaram resultados claros e específicos.

Para tanto se utilizou um plano de pesquisa de campo onde, a partir do conhecimento anterior do pesquisador sobre o lócus e de contato preliminar com o mesmo:

- a) identificou-se um grupo de informantes locais qualificados (lideranças formais e informais já conhecidas ou percebidas), como fonte de informações para as entrevistas (estruturadas ou não);
- b) ampliou-se este grupo à medida em que as entrevistas realizadas sugeriram novos atores;
- c) utilizou-se um roteiro para as entrevistas estruturadas, pré-elaborado com base nas entrevistas informais do contato preliminar e nos propósitos do estudo;
- d) aplicou-se metodologias de apoio ao DRP (matrizes lógicas, vídeos, grupos de estudos, plenárias e perguntas sociométricas), com base em referências teóricas (LUKESH, 1997; SANTANA, 2005) e na experiência do pesquisador em processos de planejamento participativo anteriormente realizados (MIRANDA, 2001; 2004; 2005; 2007);
- e) investigou-se documentos locais disponíveis, sobre os processos organizativos formais da comunidade;
- f) anotou-se as observações participantes em diário de campo, para posterior sistematização e uso;
- g) analisou-se as informações a partir do arcabouço analítico de triangulação de métodos (MINAYO, 2005), previamente construído com base nas referências teóricas;
- h) concluiu-se sobre a cultura participativa local no funcionamento social e no processo de planejamento participativo implementado.

A escolha desse método apresentou os seus alcances, identificações e entendimentos, conforme relatados na descrição e resultados dos métodos complementares utilizados, a seguir. Igualmente, as conclusões finais encontram-se relatada no quarto capítulo.

2.2. Itacoã-Miri: o caso de pesquisa

Escolheu-se a comunidade de Itacoã-Miri para o estudo realizado por um conjunto de características nela contidos e que dizem respeito à natureza da investigação originalmente proposta, a saber:

- a) é uma coletividade considerada tradicional⁸, formada a partir das populações africanas submetidas à escravidão e de sua miscigenação com outras etnias locais posteriormente situadas;
- b) situa-se próximo à capital do Estado (Belém), com acesso rodovial e hidroviário a cerca de uma hora de viagem, sofrendo fortes influências culturais e econômicas em seu funcionamento social, fatores estes muito abordados hoje como variáveis entrópicas para as pretensões locais de desenvolvimento deste tipo de população;
- c) tem vivenciado relações com instituições e agentes externos⁹ em iniciativas de desenvolvimento local, com resultados insatisfatórios e desmobilizadores dos atores locais para novas iniciativas do gênero;
- d) estas influências, caracterizadas hoje pela ampliação do acesso comunidade/capital e seus efeitos na ampliação (em condições adversas) das relações comerciais, dos cultivos de roçados, da produção de carvão, com decorrente aceleração do desmatamento, fragilização da renda familiar, comprometimento gradativo das oportunidades de trabalho e ganho, além do crescimento da violência juvenil associada ao consumo de drogas;
- e) a partir de 2003, com a introdução de políticas públicas específicas para as coletividades quilombolas através do Decreto 4.887/03, estas vivências institucionais da população local passaram a ser mais intensas, sem que os resultados objetivos locais tenham-se satisfatoriamente concretizados.

Neste contexto, considerou-se adequado o locus citado para a pesquisa realizada. Segundo descrição de Scoles (2005), a comunidade de Itacoã-Miri situa-se no estuário

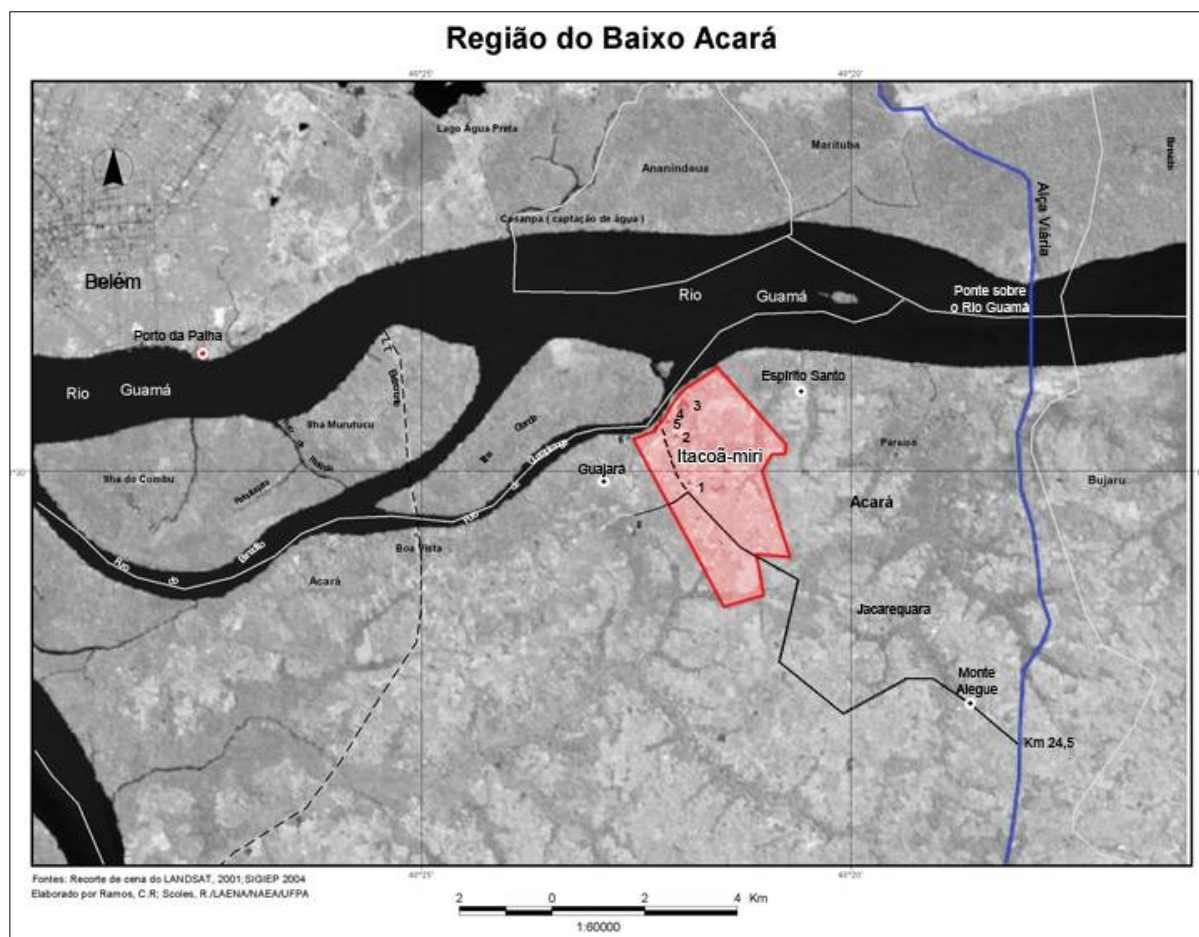
⁸ Entende-se como tal as populações que, embora diferenciem-se entre si pelas especificidades dos respectivos meios de produção e sobrevivência, tenham características semelhantes, tais como descritas por Diegues (2004; 2005; 2008):

- a) moradia estabelecida por várias gerações, com noção de território e de pertencimento ao espaço onde a coletividade se reproduz econômica e socialmente;
- b) organização social, econômica e cultural a partir das relações familiares, comunitárias e de compadrio;
- c) dependência dos ciclos e recursos naturais, com estratégias de uso e manejo dos mesmos baseadas em conhecimentos ancestrais;
- d) produção de subsistência (podendo ocorrer a comercialização de pequenos excedentes), com base no trabalho familiar e/ou na solidariedade inter-famílias;
- e) reduzida acumulação de capital financeiro e incipiente poder político externo.

⁹ Estas relações apresentaram como resultados mais conhecidos a implantação interrompida de projeto coletivo de piscicultura com a Cooperativa Vibra João XXIII (1996), implantação de sistema de energia solar com a DH Consultoria de Telecomunicações (1996), reativação parcial do projeto de piscicultura em parceria com o Programa Raízes e POEMA (2003), entre outros.

amazônico, nas proximidades da capital paraense, mais especificamente no vale do Rio Acará, em sua desembocadura no Rio Guamá, afluente do Rio Pará. Os seus limites externos imediatos coincidem com o Furo do Guarapiranga (também chamado de Furo do Guajará) e com limites territoriais de comunidades vizinhas, como se pode perceber na figura a seguir.

Figura 1: Situação geográfica de Itacoã-Miri



Fonte: LANDSAT, 2001, SIGIEP, 2004. Elaborado por RAMOS, C.R. Scollés, sd. Adaptado por MIRANDA, 2009.

O seu território comunitário, já legalmente titulado, totaliza 968, 9923 hectares, com um perímetro de 14.292,08 metros e tem como referencial geográfico 01°. 29' de latitude sul e 048°. 22' de longitude a oeste de Greenwich.

Apesar de situar-se aproximadamente a apenas 11,3 km da cidade de Belém, a comunidade pertence administrativamente ao município de Acará. Mas, em virtude desta proximidade geográfica da capital, da significativa ausência do governo local em termos dos serviços públicos básicos na comunidade e pela maior dinâmica econômica da região metropolitana de Belém, as relações locais consolidaram-se predominantemente com a capital do Estado do Pará.

2.3. O Diagnóstico Rápido Participativo - DRP

Utilizou-se esse método para, de forma interativa com os atores locais, delinear a realidade comunitária (problemas, desafios e esperanças), gerando o marco situacional que alimentou as discussões e decisões para o futuro coletivo desejado (GANDIN, 1999; FREIRE, 1987).

Este processo, relativamente recente no contexto regional amazônico, desenvolveu-se no Brasil a partir das experiências com Diagnóstico Rural Rápido – DRR na década de 1970 (VERDEJO, 2006), posteriormente definida como Diagnóstico Rápido Participativo - DRP (BUARQUE, 1999) e mais tarde adaptado para Diagnóstico Territorial Participativo – DTP (GROPPO et RAVERA, sd). Estruturado a partir das necessidades do desenvolvimento local sustentável (BUARQUE, 1999), sua aplicação objetiva entender e interpretar, de maneira integrada, as dinâmicas da transformação estrutural e as complexidades territoriais relativas ao conjunto de normas, formas de acesso, uso e gestão dos recursos humanos e naturais, expressando uma organização social específica e suas relações com o meio ambiente (id ibid). Neste enfoque, o planejamento realizado nessa dissertação partiu de um diagnóstico elaborado com a participação dos atores sociais e agentes (históricos e emergentes) que interagem no território, construindo, modificando, acelerando, freando ou consolidando movimentos territoriais definidos ou ainda implementando novas ações (id ibid). Representou uma forma inicial de envolvimento dos atores locais de qualquer natureza, buscando as percepções básicas sobre a dinâmica econômica, os projetos políticos, os níveis de articulação e coerência entre os vários setores sociais e suas subjetividades, articulando-as em bases de dados que alimentaram as etapas posteriores. Estas etapas, previstas por Groppo (2001), constantes da análise das informações e da negociação para o estabelecimento consensual e legitimado de estratégias, objetivos e instrumentos para as mudanças, foram: a observação inicial, a integração, a compreensão e o horizonte da negociação.

Na primeira etapa buscou-se uma aproximação inicial em relação ao território a trabalhar investigativamente a sua configuração histórica e atual, buscando trilhas para delinear as características essenciais e distintivas da realidade local, ensaiando uma discussão preliminar em torno da proposta de trabalho em planejamento e dos prováveis fatores de convergência dos indivíduos para as questões mais pertinentes para a construção dos indicadores.

Na etapa de integração, iniciada a partir de aceita e legitimada a intervenção proposta, construiu-se um roteiro para as entrevistas estruturadas (ver anexo II) e realizou-se

as mesmas junto a quinze informantes selecionados na etapa anterior (ver anexo I). E em paralelo a essas atividades, coletou-se observações participativas registradas no diário de campo, para complementar as informações das entrevistas e alimentar a Análise de Redes Sociais - ARS.

Na terceira etapa (a compreensão), buscou-se o entendimento ou avaliação compartilhada do território local, pela descrição do espaço geográfico e seus componentes, a análise dos problemas e potencialidades existentes, a percepção das condições de interação dos atores e dos caminhos para a abertura do diálogo amplo na esfera local. Construindo ou aperfeiçoando, através do debate e do consenso amplo, as condições potencialmente favoráveis ao desenvolvimento local e as normas e mecanismos para o funcionamento adequado da negociação. Os resultados destas etapas compõem, mais adiante, o capítulo III, onde se descreve o cenário local da investigação.

Na etapa derradeira (correspondente ao horizonte da negociação), buscou-se a partir dos processos decisórios da etapa anterior, estruturar consensualmente os perfis dos subprojetos escolhidos, desenvolvê-los em conjunto com grupos temáticos de trabalho democraticamente eleitos, em processos contínuos de elaboração > discussão > reelaboração, até alcançar-se a aprovação plenária dos citados subprojetos e do documento final. Cabe destacar que esta etapa foi a parte aplicada do estudo e que gerou as principais contribuições para a comunidade local, espelhadas em um documento técnico para embasar a busca de parcerias institucionais para operacionalização das alternativas criadas.

2.3.1. A observação

Esta etapa foi bastante facilitada pelo fato do pesquisador já conhecer o território e ter relações estabelecidas com a população, por ter trabalhado anteriormente na localidade como agente institucional. Em verdade, essa (re)observação diferenciou-se da vivência anterior pelo seu enfoque pessoal: antes, como agente institucional, buscava identificar os problemas e conflitos locais, tentando entender o funcionamento social mas priorizando as formas de resolver os problemas com ações imediatas e pontuais; a partir do estudo de caso, essa postura assumiu um caráter mais distanciado e observador, priorizando a busca do entendimento do funcionamento social local. Assim, o que antes era fonte de problemas para o agente contornar, tornou-se objeto de investigação e entendimento para o pesquisador. Nesse momento inicial, buscou-se os atores locais conhecidos para reatar os laços de confiança e compartilhamento anteriores (embora sob outra ótica), explicar as novas intenções

e estabelecer o clima social necessário para a apreciação e decisão dos mesmos sob a proposta de realização do planejamento participativo. Esse momento de (re)abordagem também propiciou entrevistas exploratórias e observações sobre os comportamentos de comunicação, de convivência e de percepção da realidade territorial, delineando as características essenciais e distintivas da realidade local. E ensaiando uma discussão preliminar das questões mais pertinentes, iniciou-se a construção dos indicadores a serem utilizados. Assim, anotadas imediata ou posteriormente (dependendo do tema e do clima dos diálogos) no diário de campo, estas discussões auxiliaram a elaboração posterior do roteiro para as Entrevistas Estruturadas. Igualmente, nessa fase contactou-se a presidência da Associação dos Agricultores Quilombolas da Comunidade de Santa Maria de Itacoã-Miri – **Associação Quilombola**, explicando o cenário da nova situação do pesquisador na comunidade e a proposta de trabalho conjunto (o projeto de desenvolvimento para a associação e como base reflexiva para a dissertação de mestrado).

Essa etapa foi considerada concluída após a realização da Assembléia Ordinária da Associação Quilombola (22/07/2008), quando o pesquisador explanou à plenária associativa os objetivos do estudo de caso, os resultados possíveis (para a comunidade e para o investigador) e a estratégia participativa proposta, ocorrendo a aprovação do estudo por aclamação. Esta assembléia, porém, apresentou algumas características que, embora sejam comuns no cenário local, merecem ser detalhadas:

- a) presença de apenas 32 moradores (a média de frequência anual), divididos igualmente entre homens e mulheres;
- b) frequência de apenas 6 membros do projeto de piscicultura (21,0%), face à chegada inesperada de alevinos para serem colocados nos viveiros de criação;
- c) ausência total dos jovens da comunidade, fato permanente nas assembléias da associação;

Outrossim, em termos decisórios, a proposta de planejamento foi condicionada, pela assembléia em diálogo com o pesquisador, a alguns critérios consensualmente estabelecidos, a saber:

- a) participação aberta a todo e qualquer morador da comunidade;
- b) mobilização dos moradores a ser feita pelo conjunto de atores associativamente ativos, a diretoria, lideranças e o pesquisador, através de convites impressos e/ou contatos informais;

- c) enfatizar a mobilização dos jovens e dos idosos, segmentos tradicionalmente ausentes das atividades associativas;
- d) evitar a participação de outras comunidades do entorno no processo de planejamento, já que experiências anteriores fracassaram em virtude de conflitos de interesses específicos;
- e) evitar a integração de instituições externas no planejamento, impedindo os oportunismos e personalismo dos agentes, que geralmente têm gerado desvirtuações das discussões locais e dos resultados obtidos;
- f) em momentos posteriores ao planejamento, dependendo das circunstâncias e oportunidades, a Associação deverá promover a apresentação do projeto de desenvolvimento junto às esfera pública e/ou instituições potencialmente parceiras;
- g) iniciar o planejamento participativo após as eleições municipais de outubro de 2008, para evitar intervenções partidárias oportunistas (internas e externas) que possam desvirtuar os objetivos do processo;
- h) ao longo do processo de planejamento, o pesquisador deverá realizar colóquios com a diretoria da Associação Quilombola, para compartilhar informações sobre o andamento dos trabalhos.

Neste cenário e limites, iniciou-se a integração do pesquisador ao lócus da pesquisa.

2.3.2. A integração

Aceita e legitimada a intervenção proposta e no aguardo do fim das eleições municipais de 2008 para iniciar o planejamento participativo, durante os três meses seguintes, deu-se continuidade aos contatos freqüentes com os atores locais, construindo-se um rol de quinze informantes qualificados (ver anexo I), o Guia para as Entrevistas Estruturadas (anexo II) e execução das mesmas. E, em paralelo a essas atividades, coletou-se observações participativas registradas no diário de campo, para complementar as informações das entrevistas e alimentar a Análise de Redes sociais.

O Guia permitiu a estruturação prévia das entrevistas formais, permitindo ao pesquisador marcar os temas abordados pelos entrevistados em seus discursos livres e espontâneos, indicando também o redirecionamento da entrevista para os temas pretendidos, quando não-abordados livremente. As entrevistas sempre foram iniciadas pela solicitação de

uma análise pessoal do entrevistado sobre as relações interpessoais e familiares na comunidade. A partir daí, buscaram captar as percepções do mesmo sobre estas relações e suas imbricações territoriais, religiosas, parentais, econômicas, culturais e organizativas, além de sua percepção sobre o sonho coletivo de vida e a participação associativa para a busca do mesmo. E, enquanto indivíduo, como ele avalia e se insere nesse universo coletivo, com suas interações e rejeições à cosmovisão local e, de certa forma, indicando os atores locais com os quais tem redes estabelecidas a partir das similaridades de percepção e ação. Com os mesmos cuidados e critérios da fase exploratória, mas com menor grau de liberdade nas respostas, aprofundou-se aqui os aspectos mais importantes para a decodificação da realidade temática e sintonizadas com o modelo de análise construído. Estas entrevistas, em número de 15 (quinze), foram consideradas suficientes em função dos fatores locais comentados no item anterior e dos critérios qualitativos que foram utilizados para a escolha dos informantes-chaves a entrevistar. Nestes critérios, a qualificação informativa dos atores considerou:

- a) a vivência nas atividades locais (trabalho, produção, organização social, etc.);
- b) a posição social dentro das relações formais e informais existentes;
- c) os atores apresentados pelos entrevistados (snowball);
- d) a heterogeneidade (idade, tempo de moradia, gênero, etc.);
- e) a disponibilidade para conceder a entrevista.

Cabe destacar que estas entrevistas foram realizadas antes do início do planejamento participativo, em função da necessidade de se ter referências anteriores dos entrevistados sobre suas percepções relativas ao tema do estudo de caso, não somente para alimentar as metodologias com os principais indicadores percebidos, como também analisar posteriormente as evidências confirmadoras ou contestadoras dos resultados obtidos pela metodologia utilizada.

Outra atividade metodológica realizada nesse período foi a pesquisa documental nos livros de atas da Associação Quilombola, no período de 17/11/1991 a 17/10/2008, representando dezessete anos de participação associativa dos atores locais em 211 assembléias realizadas. Nessa investigação, buscou-se informações quantitativas (sobre as respectivas freqüências) e qualitativas (temas predominantes das pautas desenvolvidas) para identificar e relacionar os principais temas mobilizadores da participação dos atores locais na organização, ao longo do período. Além disso, os dados foram utilizados para delinear a participação geral dos moradores ao longo do citado período e ano-a-ano, comparando-se esta participação com a população estimada (coletada junto aos informantes e documentos) de cada período anual e

os períodos mais intensos de atuação das instituições externas em projetos locais de desenvolvimento. Os temas mobilizadores (detalhados posteriormente na descrição do cenário local da pesquisa), foram tipificados nos seguintes termos:

Quadro 1: Temas mobilizadores identificados na participação associativa local

<p>1. POLÍTICA: Processos políticos locais (eleições e conflitos político-associativos, processos político-partidários e eleitorais, eventos políticos locais, discussões sindicais e assemelhados.</p> <p>2. GESTÃO ASSOCIATIVA: Prestação de contas, manutenção da infraestrutura comunitária, questões financeiras, contribuições e coletas, etc.</p> <p>3. DEFESA TERRITORIAL: Questões ligadas à titulação da terra, a invasão por posseiros externos, ocupações não autorizadas por moradores locais, e similares.</p> <p>4. SERVIÇOS PÚBLICOS: Questões ligadas à educação, saúde, transporte, estradas, energia elétrica e similares.</p> <p>5. PROJETOS SOCIAIS: Infraestrutura social própria, atendimentos sociais públicos e privados, Bolsa-família e assemelhados.</p> <p>6. PROJETOS ECONÔMICOS: Geração de oportunidades de trabalho e renda</p> <p>7. CULTURA E LAZER Festas tradicionais, esportes, etc.</p>

Fonte: MIRANDA, com base nas atas da Associação Quilombola, 2008

Estes temas e seus resultados, apresentados e comentados no capítulo a seguir ¹⁰, caracterizaram não apenas a intensidade mobilizadora dos mesmos junto à população, como também o relacionamento dos mesmos com os resultados decorrentes e com a atuação dos agentes institucionais envolvidos.

2.3.3. A compreensão

O método do DRP foi o instrumento principal utilizado para obter informações econômicas, sociais e ambientais para o projeto de desenvolvimento local. Sua prática forneceu o entendimento e interpretação integrada das especificidades territoriais do lócus escolhido em termos da dinâmica econômica, das formas de uso e gestão dos recursos humanos e naturais pela população local, mediante sua organização e suas relações com o meio ambiente.

No primeiro momento dessa etapa, aborda-se a técnica coadjuvante da Matriz Lógica para Identificação do Perfil Comunitário – MLIPC (ver anexo III) e a obtenção da visão dos comunitários (através de grupos de estudo e discussões plenárias) sobre os problemas e potencialidades locais.

¹⁰ Capítulo III: O cenário de Itacoã-Miri: história, participação e conflito

Em seguida, apresenta-se a metodologia de identificação das redes sociais primárias identificadas com base nos compartilhamentos cognitivos (em termos associativos e agroextrativos) e nos laços de confiança implícitos nestes compartilhamentos, expressos nos processos de escolha dos grupos temáticos de trabalho e nas entrevistas estruturadas.

Posteriormente, comenta-se o preenchimento da Matriz Lógica de Identificação Territorial – MLIT (ver anexo IV) para o entendimento das relações entre o funcionamento social da comunidade e as coletividades (rurais e urbanas) do seu entorno, além da intensidade dessas relações.

No penúltimo momento descreve-se a utilização da Matriz Lógica de Identificação dos Arranjos Produtivos Locais – MLIAPL (ver anexo V) como instrumento coletivo de identificação e avaliação, das alternativas produtivas locais (existentes e/ou desejadas), sob o leque de possibilidades das mesmas em termos de geração de trabalho e renda, sustentabilidades, experiência, organização local e das condições objetivas de execução.

E finalizando, descreve-se e analisa-se o conjunto seqüenciado de negociações articulado a partir dos resultados citados, as contradições, consensos e dissensos da coletividade até às decisões finais sobre o projeto participativo de desenvolvimento local.

2.3.3.1. A Matriz Lógica para Identificação do Perfil Comunitário - MLIPC

A concepção da matriz MLIPC, utilizada para este patamar investigativo, iniciou-se a partir dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO – 92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, contidos no documento final aprovado e denominado de **Agenda 21**. Este documento representa um pacto de compromissos pela mudança do modelo de desenvolvimento mundial, compatibilizando-o com o equilíbrio ambiental e a justiça social, sob a égide do Desenvolvimento Sustentável (que atenda as necessidades sociais e econômicas mediante o uso adequado dos recursos naturais, socializando os seus resultados e desenvolvendo politicamente a população). Para viabilizar esta proposta, estabeleceram-se como premissas a participação dos diferentes segmentos sociais nos processos de gestão ambiental, participação esta que implicou na ampliação do acesso à informação e na descentralização dos processos de decisão, planejamento e execução das ações necessárias, promovendo-se uma esfera pública ampliada (poder público e sociedade atuando em conjunto).

A partir desta conferência e com base nas suas decisões, o governo brasileiro implementou a elaboração da **Agenda 21 Brasileira** (MMA, 2000; Consumers International, 2002; MMA, 2003) que induziu o surgimento de experiências de planejamento local com base nos mesmos princípios. Dentro deste contexto surgiu a iniciativa metodológica “Inovation Compass”, idealizada pelo austríaco Robert Lukesh com os objetivos de:

- a) instrumentalizar sociedade e poder público locais para a tarefa de investigar sistematicamente a realidade em que se situam;
- b) sistematizar este conhecimento sob a ótica do desenvolvimento sustentável, identificando pontos fortes e fracos desta realidade;
- c) planejar participativamente as ações necessárias para reforçar os aspectos positivos e corrigir as deficiências;
- d) implementar estas ações mediante projetos específicos mas interligados pela necessidade holística do desenvolvimento sustentável;
- e) avaliar periodicamente a realidade sob intervenção, viabilizando a identificação dos avanços e de falhas passíveis de replanejamento.

A primeira aproximação regional da metodologia “Inovation Compass”, porém, em função das próprias especificidades locais da Amazônia, apresentou necessidades de adequações operacionais, tais como simplificação da linguagem, do preenchimento e redução das variáveis investigadas, entre outras. Este trabalho foi elaborado à época pelo pesquisador¹¹, para aplicação no município paraense de Acará, onde se realizou uma tentativa de implementação de desenvolvimento sustentável nos moldes preconizados pela Agenda 21. O método (denominado então de “Bússola Inovadora”) teve como concepção global que as ações para o desenvolvimento local deveriam ser geradas de forma participativa, alicerçadas em estudo sistemático e compartilhadas da realidade local, com base em informações oficiais e do saber tradicional das populações locais envolvidas. E concebia nove fatores de desenvolvimento para a matriz a ser preenchida por grupos de estudo, contendo perguntas específicas e passíveis de notas variáveis entre 1 e 5 (identificando-se como problemas a enfrentar aquelas respostas com nota < 3) :

1. Meio Ambiente (qualidade ambiental, consciência ambiental da população, características regionais, potencial produtivo sustentável dos recursos naturais, estrutura fundiária e infraestrutura de serviços públicos sociais básicos);

¹¹ MIRANDA et all, 2002

2. Recursos Financeiros (a dinâmica local de investimentos, a existência e suficiência dos serviços financeiros, arrecadação municipal frente às demandas sociais, grau de endividamento público e privado, políticas de incentivos, capitalização da população e sistemas informais de trocas de bens e produtos);
3. Gestão Pública (o grau de democratização dos processos públicos de decisão e administração, a eficiência e efetividade das políticas de desenvolvimento, a autonomia e o poder de negociação público/sociedade);
4. Recursos Humanos (saúde, demografia, oportunidades de trabalho e renda, bem estar social e relações sociais);
5. Mercados (graus de desenvolvimento das cadeias produtivas locais e de aproveitamento dos recursos naturais, nível acesso dos produtores aos processos de beneficiamento de produtos e de comercialização);
6. Capacidades (níveis de organização social e suas influências reais, oportunidades de educação e profissionalização, tecnologias e conhecimentos tradicionais utilizadas);
7. Imagens (consciência territorial e cultural da população, auto-imagem, nível de mobilização social para mudanças, divulgação extra-município de produtos, bens e serviços);
8. Atividades Produtivas (infraestrutura econômica e tecnológica, estrutura e consciência empresarial, produtividade e geração de trabalho e renda, além do nível de acesso da população aos meios de produção);
9. Identidades (normas e comportamento, valores e sistemas de crenças, mediação de conflitos, senso de identidade comunitária e normas sócio-culturais).

A partir desse diagnóstico inicial, a matriz foi sistematicamente testada e reformulada pelo pesquisador ao longo dos últimos sete anos, a partir das observações realizadas nas aplicações da mesma em outros diagnósticos, buscando torná-la fundamentalmente um instrumento de expressão dos atores sociais (pesquisando-se os dados oficiais em separado e das formas tradicionais), com linguagem acessível e inserida nas especificidades locais. Além disso, criou-se um referencial de notas mais facilmente assimilável pelos atores e também uma nova ótica de discussão dos resultados: considerando-se os problemas (média < 3), mas também as potencialidades locais (média > 3). Chegou-se assim, à matriz utilizada no presente estudo de caso, estruturada em cinco eixos de

desenvolvimento, com dez perguntas relacionadas em cada eixo, totalizando 50 indagações a serem avaliadas e pontuadas pelos grupos de estudo, com ajuste final em discussão plenária:

Quadro 2: Estrutura da Matriz Lógica para Identificação do Perfil Comunitário-MLIPC

MATRIZ LÓGICA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL COMUNITÁRIO - MLIPC				
1.Capital Ambiental e Sócio-cultural	2.Capital Produtivo	3.Governança	4.Capital Social	5.Capital Humano
Qualidade hídrica	Acesso à terra	Participação no	Solidariedade interpessoal	Formação escolar
Fauna ictiológica	Titulação da terra	planejamento público	União interlideranças	Formação profissional
Flora nativa	Energia Elétrica	Participação nos	Mobilização para a ação	Conhecimentos locais
Fauna silvestre	Transporte	Conselhos Municipais	coletiva organizada	Criatividade e interação
Solos	Mercados	Saúde	Participação eleitoral	das lideranças
Clima	Investimentos próprios	Educação	Participação sindical	Criatividade e interação
Conhecimento e uso dos Recursos Naturais	Acesso ao crédito	Água e Saneamento	Participação associativa	dos agentes externos
	Assistência técnica	Transporte	Percepção s/ a atuação	atuantes localmente
Consciência ambiental	e Fomento	Segurança	local de agentes externos	Qualidade de Vida local

Fonte: MIRANDA (2002; 2004; 2005; 2007; 2009), com base em LUKESH, 1997 e MMA, 2000 (ver anexo III).

E a partir das informações fornecidas por este instrumento, realizaram-se as discussões e tomadas de decisões sobre as potencialidades econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais disponíveis para o desenvolvimento local, conforme descrito no próximo capítulo.

2.3.3.2. A Análise de Redes Sociais - ARS

O método de ARS surgiu em fins do século passado, oriundo de trabalhos acadêmicos que abordavam a idéia de capital social (práticas sociais, normas e relações de confiança existentes entre indivíduos de um dado agrupamento), como riqueza social potencial para o acesso coletivo a melhorias na qualidade de vida. Segundo Wenger e Lave (1991, apud CABELLEIRA, 2007), os grupos sociais se organizam por redes interpessoais baseadas em relações de confiança e interesses consensuais (como frutos da interação social) e que permeiam as organizações públicas e civis, caracterizando-se no conceito de capital social como comunidade de prática. Ou seja, definido território geográfico ou organizacional socialmente ocupado (ambiente interativo para o aprendizado social e a busca de superação dos problemas), caracterizado como comunidade pelo **domínio** (identificação, compromisso e competência do indivíduo para com os objetivos comuns) e pela **prática** (repertório de experiências, histórias e ferramentas qualificadas para enfrentar as situações adversas) (id ibid). Neste ambiente, as redes de relações são construídas e a movimentação horizontal de conhecimentos ocorre por **participação** (intermediando informações na comunidade original

e em outras das quais participe), por **tradução** (estruturando os interesses locais dentro da visão de mundo de outras comunidades), ou ainda por **objetivos de fronteira** (estabelecendo metas de acesso a objetos físicos, tecnologias, processos e técnicas presentes em mais de uma comunidade) (DUGUID e BROWN, 2001, apud CABELLEIRA, 2007). E embora inicialmente estas redes tenham sido vistas pelos teóricos como universos estruturais (com propriedades imutáveis no tempo), a continuidade dos estudos demonstrou serem elas universos dinâmicos, constituídos historicamente em função das interações sociais. Atualmente, estas redes sociais apresentam-se divididas em três vertentes (http://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_social, 2007):

- a) **Rede Social Primária** (relações interpessoais cotidianas entre familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho e de organizações, contribuindo socialmente para a formação das identidades);
- b) **Rede Social Secundária** (inter-relações profissionais dentro das instituições públicas e privadas e que fornecem atenção, orientação e informação); e a
- c) **Rede Social Intermediária** (relações interpessoais entre pessoas que recebem capacitação especializada para a função de prevenção e apoio, como nos setores de saúde, religioso, etc.)

Dentre estas vertentes identificou-se **redes sociais primárias**, por serem as mais significativas para o estudo de caso, por representarem a possibilidade de entendimento das relações dos atores locais, dos compartilhamentos cognitivos entre eles e em relação aos objetivos comuns. E as informações necessárias à ARS foram coletadas no bojo dos conteúdos das entrevistas estruturadas, na observação participante e no processo de escolha dos grupos temáticos, levando em consideração a citada rede social primária, os conteúdos e motivações da mesma (econômica, social, familiar, política e organizacional).

Nesse estudo de caso, a metodologia ARS contribuiu para o entendimento das práticas sociais, normas e relações de confiança existentes entre os atores sociais locais, cristalizadas nas redes sociais estabelecidas e que possibilitaram a percepção das potencialidades associativas de ação e do grau de confiança mútua existentes na coletividade investigada. Em meio ao espectro amplo dessa interação social através de redes, investigou-se aquelas diretamente relacionadas com os conteúdos do planejamento participativo: a micropolítica (a gestão das condições formalizadas de ação dos grupos) e o trabalho cognitivo (atividades que envolvem conhecimentos e informações relativos aos processos de produção e/ou resultados consensualmente perseguidos).

A primeira implicou em identificar as interações ocorridas em relação à gestão associativa local e identificadas a partir das entrevistas estruturadas, observações realizadas e do processo de formação da comissão de negociação institucional para o projeto de desenvolvimento.

A segunda incluiu a escolha (pelo voto escrito e espontâneo) de indivíduos para os grupos temáticos de trabalho e que, em nome de todos os envolvidos no planejamento, contribuíram especificamente para a construção compartilhada dos subprojetos escolhidos pela assembléia para compor o projeto de desenvolvimento local (ver anexo VII).

Essa pesquisa sobre as redes primárias locais envolveu 40 atores locais diretamente entrevistados e/ou participantes nos eventos do planejamento e representou o envolvimento de cerca de um terço das famílias locais, terço este caracterizado como o mais ativo em termos de participação associativa.

De forma geral, os sociogramas construídos a partir dos processos de identificação comentados demonstraram relativa agregação dos grupos investigados em torno de determinadas lideranças e que demonstram relacionar-se bem entre si. Apesar disso, entre 15% e 20% dos atores locais pesquisados, pelo menos em algum momento da investigação, não indicaram nem foram indicados em relação às variáveis colocadas nos processos de escolha. E, embora esse fato possa ter outras explicações, parece significar isolamento social destes atores dentro das redes identificadas.

A identificação das redes com base na gestão associativa foi a mais amplamente investigada, envolvendo as entrevistas estruturadas, as observações participantes e as escolhas para os grupos temáticos de trabalho (no caso, a escolha da comissão de negociação do projeto de desenvolvimento junto às instituições). Mas em seu conjunto a ARS realizada permitiu descortinar o cenário local das práticas sociais, normas e relações de confiança, conforme descrito no capítulo III, a seguir.

2.3.3.3. A Matriz Lógica para Identificação Territorial - MLIT

Em termos de desenvolvimento local, o território é entendido como o espaço comunitário construído historicamente e suas relações econômicas, jurídico-políticas e sócio-culturais com os contextos territoriais dos seus entornos imediatos, mediatos (e até distantes), face aos processos contemporâneos de globalização (CABUGUEIRA, 2000). Todavia este espaço comunitário, antes de ser um elemento da relação interterritorial de qualquer natureza, representa um espaço compartilhado por determinados indivíduos (HAESBERT, 2004)

através de gerações, com uma história própria, redes sociais específicas e relações particulares com o ambiente natural (CABUGUEIRA, 2000) e que devem ser a base dos processos de desenvolvimento local. Isso porque esse cenário, construído ao longo do tempo e cristalizado contemporaneamente em sua infraestrutura social, produtiva e nos processos de comunicação (internos e externos), de certa forma representa o cacife da coletividade para o jogo político do desenvolvimento que se desenvolve na mesa das relações externas. Esse fato, colocado no cenário contemporâneo do desenvolvimento com ênfase local (CABUGUEIRA, 2000; CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; GROppo e RAVERA, sd; COELHO, 2006) e no presente estudo de caso, tornou indispensável a identificação e entendimento não só da constituição histórica do território comunitário como também de suas principais relações com o entorno. E para essa última finalidade, aplicou-se durante o processo de planejamento uma matriz lógica construída especificamente para este estudo (Ver anexo IV), com base nas experiências pessoais do pesquisador e em referências teóricas (CABUGUEIRA, 2000; CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; GROppo, 2001).

Quadro 3: Estrutura da Matriz Lógica para Identificação Territorial - MLIT

MATRIZ LÓGICA PARA IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL - MLIT	
INTERAÇÃO ECONÔMICA	INTERAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA
Venda de produtos locais	Ensino Fundamental
Compra de insumos para a produção local	Ensino Médio
Compra de alimentos e bens para o consumo familiar	Ensino Superior
Oportunidades de trabalho e renda	Capacitação profissional (1)
Assistência técnica e fomento	Atendimento em Saúde
Crédito produtivo	Transporte público
Beneficiamento da produção	Participação organizacional
Transporte da produção	Apresentação de demandas coletivas
Incentivos e/ou subsídios produtivos oficiais	Incentivos e/ou subsídios sociais oficiais
Oportunidades de trabalho assalariado	Esporte, cultura e lazer

(1) Cursos específicos de capacitação (de até 80 horas)

Fonte: MIRANDA, 2009, com base nos autores revisados (ver anexo IV).

Mas nesse caso, embora se tenha mantido a mesma sistemática de avaliação das outras duas matrizes, o seu preenchimento foi executado diferentemente: com os grupos temáticos de trabalho escolhidos pela assembléia para compartilharem com o pesquisador a construção dos subprojetos escolhidos. Isso se deu em função de que, ao se aplicar experimentalmente a matriz com a população em geral, percebeu-se dificuldades de entendimento da mesma, com suas múltiplas sub-variáveis e múltiplas fontes de interação das mesmas (cidades, vilas, municípios, etc.). Discutida esta dificuldade com os informantes, optou-se por essa segunda maneira, com resultados satisfatórios (ver capítulo III).

2.3.3.4. A Matriz Lógica para Identificação dos Arranjos Produtivos Locais - MLIAPL

Com base nos paradigmas de sustentabilidade comentados na revisão de literatura, o processo de planejamento participativo levado a efeito promoveu, em sua segunda oficina comunitária, a avaliação coletiva das atividades produtivas tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias e das novas alternativas econômicas desejadas por elas. Todavia, em função das especificidades da economia local, essa abordagem matricial foi adaptada para uma configuração produtiva diferenciada de APL e que se denominou de Arranjo Produtivo Local de Subsistência – APLS. Essa avaliação se deu através da aplicação da Matriz Lógica para Identificação de Arranjos Produtivos Locais de Subsistência – MLIAPLS (ver anexo V), através de grupos de estudo e discussão plenária dos resultados para ajustes consensuais, onde:

- a) a dimensão territorial é formada pelo espaço comunitário e os territórios do entorno com os quais a população local se relaciona diretamente;
- b) as unidades familiares de produção substituem as empresas de qualquer tamanho;
- c) a diversidade é representada por essas unidades familiares e suas variadas atividades produtivas, interagindo com os demais agentes econômicos, com as instituições públicas e civis;
- d) a governança é relacionada com a organização e gestão do trabalho coletivo, da produção e da comercialização articulada pelos coordenadores de grupos de produção (o que já ocorre como prática tradicional), e o apoio da Associação Quilombola, dentro do espírito do conhecimento tácito;
- e) a Associação de Produtores Quilombolas da Comunidade de Santa Maria de Itacoã-Miri – Associação Quilombola equivale à grande empresa que articula o APLS, a figura central da gestão política junto às esferas públicas e civis do entorno e dos compartilhamentos intergrupais relativos aos conhecimentos e tecnologias.

Nessa concepção, a citada MLIAPLS foi estruturada para permitir aos atores locais, avaliarem as atividades produtivas existentes (ou desejadas), atribuindo notas aos critérios constantes da mesma (possibilidades, sustentabilidades, experiência, disponibilidades e organização).

As possibilidades referem-se ao potencial da atividade para gerar oportunidades de trabalho e renda. As sustentabilidades representam à adequação ambiental da atividade, a lucratividade presumida e a importância da mesma na segurança alimentar da família. A experiência envolve os conhecimentos tecnológicos (tradicionais e/ou inovadores) dos indivíduos, unidades familiares e grupos dedicados à atividade considerada. As disponibilidades constituem-se dos acessos individuais e/ou coletivos aos meios de produção necessários (terra, insumos, mão de obra, recursos financeiros próprios, acesso ao crédito, assistência técnica, fomento e escoamento da produção). E por último, a organização (interações sociais e cognitivas, em torno da atividade produtiva e de gestão), entre produtores, lideranças, instituições e seus agentes.

Quadro 4: Estrutura da Matriz Lógica para Identificação de APL's - MLIAPL

MATRIZ LÓGICA PARA IDENTIFICAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - MLIAPL									
ATIVIDADES PRODUTIVAS JÁ EXISTENTES					ATIVIDADES PRODUTIVAS INOVADORAS DEMANDADAS				
A	B	C	D	N	AI	BI	CI	DI	NI
Possibilidades:					Possibilidades:				
> de geração de trabalho e renda					> de geração de trabalho e renda				
Sustentabilidades:					Sustentabilidades:				
> ambiental (conservação)					> ambiental (conservação)				
> econômica (lucratividade)					> econômica (lucratividade)				
> social (segurança alimentar)					> social (segurança alimentar)				
Experiência individual e/ou coletiva:					Experiência individual e/ou coletiva:				
> na produção					> na produção				
> no beneficiamento					> no beneficiamento				
> na comercialização					> na comercialização				
Disponibilidades:					Disponibilidades:				
> terra (ou matéria prima, ou infraestrutura)					> terra				
> insumos					> insumos				
> trabalho familiar					> trabalho familiar				
> recursos financeiros próprios para investir					> recursos financeiros próprios para investir				
> crédito rural					> crédito rural				
> assistência técnica e fomento					> assistência técnica e fomento				
> escoamento da produção					> escoamento da produção				
Organização, interação e saber:					Organização, interação e saber:				
> entre os produtores					> entre os produtores				
> entre as lideranças					> entre as lideranças				
> entre lideranças e instituições externas					> entre lideranças e instituições externas				
> experiências cognitivas e em gestão coletiva					> experiências cognitivas e em gestão coletiva				

Fonte: MIRANDA, 2009), com base em SANTANA, 2005 (ver anexo V)

No primeiro momento do processo (após praticarem com o pesquisador o uso da citada matriz), os grupos (formados ao acaso), indicaram e avaliaram por escolhas espontâneas e consensuais as atividades produtivas já praticadas e aquelas que consideraram significativas para mudar o quadro local de trabalho e renda. Após a apresentação dos

resultados em plenária (formada pelos cinco grupos de estudo reunidos), ocorreu a revisão plenária das avaliações grupais, chegando-se aos resultados finais por consenso.

Com base nesse conjunto seqüenciado de processos, descrito até aqui, construiu-se, mediante onze jornadas investigativas realizadas na comunidade (durante as quais se realizou sete oficinas de planejamento), o Projeto Participativo de Desenvolvimento Local originalmente previsto (ver resumo no anexo). E com base nos processos, ações e resultados desse planejamento, alicerçou-se a reflexão crítica que será apresentada posteriormente.

2.4. A observação participante

Surgido no campo das ciências sociais, este método insere-se no grupo de metodologias qualitativas (estudo de caso, pesquisa-ação, e outras), como instrumento para retrair, codificar ou traduzir os fenômenos sociais investigados. Concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, reúne pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema, em ações participativas que objetivam a busca de respostas a uma determinada situação problemática (THIOLLENT, 1984; 1985). Viabilizando o estudo destes fenômenos complexos em seu ambiente real e a partir da ótica dos observados, possibilita interpretações diferenciadas das informações objetivas, já que os atores sociais dão significados próprios e subjetivos (oriundos de sua interação com o ambiente), aos dados mensuráveis de suas vidas. Isso, na pesquisa social, é uma qualidade fundamental, pois a realidade de um determinado universo não se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos tomados em si mesmo: ela é todos estes fatos e dados, acrescidos da percepção que deles tenha a população envolvida (FREIRE, apud BRANDÃO, 2001). E esta assertiva sobre o método demonstra que ele, de forma alguma, exclui ou contrapõe-se às metodologias quantitativas. Ao contrário, enriquece-as com as interpretações individuais e coletivas sobre o significado dos dados estatísticos na sobrevivência e convivência social, nas expectativas e demandas dos atores sociais de territórios específicos (BRANDÃO, 2001).

Embora se atribua ao método a deficiência da subjetividade, por conter quase sempre uma inflexão ideológica do pesquisador, há que se considerar que no conhecimento científico não é possível valores absolutos e isentos, pois a sua formação e acumulação irá sempre variar conforme os interesses objetivos das classes envolvidas (BRANDÃO, 2001). E que, mesmo dentro de uma ótica positivista que preconiza a isenção e a objetividade, este conhecimento, enquanto produto cultural do intelecto humano, sempre buscou responder às

necessidades concretas e aos objetivos específicos determinados nas diferentes sociedades e em determinados períodos históricos. Neste sentido, a observação participante, por ter nascido na realidade acadêmica mais socialmente engajada em relação às necessidades básicas de populações vulneráveis, considerando suas aspirações e potencialidades cognitivas e de ação, não pode ser estigmatizada como demasiadamente subjetiva (FALS, apud BRANDÃO, 2001). É que nesse caso, a relação do pesquisador é de compromisso duplo, com a qualidade da pesquisa e com a vida da coletividade investigada, traduzindo-se em trabalho de pesquisa, trabalho político e luta popular (BRANDÃO, 2001). E na medida em que o outro se torna um companheiro de compromisso, o pesquisador é levado a refletir tanto sobre os destinos de sua pesquisa como também a respeito de sua posição pessoal diferenciada em relação às investigações acadêmicas tradicionais (MARTINS, 1996).

Por suas características, a metodologia foi escolhida para integrar o conjunto instrumental desta investigação, e contribuiu para o pesquisador codificar e apreender muitos dos fenômenos observados a partir da ótica dos atores locais, os significados próprios e subjetivos dados por eles à realidade vivenciada, as interações e conflitos (como os exemplos anteriormente citados), além de suas percepções do entorno territorial próximo e/ou distante (tais como a qualidade das atuações institucionais, as relações de mercado e políticas). O entendimento destas subjetividades permitiu confirmar ou questionar as informações objetivas coletadas, enriquecendo as informações mensuráveis obtidas através do Diagnóstico Rápido Participativo (como a priorização socialmente argumentada de atividades produtivas quantitativamente avaliadas negativamente e descartadas). Registradas em diário de campo e posteriormente sistematizadas, estas observações propiciaram também um entendimento diferenciado e enriquecedor do objeto investigado, contribuindo para conferir (ou não) confiabilidade e validade à investigação.

No cotidiano da pesquisa, estas observações foram realizadas durante contatos formais (como as entrevistas e os eventos do planejamento) e também nos contatos informais (momentos de lazer ou discussão coloquial da vida comunitária), além de observações distanciadas das interações grupais (lazer esportivo, festividades e cerimônias religiosas) e durante as oficinas realizadas. Anotadas posteriormente às observações (e de forma simplificada), no diário de campo, foram paulatinamente sistematizadas ao longo da pesquisa, buscando-se identificar e detalhar as evidências relacionadas aos propósitos do estudo.

2.5. A reflexão crítica e a triangulação de métodos e dados

O modelo de investigação com ênfase qualitativa tem sido alvo de críticas, por algumas das suas características diferenciadas das metodologias mais tradicionais.

Uma delas refere-se ao fato de que, embora a teoria esteja presente no planejamento da pesquisa, os pressupostos teóricos são descobertos e formulados em paralelo à pesquisa de campo e à análise dos dados. Mas essa indicação, ao invés de ser uma limitação, apresenta-se para vários autores (BRANNEN, 1992 e FLICK 2005, apud DUARTE, 2009) como uma qualidade, na medida em que permite a descoberta de novas teorias empiricamente enraizadas (e inicialmente imperceptíveis), privilegia a seleção de casos pela importância do tema (e não por sua representatividade) e contextualiza a complexidade do universo pesquisado através da interação do investigador e os atores locais, como parte explícita da construção do saber (e não como variável interveniente).

Outra crítica é a pretensa oposição da análise qualitativa à análise com base em informações quantitativas. Nesse sentido, Cupchik (2001), em Duarte (2009), salienta que os defensores dos dois paradigmas (o positivismo quantitativo e o construtivismo qualitativo), apesar das divergências, compartilham o fato de ambos abordarem fenômenos reais (com processos sociais) e a necessidade de ambos atribuírem sentido aos seus dados. Assim, estas duas abordagens se interrelacionam na prática investigativa, com a pesquisa quantitativa viabilizando dados relevantes para a base de descrição qualitativa.

A partir desse cenário de discussão, construíram-se nos últimos anos alguns consensos relativos à pesquisa social:

- a) as hipóteses não podem ser testadas em completo isolamento, por envolver um conjunto de crenças, obtendo-se apenas evidências e não provas concludentes (BRANNEN, 2005, apud DUARTE, 2009);
- b) as dificuldades de generalização das conclusões existem nas duas concepções analíticas, de formas diferentes: da inferência estatística específica para outros contextos, ou da inferência qualitativa para a teoria (id ibid);
- c) a combinação quantitativa/qualitativa já ocorre há tempos na pesquisa empírica, com resultados satisfatórios que influenciaram medidas políticas e aceites pelas agências de financiamento (DATTA, 1994, apud DUARTE, 2009).

A partir destes argumentos, e como caminhos de superação da divergência entre paradigmas surgiram noções como as de “triangulação”, “métodos mistos”, “modelos mistos” ou “métodos múltiplos” (DUARTE, 2009). Assim, o processo da triangulação metodológica para a análise de dados é um esforço contemporâneo dos estudiosos para combinar, em uma mesma pesquisa, diferentes métodos de coleta e análise de informação (id *ibid*). Ele se estruturou ao longo das duas últimas décadas do século passado, no bojo das discussões entre práticas metodológicas tradicionais (positivistas) e as tendências inovadoras dos pós-positivistas (GUBA e LINCOLN, 1994; 2003, entre outros citados por DUARTE, 2009), na análise dos fenômenos sociais. Enquanto o positivismo reafirmava a base do conhecimento científico unicamente nos fatos mensuráveis (rejeitando os métodos não-cartesianos), estes novos autores argumentaram que a compreensão da realidade é influenciada também pelos valores e subjetividades dos pesquisadores e pesquisados, pela teoria ou enquadramento teórico escolhido, indo, portanto, além dos dados quantitativos (DENZIN e LINCOLN, 2003, apud DUARTE, 2009). A evolução dessa idéia afluíu para o conceito mais atual e mais aceito do construtivismo¹², com ênfase no valor da observação e na experiência direta, numa perspectiva empirista de construir novos conhecimentos (MORTIMER, 2009). A discussão sobre as falibilidades interpretativas dessa ótica construtivista, nos últimos anos, tem gerado diferentes formas de combinar metodologias para dar maior consistência às informações qualitativas (DUARTE, 2009). Dentre elas, a “triangulação” constitui o termo mais utilizado na literatura, como um conceito central na integração metodológica, não somente entre vários métodos qualitativos, como também entre metodologias qualitativas e quantitativas, rompendo a hegemonia metodológica do método único (FLICK, 2005; FIELDING e SCHREIER, 2001; TASHAKKORI e TEDLIE, 1998, apud DUARTE, 2009). Sob o argumento de que uma hipótese testada com diferentes métodos seria mais válida que uma hipótese testada por um único método (DENZIN, 1970, apud DUARTE, 2009), ampliando a determinação do grau de convergência e de validade (ou de divergência e invalidade) dos resultados da investigação.

12 Conjunto de linhas de pensamento e estratégias epistemológicas que reencarnam o empirismo, ao acreditar que é possível modificar e construir novas idéias a partir da experiência sensorial, concebendo o empreendimento científico em termos de um olhar individual do mundo, na tentativa de dar sentido a idéias e concepções individuais. Dar sentido ao mundo, às observações e às experiências, a partir das subjetividades, em uma epistemologia empirista e aristotélica do mundo. Sem negar a objetividade dos dados mensuráveis, mas assumindo também que o núcleo central dos conceitos da ciência moderna são representações simbólicas e não experiências sensoriais (MORTIMER, 2009).

A partir daí, construiu-se uma tipologia que caracterizava a triangulação de dados, de investigadores, de teorias e metodologias, todas tendo como finalidade, ao fim de tudo, a análise das evidências e validação de resultados. A triangulação de dados constitui-se na coleta de dados de diferentes fontes, diferentes tempos, locais e indivíduos. A triangulação de investigadores refere-se à coleta de dados por diversos investigadores e de forma independente. A triangulação teórica pelo uso de diferentes teorias para interpretar um conjunto de dados de um estudo. E por último, a triangulação metodológica, utilizando múltiplos métodos para estudar um determinado problema.

Todavia, dois dissensos básicos persistem entre os teóricos do tema:

- a) alguns consideram demasiado simplista o pensar que dados gerados por diferentes métodos podem ser agregados para produzir uma visão unitária que se assume como “verdade”, já que a realidade é multifacetada e somente é possível construir aproximações da “verdade” (FIELDING e SCHREIER, 2001, apud DUARTE, 2009; ALMEIDA e PINTO, 1986);
- b) outros, como Lincoln e Guba (2003) em Duarte (2009), consideram que não são os métodos que permitem a “verdade”, mas sim os processos de interpretação.

Em meio a estas divergências, porém, há concordâncias relativas em relação a que a categoria “verdade” funciona apenas como limite e orientação operacional (produzindo apenas aproximações da mesma), e que os processos de triangulação vão além da validação cumulativa, ao integrar diferentes perspectivas e identificar paradoxos e contradições presentes no fenômeno estudado (KELLE, 2001; KELLE e ERZBERGER, 2005; FLICK, 2005, apud’s DUARTE, 2009). Assim, a triangulação viabiliza uma ótica mais completa e holística do fenômeno observado do que através do método único e ajuda o pesquisador a ser mais crítico face aos dados recolhidos.

Pelo exposto, e embora seja uma prática metodológica conceitualmente ainda pouco consolidada, adotou-se neste estudo de caso a triangulação de métodos (entrevistas, observações participantes, análise de redes sociais e informações documentais, matrizes lógicas e informações coletivas geradas nos eventos de planejamento), como instrumentos das ações descritivas e reflexivas. Combinando os conteúdos qualitativos e quantitativos coletados, entre si e em relação às hipóteses, seus indicadores e os referenciais teóricos escolhidos chegou-se à caracterização do cenário local da intervenção, às explicações dos processos de participação individual e coletiva na construção do território e na busca atual de caminhos para o desenvolvimento comunitário.

De forma geral, operacionalizou-se a coleta de dados necessários à análise das hipóteses, através das metodologias consideradas pertinentes e usando estes dados de forma combinada para a citada análise e reflexão sobre as proposições da pesquisa. Para tanto, identificou-se indicadores que, coletados direta e indiretamente junto aos atores locais, cristalizaram evidências confirmadoras ou não das afirmações hipotéticas iniciais, possibilitando o entendimento do cenário investigado e a explicação das questões ligadas aos processos de participação ocorrentes.

2.6. Conclusão

A pesquisa de campo e a sistematização concomitante das informações obtidas (excetuando-se a elaboração do documento final da dissertação) consumiram nove meses de trabalho, considerando-se o início em 21/07/2008 (quando ocorreu o primeiro contato com a população local) e o término em 17/04/2009, quando, em reunião da Associação, foi entregue o Projeto Participativo de Desenvolvimento Local (em duas vias impressas e cópia em CD-ROM). Acrescido dos seis meses gastos com a sistematização final, análise das informações e elaboração da presente dissertação, foram 15 meses de trabalho constante, em meio a dificuldades e facilitadores diversos, em meio a ganhos e lacunas cognitivas várias.

Em termos das metodologias escolhidas e do percurso metodológico trilhado, alguns pontos positivos podem ser destacados.

Inicialmente, o fato do pesquisador já ter relações anteriores estabelecidas com a população local (enquanto agente institucional anteriormente atuante na área) facilitou em muito a aplicação das metodologias escolhidas. Eliminou a timidez, receios e/ou desconfianças na concessão das entrevistas estruturadas, dos contatos informais e das observações participantes, contribuindo para a confiabilidade dos resultados obtidos. Além disso, as relações de confiança e afetividade construídas ao longo da citada pré-convivência, facilitaram a mobilização para o planejamento participativo, superando parcialmente o desencanto político e associativo vivenciado pelo grosso da população.

No que concerne aos instrumentos metodológicos, as matrizes lógicas utilizadas durante o DRP, apresentaram resultados satisfatórios, excetuando-se algumas inadequações operacionais na Matriz Lógica para Identificação Territorial – MLIT, já comentadas nas seções anteriores desse capítulo.

A matriz para identificação do perfil comunitário, desenvolvida há alguns anos pelo pesquisador com base na Agenda 21 Brasileira e a partir de concepções de Robert

Lukesch (1997) funcionou perfeitamente como instrumento grupal de avaliação e expressão consensual dos atores locais sobre a realidade em que vivem. Primeiro, pelo fato dessa matriz, que na origem pretendia ser uma forma de expressão técnica, coletiva e bibliográfica (envolvendo informações documentais, pareceres técnicos e percepções dos atores locais), foi definitivamente transformada unicamente em instrumento de expressão dos atores residentes, a ser agregada analiticamente e a posteriori, às informações documentais e às análises técnicas pertinentes. Segundo, por ter-se aperfeiçoado o sistema de notas para os fatores e variáveis considerados, facilitando o entendimento, discussão e a valoração qualitativa dos atores locais. Igualmente, a agregação de alguns dos fatores de desenvolvimento originais (reduzindo-os de nove para cinco), eliminou determinadas sutilidades acadêmicas da categorização dos fatores de desenvolvimentos (à exemplo de fatores como Imagens e Identidades) que dificultavam o entendimento da matriz pelo público envolvido. Por último, a agregação da tabulação concomitante à apresentação e discussão plenária dos dados (via computador, Data-show, Microsoft PowerPoint e Microsoft Excel), contribuiu significativamente para ampliar o debate plenário, por apresentar os resultados e correções em tempo real.

Igualmente, a adaptação conceitual de Arranjos Produtivos Locais – APL para uma concepção de subsistência mais compatível com a realidade das pequenas e tradicionais comunidades amazônicas, permitiu uma configuração mais simplificada e funcional da Matriz Lógica para Identificação de Arranjos Produtivos Locais de Subsistência – MLIAPLS. E essa adaptação (feita a partir de trabalhos de SANTANA, 2005), aplicada nesse caso unicamente como meio de expressão das percepções locais (passíveis de confirmações e/ou complementações e/ou correções posteriores, por outras fontes) e com a tabulação concomitante (à exemplo da MLIPC), mostrou-se eficiente na identificação das atividades econômicas promissoras que alimentaram a discussão do futuro sócio-econômico local.

Em termos analíticos, o uso da triangulação de métodos e dados comentada anteriormente, mostrou-se fundamental na evidenciação múltipla de informações temáticas obtidas isoladamente, em momentos diferentes e em fontes diferentes. Assim, pôde-se comparar uma mesma informação sob o prisma de métodos e dados diferenciados, confirmadores ou de falseamento. Exemplo emblemático foi a investigação documental sobre participação associativa, temas mobilizadores dessa participação e momentos históricos destacados da mesma, apresentada na descrição do cenário investigado. Envolvendo pesquisa quantitativa, informações subjetivas das entrevistas e depoimentos informais de atores locais, discussão dos dados documentais com o grupo de informantes, construiu-se evidências claras

da vinculação entre participação, desejos coletivos e interações institucionais, na história recente da comunidade. Dois outros exemplos da triangulação apresentam-se na sistematização apresentada das variáveis do perfil comunitário e também nos arranjos produtivos locais, combinando-se gráfica e analiticamente as várias avaliações quantitativas coletadas em uma análise holística dos dois temas.

O método de Análise de Redes Sociais foi facilitado por ter tido a coleta de dados inserida nas entrevistas estruturadas, no processo de escolha dos representantes grupais para os grupos temáticos de trabalho e na formação da comissão de negociação institucional do projeto. Mas, apesar dos resultados terem facilitado a identificação das redes sociais primárias existentes, essas descobertas foram relativas a compartilhamentos e identificações cognitivas específicas (gestão associativa, conhecimento técnico, capacidade de negociação), não abordando outros aspectos do funcionamento comunitário (cosmovisão, política, aspectos éticos e morais, etc.). Em assim sendo, dever-se-á introduzir futuramente na configuração operacional do método, estratégias que permitam ampliar a identificação dos conteúdos trocados nestas redes sociais locais.

Apesar desses ganhos metodológicos e cognitivos, as dificuldades e limitações enfrentadas foram também significativas.

As limitações do pesquisador em idiomas estrangeiros (excetuando-se o espanhol) impediram o acesso a autores importantes nas fontes originais, tendo que ater-se a citações e interpretações por outros autores, expondo-se ao risco de erros analíticos.

As limitações financeiras do pesquisador tiveram que ser contornadas pelo fracionamento das oficinas de planejamento em períodos intercalados de quatro horas, pelo empréstimo de equipamentos didáticos junto a instituições, pelo apoio financeiro do NUMA para a transcrição das fitas, e pela hospedagem e alimentação local do pesquisador compartilhada parcialmente com os moradores (sob a forma de rodízio voluntário).

Em termos metodológicos, a descoberta tardia de mau funcionamento do gravador utilizado (apresentava paradas repentinas e imperceptíveis que cortava trechos das entrevistas), impediu uma melhor qualidade e amplitude dos depoimentos coletados. Além disso, a inexperiência do pesquisador com o método gerou inicialmente intervenções inadequadas do mesmo em meio ao discurso livre dos entrevistados, gerando cortes na lógica discursiva dos mesmos. A partir da terceira entrevista esse problema foi gradualmente contornado e as lacunas ocorridas nas gravações foram em parte preenchidas nas transcrições, pelo pesquisador, com base nos apontamentos paralelos feitos em seu diário de campo. Mas outro fator inesperado prejudicou o resultado do método: três fitas gravadas (equivalentes a

três entrevistas) perderam-se nas águas do rio Guamá, em um rápido acidente fluvial durante o deslocamento Itacoã/Belém. Apesar de todos estes incidentes e dificuldades, os depoimentos salvos apresentaram boa qualidade e conexão adequada com os objetivos da pesquisa e as deficiências comentadas referem-se às falhas operacionais e não aos conteúdos do método.

A matriz destinada a identificar as relações territoriais do lócus da pesquisa (a MLIT), embora satisfatoriamente estruturada em seu conteúdo, teve que ser modificada na forma de aplicação grupal. Isso porque a complexidade das relações consideradas, envolvendo muitas variáveis (demandas, ofertas e participações), vários espaços territoriais e várias intensidades das respectivas relações, pré-testes realizados com os informantes qualificados demonstraram dificuldades de entendimento e avaliação das variáveis, espaços e intensidades relacionais. Em face disso, e mediante discussão com os citados informantes, optou-se pelo preenchimento de uma única matriz, de forma coletiva e plenária, com tabulação concomitante e facilitada pelo pesquisador. Essa adequação permitiu o desempenho satisfatório do instrumento metodológico, mas recomendam-se análises e aperfeiçoamentos do mesmo em utilizações posteriores.

Três últimas dificuldades foram vivenciadas: a carência de informações documentais sobre o lócus da pesquisa, o desencanto e a desmobilização político-associativa dos moradores e os conflitos de poder na gestão da associação local, e que serão mais bem detalhadas no capítulo a seguir.

No caso das informações documentais (cartografia social, pesquisas, relatórios e estatísticas oficiais) as dificuldades foram significativas, pois além da restrita ocorrência de estudos específicos, os mesmos são de difícil obtenção por não terem sido publicados e/ou por não estarem referenciados em fontes de acesso público. E as estatísticas oficiais referem-se sempre ao território municipal, não sendo por isso extrapoláveis para o lócus da investigação. Apesar disso, obteve-se informações atuais e históricas relevantes através de Rosa E. Marin (2003) e Ricardo S. Cano (2005), pesquisadores que realizaram trabalhos específicos na comunidade de Itacoã-Miri, suficientes para a contextualização do cenário investigado.

As duas últimas limitações enfrentadas têm na prática política institucional o ponto comum de inserção. De um lado, a população e várias lideranças descrentes e desmobilizadas para a busca do desenvolvimento, em face das experiências frustradas e anteriormente relatadas. De outro, os conflitos pessoais de poder no contexto da gestão associativa formal, entre diretores, moradores e outras lideranças. Estes dois fatores entrópicos (desmobilização e conflito) não permitiram a ampliação plena do processo de

planejamento, embora se tenha envolvido sistematicamente cerca de um terço das famílias e obtido um avanço inédito: a participação de jovens na associação, durante o processo de planejamento participativo.

3. O CENÁRIO DE ITACOÃ-MIRI: HISTÓRIA, PARTICIPAÇÃO E CONFLITO

Como já se disse anteriormente, a Amazônia brasileira foi inserida definitivamente no cenário internacional a partir da sua ocupação colonial, dentro da lógica mercantilista européia, subjungando a mão de obra necessária e apropriando-se dos conhecimentos autóctones sobre os recursos naturais.

Nesse cenário e no mesmo modelo de ocupação, a região do Baixo Acará, próxima a Belém (onde se situa Itacoã-Miri, o lócus da pesquisa), teve acelerado o seu povoamento a partir de 1707, quando se iniciou a concessão de sesmarias aos representantes regionais da ordem colonial e da lógica mercantilista. Essas concessões, que chegaram a 80 sesmarias nos vales dessa região (formada pelos rios Acará, Moju, Capim e Guamá), triplicaram a sua população entre 1775 e 1823, constituindo-se em grande região canavieira do Grão-Pará, além dos cultivos de cacau, mandioca, gado e algodão (MARIN, 2003). E para se ter uma aproximação da importância econômica da escravatura na região, ao fim desse período citado a freguesia de Acará possuía 1.437 escravos (41% da população total) (id ibid).

Os quilombos do Baixo Acará originaram-se das fugas das fazendas, olarias e sítios das freguesias da Sé, da Campina de Belém e proximidades. Em termos específicos, porém, a comunidade de Itacoã-Miri, com cerca de 130 anos de existência, surgiu a partir da **fazenda Itanquã**, pertencente ao Capitão Antonio Clemente Maciel de Farias e que era proprietário de escravos (MARIN, 2003). E no final do século XIX, com o fim oficial da escravatura, os libertos permaneceram no território, iniciando-se aí a ocupação do espaço gradativamente abandonado pelo proprietário (id ibid). Através da continuidade dos cultivos de subsistência e extrativismos tradicionais praticados até então, organizados a partir das relações de parentesco, do trabalho familiar, das crenças e costumes até então sedimentados, formaram-se sítios familiares relativamente permanentes. Esta ocupação, porém, ainda enfrentou vários percalços, pois os supostos herdeiros do antigo proprietário (ou ainda supostos novos proprietários) cobravam renda pelo uso da terra (em dinheiro ou farinha) e impediam a construção de casas sólidas e de pomares, para não caracterizar a ocupação familiar dos citados sítios. E somente a partir da década de 1980 é que esses ocupantes históricos consolidaram aos poucos, através da luta social organizada, a ocupação do território hoje configurado. Em assim sendo, a localidade de Itacoã, em verdade, não se originou de um quilombo (escravos fugidos e auto-refugiados em espaços longínquos), mas da luta coletiva

de resistência, negociação e apropriação gradativa do território, a partir do fim da escravatura e do abandono da propriedade pelo seu dono formal, tornando-se comunidade quilombola¹³

3.1. Um pouco da história local

No contexto histórico inicialmente descortinado, a formação social e territorial de Itacoã, excetuando-se a sua característica racial e o grau de subjugação social, se deu de forma muito semelhante às demais coletividades tradicionais¹⁴ da Amazônia: mão de obra subjugada para a ocupação econômica, organizada sob a lógica da acumulação desigual e sob fortes conflitos, e que ao longo dos séculos reorganizou-se conforme o possível nos territórios em que foram jogados e/ou abandonados nos períodos cíclicos da economia.

Pelas entrevistas colhidas por MARIN (2003), a memória histórica mais consistente da população residente atual inicia-se por volta deste período (final do século XXI, no período mediatamente posterior à Lei Áurea) a partir da Fazenda Itanquã e da olaria ali instalada. Dos períodos anteriores, restaram algumas lembranças esparsas sobre alguns fatos locais da Cabanagem¹⁵, da Casa Grande abandonada, ou de personagens negras locais como Fidelis, o escravo que sabia ler, fugiu e criou vários sítios. Este escravo, segundo relato colhido pela pesquisadora citada (2003), arranhou uma companheira e fugiu para a região não-ribeirinha da fazenda Itanquã, (denominada de Centro), lá criando vários sítios e uma extensa prole familiar.

Assim, evidencia-se que foi a partir desse período mais recente, que as famílias locais foram apropriando-se do território, através dos cultivos familiares de roçados e do extrativismo animal e vegetal (pagando renda aos pretensos proprietários), organizando-se em núcleos familiares e tendo na religião (católica) um ponto muito forte de interação e solidariedade entre as famílias locais e as comunidades próximas:

13 Definida legalmente como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão sofrida” (BRASIL, 2003)..

14 Entendendo-se como tal as populações que, embora se diferenciem entre si pelas especificidades dos respectivos meios de produção, etnia e sobrevivência, tenham características semelhantes, tais como: (a) moradia estabelecida por várias gerações, com noção de território e de pertencimento ao espaço onde a coletividade se reproduz econômica e socialmente; (b) organização social, econômica e cultural a partir das relações familiares, comunitárias e de compadrio; (c) dependência dos ciclos e recursos naturais, com estratégias de uso e manejo dos mesmos baseadas em conhecimentos ancestrais; (d) produção de subsistência (podendo ocorrer a comercialização de pequenos excedentes), com base no trabalho familiar e/ou na solidariedade inter-famílias reduzida acumulação de capital financeiro e incipiente poder político externo (DIEGUES, 2004; 2008).

¹⁵ Rebelião ocorrida em quase toda a Amazônia contra o poder instituído e que gerou mais de cem mil mortos (RIBEIRO, 2006) e que apresentou ocorrências locais conflituosas.

“Então eu acho que, assim no meu entendimento, (*o convívio religioso católico*) foi oportuno porque naquele tempo as famílias viviam assim com... era muito fechado o diálogo né? Era muito familiar a organização que existia na época, era irmandade, cada pessoa tinha um santo padroeiro da família, uns faziam festa, outros faziam só uma ladainha, mas aquelas eram umas festas que nem a da minha própria vó, né, que foi umas das maiores festas daqui. Era feita internamente é, por exemplo: na época era dado umas carta como se fosse hoje uns convite, e aí tinha o juíz do mastro, juíz da bandeira, juíz do altar, juíz da berlinda e aquelas pessoas além de preparar aquela ramada, além de darem aqueles donativos, enfeitarem aquilo, ainda davam uma importância em dinheiro praquela festa. Era distribuído xis de cartas convite e naquela carta ia uma, uma quantia que a pessoa tinha que colaborar e quando terminava tudo isso ficava com a família, num era discutido o que era feito, então a organização deste tempo era essa, né?” (J.M.A.M, 15/10/2008).

“...quando a gente iniciou a discussão da igreja né, a questão espiritual, já trouxe uma melhora porque tinha uma briga entre Jacarequara e Itacoã, e Guajará e Itacoã, não podia fazer uma festa que era difícil terminar a festa bem, e esse movimento apaziguou essa parte” (id ibid).

Segundo as informações e observações coletadas junto aos atores locais, essa situação de reprodução social e econômica perdurou sem mudanças significativas até à década de 1970, quando a convivência religiosa católica ganhou uma igreja e ampliou-se não somente na participação nos rituais como também nas ações sociais solidárias (surgindo a Comunidade de Santa Maria do Itacoã-Miri), como também na organização inicial da luta pela posse da terra:

“... de setenta e sete prá cá, as pessoas começaram a se reunir numa igreja (*católica*) as família e tal, foi que depois de uns dez anos veio a discussão pra começar regularização né, a parte social já. Incluímos a parte social e foi em oitenta e oito que a gente começou a discutir (noves anos depois), a gente começou discutir a parte social. Legalizamos a comunidade (*Santa Maria*) e daí já começamos a trabalhar a parte espiritual e a parte social né? E orientado por alguns amigos eu fui presidente em oitenta e oito e a partir daí a gente partiu o nosso principal objetivo que era a legalização da terra, já que na época as pessoas não podiam fazer casas boas, as pessoas tinham que arrendar área pra fazer roça, pra fazer qualquer tipo de trabalho, precisava arrendar, então ainda era assim um sistema meio que escravo né? E daí de oitenta e oito pra cá a gente começou uma luta e regularizamos a comunidade (não foi como associação, foi como comunidade!) e aí houve uma participação de uma boa parte dos moradores, né?” (J.M.A.M, 15/10/2008).

E embora sob os auspícios da solidariedade de natureza religiosa, a mobilização buscou quase sempre os resultados concretos que eram necessários à consolidação da posse territorial e da infraestrutura de serviços básicos:

“Esse movimento teve força e a partir daí, se eu não estou enganado, em noventa nós conseguimos o primeiro resultado: foi o convênio com o senhor ministro da previdência social Jader Barbalho, pra conseguir a compra de um barco, né? E na época a poupança (*taxa de juros*) tava lá em cima, quinze mil cruzeiros na época, nós botamos no overnaite (*overnight*), com vinte dias tava vinte mil, nós se empolgamos e compramos dois barcos, né? (*risos!*) Daí começou a despertar o interesse, a comunidade começou a participar, né?” (J.M.A.M, 15/10/2008).

“Olha, aqui aconteceu, por exemplo, aconteceu o nosso título de terra, isso foi coisa boa, acabou aquela briga dos vizinhos com a gente, isso foi bom...” (F.N.G.B, 16/10/2008)

Dessa forma, mesmo ainda não tendo a propriedade formal do território, a organização social ocorrida a partir das relações religiosas e familiares aglutinadas na Comunidade de Santa Maria de Itacoã, viabilizou a ampliação objetiva da área considerada como território coletivo para além dos sítios familiares constituídos.

“..a gente tem, por exemplo, uma área de moradia, de uma certa parte pra cá, mas lá pro fundo do terreno, mais pra longe, tem área que a gente considera como área livre... terreno que dá pra fazer vários trabalho, né?” (C.G.A. 03/10/2008)

E para tanto, precisavam não apenas de recursos humanos e financeiros, mas também de normas de uso da terra, que foram surgindo ao longo das discussões e vivências coletivas, estabelecidas informalmente, mas até hoje tacitamente respeitadas por todos e tendo a assembléia da associação como tribunal de mediação:

- a) o sítio formado pela família, incluindo habitação, pomar, pequenos cultivos e benfeitorias, representa propriedade familiar e é intocável;
- b) esses sítios familiares, todavia, só poderão ser negociados ou repassados a terceiros, se o beneficiário também for quilombola ou tenha família organizada com companheiro(a) quilombola, e sob aprovação prévia da assembléia associativa;
- c) as áreas livres do território (geralmente com matas secundárias e terciárias) podem ser exploradas por qualquer um dos moradores quilombolas para a formação de roçados ou novos sítios advindos das novas famílias que se constituem;
- d) os recursos naturais valiosos ainda existentes nestes espaços livres (como o açaí, a bacaba, etc.), podem ser explorado por todas as famílias locais, até o momento em que a coletividade reunida decida pela concessão de uso para determinados grupos de trabalho organizados e reivindicantes;
- e) qualquer conflito nesse uso do território coletivo e/ou familiar é mediado pela associação, tendo na assembléia a derradeira instância.

Aqui, cabe vincular a estas normas informalmente instituídas e praticadas, a abordagem de Paul Singer (2004) sobre os aspectos solidários da organização e desenvolvimento das comunidades mais tradicionais e menos vinculadas aos mercados globalizados. Isso porque as normas apresentadas anteriormente significam as estratégias

solidárias e promotoras do crescimento coletivo características dessas comunidades: voltadas para as demandas da renda familiar, da organização coletiva e/ou familiar do trabalho (em grupos de produção ou unidades familiares de produção), respeitando a autonomia dos seus membros e famílias nos sítios, mas preservando a posse e a gestão coletiva do território e do destino social dos sítios citados.

“Nesse tempo a gente era um grupo bom, quando alguém falava que tavam cortando o nosso palmito, a gente se reunia aqui, era homem, mulher, era todo mundo e ia e botava o cara pra correr... A gente fazia assim, enfrentava fosse polícia, fosse dono de terreno, fosse... a gente tava unido, lutando até que conseguimos que não tirasse de nós a terra...” (F.N.G.B, 16/10/2008)

“A história é o seguinte! Por exemplo: tem um primeiro projeto do açaí, aqui numa área de várzea que era considerado área livre, que era justamente aonde nós começou. Aí, tem um moço aqui que incentivava o pessoal a roubar, apanharem o açaí nessa área, inclusive às vezes, até roubar das outras áreas e ele comprava. Ele vivia disso aqui sabe, e aí veio uma idéia de fazer um trabalho no restante da várzea, por exemplo, e aí foi discutido em reunião e aí aprovaram de dividir, formar grupos, de dividir o restante da várzea. Teve uma medição aí, foi constatado que, parece que tinha ainda 50 hectares de área livre na várzea. Sim, aí eles formaram parece que cinco grupos de dez, doze famílias e dividiram, dá um total, no final da coisa, de 1 hectare pra cada participante (no caso, cada família!) e estão espalhado nessa área, já na fase de limpeza, já até colheram o açaí. Nesse trabalho, tem vários jovem incluídos, porque a história seria por família, sabe, aí tem família que colocou um filho, um jovem pra incluir” (C.G.A. 03/10/2008)

Cabe ressaltar ainda, que essa instituição informal sobre o uso da terra, respeitada mesmo depois da obtenção do título de propriedade territorial¹⁶, originou alguns conflitos entre a práxis comunitária e os agentes institucionais do Programa Raízes¹⁷, pois estes apregoavam a tese de que todo o uso da terra tinha que ser de forma coletiva, pelo fato da titulação ter sido concedida a todos. Essa tese, porém, foi confrontada pela realidade do uso da terra praticado ao longo do tempo e pelas regras informais da coletividade. E apesar desse conflito não ter-se aguçado, face à extinção do Programa, predominou a vontade local através da prática silenciosa das normas coletivas instituídas, caracterizando o comportamento de lateralidade cultural exposto por Boff e al (1996): não enfrentaram frontalmente a instituição

¹⁶ Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo concedido pelo Governo do Estado do Pará/ITERPA em 20/11/2003, com área de 968,993 hectares, registrados no Registro de Imóveis de Acará, sob o no. 01, livro 26, fl 068.

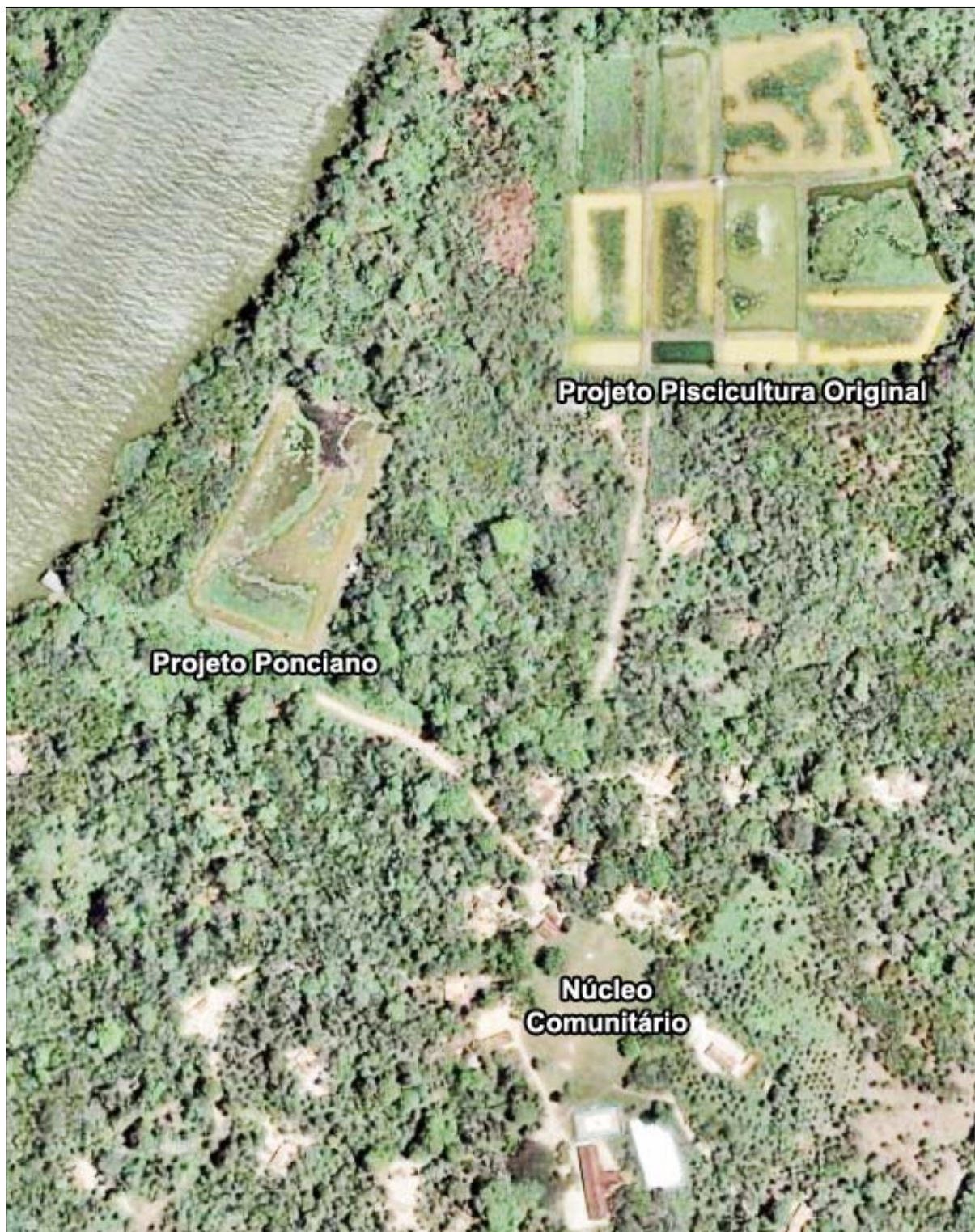
¹⁷ O Programa Raízes foi criado pelo governo do Pará em 12 de maio de 2000 por meio do Decreto Nº 4.054 e desativado em 2007 pela nova gestão pública estadual. Criado para articular dentro do governo estadual o atendimento das demandas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, tornou-se responsável por receber as reivindicações das comunidades indígenas e quilombolas, avaliá-las, discuti-las com os interessados e encaminhá-las para o órgão estadual competente para tratar da questão. Além disso, tinha a missão de coordenar e acompanhar a execução das ações do governo do Pará dirigidas aos povos indígenas e às comunidades remanescentes de quilombo, em torno de quatro eixos principais: titulação das terras de quilombo; apoio a projetos sustentáveis em terras indígenas e quilombolas; projetos de valorização da cultura e de capacitação em educação para quilombolas e povos indígenas; e infra-estrutura física e social. Atualmente, as ações do desativado Programa Raízes estão inseridas na Secretaria de Igualdade Racial.

dominante, mas permaneceram nas forma internas de uso e gestão do território, resolvendo entre eles os dissensos por acaso acontecidos. E de certa forma, essa ocorrência factual também evidenciou as contradições dos compartilhamentos entre atores locais e agentes institucionais, levantados por vários autores (BOURDIEU, apud RAUSCH, 1993; MAISONNEUVE, 1967, apud FAZZANO, 2009; CAPRA, 2002; ROSA, 2004; e FAZZANO, 2009). Contradições estas oriundas das cosmovisões diferenciadas da comunidade, seus grupos e seus atores, frente às instituições e seus agentes, todos em busca de ascensão e legitimação a serem superadas pelas sínteses conjunturalmente possíveis. No caso a superação se deu pelo comportamento culturalmente lateral da população e pela desativação da instituição por circunstâncias políticas externas.

Retomando a questão da ampliação objetiva do território (ainda sem a posse legalmente legitimada) ela teve continuidade a partir dos recursos naturais existentes, da organização familiar do trabalho, das negociações coletivas, da implantação dos sítios familiares como unidades produtivas e dos enfrentamentos com pretensos proprietários e invasores externos. Através da caça e da pesca, dos cultivos de roçados e do extrativismo vegetal, consolidou-se a posse histórica do espaço geográfico e do território.

Mas a grande experiência produtiva local foi iniciada em 1996, por cerca de trinta moradores locais, em parceria com a Cooperativa Vibra João XXIII, de Igarapé-Açu, para a implantação de dois projetos coletivos de piscicultura. Iniciados concomitantemente com recursos de origem internacional obtidos pela citada cooperativa pretenderam a implantação de uma infraestrutura de 6,2 hectares (contendo 12 viveiros de criação), para a produção de peixe em cativeiro, consorciado ao cultivo de arroz irrigado, nos moldes utilizados nos países asiáticos. Estes viveiros, que podem ser observados na figura a seguir, deveriam produzir anualmente cerca de 40 toneladas de pescado e 8.000 kg de arroz em casca.

Figura 2: Localização geográfica dos projetos piscícolas na comunidade.



Fonte: Google Maps Brasil, adaptado por MIRANDA (2008)

Dois anos após, porém, a iniciativa foi paralisada pela falta de recursos da Cooperativa Vibra João XXIII, ficando os produtores com os viveiros de criação inacabados e sem recursos técnicos, materiais e financeiros para produzir. Apesar disso, o grupo maior composto por 21 produtores (que denominamos Grupo Original), não se dispersou: manteve-

se em atividade coletiva eventual para limpeza da área e iniciou o manejo de açazais nativos em uma área já existente de 19 hectares, até então não explorada de forma significativa e adequada.

Enquanto o grupo menor (de nove produtores e que denominamos de Grupo Ponciano) desmobilizou-se, o grupo original buscou outra atividade produtiva coletiva e novas parcerias (EMATER, POEMA e o Programa Raízes) para resgatar o projeto de piscicultura e implementar o manejo de açazais nativos. A partir de 2002, contatos deste grupo original com este pesquisador (então atuando no POEMA), gerou um projeto de reativação de 0,5 hectares de viveiro para piscicultura, a ser financiado pelo Programa Raízes. E esta iniciativa, que obteve relativo sucesso à época ¹⁸, manteve a mobilização grupal para novas tentativas de resgate do projeto piscícola, junto às instituições citadas e a outras como o Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Eletrobrás. Mas, embora os resultados econômicos da área reativada fossem significativos em termos totais, na subdivisão dos ganhos para um grupo numeroso (21 criadores), os valores individuais mostravam-se pouco significativos. Mesmo porque os produtores desconsideravam em suas análises o pescado retirado cotidianamente para o consumo familiar, pois o grupo de produção dispndia trabalho não só na área em produção mas também para manter limpa a infraestrutura total improdutiva. Assim estes resultados de pequena monta apenas conseguiram manter o grupo em atividade.

Apesar destes percalços, esta experiência e seus resultados limitados configuraram ao longo deste período, uma situação singular: a presença, no mesmo território, de três formas características de grupos: o grupo Original, mais mobilizado, com formas diferenciadas de gestão interna e alguns resultados econômicos; o Grupo Ponciano, originalmente ativo, mas posteriormente desmobilizado e dividido entre a experiência familiar produtiva ancestral e as novas perspectivas fracassadas; e os grupos familiares tradicionais, pouco mobilizados associativamente e dedicados aos cultivos de roçados, à produção de carvão e outros extrativismos eventuais. Todos unidos sob as normas comunitárias de organização social e econômica, mas diferenciados nas práticas específicas de cada estrato grupal (SINGER e al, 2004).

Em 2003 e 2004, motivado pelos relativos avanços do grupo originalmente parceiro, o grupo Ponciano reorganizou-se e reativou a sua unidade de produção, com a ajuda

¹⁸ Na área reativada foram produzidas, em dois anos, duas safras anuais de pescado (cerca de 6 toneladas), e realizadas duas Feiras do Peixe Vivo na Universidade Federal do Pará (à época da Semana Santa), além da reinclusão do pescado local na alimentação familiar e a obtenção de financiamento do PRONAF para custeio da continuidade da produção. E apesar da decadência posterior e gradativa dos projetos, ainda foram realizadas mais duas Feiras na UFPA e duas na sede do município de Acará, com bons resultados financeiros e de público consumidor.

laboral e material do grupo Original. E embora sem a mesma coesão, manteve-se em atividade e mobilizado, à espera de oportunidades de avanço produtivo.

O grupo Original, porém, pelos pequenos avanços concretos obtidos (produção de peixes e de frutos para consumo e venda de pequenos excedentes), diferenciou-se significativamente dos demais grupos e famílias da comunidade, diferenciação esta que de certa forma os isolou de uma convivência mais coesa com os demais, à exceção do grupo Ponciano. Este isolamento, aparentemente pacífico, mas conflituoso nos bastidores do funcionamento social local, foi agravado pela ação de agentes do Programa Raízes: primeiramente, por financiarem a reativação parcial do projeto piscícola, beneficiando um grupo específico e ignorando os demais grupos e famílias; em segundo, por preconizarem posteriormente o uso coletivo amplo e irrestrito da terra, dos recursos naturais e dos projetos econômicos, ignorando a ocupação histórica diferenciada.

Assim, o financiamento efetuado a um grupo específico deixou nos excluídos a impressão de tratamento diferenciado, com o entendimento de que a conquista grupal era um privilégio protecionista e não uma resultante da maior mobilização do grupo Original. E a radical defesa do direito coletivo igualitário dos moradores a todos os projetos, atividades e recursos naturais, deflagrada por agentes da instituição, deixou o grupo de piscicultores no epicentro dos questionamentos, por ser o mais promissor e mais assistido institucionalmente.

Nesse cenário conflituoso cabem algumas outras reflexões.

Primeiramente, a formalização associativa implementada a partir de induções institucionais externas (como forma de inserir-se adequadamente na busca de parcerias e avanços sócio-econômicos), significou relativa ruptura das relações solidárias tradicionais até então vigentes (Singer e al, 2004). Na antiga e informal lógica solidária, os direitos individuais e coletivos independiam da participação formal e constante dos indivíduos, pois se baseavam nos valores sociais, culturais e políticos de ajuda mútua, construídos ao longo do tempo (ROSA, 2004) e articulados na solidariedade comunitária indiscriminada. Bastava ser comunitário para ter direitos iguais. E repentinamente, sob a nova ótica organizacional, sob a nova prática associativa, o acesso a esses direitos passaram a depender da participação formal, constante e direta dos indivíduos e grupos junto à Associação Quilombola e às instituições do entorno. Além disso, algumas práticas institucionais diferenciadas (o direito coletivo amplo e irrestrito no uso do território, as políticas públicas específicas vinculando os direitos instituídos para todos e não vinculados à organização e conquista política) contribuíram para o surgimento de oposições intergrupais.

“Quando chega alguma coisa, uma hora dessa, aí a casa é cheia, todo mundo quer. Porque o ideal seria toda a comunidade participar o ano todo, né, participar, que eles cumpram deveres pra depois exigir os direitos. Mas a maioria só cobra os direitos, porque como faz parte da comunidade, aí acha que tem direito. Até porque quem faz esse tipo de doação, é pra associação, pra comunidade e aí quando fala em comunidade atinge todos.” (C.G.A. 03/10/2008)

E um relato informal obtido em 05/10/2008, explicita um desses dissensos mais importantes, envolvendo grupos intercomunitários:

- a) em função da posição de uso coletivo amplo e irrestrito do território, disseminada pelos agentes do Programa Raízes junto às comunidades quilombolas, lideranças da comunidade vizinha de Guajará-Miri vieram à Itacoã, para discutir informalmente o direito deles em participar do projeto de piscicultura, em revitalização à época;
- b) as lideranças locais, após algumas contra-argumentações, perguntaram aos visitantes se a comunidade de Guajará-Miri, quando começasse a explorar a mina de areia lá existente (à época em negociação com empresas de Belém), dividiria os ganhos com a população de Itacoã;
- c) essa indagação ficou sem resposta, mas bastou para encerrar a discussão e voltar tudo a ser como antes, lá e cá.

De certa forma, essa dissociação entre direitos e deveres, entre conquista e organização, entre participação real e resultados, encontra-se bastante presente no cotidiano social local, tanto em nível da luta coletiva por melhores condições de vida quanto nas atividades produtivas grupais. E embora ocorra na coletividade local a predominância do trabalho solidário, a gestão interna destes grupos enfrenta conflitos advindos das contradições comentadas anteriormente: da solidariedade indiscriminada e desvinculada da participação, das influências externas (direitos amplos e irrestritos), e dos comportamentos individuais divergentes e oportunistas que Habermas (apud GONÇALVES, 2008) classificou como “cálculo egocêntrico”. Assim, é relativamente comum a ocorrência de moradores que não participam das assembléias e discussões, mas que comparecem no momento das conquistas objetivas. Que não participam adequadamente no trabalho coletivo, mas querem participar em condições de igualdade no rateio dos ganhos. E os conflitos gerados a partir destes fatos, pela prática local da lateralidade cultural do não-enfrentamento (BOFF et al, 1996), são mantidos e prorrogados indefinidamente, com silêncios no coletivo e críticas em reservado. Nesse contexto, o grupo Original (do projeto de piscicultura) enfrentou, em inícios de 2008, divisões internas geradas pela participação desigual dos seus membros no trabalho coletivo e

igualitária na repartição dos ganhos monetários. Estas questões vinham sendo internamente proteladas, até que um agente institucional, durante um curso de gestão e sem envolver adequadamente os produtores e lideranças, fomentou a subdivisão do grupo Original e da respectiva área de produção em quatro subgrupos. Esta subdivisão, decidida de forma intempestiva, considerando apenas as lideranças insatisfeitas e sem um processo presencial adequado de negociação, gerou problemas atualmente vivenciados pelos seus integrantes:

- a) desligamento de lideranças do projeto piscícola;
- b) produtores que, mesmo aceitando a subdivisão realizada, particularmente expressam o desejo de volta à organização antiga;
- c) conflitos dissimulados entre as lideranças divergentes que permaneceram no projeto e que se refletem no funcionamento do mesmo e na participação comunitária mais ampla.

Pode-se afirmar que este é o perfil, histórico e contemporâneo, de Itacoã-Miri e na interface com a participação junto ao seu entorno: uma comunidade tradicional sobrevivendo sob negativos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais, externamente estimulados. Buscando articular-se com o entorno mediato para gerar mudanças locais positivas na qualidade de vida (através de parcerias com instituições externas), mas com resultados insatisfatórios face às ineficiências institucionais e às limitações e conflitos internos da comunidade.

Localizada na vertente setentrional do município de Acará e a um hora da capital paraense (por via fluvial ou rodoviária) e tendo no Porto da Palha ¹⁹ o seu principal ponto de intercâmbios econômicos e sociais (SCOLES, 2005), construiu e ampliou historicamente suas relações com Belém, em detrimento de suas relações legais e administrativas com o município de Acará. E no contexto destas relações, na última década, alguns processos sociais, econômicos e culturais mais expressivos têm gerado impactos agravadores da situação local até agora comentada: a diversificação religiosa, a desagregação familiar, a violência juvenil associada ao uso de drogas e a ampliação dos processos produtivos eco-agressores.

A antiga unidade religiosa católica (elemento social importante da interação entre os indivíduos e as famílias) passou a ser confrontada pelas diferenças ideológicas de duas igrejas evangélicas implantadas na comunidade. Sendo que estes confrontos, embora não

¹⁹ Porto fluvial histórico da capital paraense, para onde aflui grande parte da produção familiar interiorana para ser comercializada diretamente com os atravessadores urbanos ali situados e onde estas famílias produtoras realizam o seu consumo monetarizado de bens no comércio próximo ao trapiche. Em termos das comunidades tradicionais do Baixo Acará, este porto representa o portal tradicional de acesso ao cenário urbano de Belém.

apresentem conflitos abertos (pela lateralidade cultural), são percebíveis em seus efeitos desestruturantes na interação historicamente estabelecida.

“Eu ainda considero a Assembléia de Deus a segunda (*a católica em primeiro*). Eu vou considerar pacífica, (*a convivência inter-religiosa*). Não é tranqüila, mas eu vou considerar pacífica, porque o que acontece é o seguinte: tem algumas pessoas que num entende, que tem o entendimento diferente. Então, eles fazem algum julgamento, e esse julgamento é que não deixa ser pacífica a coisa. Eu acho que a gente, a gente consegue conviver assim, mas não é pacífico, não é... Sempre tem assim alguma discordância duma com a outra né? Agora dá pra conviver dá, e a gente sempre acha assim que eles podem ajudar a gente, a gente pode ajudar eles, dá! Mas não é pacífico, pacífico não é”. (J.M.A.M, 15/10/2008).

“Porque às vezes, a gente tem uma pessoa que é bem ligada à gente, mesmo que a pessoa não freqüente a igreja católica, mas tá como católico. Na hora que ele passa a freqüentar uma outra igreja, ele já fica um pouco diferente, já não é aquele mesmo entrosamento. Então a gente vê que nessa questão religiosa tem uma divergência. Cada igreja quer seguir uma linha e por isso...” (C.G.A. 03/10/2008)

“Teve um tempo aí que nós já fizemos até um culto ecumênico junto com a Assembléia de Deus, né? Agora tem... tem assim, né, se tu tem um conhecimento da tua religião, tu vai saber que não é pra tá brigando com os outros. Agora tem gente que não tem conhecimento, fica achando que tá lá no céu e o resto ainda tá aqui na terra. E fica aquela coisa assim: não chega a brigar, ninguém chega a brigar... Agora, as pessoas que tem conhecimento, assim, não entra nem em choque, cada um faz o seu papel e pronto”. (F.N.G.B, 16/10/2008)

A desagregação familiar e a violência juvenil na comunidade, embora com sintomas recentes, tem um histórico significativo no que tange às redes sociais enquanto instrumento de intercâmbios sócio-culturais entre cenários diferenciados (CABELLEIRA, 2007). Segundo as lideranças informantes²⁰, na década de 1970 a ocorrência de doença²¹ que afetou generalizadamente os cultivos locais de mandioca, gerou um inusitado fluxo migratório para Belém, em busca de trabalho e renda. Segundo elas, um terço das famílias migrou nessa época, reduzindo a população local de 60 para cerca de 40 famílias. E esta migração compulsória gerou, posteriormente, influências na visão-de-mundo local: a experiência urbana, repassada pelos migrantes que retornaram definitivamente ou em visitas a parentes, ampliou a ruptura familiar e as mudanças comportamentais significativas entre os jovens. Com a chegada da energia elétrica e a introdução do hábito de uso da televisão, tornaram-se então inevitáveis os fluxos diferenciados de informações e que contribuíram para uma mudança fundamental no funcionamento da coletividade: a vida de todos, até então vinculada quase que absolutamente à solidariedade interna com base nos vínculos de sangue, de crenças e de organização familiar, perdeu solidez e autonomia para os contextos externos. Em nome

20 F.A.S., C.G.A., A.L.N.H, J.M.A.M, em 23/05/2009.

21 Conhecida como podridão radicular, causada principalmente pelos fungos *Phytophthora* spp. e *Fusarium* spp., podendo responder por perdas de 30% a 70% e, em ataques severos, por até 100% das perdas nos cultivos de mandioca.

do desenvolvimento local, as bases solidárias antigas foram substituídas por novos valores, atitudes e formas de perceber. E a visão de mundo local, até então hegemônica, diluiu-se rapidamente no mundo exterior, através das relações de poder e de intercâmbio em processos de globalização.

“As famílias, os rapazes e as moças estão casando muito cedo e não foram preparado pra assumir uma família. Que quando nasce a criança, eles querem botar no ritmo que tá ... na nova tecnologia, no novo avanço. Hoje você vê, eu tive um estágio aqui onde eu trouxe três amigas de estágio e elas ficaram impressionada de ver os meus alunos tomando a benção de mim... Mas que não são toda a família que tem esse respeito, influenciado pela televisão, pela energia, energia elétrica que foi pra todos, mas trouxe os seu impactos, né? Que trouxe uma coisa muito proveitosa, que é a televisão, tem os momentos de que... se a pessoa sentar (a própria novela!), ela analisar, ela traz a novela pras sua vida, mas muita pessoas não assistem uma novela olhando por esse lado, né? Então, assim, com essa atração eu acredito que foi dado muita liberdade, os jovens hoje na comunidade, estão casando muito novo, você vê menina de doze anos, grávida, menina que casou, daqui com três meses ainda vai fazer quinze anos, né? Então quando ela teve o primeiro filho, aí ela acha que se ela casou com catorze anos, engravidou, teve um filho com quatorze anos, ela quer deixar o filho dela nesse modernismo que tá!” (A.L.N.H. 15/10/2008)

“Eu acho que é uma falta de informação ou de domínio com seus próprios filhos, sabe, que eu tô vendo por aí. Porque, por exemplo, no meu tempo de juventude, o meu pai tinha os trabalho dele, o roçado: chegava de manhã, chamava, dava tarefa pra cada um de nós, certo? Então cada um saía, se a gente ia roçar, a gente ia roçar, se tinha de fazer farinha, a gente ia fazer..., mas ia todo mundo com ele, sabe, pro trabalho, né? Hoje, eu vejo, por exemplo, a maioria dos pais, eles saem pro seu trabalho e o filho fica em casa. Às vezes, ele vai só com a mulher e os filhos ficam em casa. E na hora que eles ficam em casa, ele vão pra onde querem, vão fazer o que querem. Então nessa forma, eles, eles (*desandam*)... porquê? Porque muito dos pais deixaram de trabalhar como nós trabalhava antes sabe, de fazer um roçado, de fazer um trabalho, pra de manhã ter aquela ocupação, né? Muitos dos pais, amanhece o dia e não tem opção, às vezes vão tirar um açai, vão fazer uma coisa pequena e o filho fica solto e com isso... Então eles se criaram nesse costume aí sabe, e foi uma forma que muito dos pais perderam o domínio dos seus filhos. Hoje não adianta, às vezes o pai ou a mãe dizer pro seu filho: - umbora fazer tal coisa, que ele diz:- não, eu não vou. E por isso fica..., a maioria é assim, sabe?” (C.G.A. 03/10/2008)

Uma dessas mudanças entrópicas é a questão das drogas e da violência entre os jovens. Segundo as informações obtidas, essa problemática iniciou-se há cerca de cinco anos, tendo-se agravado nos últimos três. O fato originou-se da migração (definitiva e/ou temporária) de jovens para a capital do Estado. Alguns destes jovens relacionaram-se com usuários e/ou traficantes urbanos, trazendo-os a passeio na comunidade, e estes passeios transformaram a localidade em esconderijo posterior dos marginais em fuga das forças policiais. E as estadias destes elementos na comunidade produziram relações de uso significativo de drogas entre os jovens locais e o agravamento da violência, através de assaltos e roubos (de bens e produtos) para financiar o consumo de entorpecentes. Nesse caso, as relações de parentesco, que em outros momentos fomentou a coesão social, tornaram-se um

entreve ao enfrentamento do problema: para fugir dos conflitos interfamiliares, todos se calam diante da violência e do tráfico de drogas que a gera.

“Nós temos, por exemplo, uma questão que atinge a comunidade, que seria a questão das drogas, que tem dentro... Tem dentro não, vem de fora e é comercializada dentro da comunidade! São coisas que as vezes a pessoa vê, mas num fala porque não quer se comprometer com aquela situação. Tem fatos aí de pessoas que sabem de tudo a coisa, mas por nada ele fala, de bico calado, né? E é uma coisa que prejudica muito a comunidade, porque o que acontece: devido o fato deles usar droga, eles não trabalham, roubam das pessoas que trabalham pra manter o vício, eles não se preocupam...” (C.G.A. 03/10/2008)

“Os jovens são muito largado aqui na nossa comunidade, muito largado. E aí as pessoas que tem um pouco de conhecimento tem medo de chamar a atenção, eles são muito rebelde, muito rebarbado, e aí vai o seguinte: vem as drogas, vem o roubo (porque ele é usuário de drogas, ele quer a droga, ele num tem, vai roubar), ele briga e aí vem uma coisa muito difícil né? (...) Então, é uma coisa que preocupa muito entendeu? Uma coisa que preocupa muito! Então, tem que levar inclusive os jovens hoje, eu tenho que tem de levar com calma, com conversa ali, pra tentar engajar eles em alguma coisa, pra vê se a gente consegue controlar hoje, né?. Nunca a gente imaginou que hoje a droga seria aqui na nossa comunidade! Eu vejo problema muito grave, porque nossas crianças, todo mundo conhece todo mundo né, e na hora da amizade tem gente que sabe separar amizade de uma coisa pra outra, tem gente que num sabe. O meu amigo vai eu vou junto e aí é um assunto muito delicado, muito complicado, muito difícil né? Aí já vê as falhas dos pais, e as mães sofrem muito, muito doído mesmo. Então, tá bem difícil essa parte aí dos jovens na nossa comunidade” (A.M.A.L., 16/10/2008)

Essa situação familiar, por outro lado, é agravada pela limitação das oportunidades de trabalho e renda e comprometida, em médio prazo, pela forte vinculação da economia local aos cultivos itinerantes de roçados, ampliados nos últimos cinco anos em virtude da abertura do ramal rodoviário de acesso a Belém.

“A condição de renda aqui é o carvão. É o carvão, a roça, daí as queimadas né? (...) Então, uma dificuldade muito grande, não se consegue nada sem ser desmatar a natureza, nada sem ser poluir a natureza com a fumaça, entendeu? A gente não tem um projeto de fazer a nossa roça (*sem desmatar*), a gente num tem trator pra não queimar, pra não poluir né?. Então, ainda tá tendo muitas queimadas, ainda tá tendo que a gente ainda tem que sobreviver ainda do carvão. Então, acho que tá muito dificultoso isso, hoje em dia já, por quê? Porque já desmatamos muito, já tá muito desmatado, a gente tá tendo que queimar onde já queimou, entendeu? A gente tá acabando com a natureza, não é nem porque quer, porque é preciso, a gente tem família, tem filhos, tem crianças que precisam sobreviver. Então, é muito difícil né? Queria muito que viesse mesmo o projeto pra cá que fosse uma coisa que a gente num tivesse que maltratar tanto a natureza, maltratar muito a nossa natureza”. (A.M.A.L., 16/10/2008)

“Olha, as pouca família que eu converso, eu vejo nos olhos assim: anseio, né, pedindo assim misericórdia, que aconteça algo pra que o nosso jovem, ele não possa encarar... enfrentar uma zona urbana pra ele, ir se prostituir, pra ele ir pra outros caminhos... Então, ter a educação, a saúde, um emprego de geração de renda, eu acredito que a maioria anseia a isso !” (A.L.N.H. 15/10/2008)

“Trabalho garantido (*o sonho coletivo*), né? Pra gerar renda, né? Trabalhando a gente consegue. Nós temos alguma dificuldade de ter uma renda, uma estabilidade,

por que o que acontece? A gente trabalha aqui, tem a piscicultura e tem época que a coisa fica mais folgada, a gente pega um dinheiro mais fácil, dá pra tomar uma cervejinha. Eu acho que se a gente descobrir assim um trabalho, um projeto... Tirando por mim, por exemplo: eu hoje tinha açai, que está na safra agora, né, então tá razoavelmente bom. Mas ele já tá acabando, se for daqui a um mês eu já posso ter uma (dificuldade)...Se eu já tivesse tido condição de dividir o meu tanque já tinha um posição, porque eu colocava peixe nos dois, começava a tirar de um, né? Quer dizer, quando acabasse aquele um, eu já colocava peixinho ali e já ia tirar do outro, né?" (C.G.A. 03/10/2008)

E essa preocupação coletiva com trabalho e renda, levada nos últimos anos à esfera pública estadual e municipal através da Associação Quilombola, assim como a organizações não-governamentais, não apresentou resultados capazes de ampliar a mobilização dos atores locais. Pelo contrário: os projetos elaborados de forma pouco participativa (muitas vezes mais identificados com os objetivos institucionais do que com as demandas locais), além das ineficiências operacionais, frustraram sistematicamente os moradores.

“Os projetos olha que é complicado. Vamos voltar um pouco pra esse aí do peixe né? Esse aí foi começado parece que há 14 anos né? Eu acho até que a gente, nós, se fosse por nós, acho que já tava resolvido! A gente infelizmente... num sei se é condições né? Que a gente corre atrás do recurso, mas chega aí promete uma coisa, aí chega na hora a gente luta, aí vai pá Belém (olha a reunião é tal dia!), a gente chega lá e vai...(*não consegue*). Porque da nossa parte, eu acho que nós já fizemos, nós faz bastante né, que a gente num desiste de tá ali, mas aí eu num sei o quê que pega né, acho que é a condição (*recursos*), porque se a gente tivesse condição prá gente acertar... Você sabe que o senhor já fez projeto, já trabalha com projeto, vai chegando a hora a gente vai em cima, a gente quer fazer aquilo, aí a gente chega lá, a gente num tem a condição né, prá gente. Aí a gente num consegue, fica nessa situação.” (R.A.M., 16/10/2008).

“O que a comunidade almeja né, seria assim, a parte financeira né? A parte financeira é uma parte muito importante né, que hoje ainda há uma grande parte, a maioria das famílias da comunidade, elas vivem com dificuldade né, porque o que acontece: o cidadão faz um carvão, o cidadão apanha o açai, mas isso aqui na realidade não dá pra resolver os problema da comunidade né? Então, na situação melhoramento de vida, os projeto na comunidade né, veio vários projetos pra nós, mas na realidade pelo que vejo até hoje, nenhum deu futuro pra comunidade né? (...) E na realidade até hoje a gente... pra mim, esses projetos num tá dando ainda, não deu, eu num sei se a falha está no grupo que tá trabalhando, ou se falha está no governo, né, que num acompanha o projeto como deveria ser acompanhado, né?” (F.A.S. 17/10/2008)

Evidencia-se nas percepções dos moradores não a denúncia pura e simples dos fracassos, mas a angústia de saber que há culpas institucionais e também ineficiências dos grupos locais, mergulhados em demandas reprimidas, dificuldades em investir na produção de médio e longo prazo, conflitos interpessoais e problemas de gestão.

“Olha Henrique, o projeto de galinha caipira que nós tivemos, (...) nós começamos trabalhar ele eu acredito assim, de uma forma faltou assim, um pouco mais de o próprio grupo saber não ficar só com cinco mil (porque na época foi cinco mil que

veio pra esse projeto né, cinco mil). Esse dinheiro seria pra compra de tela, pra compra de ração, pra compra dos pintos né, o material pra fazer o barraco né? E primeiro começamos errado pela estrutura do barraco, em vez de nós comprar as telhas que eram pra comprar nós não compramos. Nós achamos, o grupo discutiu “bora colocar palha e esse dinheiro a gente usa ele como mão-de-obra”! Pra mim, foi um ponto negativo que nós tivemos, começamos errar por aí né, porque quando a segunda remessa já estava no ponto do abate, também o barraco num tinha mais estrutura pra colocar uma nova remessa lá dentro, já estava se acabando né? Outra situação: eu coloquei isso pros companheiros que nós deveria colocar uma roça e prantar milho, prantar macaxeira né, pra gente num ficar só comprando a ração né? Porque o quê que acontece: se você for analisar, a maioria do dinheiro foi comprado em ração, quando acabou a ração não tinha alimento pras galinhas comerem, aí a gente foi desanimando, enfraquecendo né, achando que num tinha jeito mais. E começamo a vender as galinhas e o dinheiro que nós começamos a apurar nessas vendas aí, na realidade num tiremos nem a metade do dinheiro que foi investido. Aí pra mim seria, um dos projetos que poderia dar certo, mas se nós tivesse trabalhado de uma outra forma e eu até acredito assim também, talvez um número menor de famílias. Em vez de 15 a gente colocaria 10 famílias né?” (F.A.S. 17/10/2008)

“Olha a padaria, deram o curso de padaria e tudo o mais, mas não tenho o próprio capital, não tenho recurso, quer dizer que eu aprendi, mas eu não tenho com o que (*fazer*). Eu sei ler, escrever, mas eu não tenho o livro, eu vou escrever na camisa de quem?. Não tem lógica né Henrique, eu vejo por esse lado: vem os cursos, aí dão o curso, aí vão embora, não tem recurso, aí fica assim mesmo, eu vejo assim”. (M.S.A.M., 15/10/2008)

“Uns (*projetos*) foram bons, agora outros foram mal administrado pela própria associação, ou pelos grupos administrando os recursos, as ajudas que a gente conseguiu, sabe? Tanto é, que nesse projeto de piscicultura aqui, se investiu mais de cem mil e se hoje a gente for fazer um balanço do que a gente tem, a gente num tem quase nada. Quer dizer que crescer, a gente consegue, mas precisa de administração. Dos daqui mesmo! Que por exemplo, da primeira vez que nós fizemos (empréstimo), que nós conseguimos o apoio do PRONAF, né, a gente pegou no valor, mas no grupo grande aqui, na hora que chegaram com o dinheiro aqui, eles reuniram o grupo e dividiram... o que era pra investir no projeto, foi dividido!” (C.G.A. 03/10/2008)

Em síntese, os negativos impactos econômicos, sociais e ambientais vivenciados pela população local até os dias de hoje, não apenas geraram dificuldades de sobrevivência das famílias, mas a desagregação interna das mesmas, os descaminhos de muitos dos seus filhos, o comprometimento dos recursos naturais, a persistência das demandas reprimidas e algo ainda mais dramático: a desesperança político-social e a desmobilização para novas tentativas coletivas e parcerias institucionais. Percebeu-se claramente nos contatos, observações e entrevistas realizados esse desencanto, traduzido na prática sob as formas de oportunismo, individualismo e/ou inércia política.

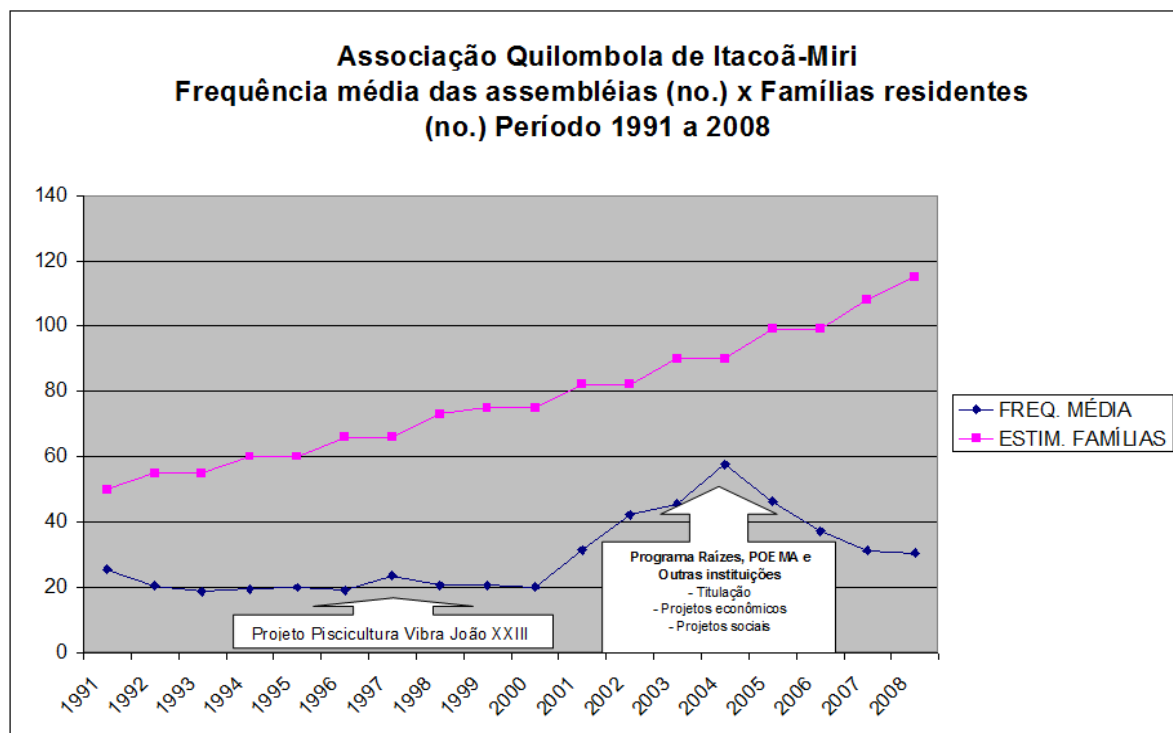
“Olha, eu acho assim que numa parte, Henrique, eu vejo assim, porque o povo espera muito e as coisas não acontece... As pessoas vem aqui promete, promete, aí a pessoa se ilude. Se ilude a primeira vez, se ilude a segunda vez, na terceira vez eu não vou mais, só é bate papo, só é papo furado ... tu entendeu? Muitas coisas aqui acontece mas a maioria só vê como promessas... Tu já conversou com outras pessoas daqui, a pessoa vai ficando desiludida... E as pessoas que deviam (*participar*), não tem uma certa participação, não teve uma formação, não vai se dispor, já abandonou, entendeu? (...) Teve um grupo de mulher que era uma coisa! Eu não era do grupo de

mulher, mas era uma coisa boa, aí hoje em dia...restou três ou quatro. Começa uma coisa buuunita, Henrique, aí depois...” (M.S.A.M., 15/10/2008)

“... nós já fomos um bom grupo, que tinha um só pensamento. A gente se reunia, briguemo, lutemo pra não tomarem as nossas terras... Nesse tempo a gente era um grupo bom, quando alguém falava que tavam cortando o nosso palmito, a gente se reunia aqui, era homem, mulher, era todo mundo e ia e botava o cara pra correr... A gente fazia assim, enfrentava fosse polícia, fosse dono de terreno, fosse... a gente tava unido, lutando até que conseguimos que não tirasse de nós a terra, mas depois, eu não vejo mais assim...(...) Hoje em dia, Henrique, as pessoas tão pensando só no individual, é só individualismo, entendeu? Eu tô pensando no coletivo, as pessoas não! Ele não deu pra mim... eu não voto nele, tás entendendo? É só individualismo, ele fez pra mim, ele não fez, eu não voto nele! Mesmo que ele tenha sido um bom prefeito ou um bom vereador, mas eu não voto nele, ele não me deu nada! É o que a gente ouve dizer, entendeu?” (F.N.G.B., 16/10/2008).

Contraditoriamente, este cenário social complicado agravou-se predominantemente nos últimos dezessete anos, exatamente durante o período em que a comunidade, já organizada formalmente, estreitou os laços com as instituições públicas e privadas do seu entorno em iniciativas de desenvolvimento local. Estes laços, intensificados a partir de 2003 (com o Decreto 4.887/03 introduzindo políticas públicas específicas para as coletividades quilombolas), embora tenha mobilizado significativamente a participação associativa inicial dos moradores, gerou posteriormente o desencanto e a desmobilização chegando, em muitos casos, à inércia política. Neste sentido, a sistematização dos dados temáticos e de frequência às assembleias da associação local, triangulados com a população estimada e os períodos mais intensos de atuação institucional (pelos informantes) delineia claramente os fatos relatados.

Gráfico 2: Relação população residente x Freqüência média das Assembléias Associativas



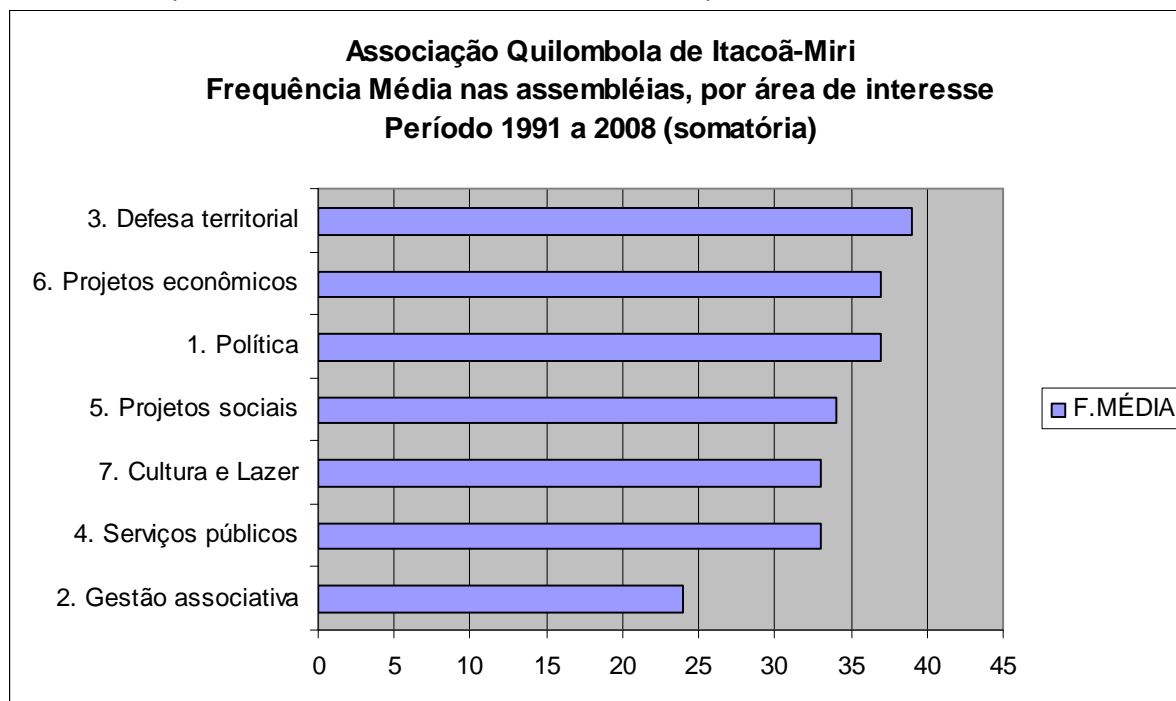
Fonte: MIRANDA, 2008, com base nos Livros de Atas da Associação e nos informantes locais.

Pelas informações contidas no gráfico acima, pode-se inferir:

- a) que a freqüência média às assembléias associativas apresentaram dois momentos de crescimento significativo: por volta de 1996/1997, quando foi iniciado o projeto coletivo de piscicultura e entre 2001 e 2004, quando as instituições públicas e privadas atuaram mais intensamente na comunidade, assegurando a posse legal da terra e tentando implantar projetos de natureza econômica (piscicultura, apicultura avicultura, manejo de açazais, etc.) e social (energia, saúde e educação, etc.);
- b) imediatamente após o afastamento da Cooperativa Vibra João XXIII em 1997, abandonando de forma inacabada o projeto piscícola, a freqüência associativa caiu aos níveis anteriores à parceria;
- c) a partir 2005, com os relativos fracassos dos projetos econômicos e sociais tentados, apesar da continuidade presencial das instituições a freqüência associativa voltou a cair significativamente;
- d) considerando-se todo o período, a freqüência associativa dos últimos cinco anos associada à população estimada, caiu proporcionalmente a níveis bem inferiores aos da fase inicial do período (de 52% em 1991 para 27% em fins de 2008).

Igualmente, em termos de prioridades coletivas, as informações obtidas (ver gráfico abaixo) indicam que a defesa territorial (titulação da terra, controle de invasores ao território, controle de novos moradores no território) e os projetos econômicos, além dos eventos políticos inerentes à busca de todos os atendimentos às demandas locais, foram os temas que mais atraíram moradores às assembléias da Associação Quilombola, em todo o período pesquisado. E, o destaque desses temas no cotidiano associativo considerado, tem tudo a ver com as preocupações expressas pelos informantes em suas entrevistas e percepções observadas: terra assegurada, trabalho e renda garantidos. Em contrapartida, os assuntos ligados à gestão associativa sempre se apresentaram como os menos atrativos, evidenciando a dificuldade cultural dos atores locais em assumir as responsabilidades da gestão associativa formal.

Gráfico 3: Frequência Média nas Assembléias associativas por áreas de interesse



Fonte: MIRANDA, 2008, com base nos Livros de Atas da Associação Quilombola.

3.2. O perfil comunitário de desenvolvimento atual

Atualizando este perfil comunitário, dados sociais, ambientais, políticos, econômicos e territoriais foram obtidos pelas metodologias anteriormente explicitadas e inclusos a seguir, subdivididos nas variáveis mais importantes do funcionamento social da localidade. Por serem metodologias participativas, estas informações representam a realidade atual da coletividade sob o ponto de vista consensual dos atores residentes à respeito de suas

condições de sobrevivência, problemas a serem enfrentados, potencialidades disponíveis para o desenvolvimento local, as expectativas grupais e as decisões a serem implementadas.

3.2.1. Condições de Trabalho e Renda

Dados obtidos através das fichas cadastrais (ver anexo IX) preenchidas junto a 61 moradores interessados nos subprojetos econômicos (representando uma amostragem em torno de 30% e 40% das famílias residentes) evidenciaram as dificuldades laborais e financeiras vivenciadas atualmente pela população.

Em termos de renda individual, um quinto dos entrevistados encontrava-se sem renda no momento do cadastramento e somados aos 29,6% que ganham no máximo R\$100,00, totalizaram a metade das pessoas cadastradas. E embora 68,9% dessas pessoas trabalhem no bojo da família (ver tabela abaixo), a situação de renda dessas famílias não é muito diferente: 49,2% delas ganham no máximo R\$200,00/mês e que, acrescidos dos 16,4% das famílias conjuntamente sem renda, evidenciam um quadro de dois terços das unidades familiares locais com ganhos coletivos inferiores a meio-salário mínimo.

Tabela 1: Renda média mensal (individual e familiar), 2008.

ESTRATIFICAÇÃO DA RENDA MÉDIA MENSAL FAIXAS DE RENDA (R\$)	RENDA MÉDIA MENSAL ATUAL			
	ENTREVISTADO		FAMILIAR	
	No.	%	No.	%
Atualmente sem renda	13	21,3	10	16,4
> 00,00 a 50,00	4	6,6	3	4,9
> 50,00 a 100,00	14	23,0	9	14,8
> 100,00 a 150,00	13	21,3	5	8,2
> 150,00 a 200,00	4	6,6	13	21,3
> 200,00 a 250,00	1	1,6	9	14,8
> 250,00 a 300,00	1	1,6	1	1,6
> 300,00 a 350,00	-	-	-	-
> 350,00 a 400,00	2	3,3	1	1,6
> 400,00 a 450,00	-	-	1	1,6
> 450,00 a 500,00	9	14,8	4	6,6
> 500,00 a 1.000,00	-	-	5	8,2
> 1.000	-	-	-	-
TOTAL	61	100,0	61	100,0
RENDA MÉDIA MENSAL	R\$ 152,08		R\$ 230,33	

Fonte: MIRANDA et al, pesquisa de campo, jan/fev 2009.

Observa-se que, neste quadro de baixa renda individual e familiar (que conta entre 1 e 3 membros como provedores), ocorre em um cenário laboral diversificado (várias atividades e produtos), mas pouco rentável e ambientalmente declinante, por estar assentado

precipuaemente nos cultivos de roçados para a produção de farinha, carvão vegetal e outros alimentos de pequena monta, conforme indica a tabela 2.

Tabela 2: Situação laboral dos indivíduos cadastrados, 2008.

SITUAÇÃO LABORAL ATUAL		
CONTEXTO PRODUTIVO	No.	%
Trabalhando com a família	42	68,9
Trabalhando individualmente	6	9,8
Trabalhando com a família e individualmente	1	1,6
Aposentado inativo	3	4,9
Aposentado trabalhando com a família	2	3,3
Sem trabalho de renda	7	11,5
TOTAL	61	100,0
TIPO DE ATIVIDADE PRODUTIVA	No.	%
Roçados + Farinha + Carvão	40	65,6
Manejo açaiçal	1	1,6
Manejo açaiçal + carvão	1	1,6
Manejo açaiçal + piscicultura	2	3,3
Roçados + Farinha + Carvão + Manejo açaiçal + Piscicultura + Fruticultura	1	1,6
Roçados + Farinha + Carvão + Piscicultura	1	1,6
Roçados + Farinha + Carvão + Manejo açaiçal + Fruticultura	1	1,6
Roçados + Farinha + Carvão + Manejo açaiçal	1	1,6
Carvão + Fruticultura	1	1,6
Roçados + Farinha + Carvão + Piscicultura + Manejo de Açaiçal	1	1,6
Manejo açaiçal + piscicultura + Fruticultura	1	1,6
Sem atividade produtiva	10	16,4
TOTAL	61	100,0
PROVEDORES FAMILIARES		
No. DE PROVEDORES POR FAMÍLIA	FAMÍLIAS	
	No.	%
Sem provedor atual	8	13,1
1 pessoa	27	44,3
2 pessoas	25	41,0
3 pessoas	1	1,6
TOTAL	61	100,0
RENDA MÉDIA MENSAL	R\$ 152,08	
PROVEDOR/FAMÍLIA	1,3	

Fonte: MIRANDA et al, pesquisa de campo, jan/fev 2009.

3.2.2. Os eixos do desenvolvimento local

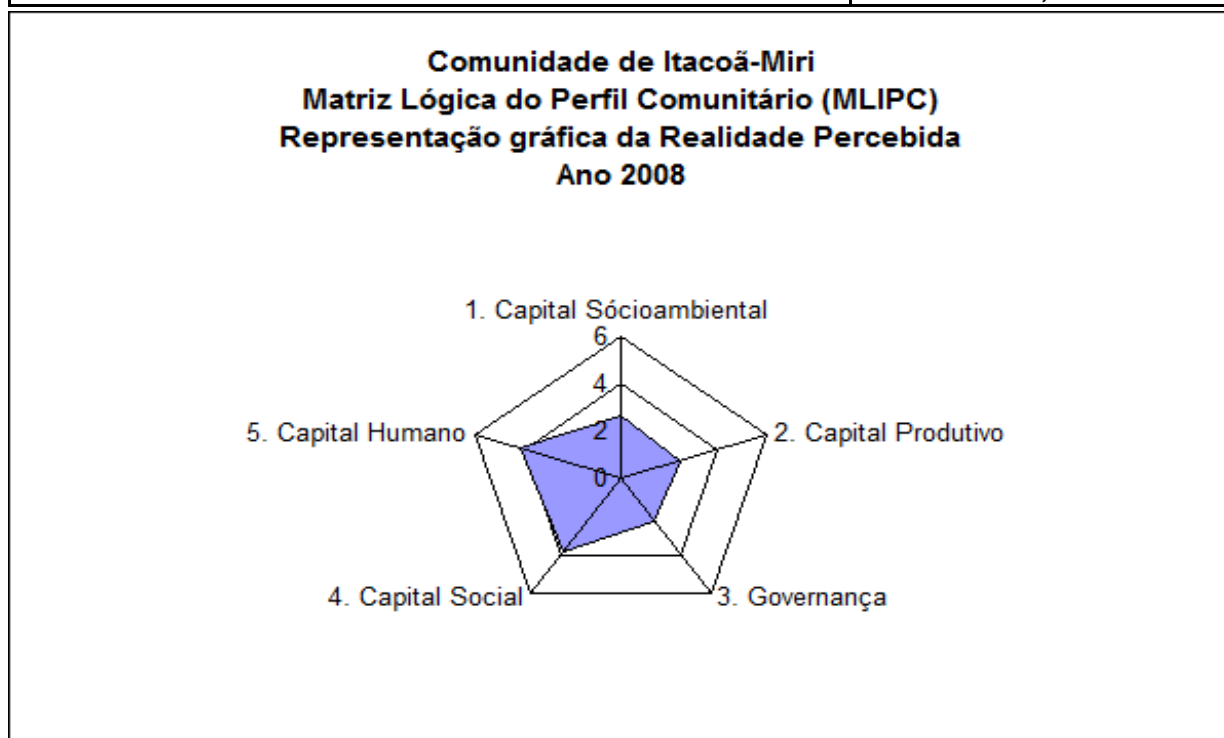
A aplicação da matriz MLIPC (para identificação do perfil comunitário) no estudo de caso descortinou a visão dos atores locais sobre a realidade em que vivem, a partir da percepção coletiva local sobre os cinco eixos de desenvolvimento considerados: capital socioambiental, capital produtivo, governança, capital social e capital humano.

Em termos gerais, os três primeiros eixos apresentam-se como os mais problemáticos, por terem recebido avaliação inferior a três (ver quadro abaixo). Isso porque as

avaliações de cada um deles, através de suas variáveis componentes, apresentaram resultados insatisfatórios, como evidenciaremos na sequência descritiva.

Quadro 5: Avaliações Médias dos Eixos de Desenvolvimento, segundo a MLIPC

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO CONSIDERADOS	MÉDIA POR EIXO
1. Capital Socioambiental	2,6
2. Capital Produtivo	2,4
3. Governança	2,2
4. Capital Social	3,8
5. Capital Humano	4,1
MÉDIA GERAL DOS EIXOS	3,0



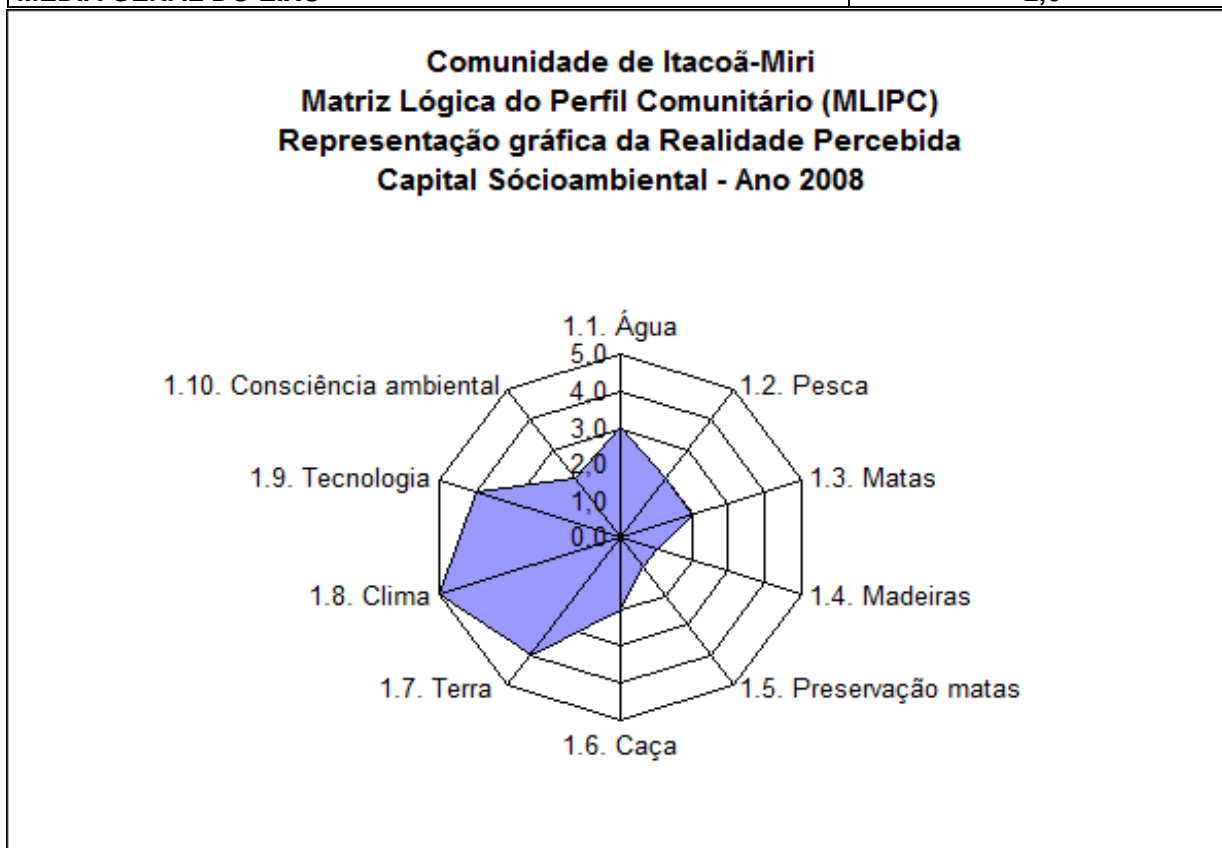
Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008

O detalhamento das variáveis de cada eixo, realizadas a partir de agora, evidenciaram claramente as áreas problemáticas e os pontos fortes.

No eixo temático relacionado à área sócio-ambiental (ver quadro a seguir), embora se apresentem como potencialidades para crescer a relativa fertilidade da terra, as condições climáticas e o conhecimento tecnológico dos moradores sobre os recursos naturais disponíveis, os demais indicadores (à exceção dos recursos hídricos) apresentam-se problemáticos. A reduzida consciência ambiental da população gerou baixos índices de preservação ambiental, com redução quase que total das matas primárias. Com isso, praticamente desapareceram os recursos madeireiros nobres e os animais silvestres. E a caça e a pesca, em face da degradação do ambiente e às práticas predatórias de captura, praticamente desapareceram do cotidiano dos moradores.

Quadro 6: Avaliações Médias do Eixo Capital Socioambiental, segundo a MLIPC

1. CAPITAL SÓCIOAMBIENTAL	MÉDIA
1.1. Água	3,0
1.2. Pesca	2,0
1.3. Matas	2,0
1.4. Madeiras	1,0
1.5. Preservação matas	1,0
1.6. Caça	2,0
1.7. Terra	4,0
1.8. Clima	5,0
1.9. Tecnologia	4,0
1.10. Consciência ambiental	2,0
MÉDIA GERAL DO EIXO	2,6



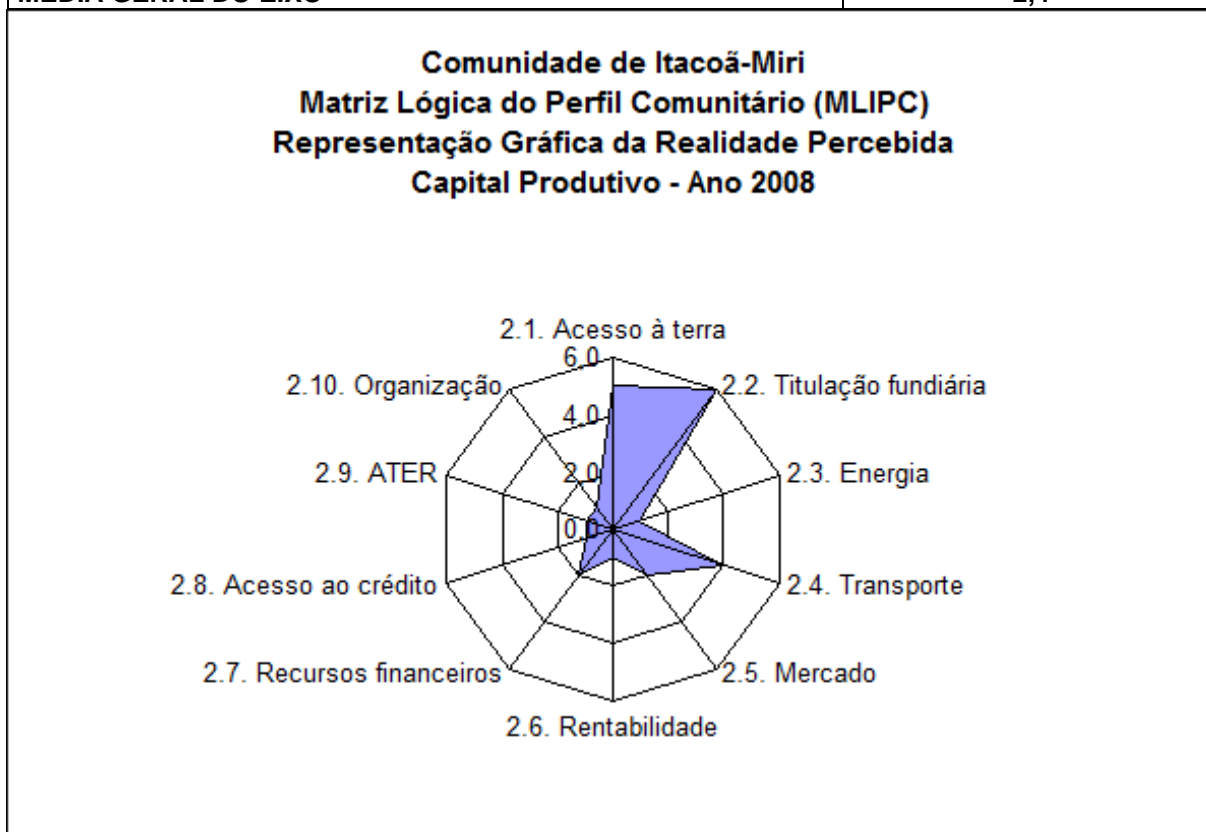
Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008

Em termos econômicos, a realidade não é muito diferente: excetuando-se a segurança da titulação fundiária, a facilidade do acesso à terra e as razoáveis possibilidades de escoamento da produção (transporte), todas as outras variáveis ligadas à produção apresentam-se em condições precárias. A organização dos produtores, embora aparente um bom nível de interação por se estruturar em grupos de produção e/ou em núcleos familiares, apresenta problemas de gestão interna (comentados no capítulo III). Além disso, a ineficiência e/ou insuficiência dos atendimentos públicos e civis em termos assistência técnica, crédito e fomento, limitam a produtividade dos cultivos. E estas baixas produtividades, associadas aos baixos preços recebidos nos mercados, rebaixam os ganhos econômicos e limitam a capacidade

de investimentos próprios dos produtores. Além disso, a indisponibilidade e/ou insuficiência de energia estreita o leque de possibilidades para agregação de valor aos produtos locais, limitando o acesso dos mesmos a patamares do mercado melhor remunerados.

Quadro 7: Avaliações Médias do Eixo Capital Produtivo, segundo a MLIPC

2. CAPITAL PRODUTIVO	MÉDIA
2.1. Acesso à terra	5,0
2.2. Titulação fundiária	6,0
2.3. Energia	1,0
2.4. Transporte	4,0
2.5. Mercado	2,0
2.6. Rentabilidade	1,0
2.7. Recursos financeiros	2,0
2.8. Acesso ao crédito	1,0
2.9. ATER	1,0
2.10. Organização	1,0
MÉDIA GERAL DO EIXO	2,4



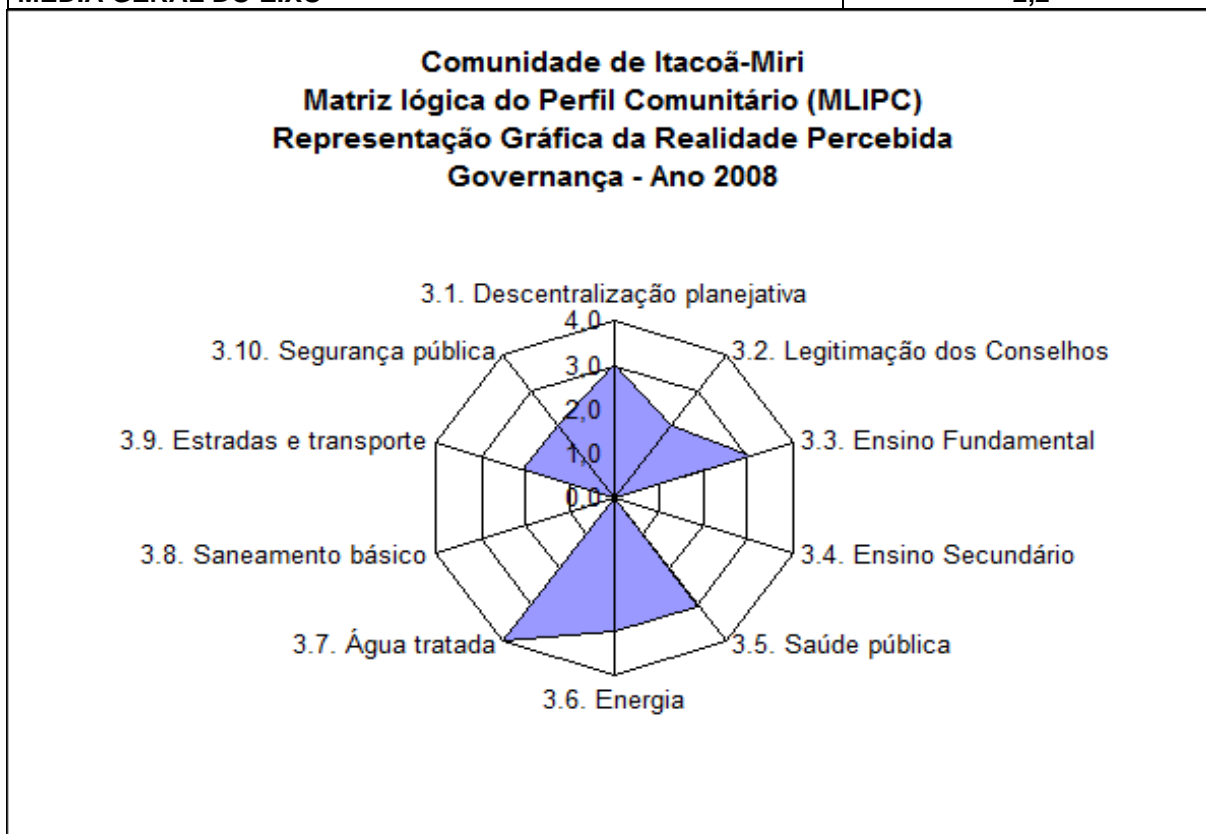
Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008

No que concerne às políticas públicas (governança), apenas o abastecimento local das habitações com água potável destaca-se como algo positivo no atual estágio da comunidade. A educação fundamental, os atendimentos em saúde e o abastecimento doméstico de energia elétrica, funcionam em termos do razoável. Mas a segurança pública, o saneamento básico, o ensino secundário, as estradas e o transporte coletivo deixam muito a desejar, na percepção dos moradores. Além disso, a reduzida descentralização da esfera

pública local, aliada à limitada legitimação dada aos Conselhos Municipais, evidenciam poucas possibilidades de mudanças breves, via participação dos moradores no planejamento público.

Quadro 8: Avaliações Médias do Eixo Governança, segundo a MLIPC

3. GOVERNANÇA	MÉDIA
3.1. Descentralização planejativa	3,0
3.2. Legitimação dos Conselhos	2,0
3.3. Ensino Fundamental	3,0
3.4. Ensino Secundário	0,0
3.5. Saúde pública	3,0
3.6. Energia	3,0
3.7. Água tratada	4,0
3.8. Saneamento básico	0,0
3.9. Estradas e transporte	2,0
3.10. Segurança pública	2,0
MÉDIA GERAL DO EIXO	2,2



Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

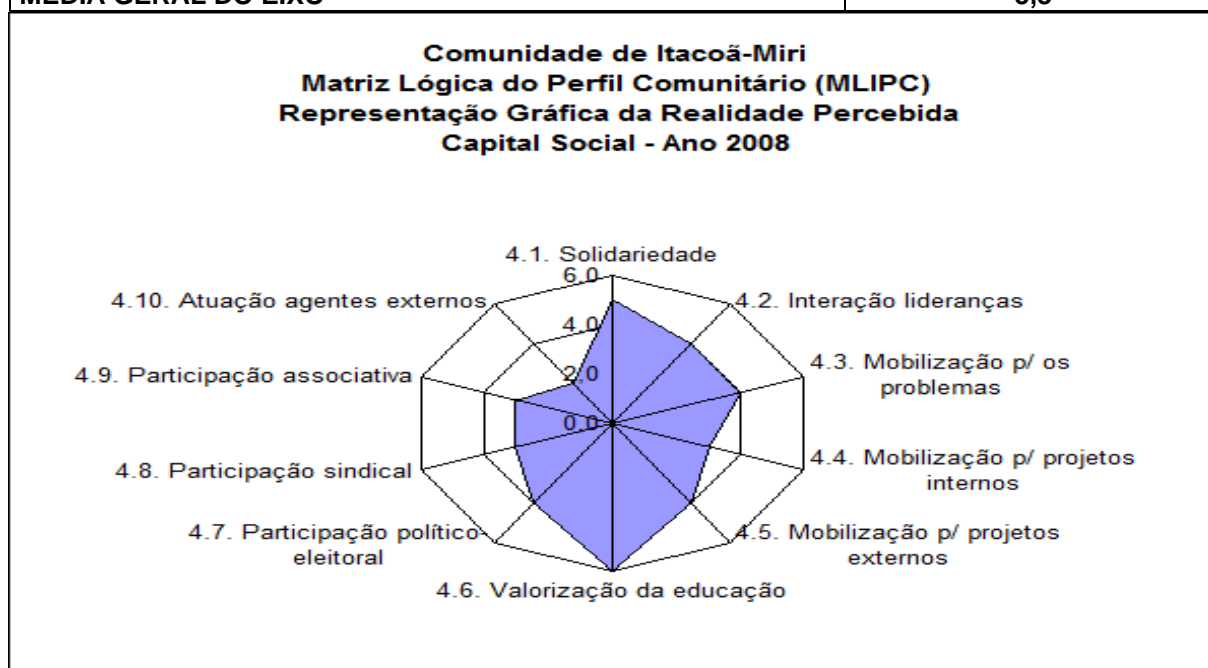
Do ponto de vista consensual dos atores locais, estes são os eixos mais problemáticos da realidade local. O que não significa a ausência de problemas nos dois outros eixos de desenvolvimento, como se verá a seguir.

Apesar da valorização extrema que os comunitários dedicam à educação, esta atitude coletiva é prejudicada pela ausência significativa do Estado local e pelas atitudes político-partidárias que embasam as decisões sobre a escola (professores, materiais, merenda

escolar, a implantação do ensino secundário, etc.). Exemplo recente disso foi a substituição da coordenadora escolar anterior (de origem local, atuante e com graduação em pedagogia) por outra sem a mesma formação pedagógica, apenas por critérios de proximidade política com a nova administração eleita em outubro. E a solidariedade interpessoal, apesar de ser um dos pontos fortes da comunidade, apresenta um caráter religioso e acrítico que dificulta a sua prática no universo objetivo e formal da produção e da organização associativa. Isso porque desvincula os direitos individuais e coletivos (acesso a créditos, benefícios sociais e ganhos econômicos das atividades, etc.) dos respectivos deveres (participação assídua, responsabilidade, esforço e comprometimento). Assim, esse desvio cultural, reforçado pelas práticas políticas clientelistas e pelas incipientes atuações institucionais, dificultam a automobilização nas organizações sindicais e associativas.

Quadro 9: Avaliações Médias do Eixo Capital Social, segundo a MLIPC

4. Capital Social	MÉDIA
4.1. Solidariedade	5,0
4.2. Interação lideranças	4,0
4.3. Mobilização p/ os problemas	4,0
4.4. Mobilização p/ projetos internos	3,0
4.5. Mobilização p/ projetos externos	4,0
4.6. Valorização da educação	6,0
4.7. Participação político-eleitoral	4,0
4.8. Participação sindical	3,0
4.9. Participação associativa	3,0
4.10. Atuação dos agentes externos	2,0
MÉDIA GERAL DO EIXO	3,8

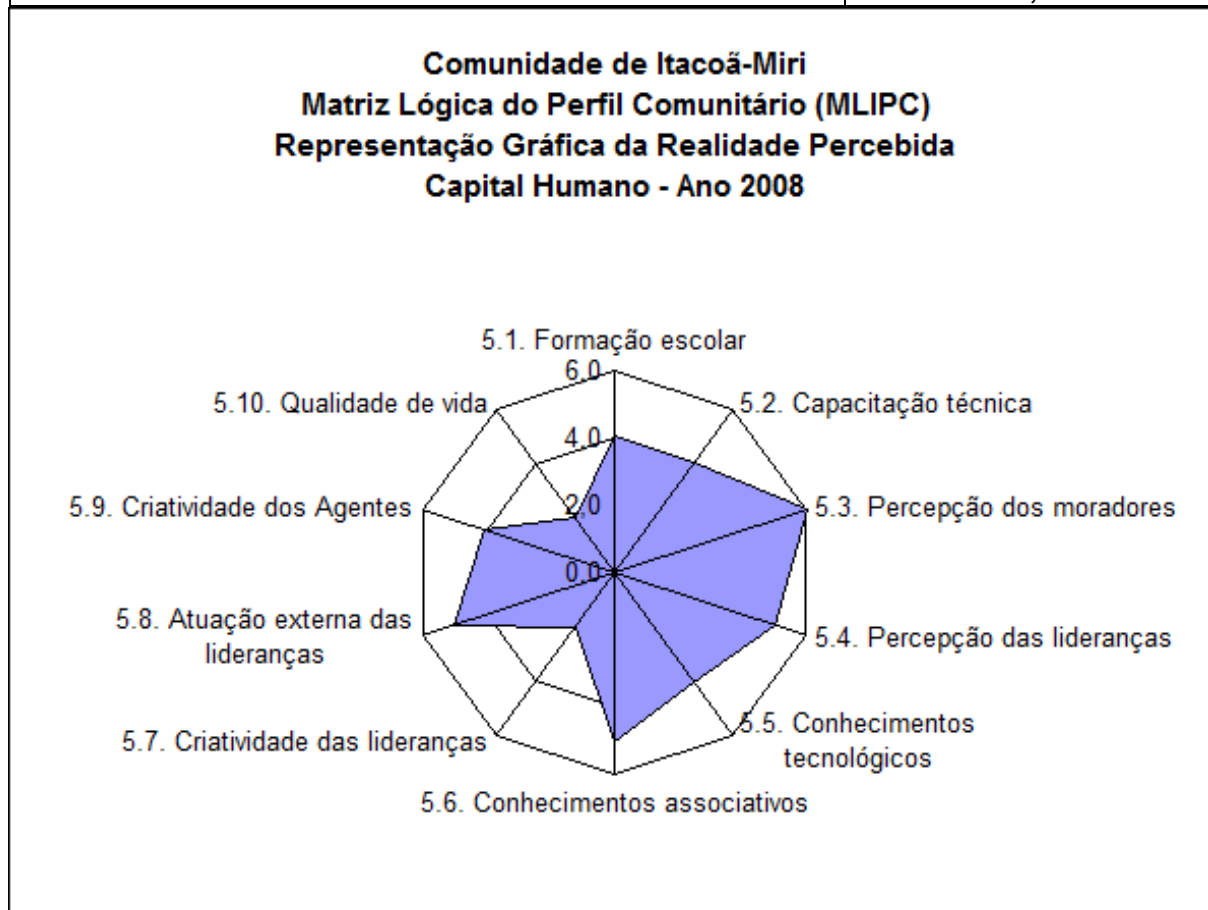


Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

Por último, a auto-avaliação dos atores locais sobre a sua coletividade, indica potencialidades significativas: formação escolar básica e bom nível de conhecimentos técnicos (não só em face dos conhecimentos empíricos do cotidiano organizacional e produtivo, como pelas inúmeras capacitações executadas localmente por agentes institucionais). Igualmente, consideram que os moradores, as lideranças e os técnicos têm adequada percepção dos problemas locais e que os dois últimos segmentos conseguem articular-se satisfatoriamente na construção de alternativas aos problemas, apesar da restrita capacidade criativa das lideranças.

Quadro 10: Avaliações Médias do Eixo Capital Humano, segundo a MLIPC

5. Capital Humano	MÉDIA
5.1. Formação escolar	4,0
5.2. Capacitação técnica	4,0
5.3. Percepção dos moradores	6,0
5.4. Percepção das lideranças	5,0
5.5. Conhecimentos tecnológicos	4,0
5.6. Conhecimentos associativos	5,0
5.7. Criatividade das lideranças	2,0
5.8. Atuação externa das lideranças	5,0
5.9. Criatividade dos Agentes	4,0
5.10. Qualidade de vida	2,0
MÉDIA GERAL DO EIXO	4,1



Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008

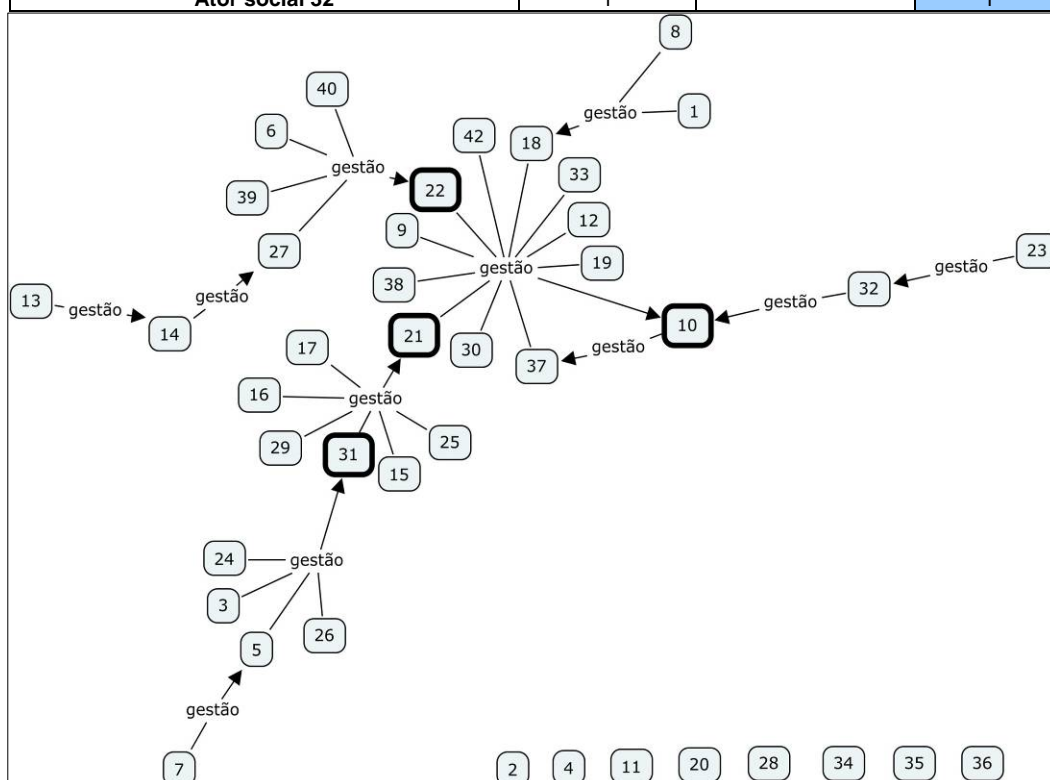
Em assim sendo, evidencia-se claramente que a baixa qualidade de vida local não é gerada por deficiências de capital humano, mas de impossibilidades objetivas de articulação proativa destes recursos humanos com as demais variáveis e eixos (ligados à esfera socioambiental, produtiva, política e institucional).

3.2.3. As práticas sociais, normas e relações de confiança.

As indicações empíricas obtidas através da ARS permitiram conhecer as relações interpessoais existentes na localidade e ligadas aos aspectos enfatizados no processo de planejamento participativo: a gestão associativa e os conhecimentos ligados à produção.

Quadro 11: Rede social primária para ARS em Gestão Associativa

CÓD. ARS No.	Sociograma 1		
	INDICAÇÕES EM GESTÃO ASSOCIATIVA		
	Direta	Indireta	Total
Ator social 10	11	22	33
Ator social 21	6	5	11
Ator social 22	4	2	6
Ator social 31	4	1	5
Ator social 37	1	2	3
Ator social 18	2		2
Ator social 05	1		1
Ator social 14	1		1
Ator social 27	1		1
Ator social 32	1		1



Fonte: Miranda, com base em pesquisa de campo, 2008/2009.

No quadro acima se evidenciaram quatro atores nos quais se centralizaram as indicações, sendo que os mesmos se relacionam satisfatoriamente entre si e são catalisados pelo ator 10.

Este ator central do universo da gestão associativa destaca-se por seu conhecimento da história local, por suas articulações com as esferas públicas e instituições do entorno e por seu carisma político, tendo inclusive sido presidente da Associação Quilombola, em seus primórdios. A sua identificação e compromisso para com os objetivos comuns (qualidade de vida e afirmação étnica), sua prática de participação em enfrentamentos das situações adversas e capacidade de tradução dos interesses locais em outras comunidades e em instâncias institucionais, evidenciam sua liderança importante na coesão social interna e no estabelecimento de objetivos de fronteira (acesso a bens, tecnologias, processos e técnicas externamente existentes e internamente desejadas).

As três outras lideranças mais indicadas aglutinam, por sua vez, menos pessoas em suas respectivas redes, mas têm em comum a identidade com a rede liderada pelo citado ator. E isso de certa forma, reforça as possibilidades de negociação e avanços nos processos locais de desenvolvimento.

Por outro lado, um fato nesse sociograma acima, chama a atenção: o ator 22, embora ocupe atualmente o cargo máximo de comando na organização associativa local, recebeu reduzidas indicações nesse e nos demais processos de escolha social e joga, à semelhança dos demais atores, seu pequeno cacife político no ator 10. Destacamos este fato em função de observações e depoimentos obtidos nos quais o citado ator 22, embora eleito e reeleito para comandar a associação local, é indicado como centralizador e antidemocrático, enfrentando fortes e crescentes resistências dos comunitários. Inclusive com renúncias conflituosas e recentes de membros da atual diretoria.

“(…) eu briguei por um esforço maior e como ele gosta de tá na frente das coisas ele fez o contato pros associados, ele quer tá em frente. Mas eu tô vendo a diretoria em si, apesar que nas saídas, de contínuo ele sai só ele, até por questão que duas ou três pessoas vai ter um gasto maior. Ele, na chegada, ele reúne a diretoria ou na assembléia ele passa as informações. (...) Inclusive, devido a essa atitude do (...), que quer que as coisa chegue direto na mão dele, ele teve uma reforma na diretoria agora ultimamente, porque não concordavam com a idéia dele. E aí...” (C.G.A, 03/10/2008)

Essa entrevista e outros relatos informais confirmaram as escassas indicações obtidas pelo citado ator nas redes descortinadas e a sua problemática interação nas mesmas. E nessa situação, uma indagação se faz necessária: porque uma liderança pouco representativa e com perfil pouco democrático é eleita e reeleita para dirigir a organização associativa local? Segundo os atores locais instados sobre o assunto, nos últimos anos a escolha de dirigentes na

associação quilombola se dá muito mais em função da disposição de quem aceita dirigir do que pelos méritos pessoais e sociais dos eventuais candidatos.

“À vezes, quando o presidente quer fazer uma coisa que num tem apoio, que num chega num bom acordo com os companheiros, surge qualquer movimento de chapa pra concorrer, né? Mas muita das vezes, quando chega na hora da reunião lá, aí ninguém quer assumir, aí ficam apontando na hora lá, sabe? Fulano, sabe, fulano! E as vezes é pessoa que num se...num tem (as qualidades necessárias). E isso faz com que uma diretoria num atue cem por cento”.(C.G.A., 03/10/2008)

E as principais razões para que muitas lideranças representativas não aceitem sequer disputar as eleições associativas, passam pela falta de recursos da entidade para custear os deslocamentos em busca de projetos e parcerias (em função do descompromisso financeiro dos associados), pela desmobilização participativa e os oportunismos materiais dos moradores e pelo próprio desencanto político destas lideranças frente às interações fracassadas com as instituições externas (à semelhança da maioria da população). Neste cenário, portanto, é plenamente entendível que lideranças pouco representativas ocupem os espaços relegados pelas lideranças mais significativas e mais adequados à condução dos destinos locais. Entretanto, apesar das características problemáticas, o ator social em foco demonstra motivação e compromisso com as mudanças coletivas desejadas. Embora de forma autoritária e centralizadora, busca intermediar os interesses locais nas instâncias externas, o que de certa forma o qualifica para a função voluntária citada e rejeitada pelos mais socialmente integrados.

Assim, nesse vácuo de poder formal, os segmentos femininos locais, que têm ocupado postos coadjuvantes na administração associativa (secretaria, tesouraria, etc.), buscaram assumir posições de comando em algumas das eleições ocorridas. Mas apesar do êxito eleitoral, não obtiveram melhores resultados, atribuindo-se aos homens (pela falta de apoio para a gestão) e aos compromissos profissionais das eleitas, as causas dos insucessos.

“Eu vi duas diretorias que avançaram menos aí, talvez porque foi direcionado por mulher. Mas o que elas se queixaram é que elas não tiveram um suporte de um apoio dos homens, né? Teve uma diretoria das primeira duas mulheres que ... acredito que elas não passaram nem seis meses porque elas não, não tiveram assim um apoio do resto da direção... Elas gostariam de um apoio maior da classe masculina, né? E agora, ultimamente, também passou pela mão de uma outra mulher e que devido ela ter as outras atividades, que é funcionária pública e dona de família assim, ela sentiu um pouco de dificuldade. Assim, de não ter uma pessoa que ajudasse ela a ir em busca e ajudar a comunidade com alguns direitos, né? E devido ela não poder tá saindo muito, devido ao trabalho que ela assume também na comunidade, como professora hoje, ela se sentiu assim ... Ela deixou a desejar em alguns sentidos com a comunidade, mas tanto, tanto faz ela nas suas palavras, como na minha visão, eu acredito que foi essa falta de colaboração dos associados, um incentivo no sentido pra que ela se doasse aos serviços fora... Então aí, ela veio a entregar ...” (A.L.N.H, 15/10/2008).

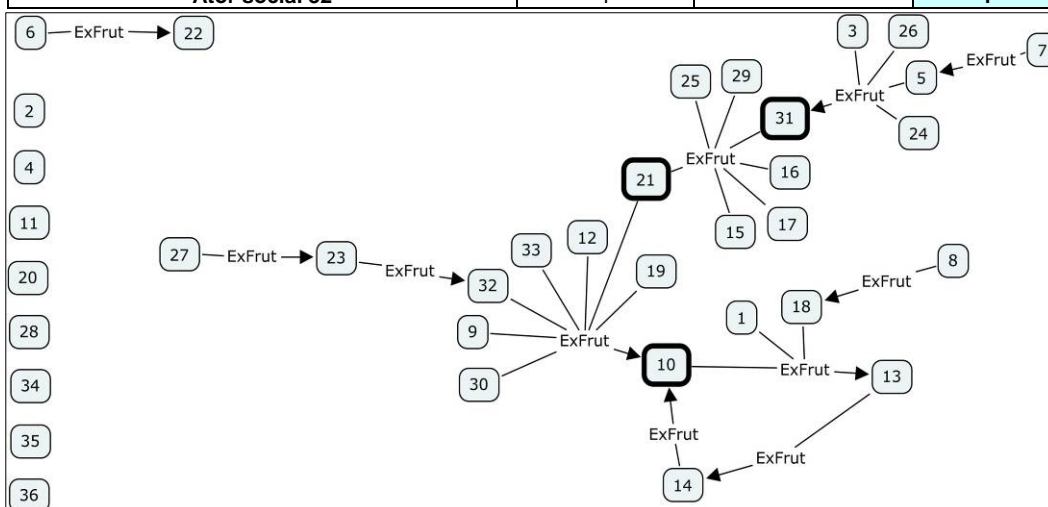
Em verdade, esta entrevista (de uma mulher), como outras percepções, evidenciam muito mais a conjuntura adversa do cargo de gestor comentada anteriormente, do que um confronto de gênero pelo poder formal.

Já na indicação para os grupos temáticos de trabalho (para compartilharem com o pesquisador a construção dos subprojetos escolhidos), um diferencial significativo surgiu: a natureza do conhecimento necessário e a sua implicação objetiva com a divisão de gênero no trabalho. Nas atividades produtivas tipicamente masculinas (cultivos), reforçaram-se as lideranças detectadas no tema Gestão Associativa (notadamente o ator 10). Nas atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres (produtos de higiene e limpeza, serviços estéticos) surgiram lideranças femininas destacadas. Todavia, a apicultura, atividade historicamente recente no cenário local, apresentou-se como atividade quase que integralmente de mulheres e com destaque de uma liderança feminina indicada inclusive pelos atores locais masculinos. Esse fenômeno se explica nos fatos de que a atividade foi inserida por agentes institucionais sem a conotação de gênero, mas por ser uma atividade nova e incerta, mobilizou apenas ao segmento feminino, então sem oportunidades próprias de trabalho renda. E por ser trabalho menos penoso e próximo às habitações, teve a sua escolha facilitada para as mulheres.

No tema local da produção de frutas regionais, reafirmaram-se mais uma vez os atores 10 e 21, confirmando-se a relativa interação intergrupala. Igualmente, cabe observar que o conhecimento real do tema colocado (fruticultura) influenciou decisivamente nas indicações, pois os atores mais indicados são também os mesmos que lideram grupos de trabalho no manejo de açazais nativos e cultivos frutíferos, sendo que o ator 22 (caracterizado anteriormente) foi praticamente ignorado na rede em questão.

Quadro 12: Rede social primária para ARS em fruticultura

CÓD. ARS No.	Sociograma 2		
	INDICAÇÕES EM FRUTICULTURA		
	Direta	Indireta	Total
Ator social 10	8	17	25
Ator social 21	6	5	11
Ator social 31	4	1	5
Ator social 13	3	1	4
Ator social 14	1	1	2
Ator social 22	1		1
Ator social 23	1		1
Ator social 32	1		1

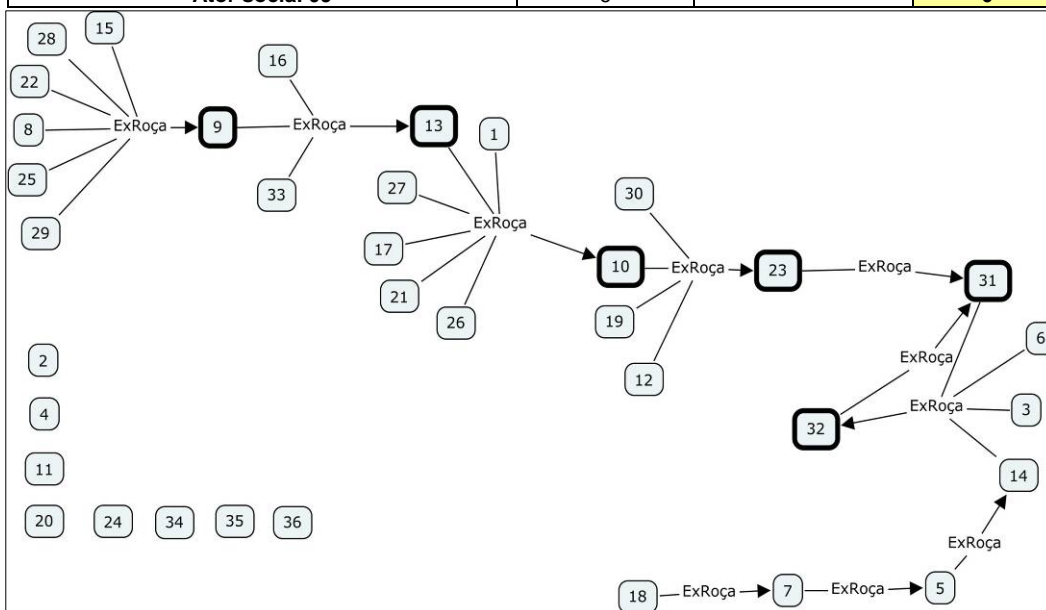


Fonte: Miranda, com base em pesquisa de campo, 2008/2009.

Já no intercâmbio de conhecimentos sobre o mais tradicional cultivo da comunidade (os roçados itinerantes), o número de atores indicados aumentou e diversificou-se. Isto porque, por ser a prática produtiva mais disseminada e antiga da comunidade, é um tema de domínio mais amplo de cada um dos atores locais, criando então redes mais dispersas (embora mantendo a interação intergrupala).

Quadro 13: Rede social primária para ARS em Cultivos de Roçados

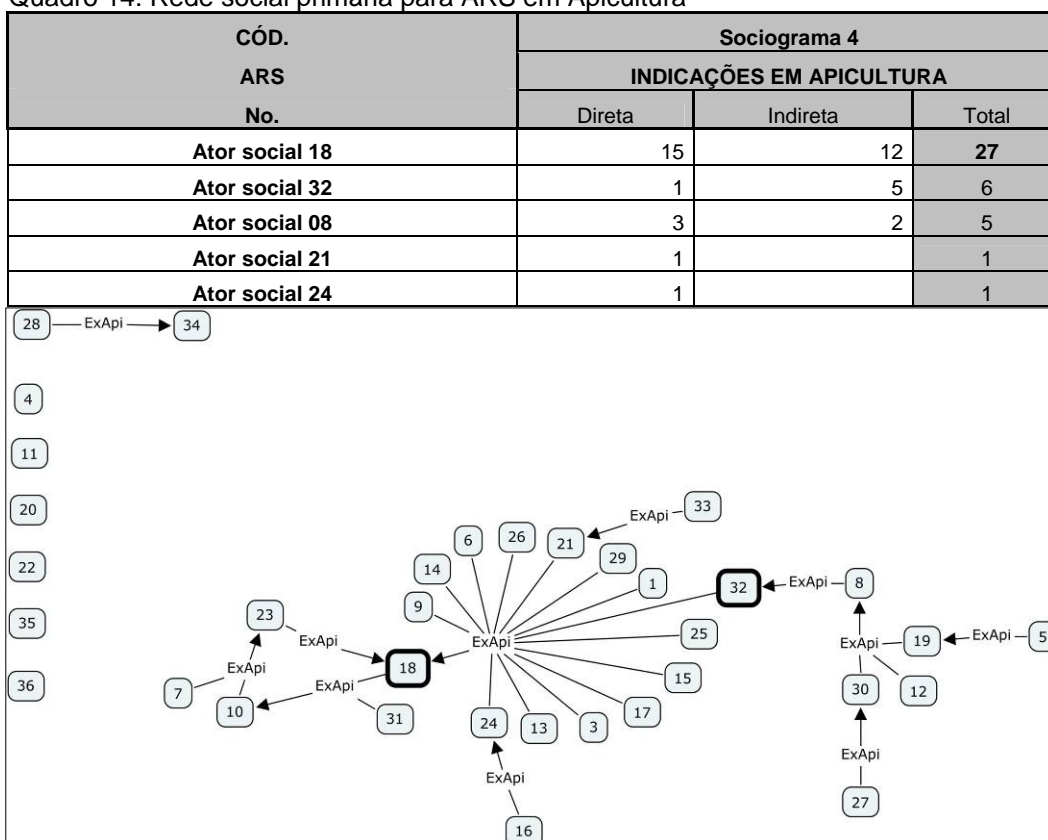
CÓD. ARS No.	Sociograma 3		
	INDICAÇÕES EM ROÇADOS		
	Direta	Indireta	Total
Ator social 31	2	27	29
Ator social 23	4	15	19
Ator social 10	6	9	15
Ator social 13	3	6	9
Ator social 09	6		6



Fonte: MIRANDA, com base em dados da pesquisa de campo, 2008/2009.

Na apicultura, introduzida localmente nos últimos quatro anos, as indicações mudam radicalmente: centralizaram-se no ator 18, do sexo feminino e que foi a liderança do grupo de mulheres à época da implantação. Aqui, mesmo os homens que catalisaram algumas indicações (atores 32, 10 e 23) encaminharam suas opções pessoais para a personagem 18, confirmando sua liderança técnica no tema abordado.

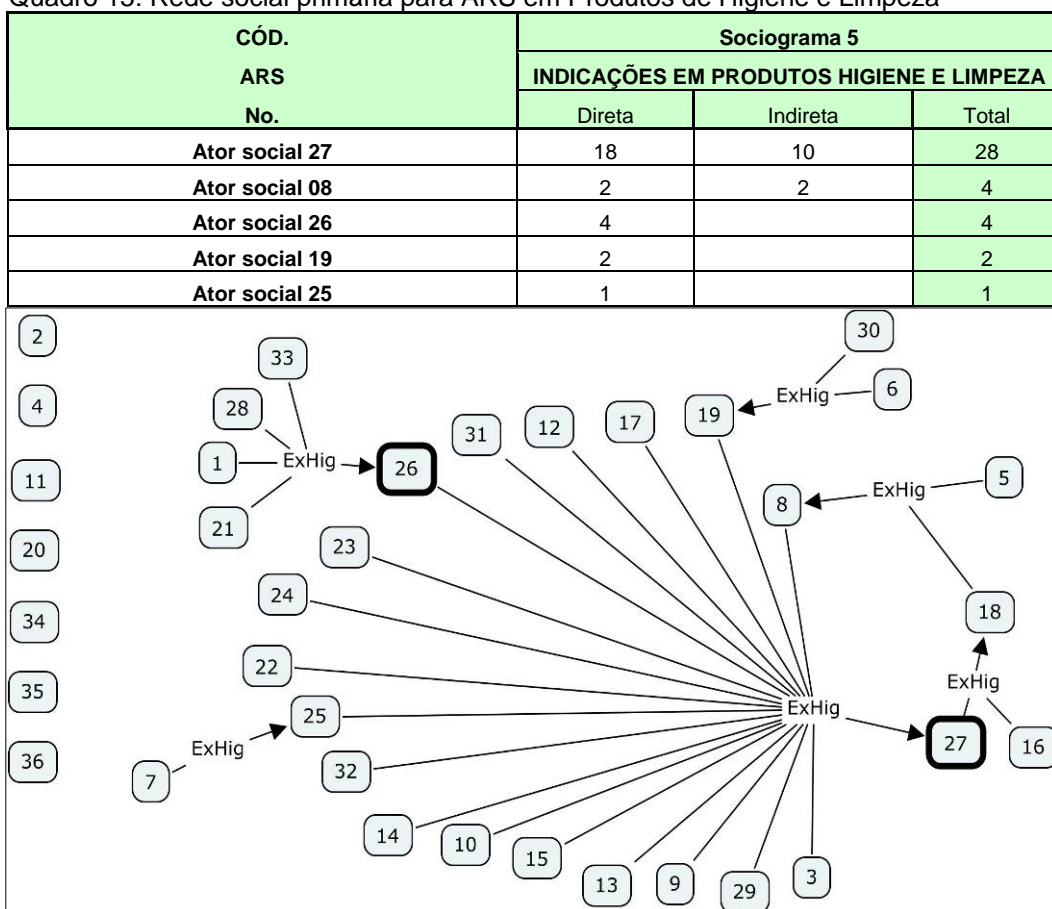
Quadro 14: Rede social primária para ARS em Apicultura



Fonte: MIRANDA, com base em dados da pesquisa de campo, 2008/2009.

Já em termos da produção de produtos de higiene e limpeza, as indicações ocorridas confirmam as diferenciações laborais de gênero, típicas das comunidades tradicionais. Todas as indicações foram dirigidas a mulheres, destacando-se a personagem 27, por ter sido a pioneira da atividade na localidade e ser a mais entusiasta entre as remanescentes da experiência original.

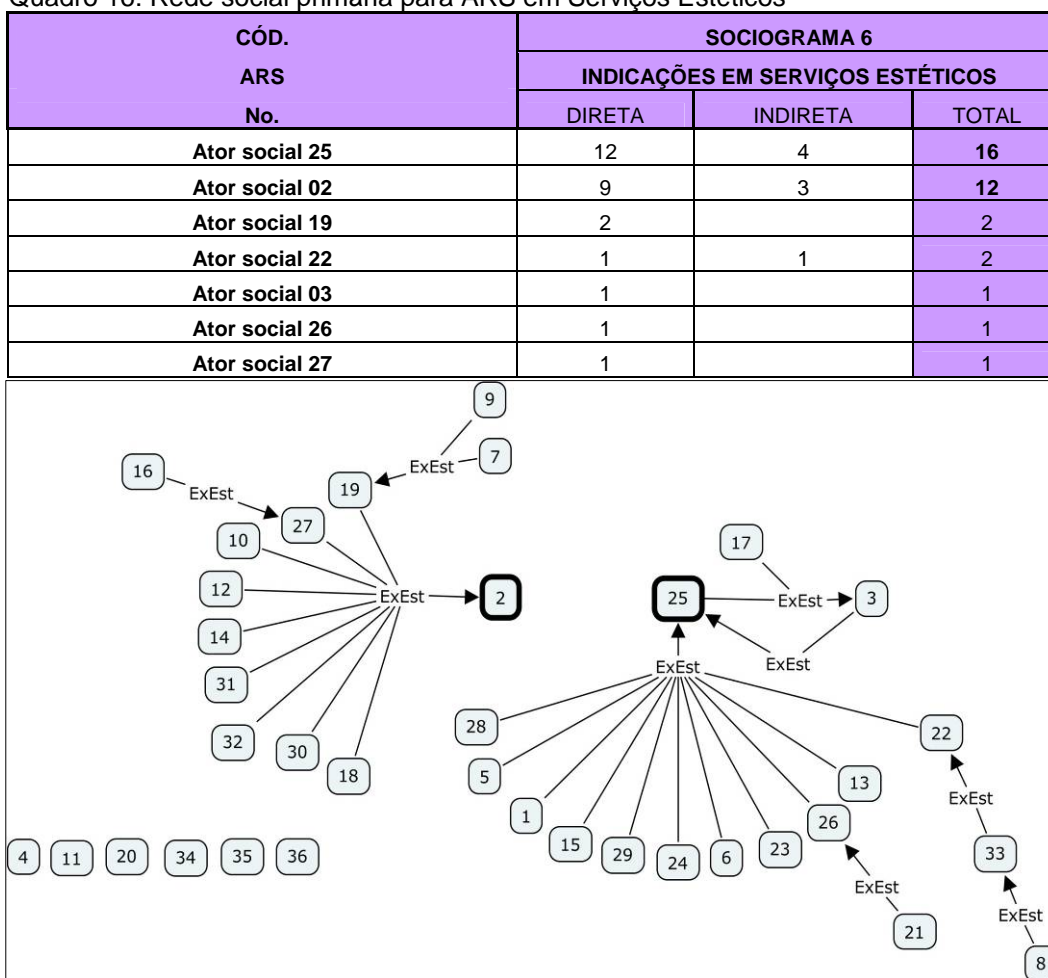
Quadro 15: Rede social primária para ARS em Produtos de Higiene e Limpeza



Fonte: MIRANDA, com base em dados de pesquisa de campo, 2008/2009.

Sobre os serviços estéticos, alternativa laboral escolhida pelos jovens (< 25 anos), reafirma-se a predominância feminina tradicional nesse tipo de atividade, surgindo duas lideranças femininas fortes, mas não integradas entre si e seus respectivos grupos. Essa não-integração pode ter como explicação os fatos de que os segmentos jovens apenas agora estão se inserindo às atividades associativas e também pela inexperiência social própria da idade e que viabiliza conflitos naturais.

Quadro 16: Rede social primária para ARS em Serviços Estéticos



Fonte: MIRANDA, com base em dados da pesquisa de campo, 2008/2009.

Apesar de apenas um terço das famílias constituírem as redes sociais identificadas, há que se considerar que os atores nelas envolvidos convivem de forma relativamente agregada, com grupos interagentes. Igualmente, é necessário entender que os processos entrópicos (de natureza social, política e/ou econômica), ocorridos na última década, contribuíram em muito para essa restrita participação dos moradores nas redes enquanto meios formais de busca e construção do desenvolvimento local. Muito provavelmente, se a ARS fosse estendida para além dos limites dos informantes e dos grupos voluntariamente participantes do planejamento, essas redes de interação cognitiva pesquisadas mostrar-se-iam muito mais amplas, pois incluem temas do cotidiano da sobrevivência de todos e que ultrapassam os limites da convivência associativa formal.

Outro fato a destacar é que, mesmo nas indicações cognitivas específicas, parece ter ocorrido no processo de escolha não apenas o conhecimento solicitado, mas as relações interativas mais amplas da comunidade de prática (afinidades pessoais, noção de pertencimento, identificações de cosmovisão, etc). Isso fica claro nas indicações das redes

relativas aos cultivos de roçados: apesar de ser um conhecimento praticamente universalizado entre homens e mulheres, as redes permaneceram semelhantes. De forma não tão concentrada em determinados atores como ocorreu nos demais sociogramas construídos, mas privilegiando as mesmas pessoas e grupos interativos entre si e no cenário grupal geral.

Por último, a composição destas redes parece aceitar sem problemas as questões de gênero na divisão social do trabalho historicamente estabelecida, já que ambos os sexos (notadamente as mulheres), embora dominem conhecimentos das várias áreas cognitivas abordadas, canalizem suas indicações para a cosmovisão tradicional: as atividades masculinas (fruticultura e roçados) e as atividades femininas (produtos de higiene e limpeza, serviços estéticos e apicultura, esta por ser um trabalho produtivo leve e próximo as habitações). Mas esta aceitação não significa submissão de gênero, já que as mulheres participam e disputam em condições de igualdade nas diretorias da Associação Quilombola e pleiteiam projetos de renda específicos para si, inclusive mediante conflitos de poder. Portanto, o não-conflito de gênero anteriormente citado implica na identificação cultural em termos de organização social do trabalho, buscando-se soluções de gênero relativas a aspectos específicos e dentro do perfil tradicional de comportamentos. Esta percepção se confirma também nas demandas individuais formais pelos subprojetos constantes do projeto de desenvolvimento local elaborado (ver anexo VII), onde a opção tradicional predominou:

Quadro 17: Relação dos inscritos nos subprojetos planejados, por gênero

GÊNERO	INSCRITOS POR SUBPROJETOS ESCOLHIDOS (No.)				
	ABELHA RAINHA	BELEZA QUILOMBOLA	HIGIENE LIMPEZA E SAÚDE	ROÇADOS RESGATE AMBIENTAL	MATAS PARA O FUTURO
Masculino	2	1	-	16	17
Feminino	10	9	22	1	20
TOTAL	12	10	22	17	37

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Local de Itacoã-Miri, 2009.

A única discrepância (interação significativa de gênero) ocorreu no subprojeto Matas para o Futuro, por suas características especiais: é uma atividade de cunho ambiental, destinada à Associação Quilombola, com área total coletiva mínima (2 hectares) e com baixo dispêndio de trabalho individual. Nesse caso, a mobilização associativa dos grupos, a preocupação ambiental latente e a possibilidade de reforço futuro dos recursos naturais escassos, superaram a divisão tradicional do trabalho.

Todas estas inferências levam à validação das configurações teóricas das redes sociais primárias anteriormente apresentadas, notadamente no que se refere ao capital social como comunidade de prática, pelo domínio, pela prática, pela participação, por tradução e

pelos objetivos de fronteira. Isto porque, no espaço socialmente ocupado e que representa o ambiente interativo de aprendizagem individual e coletiva, os atores investigados demonstraram relacionar-se claramente dentro dos parâmetros teóricos considerados como fatores de inserção social. Os interesses comuns abordados (atividades produtivas, gestão associativa e grupos de trabalho) delinearão claramente as relações interpessoais pelo domínio (com base na identificação pessoal pelo compromisso e competência relativos a estes interesses). Na temática de gestão associativa, afluíram cristalinamente as qualidades individuais da participação, da capacidade de tradução e de estabelecer formas e metas de acesso coletivo local a bens, tecnologias, processos e técnicas presentes nos territórios externos. E principalmente: a partir dos valores consolidados historicamente ou aceitos coletivamente, independente das visões e valores externos.

Este aspecto fica claro no delineamento das relações interpessoais quando abordadas as alternativas produtivas, com aceitação tácita da divisão do trabalho por gênero e no pragmatismo coletivo de legitimação de liderança informalmente questionada para a presidência da Associação, em função da conjuntura política adversa. Além disso, a protelação constante de certas atitudes coletivas necessárias (como o combate à violência juvenil e ao uso de drogas), embora reconhecidas por todos eles, não ocorrem na práxis, já que a preservação das relações de confiança e parentesco é considerada mais importante. São atitudes que extrapolam a lógica de sociedades não-tradicionais do entorno (como Belém) e a maioria das instituições, onde predominam as concepções de confronto de gênero, o radicalismo político e a impessoalidade do convívio social. E que, por estarem presentes na formação dos agentes institucionais, podem ser fatores de desencontro e conflito nos compartilhamentos entre estes dois universos diferenciados (o local e o externo).

3.2.4. As relações territoriais

Os resultados obtidos pela aplicação da matriz MLIT no estudo de caso reforçaram todos os fatos relatados no perfil comunitário de Itacoã-Miri: essa coletividade vive em relações contraditórias internas e externas, territoriais e interterritoriais. E embora esses dois contextos (diferenciados, mas inseparáveis) possam ser analisados dentro de uma postura dialética, considerando as especificidades locais (em termos de experiência cultural, recursos humanos e materiais), frente aos intercâmbios com o entorno mais globalizado, são inegáveis os efeitos predominantemente nocivos destes intercâmbios no universo local.

Em termos sociais, econômicos e ambientais, ocorreram desincorporações e/ou despersonalizações tecnológicas, mudanças nas relações de oferta e demanda de bens e produtos, substituições no consumo, ampliação da agressão ambiental e a manutenção das desigualdades mercadológicas. Ou seja:

- a) muitos dos recursos naturais utilizados para a criação de pequenos animais foram relegados pelo uso de rações e insumos industrializados;
- b) a produção local reduziu-se em seu significado de autoconsumo e ampliou-se enquanto mercadoria, pois o consumo familiar diversificou-se externamente à produção (substituindo-se bens e alimentos produzidos por bens e alimentos adquiridos no mercado, a fitoterapia tradicional trocada pelos medicamentos industrializados);
- c) a ampliação do consumo monetarizado implicou na especialização produtiva demandada pelo mercado (apenas frutas, carvão e farinha) e no aumento do desmatamento para os cultivos de roçados, necessário ao acréscimo de renda para o novo consumo, com danos ambientais severos;
- d) a lógica laboral solidária e ampla (historicamente construída) avança gradativamente para o empreendedorismo individual ou familiar externamente estimulado;
- e) a única imutabilidade foi o atrelamento dos produtores locais aos intermediários, limitando o acesso dos mesmos a melhores preços para os seus produtos.

Esse quadro de relações e mudanças, elevando a dependência local do seu entorno territorial e em meio a relações institucionais mal-sucedidas, tem alterado significativamente o modo de vida tradicional local, sem atender adequadamente as demandas estimuladas ou preencher de forma proativa as lacunas comportamentais advindas das relações interterritoriais.

Do ponto de vista dos atores e segundo os resultados da aplicação da matriz lógica MLIT (ver anexo IV), o mais forte e significativo núcleo de relação da população local é com a cidade de Belém, situada a cerca de uma hora por via fluvial ou rodoviária. A sede municipal (Acará), embora seja o centro político-administrativo ao qual se submete a localidade, fica em segundo plano, reduzida praticamente às relações referentes aos serviços públicos básicos.

Algo que chama a atenção (ver quadro e gráfico a seguir) é a baixa intensidade das relações entre Itacoã-Miri e as demais comunidades quilombolas do entorno, em um total de quinze localidades. Embora próximas, estas comunidades afrouxaram os seus laços históricos originais e apesar das tentativas institucionais das políticas públicas específicas para os quilombolas, têm atualmente nas festas, no esporte e no lazer, praticamente as únicas relações interativas (e em intensidade bem inferior às relações originais).

Quadro 18: Avaliações Médias das relações territoriais, segundo a MLIT

EIXOS DE INTERAÇÃO EXTRA TERRITORIAL E VARIÁVEIS CONSIDERADAS	NÚCLEOS EXTERNOS DAS RELAÇÕES (notas de 0 a 6)					
	Acará (nota)	Belém (nota)	Boa Vista (nota)	Marituba (nota)	Tomé-Açu (nota)	Outras (1) (nota)
1. Econômica - IECO (médias)	1,1	3,1	0,0	0,5	0,1	0,0
1.1. Comercialização da produção	1,0	6,0	-	-	-	-
1.2. Aquisição de insumos agrários	-	5,0	-	3,0	-	-
1.3. Aquisição de alimentos	-	5,0	-	1,0	-	-
1.4. Aquisição de bens duráveis	-	5,0	-	1,0	-	-
1.5. Acesso ao crédito rural	2,5	-	-	-	1,0	-
1.6. Trabalho assalariado	3,0	4,0	-	-	-	-
1.7. Beneficiamento da produção	-	-	-	-	-	-
1.8. Meios de escoamento da prod.	-	-	-	-	-	-
1.9. Assistência técnica e fomento	2,0	3,0	-	-	-	-
1.10. Incentivos/subsídios produtivos	2,0	3,0	-	-	-	-
2. Sócio-política - ISOPO (médias)	1,8	1,9	0,5	0,3	0,0	0,2
2.1. Educação Fundamental	3,0	-	3,0	-	-	-
2.2. Educação Secundária	2,0	2,0	-	-	-	-
2.3. Educação Universitária	-	3,0	-	-	-	-
2.4. Capacitações extra-escolares (2)	2,0	3,0	-	-	-	-
2.5. Atendimento em Saúde	-	4,0	-	3,0	-	-
2.6. Transporte público	1,0	-	-	-	-	-
2.7. Incentivos/subsídios sociais	4,0	4,0	-	-	-	-
2.8. Participação política e demandas	2,0	3,0	-	-	-	-
2.9. Participação sindical	2,0	-	-	-	-	-
2.10. Esporte, cultura e lazer	2,0	-	2,0	-	-	2,0
MÉDIA TOTAL	1,4	2,5	0,3	0,4	0,1	0,1

(1) Demais comunidades quilombolas do entorno (excluindo Boa Vista) em um total de quinze:

(2) Treinamentos específicos sobre atividades econômicas ou sociais de curta duração (40 a 80 horas)

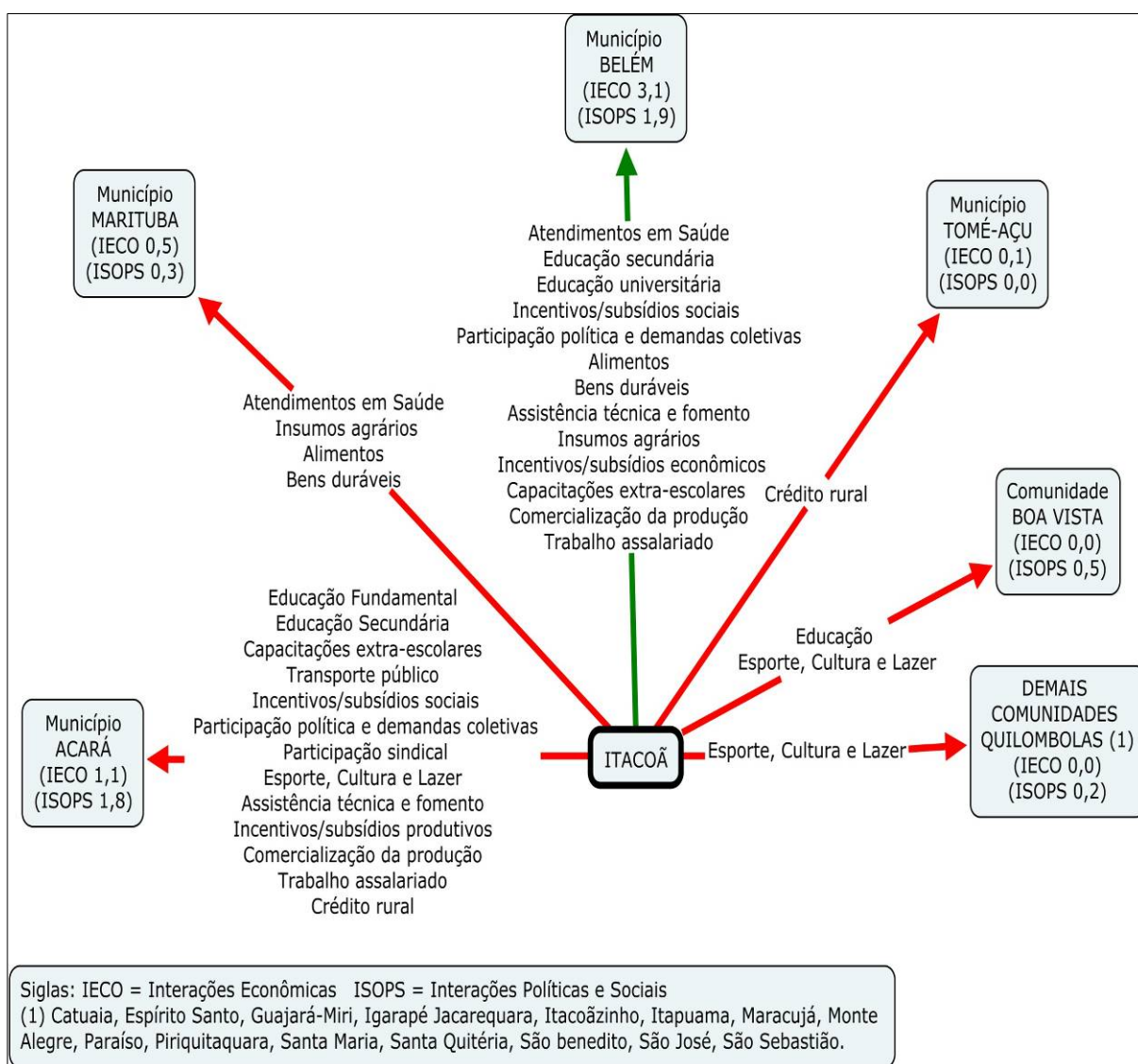
Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

Confirmando essas informações matriciais, as lideranças entrevistadas e informalmente contatadas na comunidade argumentaram que nesse caso os interesses específicos de cada uma dessas localidades superaram a identidade étnica:

- a) à época da organização e titulação das terras, muitas delas não se assumiram como quilombolas, pois desejavam a titulação das terras na forma individual tradicional;

- b) a assimetria dos estágios organizacionais entre as localidades, agravada pelos interesses específicos, dificultou a composição de uma luta conjunta;
- c) a lógica dos direitos quilombolas amplos e irrestritos, desvinculados da participação associativa, gerou conflitos e protestos, quando Itacoã (por agir mais eficientemente junto às instâncias públicas) recebeu aprovação de algumas medidas de fomento e assistência técnica.

Figura 3: Avaliações Médias das relações territoriais, segundo a MLIT



Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

3.2.5. As potencialidades econômicas

A tabulação dos resultados da matriz MLIAPL (feita e corrigida concomitantemente à apresentação dos resultados grupais e das discussões plenárias), no presente estudo de caso estruturou-se conforme segue:

Quadro 19: Referenciais da organização dos resultados da MLIAPLS

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS TRADICIONAIS E ESPONTANEAMENTE DEMANDADAS PELOS GRUPOS DE ESTUDO	
01 - Fruticultura regional	09 - Extração de pedras p/ construção civil
02 - Manejo de Açais Nativos	10 - Padaria comunitária
03 - Cultivos de Roçados	11 - Roçados Sem Uso do Fogo
04 - Carvão vegetal	12 - Reflorestamento madeireiro
05 - Piscicultura	13 - Produtos de Higiene e Limpeza
06 - Apicultura	14 - Bijouterias naturais (bio-jóias)
07 - Serraria Comunitária	15 - Suinocultura
08 - Marcenaria Comunitária	16 - Serviços Estéticos

QUADRO REFERENCIAL PARA A ATRIBUIÇÕES DE NOTAS NA MATRIZ		
NOTA	VALORAÇÃO	TENDÊNCIA
6	MUITO POSITIVA	
5	POSITIVA	
4	RAZOÁVEL	
3	NEUTRA (transitiva)	
2	PREOCUPANTE	
1	NEGATIVA	
0	MUITO NEGATIVA	

Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

A partir desta estrutura referencial, as dezesseis atividades produtivas avaliadas (seis tradicionais e dez inovadoras) configuraram os resultados contidos no quadro a seguir e que serviram como temas geradores para as discussões posteriores para tomada de decisões:

Tabela 3: Resultados locais da Matriz MLIAPLS

CONJUNTO DE VARIÁVEIS AVALIADAS EM GRUPOS E PLENARIA	CONJUNTO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS AVALIADAS EM GRUPOS E PLENARIA															
	ATIVIDADES PRODUTIVAS EXISTENTES						ATIVIDADES PRODUTIVAS ESPONTANEAMENTE DEMANDADAS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA (possibilidades):	6,0	6,0	3,0	3,0	6,0	6,0	0,0	5,0	5,0	6,0	5,0	4,0	5,0	3,0	5,0	5,0
SUSTENTABILIDADES (viabilidades):	6,0	5,7	3,0	2,0	5,0	5,0	0,7	3,7	3,0	4,7	5,3	5,0	4,3	4,0	5,0	5,0
Ambiental (sem agredir a Natureza)	6,0	5,0	0,0	0,0	4,0	6,0	0,0	3,0	0,0	3,0	5,0	6,0	5,0	5,0	4,0	5,0
Econômica (que possa dar lucro)	6,0	6,0	3,0	3,0	5,0	5,0	0,0	4,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	3,0	5,0	5,0
Social (que assegure a alimentação familiar)	6,0	6,0	6,0	3,0	6,0	4,0	2,0	4,0	4,0	6,0	6,0	4,0	3,0	4,0	6,0	5,0
CAPITAL HUMANO (Experiência):	3,5	2,5	4,0	4,0	3,7	3,7	0,7	0,0	0,0	4,0	3,3	1,0	3,7	1,0	3,7	2,0
Na produção	4,0	3,0	4,0	6,0	4,0	4,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	1,0	4,0	1,0	4,0	2,0
No beneficiamento	3,0	1,0	4,0	0,0	1,0	4,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	1,0	4,0	1,0	3,0	2,0
Na comercialização	3,5	3,5	4,0	6,0	6,0	3,0	2,0	0,0	0,0	4,0	4,0	1,0	3,0	1,0	4,0	2,0
CAPITAL PRODUTIVO (disponibilidades):	2,7	3,4	2,9	1,4	2,4	2,4	0,3	1,3	2,3	1,0	2,6	1,4	1,9	2,3	1,7	1,3
Terra (ou matéria prima, ou infraestrutura)	6,0	6,0	6,0	1,0	6,0	6,0	0,0	0,0	5,0	1,0	6,0	6,0	3,0	5,0	4,0	1,0
Insumos	2,0	6,0	6,0	3,0	3,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	3,0	0,0	0,0
Trabalho familiar	5,0	4,0	5,0	3,0	3,0	3,0	2,0	6,0	5,0	3,0	6,0	2,0	4,0	4,0	5,0	5,0
Recursos financeiros próprios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédito bancário	2,0	3,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Assistência técnica e fomento	1,0	2,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	3,0	1,0	0,0	0,0
Transporte da produção	3,0	3,0	3,0	3,0	2,0	6,0	0,0	3,0	6,0	3,0	3,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0
CAPITAL SOCIAL (organização e interações):	2,0	3,3	1,8	1,3	3,5	2,5	0,8	0,8	0,8	1,8	1,5	1,5	2,5	0,8	1,0	1,5
Relações entre os produtores	1,0	3,0	1,0	1,0	4,0	3,0	0,0	0,0	0,0	2,0	1,0	1,0	4,0	0,0	1,0	3,0
Relações entre as lideranças	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Relações com as instituições externas	3,0	3,0	1,0	0,0	3,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	2,0	2,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Experiências coletivas cognitivas e de gestão	1,0	4,0	2,0	1,0	4,0	3,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
ESCORE MÉDIO	3,1	3,5	2,8	1,8	3,2	3,4	0,6	1,6	1,9	2,7	3,0	1,8	3,2	2,7	2,6	2,9

Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

Na fase inicial do processo de decisão sobre as cinco atividades produtivas a serem priorizadas no projeto de desenvolvimento local, o primeiro passo foi estabelecer, com base nas médias obtidas, o ranking das atividades mais promissoras:

Quadro 20: Ranking final das atividades econômicas, conforme a MLIAPLS

RANKING	ATIVIDADES PRODUTIVAS (Existentes e/ou desejadas)	ESCORE MÉDIO (pontos)
1	Manejo de açazais nativos	3,5
2	Apicultura	3,4
3	Piscicultura	3,2
4	Produtos de higiene e limpeza	3,2
5	Fruticultura regional	3,1
6	Roçados sem uso do fogo - RSF	3,0
7	Serviços estéticos	2,9
8	Cultivo de roçados itinerantes	2,8
9	Padaria comunitária	2,7
10	Bijuterias naturais (bio-jóias)	2,7
11	Suinocultura	2,6
12	Extração de pedras para construção civil	1,9
13	Reflorestamento madeireiro	1,8
14	Carvão vegetal	1,8
15	Marcenaria comunitária	1,6
16	Serraria comunitária	0,6

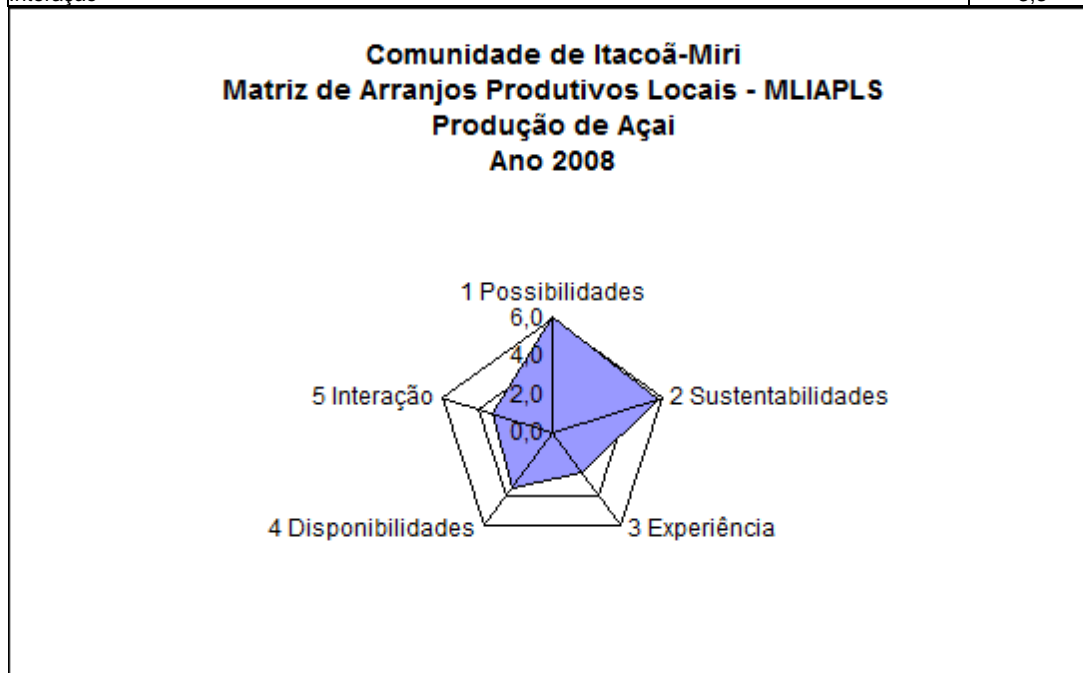
Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

Este é o resultado apurado a partir da matriz já comentada e que representou, em síntese, o processo coletivo de escolha e avaliação de desempenho presumido a partir da inteligência coletiva, ou seja: a capacidade do grupo comunitário, com base na práxis, de perceber, trocar, criar e compartilhar sinergias, conhecimentos e resultados. E embora essa inteligência, nesse caso, tenha se expressado de forma quantitativa, é evidente a simbiose ocorrida, nas discussões, entre a subjetividade (individual) e a cosmovisão (coletiva), catalisada ao final pelo consenso grupal (restrito e amplo), nas notas atribuídas. Além disso, essa evidência representou apenas o processo inicial de entendimento e negociação das alternativas econômicas a serem priorizadas. Nos momentos seguintes do processo decisório em pauta, em alguns casos, as avaliações qualitativas contrariaram não só os números frios da avaliação inicial, como modificaram o perfil inicial das atividades avaliadas.

As avaliações seguintes foram desenvolvidas em torno do ranking construído, focadas predominantemente nas atividades econômicas que obtiveram escore médio maior que três (> 3,0), sendo no caso: o manejo de açazais nativos (3,5), a apicultura (3,4), a piscicultura (3,2), os produtos de higiene e limpeza (3,2) e a fruticultura regional (3,1).

Quadro 21: Avaliação da atividade de Produção de Açaí

PRODUÇÃO DE AÇAÍ (MANEJO DE AÇAIZAIS NATIVOS)	MÉDIAS
Possibilidades	6,0
Sustentabilidades	5,7
Experiência	2,5
Disponibilidades	3,4
Interação	3,3



Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

Historicamente consolidada na comunidade, ambientalmente adequada, economicamente rentável e base da alimentação familiar local, esta atividade econômica ampliou-se em termos de produtividade e renda pela adoção de práticas de manejo dos açaizais nativos introduzidas no último quinquênio, por instituições externas, através de treinamentos específicos. Igualmente, o fato de haver boa disponibilidade natural de açaizais propiciou a organização informal (mas tácita) de grupos de produção para explorarem áreas específicas, com resultados significativos, já que a produção imediata dos açaizais nativos manejados vem ao encontro das demandas imediatas de renda e alimentos das famílias.

Mas, embora seja a atividade econômica mais promissora da comunidade (pelo volume de produção e pelo valor de mercado), ela foi descartada do projeto de desenvolvimento local por quatro razões principais:

- a) é uma atividade consolidada (já envolvendo cerca de 80 famílias locais) e que deverá ser naturalmente ampliada através do crédito produtivo do PRONAF e a assistência técnica fornecida pela EMATER;

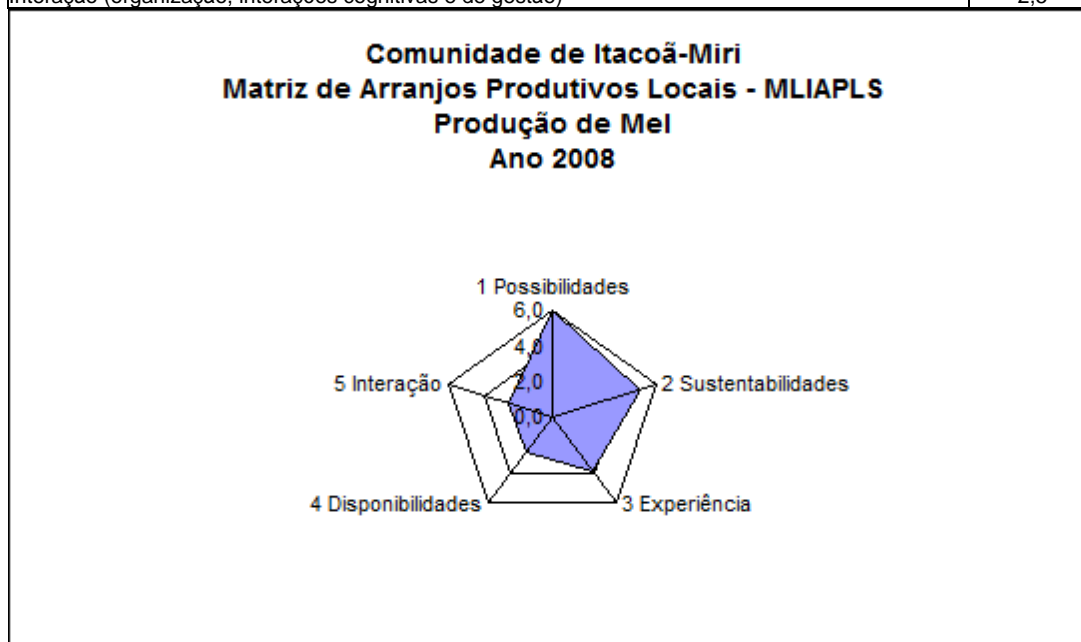
- b) por não mais conter o caráter inovador, teria dificuldades de aprovação em um projeto de intervenção que visa a diversificação e inovação econômica;
- c) a expansão demasiada da produção poderá rebaixar os preços do produto;
- d) os produtores que se interessarem por este produto, poderão implementá-lo através dos consórcios frutíferos de produção com frutas regionais.

Como se vê, já na primeira decisão, a análise qualitativa dessa atividade contrariou a avaliação dos números em sua lógica determinista para assumir um caráter coletivamente pragmático: embora tradicional e bem sucedida, a produção do açaí em frutos tem que ser gerida em termos de escala de produção e de mercados, além de ser considerada dentro de um universo de produção diversificado, sem os riscos da especialização produtiva e da sazonalidade de renda.

Quanto à atividade apícola (ver quadro a seguir), apesar de um grupo local de mulheres ter iniciado com o apoio do Programa Raízes um projeto-piloto que apresentou resultados iniciais promissores (58 kg de mel na primeira safra), o mesmo regrediu por falta de assistência técnica, gerencial e mercadológica. Estas carências operacionais geraram impossibilidades dos atores locais participantes em contornar os impactos humanos no apiário coletivo (fogo em áreas próximas) e no beneficiamento adequado da produção. Mas apesar destas dificuldades, a atividade gerou duas safras de mel compensadoras em termos de renda e dissipou o receio inicial de manejar enxames africanizados, fazendo com que os apicultores participantes continuem considerando a produção de mel como uma atividade promissora e permaneçam mobilizados para o resgate da atividade em melhores condições tecnológicas e gerenciais. Em face disso, o projeto foi escolhido para compor o elenco de subprojetos para o projeto de intervenção.

Quadro 22: Avaliação da atividade de Produção de Mel

PRODUÇÃO DE MEL (APICULTURA)	MÉDIAS
Possibilidades (geração de trabalho e renda)	6,0
Sustentabilidades (ambiental, econômica e social)	5,0
Experiência (produção, beneficiamento e comercialização)	3,7
Disponibilidades (Terra, insumos, trabalho, crédito, ATER, etc.)	2,4
Interação (organização, interações cognitivas e de gestão)	2,5



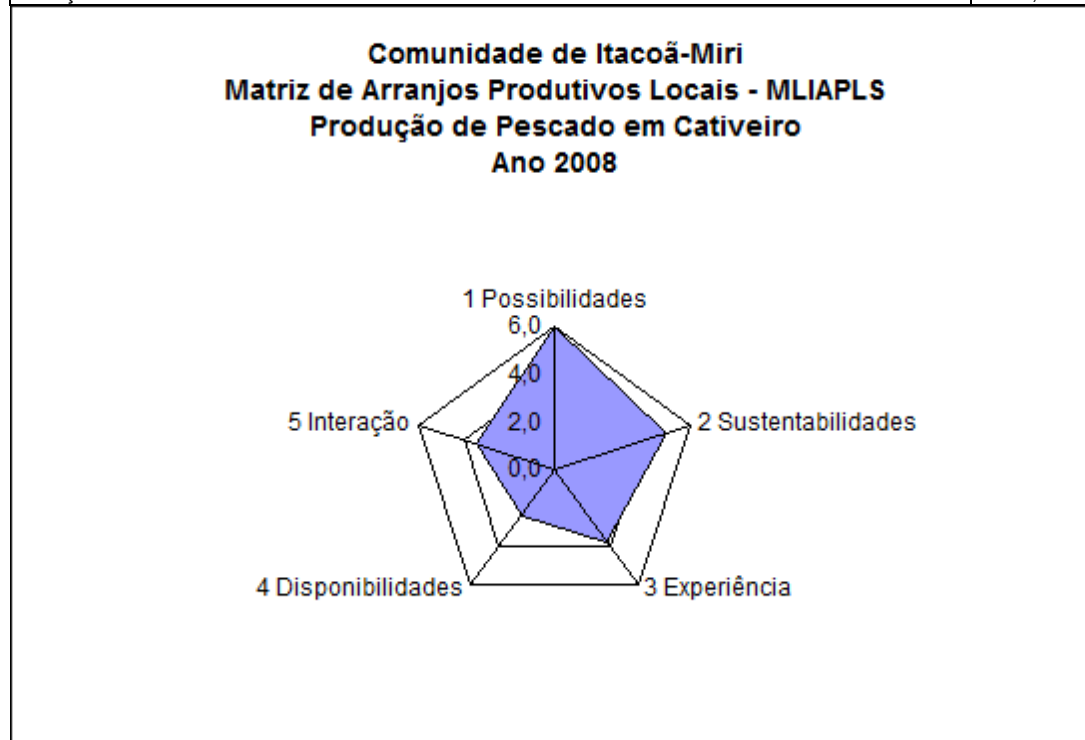
Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

Já a piscicultura, iniciada em 1996, foi frustrada logo nos dois primeiros anos em virtude da falta de recursos financeiros da entidade promotora (Cooperativa Vibra João XXIII, de Igarapé Açu) e do grupo local (30 famílias), além da falta de assistência técnica e creditícia nos anos posteriores. Apesar disso, com ajudas eventuais (mas insuficientes) do Programa Raízes e da ONG Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – POEMA, o grupo permaneceu em atividade até hoje, explorando cerca de 10% do potencial produtivo da infraestrutura existente e obtendo pequenas produções que têm ajudado na alimentação familiar e na obtenção de rendas ocasionais. A área total tem potencial para produzir um mínimo de 40 ton/ano de pescado, desde que sejam realizados investimentos na adequação dos viveiros e custeios para a primeira produção, já que o grupo local não tem condições para tal. Apesar da importância percebida pelos atores locais na atividade (tanto como renda como em termos de segurança alimentar da família), do mercado existente na comunidade e no entorno imediato, além da perspectiva futura de implantação de uma Unidade de Beneficiamento de pescado (já que possuem energia hidrelétrica), a plenária optou pela sua não inclusão no projeto de intervenção. Isto por já existirem outras possibilidades de solução para a atividade piscícola sendo negociadas e pelo fato dos atores locais priorizarem

subprojetos para segmentos sociais locais ainda não envolvidos (mulheres e, principalmente, jovens).

Quadro 23: Avaliação da atividade de Produção de Pescado

PRODUÇÃO DE PESCADO EM CATIVEIRO (PISCICULTURA)	MÉDIAS
Possibilidades	6,0
Sustentabilidades	5,0
Experiência	3,7
Disponibilidades	2,4
Interação	3,5

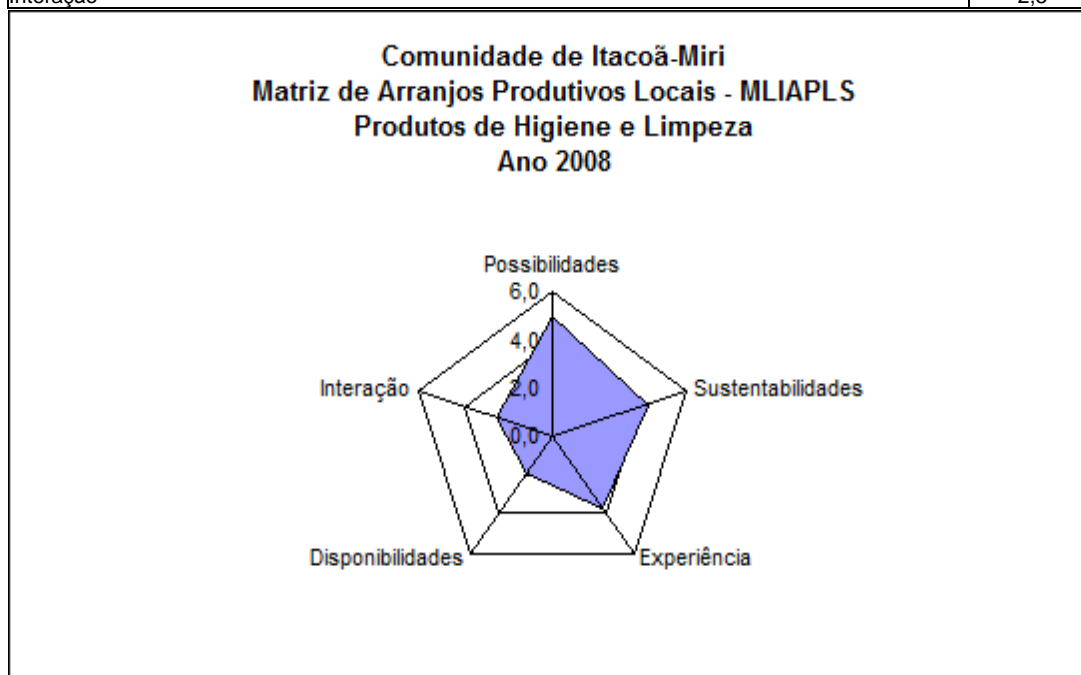


Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

Surpreendentemente, uma experiência produtiva inovadora dos grupos femininos, embora atualmente paralisada por falta de recursos e assistência técnica, recebeu a quarta melhor avaliação de desempenho: a elaboração de produtos destinados à higiene e limpeza. Isso porque, há cerca de um ano, doze mulheres da comunidade participaram de um curso sobre a fabricação artesanal de produtos de limpeza (sabonetes, sabão, detergentes, limpa-alumínio, etc.) em uma comunidade vizinha. Receberam um pouco dos produtos elaborados durante o treinamento e apostilas, mas, embora tenham gostado da atividade e verem nela perspectivas de trabalho e renda, não possuem capital nem acompanhamento técnico para iniciar a atividade. Esta mobilização é mantida e reforçada pelo fato de existir um mercado local (moradores que compram este tipo de produto em Belém) e a perspectiva de mercado externo, através da comercialização coletiva.

Quadro 24: Avaliação da atividade de Produtos de Higiene e Limpeza

PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	MÉDIAS
Possibilidades	5,0
Sustentabilidades	4,3
Experiência	3,7
Disponibilidades	1,9
Interação	2,5



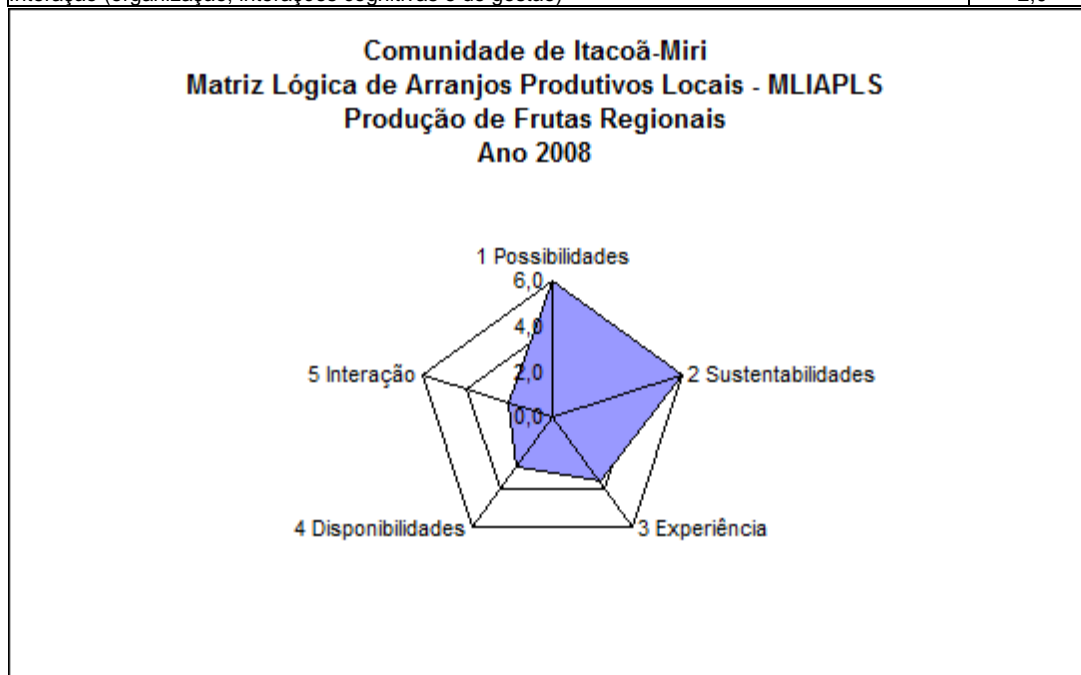
Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

Nas discussões ocorridas, os fatos da atividade poder aproveitar também matérias primas locais (óleos vegetais, plantas medicinais, etc.), ter um mercado local garantido e possibilidades externas de mercado com o apelo de marketing ambiental e étnico, além de gerar renda e trabalho para as mulheres, levaram à sua escolha para integrar o projeto local de desenvolvimento.

Essa análise coletiva da atividade levanta um aspecto interessante da dinâmica sócio-econômica local: embora a produção ainda se encontre predominantemente em escala de subsistência e perfil tecnológico tradicional, as vivências da população nas relações institucionais e econômicas com o entorno já consolidaram nela as preocupações com o mercado, com os princípios de sustentabilidade e com o marketing étnico. E embora não considerem que os arranjos produtivos tenham que ser necessariamente inovadores (no sentido dos produtos finais a obter), os atores locais assumem claramente as necessidades da sustentabilidade econômica (gerar renda e lucro), ambiental (cultivos não eco-agressores e resgatadores do ambiente degradado) e socialmente inclusivo (para todos, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres).

Quadro 25: Avaliação da atividade de Produção de Frutas Regionais

PRODUÇÃO DE FRUTAS REGIONAIS (FRUTICULTURA)	MÉDIAS
Possibilidades (geração de trabalho e renda)	6,0
Sustentabilidades (ambiental, econômica e social)	6,0
Experiência (produção, beneficiamento e comercialização)	3,5
Disponibilidades (Terra, insumos, trabalho, crédito, ATER, etc.)	2,7
Interação (organização, interações cognitivas e de gestão)	2,0



Fonte: MIRANDA, com base em pesquisa de campo, 2008.

Já a produção de frutas regionais é historicamente desenvolvida nos quintais domésticos e em escala mínima, face à impossibilidade financeira dos moradores para a sua ampliação. Apesar disso, representa uma fonte de renda sazonal e abastecimento familiar, à época das chuvas e no início da entressafra do açaí. Segundo os atores locais, estas frutas têm mercado assegurado em Belém (onde comercializam a produção), necessitando apenas de ampliação da escala produtiva e das iniciativas familiares no sentido de agregar valor à produção (retirada e congelamento das polpas), possibilitando estocagens e melhores preços.

Essa atividade produtiva, localmente tão antiga quanto os cultivos de roçados, surgiu como consenso amplo e irrestrito nas discussões, por suas possibilidades de ocupação familiar, de mercado e renda, a sua adequação ambiental e capacidade para resgate de áreas já antropizadas, além de sua importância na segurança alimentar das famílias e na consolidação da posse real dos sítios familiares. Embora ainda se considerem carentes de experiências tecnológicas inovadoras de produção e beneficiamento, de assistência técnica, fomento e crédito, além de organização produtiva e mercadológica, os produtores não tiveram qualquer dúvida sobre a necessidade de ampliar esta atividade para escala comercial, ampliando também a agregação de valor já praticada por alguns na extração e congelamento de polpas.

Por estas perspectivas, foi eleito como um dos subprojetos a ser incluído no projeto de desenvolvimento local.

3.2.6. O horizonte da negociação

De certa forma já delineada nos momentos anteriores, essa negociação afluíu para:

- a) escolha final das cinco atividades produtivas para compor, como subprojetos, o projeto de desenvolvimento local;
- b) a definição plenária dos perfis básicos dos subprojetos escolhidos;
- c) a escolha democrática de grupos temáticos de trabalho (para compartilharem com o pesquisador a elaboração dos subprojetos) e uma comissão de negociação institucional;
- d) a apreciação e ajustes coletivos dos subprojetos elaborados;
- e) o processo de inscrição e seleção dos moradores para estes subprojetos;
- f) a aprovação e a definição dos caminhos institucionais de negociação do projeto de desenvolvimento local;

Conforme citado anteriormente e como veremos a seguir, a escolha coletiva dos cinco subprojetos econômicos não somente descortinou subjetividades e especificidades de cosmovisão grupal, como contrariou em alguns casos a lógica quantitativa das notas atribuídas no processo de avaliação de desempenho das atividades econômicas. E as duas primeiras decisões (as precoces retiradas do manejo de açazais e da piscicultura do elenco de subprojetos possíveis, apesar de suas respectivas avaliações positivas para o desenvolvimento local) exemplificam bem essa percepção. Isso porque os grupos locais, nas discussões reservadas ou plenárias, demonstraram a capacidade crítica holística, considerando as várias dimensões dos temas levantados, as diversas possibilidades produtivas em foco e as necessidades coletivas amplas da população local. Embora valorizando as produções locais em termos de auto-abastecimento e reconhecendo que as mesmas ainda ocorrem em volumes restritos e com perfil tecnológico tradicional, enfatizaram nas discussões aspectos ligados ao mercado (para a ampliação da renda familiar monetarizada), às sustentabilidades econômica (dar lucro), ambiental (para resgatar os graves danos ambientais) e social (inclusiva para todas as famílias e para todos os segmentos sociais). Essa cosmovisão local praticada nas análises coletivas das potencialidades produtivas, descortinou influências externas históricas e recentes, assim como aspectos culturais específicos da comunidade, vivenciadas e assimiladas

na práxis do funcionamento social e das relações institucionais e sociais externas. Todas construídas, assimiladas e consolidadas na prática cotidiana exercida, dialeticamente, seja nos moldes de interação e conflito descritos por Bourdieu (1972; 1998), seja nas redes sociais de confiança e interesses comuns caracterizadas por Rausch (1993), seja no ambiente interativo de aprendizagem coletiva delineado por Wenger e Lave (1991) e Cabeleira (2007), seja dentro da prática da aprendente de Habermas (apud MEDEIROS 2003 e GONÇALVES, 2008). Igualmente, a assimilação cognitiva de determinados conceitos externos (como dos paradigmas de sustentabilidade, de marketing étnico e outros) pela cultura local, deu-se pela vivência da degradação dos recursos naturais (e suas conseqüências na qualidade de vida), das relações institucionais e do cenário informativo midiático. E essa forma de assimilação ocorrida, valida as percepções da práxis como formadora da consciência (MARX, sd; FREIRE, 1987) e a concepção do desenvolvimento combinado e desigual de Trotsky ([1930], 1967). Em síntese: sem os freios externos da subjetividade institucional, e estimulados por metodologias facilitadoras da abordagem das possibilidades e limites locais para o melhoramento de suas vidas, os atores externalizaram a realidade comunitária e decidiram levando em conta as demandas coletivas reprimidas, usando o consenso grupal como antídoto aos egoísmos e interesses específicos, traduzindo as decisões em propostas afinadas com os desejos mais significativos e inclusivos da coletividade. E, tudo isso, a partir da percepção cultural original e modificada ao longo do tempo pela dinâmica das suas relações internas (a solidariedade interpessoal e interfamiliar, a valorização dos arranjos produtivos tradicionais e do auto-abastecimento familiar, etc.) e externas (visão contemporânea de mercado, marketing étnico, sustentabilidades e tecnologias). Bem dentro da assertiva de que o desenvolvimento de cenários historicamente atrasados leva necessariamente a uma combinação peculiar entre o local e o externo mais desenvolvido, adquirindo um caráter não-planejado, complexo e combinado (TROTSKY, 1967 [1930]).

Após a escolha inicial, a negociação para definição dos subprojetos caminhou em torno de cinco eixos consensuais de questionamentos, estabelecidos a partir das intervenções pessoais na plenária, a saber:

- a) a importância dos cultivos de roçados na vida familiar (apesar da nítida e aceita inadequação ambiental destes cultivos tradicionais e dos baixos preços dos alimentos neles produzidos), por assegurarem o auto-abastecimento alimentar e como forma de obter rendas emergenciais através do

- beneficiamento da mandioca (que permite períodos longos de estocagem no solo, aguardando os processos de transformação);
- b) a necessidade de buscar soluções tecnológicas que viabilizem estes cultivos tradicionais de roçados sob formas mais sustentáveis ambientalmente;
 - c) a priorização de atividades econômicas (independente dos valores das avaliações de desempenho) acessíveis aos jovens e às mulheres, os segmentos mais carentes de oportunidades de trabalho e renda;
 - d) a necessidade de se estabelecer, em cada um dos subprojetos escolhidos, ações de capacitação em educação ambiental, assistência técnica suficiente, crédito e fomento;
 - e) o cuidado de negociar e estabelecer formas de controle social da execução dos subprojetos construídos.

Mais uma vez, as decisões citadas acima confirmaram a eficiência qualitativa da participação dos atores locais enquanto comunidade de prática, culturalmente dinâmica e com saberes capazes de viabilizarem percepções adequadas da problemática local e dos caminhos possíveis de solução, como descrito pelos autores citados há pouco.

Unindo esses referenciais às avaliações de desempenho das atividades produtivas realizadas anteriormente, a coletividade envolvida discutiu e construiu, em caráter preliminar, as cinco alternativas produtivas a priorizar.

A primeira definição foi em relação à produção de frutas e de alimentos obtidos nos cultivos de roçados. Por já existirem tecnologias externas (e já conhecidas dos atores locais, através da mídia) para cultivos de alimentos em roçados sem o uso do fogo – RSF (com trituração da biomassa) e para a produção de frutas através de sistemas agroflorestais-SAF, o grupo considerou como possibilidade real a combinação dessas duas atividades. Implica na implantação inicial do RSF, com plantio subsequente de árvores frutíferas e recultivo de alimentos entre as fruteiras nos três primeiros anos. A partir do quarto ano, a área se transforma em um pomar, sendo então os cultivos de roçados reiniciados em nova área de capoeira, para reprodução dos mesmos procedimentos. Assim, sem abrir mão dos seus processos históricos de auto-abastecimento, e investindo gradativamente na produção de frutas e no resgate de áreas antropizadas, os produtores locais poderão redirecionar o eixo produtivo da comunidade para formas mais sustentáveis.

A apicultura, por suas características ambientais e econômicas desejáveis, e por envolver os segmentos femininos e jovens, foi pacificamente escolhida como prioridade produtiva para o projeto.

Como terceira escolha produtiva, os moradores elegeram a produção de produtos de higiene e limpeza, pelos mesmos motivos da apicultura, mas com priorização do uso de matérias primas locais (óleos, raízes, essências e plantas) e da produção de sabonetes terapêuticos à base de copaíba, andiroba e outras fontes fitoterápicas locais.

A penúltima decisão recaiu sobre a implantação de uma unidade coletiva para a prestação de serviços estéticos (salão de beleza), demandada pelos jovens locais presentes no planejamento. E embora tenha obtido apenas o sétimo lugar no ranking de avaliação realizado (2,9), a atividade foi escolhida consensualmente por ser uma solicitação dos jovens e que pode não somente dar-lhes uma profissionalização útil e rentável, como evitar as situações de risco presentes no mundo juvenil local e aproximá-los da organização associativa. Mas essa aprovação foi condicionada à obrigatoriedade de vinculação desses serviços estéticos à cultura quilombola e seus valores étnicos, como forma de evitar o agravamento da aculturação local pelas induções externas de consumo desses serviços.

A escolha da quinta e última opção produtiva recaiu sobre o reflorestamento madeireiro, detentora apenas da décima segunda colocação no ranking construído. Isso ocorreu a partir da discussão coletiva sobre ausência de recursos naturais madeireiros na comunidade (em virtude do desmatamento para os roçados e da produção de carvão vegetal), da restrita consciência ambiental local e das perspectivas sombrias dessa falta de madeiras e produtos florestais para as gerações vindouras. A partir daí, decidiram implantar coletivamente uma área de dois hectares de reflorestamento através da tecnologia de SAF's (diversificando as essências florestais regionais e exógenas de acordo com as necessidades locais), pertencente e gerida pela Associação Quilombola, com usufruto futuro e proporcional dos associados envolvidos.

Escolhidos os cinco subprojetos para compor o projeto local de desenvolvimento, o passo seguinte foi estabelecer os critérios de inscrição e seleção de moradores para os projetos citados. Nesse momento as discussões resgataram as experiências coletivas anteriores, onde o oportunismo e/ou o descompromisso de alguns moradores prejudicaram a execução e gestão de projetos locais tentados e frustrados. Igualmente, a necessidade de envolver mais efetivamente os jovens e as mulheres foi considerada como necessária. Esse duplo foco induziu os participantes do planejamento ao estabelecimento de critérios básicos de inscrição e seleção, a saber:

- a) participação efetiva nas atividades da associação;
- b) participação efetiva do processo de planejamento participativo em execução;
- c) disponibilidade de vagas para jovens de ambos os sexos, em todos os projetos escolhidos;
- d) cadastro preliminar dos moradores interessados nos subprojetos, feito por equipe voluntária de moradores;
- e) em caso de excessivo interesse dos moradores, impedir a inscrição de mais de uma pessoa por família em um só projeto;
- f) seleção final dos participantes através dos cadastros individuais e consenso entre os atores participantes do planejamento.

Por escolha democrática, então, foram escolhidos os grupos temáticos de trabalho responsáveis por compartilhar com este pesquisador a construção dos perfis dos subprojetos escolhidos e pelas eventuais negociações institucionais do projeto, incluindo-se nesse caso o presidente e o secretário da Associação Quilombola. Os grupos escolhidos foram os seguintes:

Quadro 26: Composição dos grupos temáticos de trabalho escolhidos

GRUPO DE TRABALHO EM APICULTURA	GRUPO DE TRABALHO ROÇADO SEM FOGO COM SAF'S FRUTÍFEROS	GRUPO DE TRABALHO REFLORESTAMENTO MADEIREIRO
04 lideranças eleitas	04 lideranças eleitas	05 lideranças eleitas
GRUPO DE TRABALHO EM PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	GRUPO DE TRABALHO EM SERVIÇOS ESTÉTICOS	GRUPO DE TRABALHO PARA NEGOCIAÇÃO INSTITUCIONAL
03 lideranças eleitas	03 lideranças eleitas	07 lideranças eleitas

Fonte: MIRANDA, pesquisa de campo 2008/2009.

Complementarmente e por disponibilização voluntária (em virtude do consumo de tempo para preenchimento dos cadastros e da necessidade básica de saber ler e escrever), formou-se também a equipe para cadastramento dos moradores interessados, por subprojetos. E pelas características pessoais demandadas, foram aprovados para a equipe cinco jovens participantes do planejamento e que voluntariamente se apresentaram.

Cabe destacar que durante a consecução destas negociações, várias situações subjetivas observadas pelo pesquisador ao longo dos processos ocorridos, evidenciaram a importância do método da observação participante como evidenciadora ou questionadora dos fatos objetivos e quantitativos dos comportamentos sociais.

Através dele pôde-se perceber, por exemplo, o conflito latente e irresolvido entre os segmentos locais menos organizados e os grupos de produção piscícola, onde a eficiência organizacional dos piscicultores em buscar e obter apoio material do Programa Raízes foi

entendida pelo restante da comunidade como obtenção gratuita de privilégio institucional. Esse conflito fluiu de forma culturalmente lateral (BOFF et al, 1996), dissimulado e não frontalmente colocado em plenária, permanecendo irresolvido até os dias atuais. Este fato, por suas características de dissimulação objetiva (e que compõe o perfil da participação social comunitária), dificilmente seria percebido sem a ajuda da observação participante. E embora a piscicultura tenha sido confirmada como potencialmente eficiente em termos de viabilidades, a maioria não-piscicultora encontrou uma argumentação convincente para não incluí-la no projeto: a necessidade de incluir projetos novos e includentes dos moradores ainda marginalizados nas iniciativas de trabalho e renda. Em contraposição, os piscicultores, em minoria e também pela mesma postura lateral, omitiram-se da contra-argumentação.

Também a aprovação do subprojeto de serviços estéticos, apresentou dimensões silenciosas de conflito, só observáveis mediante o uso da metodologia em foco. Os jovens, na apresentação do subprojeto desejado, já haviam configurado o elenco de serviços a serem praticados, incluindo alisamentos de cabelo (como “chapinha”) e excluindo penteados afros (como apliques e trançados). Este fato desencadeou discussão dos mais velhos (principalmente lideranças), sobre o risco dessa descaracterização dos serviços estéticos pretendidos para a auto-afirmação das comunidades quilombolas, sob um visível e constrangido silêncio dos jovens. E quando a plenária aprovou a vinculação étnica do subprojeto, eles não demonstraram aceitação convincente da decisão coletiva, embora sem contra-argumentação. Neste evento, surgiu mais abertamente o conflito entre os segmentos jovens e adultos, provocado por diferenciações de valorização étnica: os adultos assumindo, pelas práticas culturais afirmativas recentes e promovidas por políticas públicas específicas, uma postura de auto-reconhecimento racial, frente a jovens que, embora expostos às mesmas práticas afirmativas, também foram envolvidos pelos valores estéticos da cultura dominante, através dos caminhos da mídia e das relações urbanas externas. Assim, o silêncio insatisfeito dos jovens, mais uma vez explicitou o comportamento lateral para preservar as relações interpessoais com os adultos.

Outra observação relevante ocorreu em relação ao baixo nível da avaliação dado aos cultivos de roçados, praticamente excluindo-os do ranking construído e a ser considerado no processo de priorização. Percebeu-se claramente uma seqüência de cochichos entre os participantes e entre as lideranças, até que afluiu a razão dos mesmos: a importância dos roçados na vida familiar, apesar de seus aspectos negativos de renda e impacto ambiental. E como essa era uma posição consensual (até então silenciosa) ela foi amplamente discutida e resolvida através das opções tecnológicas disponíveis e capazes de eliminar os impactos

negativos tradicionais. Assim, a percepção dos comportamentos individuais e coletivos por parte do pesquisador integrado ao grupo local, pôde evidenciar a forte influência das subjetividades na interpretação das frias informações quantitativas.

3.3. Conclusão

Este o cenário social local em que se efetuou a intervenção do planejamento participativo: historicamente desmobilizado, desesperançado, conflituado interpessoalmente e sob impactos adversos crescentes. Mais de um século após a libertação formal do escravagismo e de (re)construção social e étnica, a coletividade quilombola em foco encontra-se, embora em clima de liberdade democrática, ameaçada por fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais que a aprisionam na senzala da pobreza, com horizontes pouco promissores em termos de qualidade de vida e inclusão cidadã.

A lógica hegemônica da competitividade, do pragmatismo do lucro imediato e dos mercados monetarizados, não só contribuem para desarticular os arranjos produtivos locais e as formas de trabalho, como também para gerar mudanças e substituições no consumo local, forçando a ampliação do uso predatório dos recursos naturais e comprometendo a sobrevivência mediata da comunidade, principalmente dos segmentos jovens.

As experiências institucionais vivenciadas, pelos resultados incipientes e pelos desencontros epistemológicos entre agentes e atores, associados à restrição histórica do espaço político levada à efeito pelas práticas políticas tradicionais, reforçaram atitudes de desencanto, e até mesmo, de inércia política, dificultando novas tentativas de articulação institucional para construir alternativas sustentáveis de mudança local.

E, o conjunto destas adversidades, vem comprometendo de forma preocupante o funcionamento social da comunidade, pela ampliação de comportamentos inovacionistas entrópicos (desmembramento e/ou desarticulação de grupos de trabalho, violência juvenil e assaltos associados ao uso de drogas, desestruturação familiar, conflitos internos e intercomunitários, etc.).

4. CULTURA DE PARTICIPAÇÃO E FUTURO COLETIVO

Neste capítulo semifinal se discorre analiticamente sobre os resultados empíricos específicos do estudo de caso, cotejando-os com os referenciais teóricos e as hipóteses estabelecidas, buscando evidências confirmadoras ou falseadoras das concepções originais do trabalho.

Na primeira seção se caracteriza a cultura local de participação no funcionamento social (historicamente constituída) e seus resultados no contexto da vida coletiva do território.

Na seção seguinte apresentam-se as evidências dos principais saberes locais (acumulados e cristalizados na sua constituição territorial, organizativa e de convivência), assim como a influência dos mesmos na percepção da realidade atual (em suas dificuldades, potencialidades e demandas coletivas para a qualidade de vida) .

Na terceira seção analisa-se as redes sociais primárias identificadas, suas características e relevância na vida comunitária e no planejamento.

Na derradeira seção coteja-se o desempenho das metodologias utilizadas e seus resultados no processo de planejamento participativo desenvolvido.

E à guisa de conclusão comenta-se, em meio às dificuldades estruturais da concepção de desenvolvimento sustentável na região amazônica (no geral e no contexto das pequenas comunidades tradicionais rurais), as contribuições deste estudo de caso para o entendimento do tema (desenvolvimento, planejamento e participação), assim como as lacunas não preenchidas por ele e que deverão gerar novas investigações.

4.1. A cultura local de participação em anomia inovacionista

Como é peculiar às comunidades tradicionais de qualquer etnia, Itacoã-Miri constituiu-se através da moradia estabelecida por várias gerações em um território determinado, com base na reprodução sócio-econômica da coletividade, através do uso dos recursos e ciclos naturais. Esse processo histórico consolidou-se com base na organização social, econômica e cultural a partir das relações familiares, de raça, religiosidade e etnia, tendo no presente caso a especificidade da resistência à subjugação escravagista e da reorganização social posterior no mesmo espaço da dominação ocorrida. Nesse processo, os conhecimentos adquiridos durante a escravidão e repassados entre as gerações, foram a base da reconstrução já comentada.

As formas de uso dos recursos naturais, de produção e de comercialização, praticadas até então sob o jugo de outros, passaram a ser exercidas diretamente em proveito

familiar (embora pagando renda aos pretensos donos da terra), objetivando a subsistência e com pequenos excedentes comercializados (fundamentalmente farinha, frutas, caça, pescado, carvão e tijolos) nos mesmos mercados anteriormente acessados pelos donos de escravos (Belém).

Em termos de crenças, a religiosidade católica imposta pelos dominadores representou, pelo sincretismo necessário à sobrevivência étnica, importante ponto de agregação e interação social ao longo do tempo, tendo na associação dos rituais com a ajuda econômica e/ou solidária em momentos familiares adversos, a sua essência funcional. As ladainhas e festas religiosas promovidas por famílias e que propiciam ajudas financeiras induzidas por convites é uma expressão cristalina dessa junção de religião, solidariedade e economia familiar. Outro exemplo foi a formação da Comunidade Santa Maria de Itacoã (precursora semi-informal da Associação Quilombola), de cunho essencialmente solidário e previdenciário (ajuda coletiva às pessoas e famílias em dificuldades financeiras, de saúde ou de qualquer outra natureza).

Além disso, na construção da identidade cultural (enquanto criadora e criatura da participação), a população vivenciou inúmeras dificuldades de afirmação, pelas demais imposições culturais e a mestiçagem genética e étnica, sofrendo processos relativos de aculturação advindos das sociedades indígenas aqui encontradas, da cosmovisão dos colonizadores e da lógica da acumulação européia. Neste cenário, então, a cultura afro original transformou-se em seus aspectos rituais, produtivos e de organização sem, contudo, perder integralmente suas raízes, raízes estas que hoje os movimentos institucionais ligados à questão negra tentam resgatar. Logicamente, a comunidade jamais poderá recuperar integralmente sua cultura original, não só porque culturas são dinâmicas e se transformam permanentemente, como também foram as transformações culturais ocorridas (independente de suas benignidades ou malignidades) que possibilitaram a sobrevivência e consolidação da coletividade em um cenário diferenciado e impositivo.

Assim, as informações empíricas evidenciaram uma cultura local de participação estruturada predominantemente nas relações familiares, religiosas, de solidariedade interpessoal no trabalho grupal e nos momentos de adversidades sociais e/ou econômicas²², além do exercício de direitos individuais desvinculados da participação social formal (pelo simples pertencimento social).

²² A preocupação e o posicionamento étnico-racial evidenciaram-se apenas na última década, em virtude do surgimento dos movimentos negros nacionais, das políticas públicas específicas e de programas estatais de resgate cultural.

Essa estrutura original de participação, porém, sofreu transformações externamente estimuladas, notadamente nos últimos vinte anos. A unidade religiosa católica foi quebrada pelo surgimento de duas igrejas evangélicas. O comportamento ritualístico (cumprimento das normas de comportamento social a todo preço e em qualquer circunstância) cedeu espaço para os comportamentos inovacionistas (alcance das metas culturais por meios não-convencionais) em face das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no entorno, pelos processos de globalização. Nesse sentido, a organização e prática econômica através do trabalho familiar e coletivo, da divisão sexo-etária do trabalho, dos produtos históricos, das tecnologias ancestrais e da lógica da subsistência, foram e são pressionadas pelo individualismo empreendedor e competitivo, pela valorização da propriedade individual, pelo pragmatismo utilitarista no uso dos recursos naturais, pela lógica do lucro e da acumulação desigual. A propriedade coletiva da terra ainda persiste em função da iniciativa estatal de titulação global do território e por facilitar à coletividade a defesa e manutenção do mesmo (mantendo-se, porém a lógica privada tácita nos sítios familiares).

Em termos de participação sócio-política, porém, as grandes mudanças se deveram às limitações históricas de acesso aos meios de obtenção das metas culturais (MERTON, 1938, apud NETO, 2009), oriundas dos processos de dominação de classes e das experiências institucionais fracassadas vivenciadas nas duas últimas décadas. Nesse contexto adverso, a coletividade assimilou gradativamente posturas inovacionistas (id ibid) em formas de avanços e seqüelas sociais (na busca de adaptação social e/ou contestação dos novos cenários) e de lateralidade cultural (BOFF, 1996). A heterogeneidade comportamental dos grupos atuais (desmobilizados, em atitudes tradicionais, ou em posturas externamente dialógicas, a maioria com conflitos silenciosos entre si), a diferenciação religiosa da cosmovisão até então hegemônica, além dos grupos jovens que assumiram mais recentemente os caminhos da delinqüência e do consumo de drogas, evidenciam claramente o processo de anomia inovacionista presente no funcionamento social local. E a prática histórica da lateralidade comportamental, que permitiu no passado a resistência às dominações escravagista e de classe, dificulta hoje o enfrentamento dos conflitos e problemas internos pela escamoteação do confronto de idéias em prol de uma histórica solidariedade de parentesco e etnia. Isso porque, representando em essência a fuga dos indivíduos ao conflito aberto (seja com o opressor ou desafeto, seja com o parceiro social), esse comportamento, embora em algumas conjunturas tenha favorecido a interação e até mesmo a sobrevivência da coletividade, em outras limita as alternativas de solução para problemas estruturais.

4.2. Saber empírico, planejamento e desenvolvimento comunitário

Conforme afirmado anteriormente, o contemporâneo conflito inter-religioso entre católicos e evangélicos (silencioso e permanentemente protelado), e a omissão objetiva de todos diante das questões da violência, insegurança e o uso de drogas pela juventude, exemplificam a lateralidade cultural de comportamento comentada e que se reproduz no universo político-associativo e político-partidário.

Essa postura, (que já que vem, em vários aspectos, desde o período colonial) sintetiza-se hoje em atitudes dúbias, evasivas, frágeis e pragmáticas, enquadrando-se como contradição nas percepções conceituadas por Habermas (apud GONÇALVES, 2008). Isso porque, enquanto lógica individualista externamente inserida, essas atitudes apresentam-se como cálculo egocêntrico, tendo como antítese as tentativas solidárias de busca coletiva dos caminhos possíveis, dentro da lógica aprendente praticada a partir dos erros cometidos.

Nesses termos, o saber empírico local, por ser um produto cultural e que viabiliza a sobrevivência social nos territórios específicos em que é gerado e praticado, traz em si as marcas proativas e entrópicas do seu tempo. Marcas estas que caracterizam determinadas formas de ver e praticar a sobrevivência em sociedade que são desconhecidas em sua complexidade, para os agentes externos que dela se aproximam. E no caso do planejamento participativo realizado, elas foram de fundamental importância para o entendimento da história local, para o delineamento dos problemas e do sonho coletivo, assim como para os processos decisórios ocorridos e para a construção das alternativas de solução.

Essa importância, embora de forma contraditória em alguns momentos, evidenciou-se de várias formas.

O fato dos moradores já terem estabelecido tacitamente as normas de propriedade e uso do território, as formas solidárias de trabalho e ajuda mútua, a criação e semi-formalização da Comunidade Santa Maria, são expressões do saber local, construídas ao longo do tempo.

Já na configuração dos processos de planejamento com o pesquisador, esse conhecimento local permitiu aos comunitários apresentarem os seus critérios de realização do mesmo, face à conjuntura vivenciada por eles no momento da proposta de planejamento participativo. Por essa vivência, ao mesmo tempo em que abriram a participação de todos os moradores no processo de planejamento (ênfatizando a participação dos jovens e idosos até então distanciados), negaram participação às comunidades vizinhas e às instituições civis e públicas ligadas a suas vidas cotidianas. E embora reconhecendo a importância do cenário

político institucionalizado, condicionaram o início do planejamento para o pós-eleições municipais e as negociações externas para a pós-elaboração do projeto de desenvolvimento.

Em verdade, essas e as demais decisões consensuais foram frutos da vivência e do aprendizado coletivo e, ao mesmo tempo em que representam ações a partir de referências aprendentes, explicitam-se dentro do espírito egocêntrico coletivo. Não a partir de experiências internas exclusivas, mas pelo fracasso das experiências compartilhadas com o entorno territorial. Fatos como esses são geralmente desconhecidos e/ou ignorados pelos agentes externos e que muitas vezes são induzidos a erro por ignorarem ou desvalorizarem esses conhecimentos e percepções locais.

Por outro lado, essas decisões oriundas do saber local e do consenso coletivo, legitimam internamente as alternativas geradas, por mais estranhas que possam parecer aos agentes externos.

A coincidência significativa de percepção entre os atores e o pesquisador, na construção do perfil comunitário através da respectiva matriz lógica, evidencia substancialmente as possibilidades de participação eficiente das populações pouco escolarizadas nos processos epistemológicos. Da mesma forma, as contribuições grupais para montagem da combinação florística dos sistemas agroflorestais projetados, demonstraram a significativa experiência dos atores locais em termos de conhecimento dos recursos naturais locais, suas potencialidades produtivas e mercadológicas.

Os resultados quantitativos e qualitativos das avaliações das atividades econômicas, cotejadas com os processos de negociação das alternativas produtivas a desenvolver, demonstraram não só a lógica sócio-econômica local, mas também as diferenças entre as interpretações com bases objetivas, com bases subjetivas ou combinando ambas. E a identificação e uso destas interpretações foram de fundamental importância nas negociações desenvolvidas, na qualidade das decisões e no auto-reconhecimento do grupo no produto final (o projeto de desenvolvimento local).

O delineamento das relações territoriais pela coletividade, também descortinou aspectos da realidade de difícil percepção a estranhos, tais como a limitadíssima gama de relações locais com as demais comunidades quilombolas do entorno e com a sede municipal, além do prevailecimento das relações territoriais com a capital do Estado.

Finalizando: os critérios estabelecidos para a seleção de produtores interessados nos subprojetos econômicos (participação efetiva na associação e no planejamento, o cadastramento dos pretendentes aos subprojetos, a seleção pelo comprometimento dos mesmos e por decisão final coletiva), demonstraram que, embora as condições vivenciadas

tenham induzido a comportamentos de desvio inovacionista, a lógica coletiva ainda busca os caminhos da ritualidade historicamente construída (a interação grupal pelas normas estabelecidas).

Portanto, ignorar as percepções e demandas locais em favor dos objetivos institucionais (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000), transforma em farsa política esse processo compartilhado de criação, por não existir no mesmo a disposição à empatia, à interação entre atores e agentes, a busca do conhecimento compartilhado e do consenso possível entre as cosmovisões e objetivos envolvidos. Essa farsa, comum nas ações de captura de governança (COELHO, 2006), leva inevitavelmente à falta de legitimidade social das ações planejadas e projetos que, se executados, geralmente declinam após o afastamento dos agentes. E nesses fracassos, enquanto os agentes geralmente culpam a incapacidade dos atores, estes geralmente culpam os agentes e as suas instituições. Essas acusações mútuas passam a ser o simplista caminho explicativo para os maus resultados, os desencantos e os processos de desmobilização para novas iniciativas.

Com base no exposto, as informações comentadas evidenciaram as afirmações contidas na hipótese 1, de que “as comunidades tradicionais possuem saberes que, constituídos nas suas relações sociais, no empirismo das atividades produtivas e na ancestralidade comum, permitem percepções mais próximas dos reais problemas e potencialidades locais e que podem dar legitimidade à construção de alternativas para o desenvolvimento local”.

4.3. Redes sociais, planejamento e desenvolvimento comunitário

As redes sociais espontâneas (constituídas a partir das relações familiares, de vizinhança e de compartilhamento territorial, econômico, político e religioso), são consideradas redes primárias sustentadas em princípios de cooperação, afetividade, confiança e solidariedade, que podem ajudar no entendimento dos cenários sociais. No caso de Itacoã-Miri (e conforme resultados anteriormente apresentados) esse entendimento passou por questões como processos decisórios ligados à gestão associativa, à gestão dos projetos coletivos, aos conflitos interfamiliares e intercomunitários, além das decisões necessárias ao planejamento participativo promovido. Ocorre que pelas circunstâncias do estudo de caso (onde a participação voluntária foi fomentada em um cenário de desmobilização social significativa e com o fim específico de planejar saídas econômicas para o desenvolvimento local), as redes identificadas ficaram restritas àquelas que participaram do processo. E essas

redes identificadas e evidenciadas pelo comportamento inovacionista descrito por Merton (1938, apud NETO, 2009), apresentam características contraditórias de conformismo (atingir metas sociais pelos meios institucionalizados), inovacionismo proativo (criação e/ou ampliação dos meios para alcançar as metas) e inovacionismo entrópico (alcance das metas por meios não-convencionais e escusos).

Os aspectos conformistas foram identificados nas posturas de esperança em soluções institucionais para os problemas locais e na expectativa de usufruto de direitos desvinculados dos deveres da participação efetiva.

Já as posturas proativas de inovacionismo evidenciaram-se claramente nos processos de imposição das normas locais de uso da terra (embora de forma dissimulada) frente às posturas das normas institucionais pretendidas. Na mesma linha, pode-se considerar como tal as mudanças tecnológicas decididas para combinar os cultivos de roçados com a produção de frutas (eliminando o risco ambiental), e a priorização de projetos novos (em detrimento de projetos consolidados e promissores), para ampliar a inclusão sócio-econômica dos jovens e das mulheres.

Este inovacionismo entrópico evidenciou-se em três fatos fundamentais:

- a) nos grupos dos projetos de piscicultura, quando os recursos recebidos do PRONAF para investimentos e custeios, foram divididos e desviados das atividades programadas para atender às demandas familiares reprimidas pela insuficiência de renda;
- b) no projeto avícola coletivo, quando os participantes, contrariando o planejamento financiado, substituíram as telhas previstas por palhas, usando os recursos para custear o trabalho coletivo e que era contrapartida comunitária prevista no convênio;
- c) nos comportamentos delinquentes de grupos juvenis locais, que buscam o acesso ao consumo de drogas e bens de consumo através de assaltos e furtos nos ramais, nas áreas de produção e nas habitações.

Todos estes fatos relatados ocorreram dentro das redes identificadas (por indivíduos diretamente ligados a elas ou seus familiares), caracterizando bem os comportamentos contraditórios citados.

Assim, em virtude das circunstâncias inicialmente apresentadas, o presente estudo não pôde debruçar-se sobre as demais redes locais que se quedaram desmobilizadas diante da oportunidade do planejamento, assim como as suas imbricações com as redes

participantes. Mas as redes identificadas e observadas viabilizaram entender alguns comportamentos coletivos importantes no funcionamento social e que, de forma proativa ou entrópica, contribuíram para os resultados sócio-econômicos obtidos até então e para as decisões necessárias ao projeto de desenvolvimento local.

Em primeiro lugar, é necessário entender que esse estado de anomia social relativa dos indivíduos e grupos locais (e que se reflete no comportamento dentro das redes) é fruto do descompasso entre as cosmovisões local e externa, dos resultados objetivos frustrantes nos projetos tentados, da assimetria entre as possibilidades locais e as metas culturais estabelecidas (e também externamente induzidas), assim como das diferenças culturais locais que impossibilitaram a inserção adequada da comunidade na lógica e nas premissas formais do seu entorno diferenciado.

Nesse sentido, reforçam-se mais uma vez as teorias do conflito, do cálculo egocêntrico e da assimetria entre metas e meios sociais, enquanto raízes dos resultados adversos e da anomia comentada, ao mesmo tempo em que se evidencia a necessidade dos espaços aprendentes, dialéticos e dialógicos, preconizados por Habermas e Paulo Freire, entre outros. Espaços onde os erros vivenciados possam ser vistos como oportunidades de análise, compartilhamento e aprendizado de novas posturas e práticas coletivas por comunidades e instituições, por agentes e atores.

Somente nessa trilha poder-se-á chegar à legitimação política e ética das iniciativas de desenvolvimento em foco, com níveis predominantes de participação social interativa, nos moldes concebidos por Jürgen Habermas, Paulo Freire, Campanhola, Graziano e outros.

4.4. Metodologias, planejamento e desenvolvimento comunitário

A sequência de metodologias e resultados anteriormente apresentados evidenciou satisfatoriamente a importância dos métodos nos processos interativos de planejamento. Foram elas que viabilizaram e facilitaram os compartilhamentos ocorridos entre os atores e entre estes e o pesquisador, em busca de entendimentos, conclusões e decisões. Isso porque, em um universo social onde a prática dos rituais formais (como os de diagnósticos e planejamentos) é escassa, os termos e conceitos (locais e externos) entram em conflito de entendimento, as respectivas experiências são diferenciadas (e às vezes conflitantes e surpreendentes). Nesse contexto, os recursos metodológicos como as matrizes, os vídeos, os grupos de estudo e as plenárias facilitaram a integração e o nivelamento cognitivo, além de

reforçar os laços de confiança e a assimilação dos resultados. Além disso, o procedimento de tabular e visualizar em tempo real os resultados das matrizes e das discussões plenárias permitiu aproveitar o clima coletivo original de investigação (eliminando o intervalo temporal tradicional entre coleta, tabulação e discussão de dados), a correção imediata e consensual das informações, assim como o entendimento e sedimentação dos conteúdos tratados. E embora não tenha conseguido reverter a desmobilização local predominante em termos participativos, a metodologia utilizada permitiu manter o interesse, a frequência e a participação dos atores inicialmente envolvidos, ampliando inclusive a participação dos jovens na Associação Quilombola, fato até então inédito.

4.5. Conclusão

Dentro do novo enfoque do desenvolvimento (com ênfase local e sob os paradigmas de sustentabilidade) a questão da participação social como fator de legitimação, adequação e gestão compartilhada dos projetos locais, esbarra no distanciamento entre a sociedade formal e a sociedade autônoma, entre as instâncias instituídas e os espaços políticos demandados pelos movimentos sociais contestadores. E as contradições implícitas neste cenário conflitivo (de natureza ideológica, política e cultural), não só dificultam avanços sociais possíveis como também desmobilizam, através dos poucos resultados deste distanciamento, os segmentos sociais que buscam a concessão efetiva dos direitos estabelecidos e novos direitos através da negociação democrática. Assim, situado entre a sociedade hegemônica que nega a participação social ampla e a sociedade civil autônoma (desobediente) que nega a validade das negociações possíveis, o limbo das desigualdades e dos fracassos sociais objetivos envolve em desencanto e inércia aqueles que ainda acreditam no aperfeiçoamento da esfera política enquanto espaço inclusivo de mudanças.

Os fatos históricos documentados evidenciam que o centralismo político-social de qualquer matiz ideológico radical, demonstrou ao longo dos tempos sua ineficiência como caminho para o desenvolvimento sustentável em termos ambientais, econômicos e sociais. E a função do planejamento, por estar conectada à concepção ideológica do sistema político hegemônico, viabilizou a disseminação do desenvolvimento desigual, a manutenção da dominação de classes (até mesmo através de golpes e revoluções sob justificativas contrárias) e a devastação ambiental hoje enfrentada. Portanto, se verdadeiras as reflexões de Karl Marx e Paulo Freire sobre a práxis como base da formação da consciência humana, temos que acreditar nas inadequações das práticas humanas históricas, baseadas no conflito e no

egocentrismo. Assim, a partir dessa crença, temos que entender que as mudanças sociais, para tornarem-se construtos de uma sociedade melhor, dependem das condições objetivas dessa práxis: clima ideológico humanista, posturas dialética e dialógica, e instrumentos adequados de expressão e compartilhamento.

Nesse sentido, este estudo de caso contribuiu para o entendimento das relações históricas globais e locais de ordem econômica, política e cultural na formação das comunidades tradicionais da Amazônia, dos problemas e potencialidades destas coletividades, oriundos da vivência histórica. Igualmente, evidenciou a capacidade cognitiva e participativa desses atores locais, carentes de formação escolar, mas plenos de conhecimentos empíricos que muitas vezes faltam aos agentes e instituições que atuam junto a eles. Além disso, contribuiu para o aperfeiçoamento de instrumentos metodológicos para a atuação junto a este tipo de população, de forma a aproximar e compartilhar os conhecimentos mútuos, facilitar a comunicação aprendente de Habermas (por identificar os erros cometidos e existentes, além das possibilidades de mudança) e aperfeiçoar a práxis necessária à consciência sócio-ambiental indispensável aos novos e desafiadores tempos do desenvolvimento regional.

Mas estas contribuições ficaram aquém das lacunas cognitivas que permaneceram sem respostas e que, por serem determinantes do macro-contexto social, dependem de investigações mais amplas: as possibilidades de reformulação democrática da esfera política e pública ampliada diante do conflito entre a realidade amazônica do Estado centralizador, o radicalismo dos movimentos sociais contestadores e a significativa desmobilização político-social das populações vulneráveis (vítimas maiores do desenvolvimento desigual). Igualmente, novas tentativas investigativas apresentaram-se como necessárias à verificação e aperfeiçoamento dos instrumentos metodológicos utilizados (assim como novas concepções à respeito). Os limites deste estudo de caso necessitam, imperativamente, de novos esforços no sentido de entender, na máxima profundidade epistemológica possível, os mecanismos sociais de participação social nos processos de desenvolvimento, propor e tentar alternativas aperfeiçoadoras da mesma.

CONCLUSÃO: RETOMANDO AS QUESTÕES CENTRAIS E REFLETINDO SOBRE OS RESULTADOS

Todos os esforços cognitivos dispendidos neste estudo de caso tiveram como eixo a busca de entendimento dos processos de participação das pessoas, em especial as populações tradicionais amazônicas, nos processos de planejamento participativo e as correspondentes incorporações dos seus saberes e das suas demandas neste tipo de planejamento, enriquecendo-o e legitimando-o. Em torno deste eixo central montou-se estratégia metodológica para construir um projeto participativo de desenvolvimento local e, em paralelo, analisar os resultados desta metodologia e da participação local nos procedimentos e compartilhamentos de construção do documento final. Tudo isso levando em conta que estas populações possuem saberes construídos ao longo do tempo (na dinâmica cultural e nas redes sociais estabelecidas) e que têm sido ignorados ou subestimados pelas instituições públicas e civis nos processos de planejamento de intervenções desenvolvimentistas locais. Considerando também que algumas instituições da sociedade regional, (programas estaduais, ONGs e universidades), embora venham tentando ações participativas junto às populações tradicionais continuam gerando projetos locais com problemas de engajamento local nos processos de planejamento e gestão, com resultados pouco significativos e desmobilizadores da participação popular.

Analisar e entender estas questões e assertivas exigiu a compreensão histórica do contexto estrutural regional para se chegar às causas dos descompassos entre as concepções economicistas de desenvolvimento (com suas práticas tradicionais de planejamento e de intervenção local) e a prática recente do planejamento participativo para o desenvolvimento local sustentável. Isso porque embora ao longo do tempo os modelos economicistas e as práticas de controle político das classes dominantes tenham-se mantidos hegemônicos, as populações marginalizadas descritas no contexto regional não se mantiveram inalteradamente dominadas ao longo do tempo.

No caso de Itacoã-Miri, com base nas interações com os nativos, colonizadores e os comerciantes, esta coletividade escravizada construiu e/ou assimilou o modo agro-extrativo de produzir (utilizando adequadamente as condições climáticas, terra, fauna, flora e os recursos hídricos existentes), viabilizando a economia colonial e mercantilista.

Após a libertação formal, a partir destes conhecimentos anteriores e enfatizando o auto-abastecimento familiar e o trabalho coletivo, a posse diferenciada dos meios de produção, a reorganização social livre e contatos marginais com o mercado, ela conseguiu

manter-se no espaço geográfico da dominação, superar os novos enfrentamentos e apossar-se legalmente do território historicamente ocupado. Nesse processo de libertação e autoafirmação coletiva, o trabalho atuou não somente como fator de produção, mas também como vinculação sócio-cultural aos objetivos comuns (alimentos e outros bens de consumo) e aos valores sociais compartilhados (a solidariedade, a identificação cultural, o convívio interfamiliar, etc.), cristalizado nos grupos de produção. A posse da terra, articulada através da propriedade formal coletiva do território foi adaptada à prática da propriedade tácita dos sítios familiares (atrelada às normas informais da comunidade sobre o uso e transferência dos mesmos).

Mas ao longo do período abordado, esta construção sócio-econômica foi adaptada às condições de mercado existentes nos territórios mais urbanizados do entorno, aos intermediários comerciais (embora de forma subalternizada) e na escala de produção de excedentes. Estabelecendo arranjos produtivos locais que não são mais originais (porque permeados por novas tecnologias e aspectos competitivos), mas que também não se enquadram na concepção de Arranjos Produtivos Locais formalmente inseridos no mercado (por sua informalidade organizacional e gerencial, típica dos pequenos negócios).

Em termos de gestão social, a organização original em bases solidárias e informais cedeu espaço para os processos organizacionais formalizados e externamente determinados, necessários à luta por avanços sócio-políticos, sem que resultados satisfatórios ocorressem.

Estes fatos apresentados pelo estudo evidenciaram que Itacoã-Miri, enquanto uma destas coletividades tradicionais, buscou formas de resistência alicerçadas na cultura e no contexto político vivenciado. Gerou formas de sobrevivência e afirmação de direitos essenciais através da luta via suas organizações informais, normas e valores solidários. Acumulou conhecimentos sobre os recursos naturais e os seus usos, na micropolítica estabelecida pelas redes sociais, na inserção marginal nos seus entornos econômicos e na esfera política instituída. E nestes termos, Itacoã-Miri se inseriu historicamente no contexto contemporâneo transitivo entre o desenvolvimento de natureza econômica e o desenvolvimento sustentável, entre o planejamento tradicional e o planejamento participativo, entre as imposições institucionais e os compartilhamentos parceiros. Buscou existência e afirmação, apesar das difíceis condições de sobrevivência econômica e social, agravadas pelo desencanto político e os riscos da anomia social. Luta que sobreviveu ao tempo em que seus ancestrais nada mais eram que mão de obra subjugada para construir a riqueza de outros. Luta que superou o desconhecimento original do ambiente natural e assimilou formas de produzir que, embora tenham servido aos dominadores, permitiram a reconstrução da etnia e a

formação comunitária. Luta que permitiu inserções, embora que marginais, nos contextos sociais externos modernizados pelas drásticas mudanças tecnológicas e econômicas, pela assimilação e combinação de informações externas ampliadoras da memória coletiva e dinamizadoras da cultura local. Porém, uma luta em que os resultados objetivos pouco mudaram a realidade local. A coletividade de Itacoã-Miri conseguiu a sobrevivência, mas não alcançou o avanço social desejado. Recebeu apoios de políticas públicas recentes, mas que naufragaram na operacionalização das intenções institucionais, na dissintonia entre agentes e atores locais, na carência de metodologias inibidoras destas dissintonias em prol da interação política e cognitiva destes dois universos sociais.

O estudo mostrou que o contexto histórico moldou na comunidade e no seu entorno universos que, embora convivendo e intercambiando produtos, conhecimentos, valores e demandas, são diferenciados, apresentam especificidades construídas pelas respectivas óticas, compartilhamentos e confrontos. Especificidades estas que dificultam as interações pretendidas no planejamento participativo, se não forem superadas por metodologias facilitadoras e, principalmente, por posturas institucionais dialógicas nos compartilhamentos entre seus agentes e os atores locais. Estas superações exigem também mudanças no universo pessoal dos agentes: abertura intercultural, entendimento e valorização das diferenças cognitivas, compreensão de demandas que muitas vezes não se encaixam nos objetivos institucionais. Isso porque a análise social feita a partir dos dados quantitativos e qualitativos (das matrizes lógicas, das entrevistas, das discussões plenárias e das observações) demonstrou a capacidade coletiva local de não somente descrever e analisar a realidade comunitária, mas de também assumir suas deficiências e colocá-las na mesa dos compartilhamentos. E os atores locais demonstraram isso de forma clara, quando descortinaram durante este estudo fatos anteriores desconhecidos pelo pesquisador enquanto agente institucional anteriormente atuante na comunidade. Isto é: a interação ocorrida agora e a postura não-institucional do pesquisador, reforçou laços de confiança que viabilizaram informações anteriormente omitidas.

No fundo, pode-se afirmar que a participação destas coletividades depende do entendimento de que elas atuam buscando direitos e vantagens concretas para as suas vidas e por se sentirem sem poder formal diante das instituições e agentes, não conseguem atuar interativamente nos processos de compartilhamento, o que compromete a legitimidade e a qualidade dos projetos de mudanças. Diante da força das instituições que traduzem unilateralmente os objetivos e os meios de consecução, não ocorre confronto, mas sim a aparente concordância para posteriores adequações locais, sob a ótica das reais demandas e

percepções. O caso de Itacoã-Miri mostrou claramente esta conclusão quando por ocasião dos projetos iniciados e das intenções coletivistas radicais de uma das instituições. E quando ao longo deste estudo se abordou a prática aprendente preconizada por teóricos como Habermas, Freire e outros, não se fez por considerá-la, ingenuamente, a panacéia redentora dos processos de comunicação, planejamento, gestão e controle do desenvolvimento local. Ela foi discutida como uma alternativa factível para construir a transição político-cultural entre as formas tradicionais de desenvolvimento e a forma atualmente pretendida do desenvolvimento sustentável. E o espírito dessa prática aprendente, ao servir de referencial teórico para a atuação do pesquisador junto à população de Itacoã-Miri, demonstrou as suas potencialidades para fomentar a construção de ações de desenvolvimento local de forma efetivamente participativa.

Em assim sendo, de pouco adianta o Estado (em qualquer das suas instâncias) e/ou a sociedade civil organizada tentar a construção de uma esfera pública ampliada para o desenvolvimento sustentável, se essa iniciativa não for consistente em termos ideológicos, políticos e metodológicos. O estudo constatou que, apesar de muitas destas populações terem se mobilizado nas primeiras tentativas de planejamento participativo operacionalizadas na região, os aspectos negativos comentados têm semeado desencanto, desmobilização e revolta em relação à esfera pública ampliada que se tem tentado construir. Por tudo isso, percebe-se reflexos cada vez mais constantes nas iniciativas institucionais (públicas e privadas) que buscam iniciativas negociadas e agravamentos nas relações do Estado com os movimentos sociais contestadores.

Finalizando, cabe destacar duas contribuições metodológicas deste estudo, na área do planejamento participativo: a diferenciação conceitual dos arranjos produtivos locais da agricultura familiar frente à concepção atualmente vigente de Arranjos Produtivos Locais – APL (SEBRAE, 2009) e a contextualização teórica e operacional da metodologia “Inovation Compass” (LUKESH, 1977 e 2000) às condições culturais e cognitivas dos atores das comunidades tradicionais da Amazônia.

No primeiro caso, se inseriu as especificidades dos pequenos negócios rurais tradicionais (informalidade, escala reduzida, organização familiar, competitividade restrita, tecnologias diferenciadas, etc.) no conceito existente de Arranjos Produtivos Locais – APL’s (SEBRAE, 2009), sugerindo a concepção de Arranjos Produtivos Locais de Subsistência – APLS’s. E adaptando modelo tradicional para investigação participativa dos citados APL’s

usada por Santana, (2005) para obtenção das informações referentes à realidade produtiva familiar regional ²³.

Em relação ao delineamento participativo do perfil comunitário, o estudo promoveu a adaptação da “Inovation Compass”, estratégia metodológica participativa de Robert Lukesh (1997 e 2000), para as condições regionais das pequenas comunidades rurais, reduzindo o número de eixos de desenvolvimento a pesquisar, reformulando os valores de avaliação e contextualizando as variáveis de cada eixo considerado ²⁴.

E de maneira complementar, o estudo também contribui para o conhecimento de situações ainda pouco estudadas, onde as pequenas comunidades reúnem-se sem a participação direta das instituições públicas ou civis, compartilhando com um profissional independente as tarefas de autoconhecimento e construção de linhas de ação e subprojetos necessários às suas demandas.

²³ Ver 2.3.3.4. A Matriz Lógica Para Identificação dos Arranjos Produtivos Locais e Anexo V.

²⁴ Ver 2.3.3.1. A Matriz Lógica para Identificação do Perfil Comunitário e Anexo III

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADA. **A Economia Popular e Solidária e os Arranjos Produtivos Locais**. Belém, sd. Disponível www.redeamazoniasolidaria.org.br/.../conomiapopularesolidariaeapls.ppt. Acesso em 27/06/2009.

_____. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, PCT - INCRA/IICA, 1999.

ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação coletiva, Cultura e Sociedade civil**. São Paulo, RBCS, v. 13. n.37, junho, 1998.

ALMEIDA, J. F., e PINTO, J. M. (1986). **Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais**. In: Silva, A. S. e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Edições Afrontamento, pp. 55-78.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. RBCS, v. 19, n. 55, p 33 – 53, junho, 2004.

ARATO, Andrew. **Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil**. XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, nov.,1994.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desarrollo endogeno**. Universidad Autónoma de Madrid. *Endogenous Development. Networking, innovation, institutions and cities*. Routledge, Londres, 2002.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília, Ed. da UnB, 1980.

BOFF, Leonardo et al. **A mística do Animador Popular**. São Paulo, Ática, Cadernos de religião e cidadania, Grupo TAO, 1996.

BORCHARDT, Julian. **O Capital (edição resumida)**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

BORGES, Ricardo. **Construção Econômica da Amazônia**. Belém: IDESP, Cadernos Paraenses n.5, 1970.

BOTTOMORE Tom. **Introdução à sociologia**. Saed. Rio de Janeiro. Zahar; Brasília, INL, 1973 (Biblioteca de Ciências Sociais)

_____. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1974.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, C. R. **Participar-pesquisar**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo:Brasiliense, 1984.

_____(org.). **Pesquisa Participante**, Ed. Brasiliense, São Paulo (2001)

BRASIL, Presidência da República (SEPPIR). Decreto 4.887/2003.

BRESSAN, Flávio. **O estudo de caso**. FECAP, Administração On-line, v. 1, n. 1, jan-fev-março, 2000.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002. pp. 15-56.

CABELLEIRA, Denise Mross. **Comunidades de Prática – Conceitos e Reflexões para uma estratégia de Gestão do Conhecimento**. Rio de Janeiro, XXXI EnANPAD, 2007.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. **Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local: Análise de Alguns Aspectos de Política Econômica Regional**. Gestão e Desenvolvimento, n. 9, p. 103 – 136, 2000.

CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO, José da Silva. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan/abr 2000.

CAMPOMAR, Marcos C. - **Do uso do "Estudo de Caso" em Pesquisas para Dissertação e Teses em Administração**. São Paulo, Revista de Administração, v.26, nº 3, p. 95-97, julho-setembro 1991.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. **As conexões ocultas – ciência para uma vida sustentável**. São Paulo, Cultrix, 2002.

CASTRO, Edna. **Territórios e lugares de identidade entre quilombolas no rio Bujaru**. Belém, NUMA/UFPa, p. 257 – 298, 2008.

COELHO, Vera Schattan e all. **Fóruns Participativos e Desenvolvimento Territorial no Vale do Ribeira (Brasil)**. Santiago do Chile, Seminário Internacional Territórios Rurales em Movimiento: movimientos sociales, actores e instituciones del desarrollo territorial rural, 2006.

CONSUMERS INTERNATIONAL. **Consumo Sustentável: manual de educação**. Brasília: Consumers International / MMA / IDEC, 2002, 144 p.

DE TONI, Jackson. **A participação social no planejamento governamental: a experiência do governo Lula, Brasil**. Guatemala, XI Congresso Internacional del CLADE sobre la Reforma del Estado y de la Administacion Pública, nov., 2006.

DEMO, F. Pesquisa: princípio científico e educativo. 4 ed., São Paulo, Cortez, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2004. pp. 13-51

_____. **Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água**. São Paulo, NUPAUB, MMA, 2005.

_____. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>, acesso em 28/09/2008.

DINIZ, Clélio Campolina. **O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local**. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105383.pdf>, acesso em 24/06/2009.

DUARTE, Teresa. **A possibilidade de investigação a três: reflexões sobre triangulação (metodológica)**. Lisboa, CIES e-Working Paper n. 60/2009, 2009. Disponível em http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf 14/05/2009. Acesso em 16/05/2009.

DURKHEIM, Émile. **A Divisão do Trabalho Social**. Rio de Janeiro, Presença/Martins Fontes, 1977.

FAZZANO, Afife Salim Sarquis. **Bourdieu x Schutz: proposta topológica e o internacionalismo simbólico a caminho do Nordeste Brasileiro**. Disponível em <http://afife.sites.uol.com.br/artigos/bourdieuxschutz.html>. acesso em 21/04/2009.

FERNANDES, Ana Cristina. **Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo**. Espaço & Debates, São Paulo, NERU, Ano XVII, n. 41, p. 26 – 45, 2001

FERNANDES, Luís. **URSS: ascensão e queda**. Ed. Anita Garibaldi, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GANDIM, Danilo. **A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade**. Curriculum sem Fronteiras, v.1, n.1, p. 81-95, 2001.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis,RJ: Vozes. 1999.

GONÇALVES, Maria A. Salim. **Teoria comunicativa de Habermas: possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola**. 2008, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000100007

GROPPO, Paolo e RAVERA, Federica. **Desde el diagnóstico territorial participativo hasta la mesa de negociación: orientações metodológicas.** paolo.grosso@fao.org e federica.ravera@fao.org., sd.

GROPPO, Paolo. **¿Sistemas agrarios: hacia un nuevo enfoque territorial?** Presentación del taller. Higuerote, Venezuela, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio.** Espaço & Debates, Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, NERU, Ano XVI, n. 39, p. 48 – 64, 1996.

INGELSTAM, Lars. **“La Planificación del desarrollo a largo prazo: notas sobre su esencia y metodología”.** Revista de la CEPAL, no 31, Santiago, 1987.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.: **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo. Ed. Atlas, 1985.

LEÓN, M.E. **Uma Análise de Redes de Cooperação das Pequenas e Médias Empresas do Setor das Telecomunicações.** Dissertação Mestrado, Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Dez., 1998.

LIMA, Adelaide Motta e LOPES, Vítor. **Arranjos produtivos locais: conceito e experiências em discussão.** Conj. & Planej., Salvador: SEI, n.114, p.26-30, novembro, 2003.

LUKESH, Robert et all. **Inovação e desenvolvimento rural.** Observatório Europeu Leader, Cadernos do Observatório, n. 2, 1997.

LUKESH, Robert. **Innovation Compass, Tarefa 4, Padrões de Sustentabilidade.** 2000, (texto inédito, tradução livre de Vichy Schreiber).

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Itancoã, nosso sítio no Baixo Acará.** Belém, NAEA/SEJU/Programa Raízes/UNAMAZ, 2003.

MARTINS, João Batista. **A Observação Participante.** Londrina, UEL, v.17, n.3, p.266-273, 1996.

MARX, Karl. **O Capital (versão resumida).** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, trad. Reginaldo Sant’anna, s.d.

MATUS, Carlos. **Adeus Senhor Presidente, Planejamento, Antiplanejamento e Governo.** Recife, Litteris, 1989.

MEDEIROS, M. Soares de e MARQUES, M. A. de R. Braga. **Habermas e a Teoria do Conhecimento**. EDT – Educação Temática Digital, v.5, p. 1-24, 2003 – ISSN:1517-2539.

MINAYO, M. C. S. et al. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

MIRANDA, Henrique Rodrigues de. **Diagnóstico da situação da criança na Amazônia**. Belém: Convênio UNAMAZ/UNICEF, 1991 (relatório de pesquisa, versão preliminar).

_____. **Diagnóstico Participativo: A experiência de Igarapé Miri-PA**. Série Desenvolvimento Municipal n.º. 1, UEPA / POEMAR, 500 exemplares, Belém, 2001, 84 p.

_____. **Programa Estratégico de Redução da Pobreza na MRH Teresina – PI**. Teresina, Convênio POEMA/JICA/SEPLAN/FAEPI, 2004.

_____. **Diagnóstico Rápido Participativo do Município de Acará**. 2002 (relatório inédito).

_____. **Estudo sobre o Perfil da Agricultura Familiar em Santa Bárbara do Pará – PA**. Belém, convênio POEMA/JICA, 2005.

_____. **Diagnóstico Sócio-ambiental das Comunidades Rurais do Vale do Jarí**. Belém, convênio Jarí Celulose S.A./ Orsa Florestal / POEMA, 2005.

_____. **Diagnóstico Rápido Participativo das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça e Pucuruí-Ararão**. Belém, convênio SECTAM / ELETRONORTE / POEMA, 2007.

MITSCHEIN, Thomas, FERNANDES, Jadson e MIRANDA, Henrique. **Crescimento, Pobreza e Violência em Belém**. Belém, NUMA/POEMA, 2006.

MITSCHEIN, Thomas, MIRANDA, Henrique e PARAENSE, Mariceli. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: o Caso de Belém**. Belém, CEJUP, 1989.

MMA. **Construindo a Agenda 21 Local**. Brasília: MMA, 2003, 56 p.

MMA. **Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira**. Brasília, 2000, Edições IBAMA, 6 volumes, 1.086 p.

MORTIMER, Eduardo Fleury. **Construtivismo, mudança conceitual e ensino de ciências: para onde vamos?**. Belo Horizonte, UFMG, sd. Disponível em <http://www.if.ufrgs.br/public/ensino/N1/2artigo.htm>. Acesso em 16/05/2009.

NETO, J.L.A. **Anomia**. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/3730/1/anomia/pagina1.html>, acesso em 10/07/2009.

OLAVE, Maria Elena León e NETO, João Amato. **Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas**. Gest. Prod. v.8, n.3, São Carlos, Dez. 2001.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

RAUSCH, D. **Sobre a Cosmóvisão**: a proposta topológica de Pierre Bourdieu e o interacionalismo simbólico. Boletim CLCH-24. Londrina UEL. 1993. p.51-60.

RIBAUT, M.; MARTINET, B. & LEBIDOIS, D.: **A gestão das tecnologias**. Coleção gestão & inovação. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo:Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, Gilberto de M. **O conceito de território**. Belém, Núcleo de Meio Ambiente, NUMA/UFGA, 2008, curso PPGEDAM (slides).

ROSA, S.L.C. **Diretrizes e princípios de desenvolvimento territorial**. In; Turnes, V. Projeto Meu Lugar. Florianópolis, Cidade Futura, 2004, p.25-72

SANTANA, Antonio Cordeiro de. **Arranjos Produtivos Locais da BR-163: contribuição ao planejamento estratégico territorial**. Belém, ADA, 2005.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil**. Brasília, UFPB/CIRAD/EMBRAPA, P. 113 – 128, IUPR, v. 40, n. 3, 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo : Hucitec, 1996

SCOLES, Ricardo. **Comunidad negra de Itacoã: territorio, biodiversidad y organizacion social, pilares para el etnodesarrollo?** 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PDTU, PLADES, UFGA, Belém.

_____. **El quintal y las frutas: recursos económicos y alimentares en la comunidad negra de Itacoã, Acará, Pará, Brasil**. Manaus, Acta Amazônica, v.39, jan-mar 2009.

SEBRAE. **Atuação do SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Vitória, ES, Seminário de Arranjos Produtivos Locais – APL, 13 maio de 2009. Disponível em www.sedes.es.gov.br/apl/, acesso em 27/06/2009.

SINGER, Paul. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres (texto para discussões)?** Brasília, MTE, Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004.

THIOLLENT, M. **Notas para o debate sobre a pesquisa-ação**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo:Brasiliense, 1984, p. 82-103.

_____. **Metodologia de pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez, 1985.

TURNER. Jonathan H. **Sociologia: conceitos e aplicações**. São Paulo: Makron Books, 1999.

TURNES, V. **Projeto Meu Lugar: conceitos básicos e mobilização de atores locais**. Florianópolis, Cidade Futura, 2004

VASCONCELLOS, Mário. **Desenvolvimento: conceitos, definições e interpretação**. Belém, PPGEDAM, 2008 (palestra com slides).

_____. **Partnership for Rural Development: The relationship between Local Organisations and Local Government in two areas of Northeast of Pará, Amazonia, Brazil**. Swansea University, Centre for Development Studies School of Environment and Society, 2007.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Fragmentos de um discurso ecológico: reflexões críticas de Ecologia Política**. São Paulo, São Paulo em Perspectiva, vol. 3, no. 4, out - dez 1989.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

ANEXOS

ANEXO I: Relação de Informantes Qualificados da pesquisa

INFORMANTE	IDADE	SEXO	POSIÇÃO NO FUNCIONAMENTO SOCIAL LOCAL
Cândido Gomes de Araújo	58	M	Ex-presidente da Comunidade Santa Maria
			Ex-presidente da Associação Quilombola
			Piscicultor e produtor de açaí e frutas
Antonia Lúcia N. Holes	48	F	Pedagoga
			Professora de Ensino Fundamental
			Membro do Conselho da Merenda Escolar Quilombola,
			Coordenadora da Pastoral da Criança
			Participante do Grupo de Mulheres
Márcia da Conceição Silva	32	F	Servidora da Escola EF local
Fátima N. Galiza Barros	56	F	Secretária da Associação
			Professora de Ensino Fundamental
Santana de Deus Belém	52	M	Ex-Coordenador do Grupo Original
			Piscicultor e produtor de açaí e frutas
Rosângela Borges da Silva	48	F	Agente Comunitária de Saúde
			Participante do Grupo de Mulheres
Maria do S. Araújo Monteiro	34	F	Tesoureira da Associação
			Professora de Ensino Fundamental
Odiva Alves do Nascimento	63	F	Aposentada
			Agricultora de roçados
			Produtora de espetos de churrasco
José Maria Alves Monteiro	55	M	Ex-presidente da Comunidade Santa Maria
			Ex-presidente da Associação Quilombola
			Assessor de Departamento de Igualdade Racial da PMA
			Piscicultor, produtor de açaí, frutas, e agricultor de roçados
Raimundo Ponciano Belém	55	M	Coordenador Grupo Ponciano
			Piscicultor, produtor de açaí, de carvão e agricultor de roçados
Maurício de Souza Monteiro	75	M	Aposentado
Ronaldo Araújo Monteiro	36	M	Coordenador de subgrupo do Grupo Original
			Piscicultor, produtor de roçados, açaí, frutas e carvão
Ana Maria Almeida Leal	32	F	Produtora de roçados, açaí, frutas e carvão
João Moreira Ferreira	57	M	Vice-presidente da Associação
			Agente Comunitário de Saúde
Francisco Araújo da Silva	44	M	Atual presidente da Associação Quilombola
			Funcionário público municipal
			Produtor de açaí e frutas

ANEXO II: Conteúdos do Guião para Entrevistas Estruturadas

MOMENTO	CONTEÚDO
1	Compartilhamento inicial de informações:
	1. Objetivos da pesquisa
	2. Objetivos da Entrevista
	3. A voluntariedade e o sigilo da entrevista
	4. A voluntariedade e o sigilo da gravação
2	Identificação:
	1. Nome completo e codinome
	2. Atividades económicas
	3. Idade
	4. Naturalidade
	5. Tempo de moradia local
3	Entrevista:
	1. Contextos de sociabilidade (participação na vida comunitária)
	1.1. as relações interpessoais e interfamiliares
	1.2. quais as atividades que reforçam a interação comunitária
	1.3. quais as atividades que entropizam a interação comunitária
	1.4. avaliação da interação pessoal neste cenário local
	2. Expectativas (projeto coletivo de vida)
	2.1. quais os anseios das pessoas e famílias locais
	2.2. como se mobilizam para buscar os anseios coletivos
	2.3. auto avaliação do projeto de vida e da mobilização pessoal
	3. Participação organizacional:
	3.1. a participação e convivência religiosa
	3.2. a participação e convivência político partidária
	3.3. a participação e convivência associativa
4	Indicação para ARS:
	Liderança mais eficiente em termos de gestão associativa
	(gravada e/ou anotado no Diário de Campo)

ANEXO III: Matriz Lógica de Identificação do Perfil Comunitário-MLIPC

1. Objetivos:

- 1.1. avaliar a realidade ambiental, econômica, social e cultural da comunidade, a partir das percepções dos atores locais;
- 1.2. alimentar, com os resultados obtidos, as discussões dos grupos locais sobre suas condições de vida e os problemas mais relevantes;
- 1.3. promover negociações entre os atores locais e agentes institucionais, sobre as potencialidades locais e os problemas prioritários a enfrentar;
- 1.4. ajudar a identificar e priorizar projetos (produtivos e/ou de serviços) capazes de promover as potencialidades existentes e minimizar os problemas prioritários estabelecidos;
- 1.5. subsidiar a formação de grupos de trabalho integrado por atores locais e agentes, para elaborar perfis preliminares dos projetos prioritários estabelecidos, para posterior apreciação e decisão coletiva;
- 1.6. construir, na prática de sua aplicação, clima inicial de empatia e compartilhamento de conhecimentos entre os atores locais e os agentes institucionais atuantes no território.

2. Modo de aplicação:

- 2.1. explanação sobre a matriz, suas finalidades e o modo de utilização;
- 2.2. demonstração prática sobre o modo de utilização;
- 2.3. demonstração do uso do quadro referencial para a atribuição de notas às indagações constantes da matriz:

QUADRO REFERENCIAL PARA A ATRIBUIÇÕES DE NOTAS NA MATRIZ		
NOTA	REPRESENTAÇÃO	TENDÊNCIA
6	MUITO POSITIVA	
5	POSITIVA	
4	RAZOÁVEL	
3	NEUTRA (transitiva)	
2	PREOCUPANTE	
1	NEGATIVA	
0	MUITO NEGATIVA	

- 2.4. preenchimento das matrizes pelos respectivos grupos de estudo;
- 2.5. tabulação presencial dos resultados das matrizes, com discussão e correção plenária das notas atribuídas;
- 2.6. discussão dos resultados finais tabulados.

3. Procedimentos:

- 3.1. formação de cinco grupos de estudo, por proximidade de posição na plenária (para facilitar a identificação de grupos locais específicos, já que as pessoas, nestas ocasiões, tendem a se juntarem por afinidades interpessoais);
- 3.2. cada grupo analisará um dos **fatores de desenvolvimento** a analisar (**G1**: Capital social e sócio-cultural; **G2**: Capital produtivo; **G3**: Governança; **G4**: Capital social; e **G5**: Capital humano);
- 3.3. instruir cada grupo para a escolha dos seus respectivos relatores (1 relator por grupo)

- 3.4. entregar a planilha correspondente da Matriz a cada grupo e assessorar estes grupos no trabalho, à medida do solicitado;
- 3.5. apresentação de cada planilha grupal, frente à plenária, pelos respectivos relatores, apresentando e justificando a nota atribuída a cada indagação;
- 3.6. a cada nota atribuída e justificada, submetê-la à aprovação ou correção da plenária, respeitando o consenso predominante;
- 3.7. tabulação simultânea das notas, por indagação e respectivo fator de desenvolvimento analisado, através de planilha Excel, projetada através de Datashow, para acompanhamento pela platéia em plano real;
- 3.8. encerrada a tabulação, iniciar a análise crítica de cada fator (e respectivas indagações), com base na nota tabulada e na média de cada conjunto de fatores, tendo como norteamento o quadro referencial da atribuição de notas (muito positiva, positiva, razoável, neutra (transitiva), preocupante, negativa e muito negativa);
- 3.9. mediante a análise coletiva, identificar as questões prioritárias a serem enfrentadas pela comunidade para desenvolver-se, tendo como base as notas mais, os fatores de desenvolvimento e as possibilidades conjunturais favoráveis ao enfrentamento;

Matriz lógica para identificação de perfil comunitário – MLIPC (Grupo 1)

DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMUNITÁRIAS, AVALIADAS POR FATOR DE DESENVOLVIMENTO	NOTA
1. CAPITAL AMBIENTAL E SÓCIO-CULTURAL	
QUE NOTA (de 0 até 6), O SEU GRUPO DÁ PARA:	
1.1. A qualidade das águas dos rios, igarapés e lagos	
1.2. A existência de cardumes nativos de peixes, nas águas locais	
1.3. A existência de matas virgens na localidade (mata original)	
1.4. A existência de madeiras-de-lei nas matas da localidade	
1.5. A existência de vegetação preservada na comunidade	
1.6. A existência de animais silvestres nas matas da localidade	
1.7. A qualidade produtiva dos solos (fertilidade)	
1.8. A qualidade do clima da localidade (chuvas, temperatura, verão, etc.)	
1.9. Aos conhecimentos dos moradores sobre o uso dos recursos naturais existentes	
1.10. A consciência dos moradores sobre a necessidade de conservar os recursos naturais existentes	
ESCORE MÉDIO DO CONJUNTO 1	

Matriz lógica para identificação de perfil comunitário – MLIPC (Grupo 2)

DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMUNITÁRIAS, AGREGADAS POR FATOR DE DESENVOLVIMENTO	NOTA
2. CAPITAL PRODUTIVO	
QUE NOTA (de 0 até 6), O SEU GRUPO DÁ PARA:	
2.1. A possibilidade das famílias conseguirem terras na localidade, para morarem e produzirem	
2.2. O tipo de titulação de propriedade da terra, existente na localidade	
2.3. A qualidade e suficiência da energia elétrica existente na localidade, para a produção agroextrativa	
2.4. As possibilidades de transportar a produção para vender e os produtos que compram para consumir	
2.5. Os preços que recebem pela venda dos seus produtos	
2.6. A renda da maioria das famílias locais	
2.7. A capacidade dos moradores em investir recursos próprios na produção	
2.8. A possibilidade dos moradores conseguirem receber financiamentos bancários para produzir	
2.9. A qualidade e suficiência da assistência técnica para produzir, recebida pelos moradores	
2.10. A qualidade e suficiência da orientação recebida pelos moradores, para a organização dos produtores	
ESCORE MÉDIO DO CONJUNTO 2	

Matriz lógica para identificação de perfil comunitário – MLIPC (Grupo 3)

DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMUNITÁRIAS, AGREGADAS POR FATOR DE DESENVOLVIMENTO	NOTA
3. GOVERNANÇA	
QUE NOTA (de 0 até 6), O SEU GRUPO DÁ PARA:	
3.1. As chances dadas pelo Poder Público para a participação das organizações comunitárias no planejamento público	
3.2. O espaço dado pelo Poder Público para os representantes comunitários nos Conselhos Municipais	
3.3. A qualidade e suficiência do Ensino Fundamental na localidade	
3.4. A qualidade e suficiência do Ensino Secundário na localidade	
3.5. A qualidade e suficiência do atendimento em saúde na localidade	
3.6. A qualidade e suficiência da energia elétrica para o consumo das famílias da localidade	
3.7. A qualidade e suficiência da água consumida pelas famílias da localidade	
3.8. A qualidade e suficiência do saneamento básico (esgotos, sanitários, ruas, etc.) existente na localidade	
3.9. A qualidade e suficiência dos meios de transportes e estradas existentes na localidade	
3.10. A qualidade e suficiência da segurança pública existente na localidade	
ESCORE MÉDIO DO CONJUNTO 3	

Matriz lógica para identificação de perfil comunitário – MLIPC (Grupo 4)

DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMUNITÁRIAS, AGREGADAS POR FATOR DE DESENVOLVIMENTO	NOTA
4. CAPITAL SOCIAL	
QUE NOTA (de 0 até 6), O SEU GRUPO DÁ PARA:	
4.1. A mobilização das famílias locais ajudarem-se umas às outras, nas dificuldades que surgem no dia-a-dia	
4.2. A união entre as lideranças existentes na localidade	
4.3. A mobilização dos moradores para discutir os problemas locais e tentar planejar o futuro da localidade	
4.4. A mobilização dos moradores para projetos propostos pelas lideranças ou moradores locais	
4.5. A mobilização dos moradores para projetos propostos por pessoas de fora da comunidade	
4.6. A importância da educação escolar para o futuro dos seus filhos	
4.7. A participação político-eleitoral dos moradores da localidade	
4.8. A participação sindical dos moradores da localidade	
4.9. A participação dos moradores nas associações existentes na localidade	
4.10. A atuação dos técnicos de fora da localidade e que atuam na comunidade	
ESCORE MÉDIO DO CONJUNTO 4	

Matriz lógica para identificação de perfil comunitário – MLIPC (Grupo 5)

DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMUNITÁRIAS, AGREGADAS POR FATOR DE DESENVOLVIMENTO	NOTA
5. CAPITAL HUMANO	
QUE NOTA (de 0 até 6), O SEU GRUPO DÁ PARA:	
5.1. A qualidade da formação escolar dos jovens e adultos da comunidade	
5.2. A qualidade da formação das pessoas treinados através de cursos de capacitação técnica realizados na localidade	
5.3. O conhecimento dos moradores sobre os problemas existentes na comunidade	
5.4. O conhecimento das lideranças sobre os problemas existentes na comunidade	
5.5. O conhecimento dos técnicos de fora sobre os problemas existentes na comunidade	
5.6. A atuação das lideranças locais na administração das associações comunitárias existentes	
5.7. A capacidade das lideranças locais em criar soluções para os problemas da comunidade	
5.8. A capacidade das lideranças locais para buscar ajudas e parcerias fora da comunidade, para resolver problemas locais	
5.9. A capacidade dos técnicos de fora que atual na localidade em ajudar a criar soluções para resolver problemas locais	
5.10 A qualidade de vida atual dos moradores (renda, conforto, segurança, bem estar, etc.)	
ESCORE MÉDIO DO CONJUNTO 5	

ANEXO IV: Matriz Lógica de Identificação Territorial - MLIT

1. Objetivos:

- 1.1. identificar as relações externas (econômicas, políticas, sociais e culturais) da comunidade, em nível do seu entorno imediato e mediato, a partir das percepções dos atores locais;
- 1.2. alimentar, com os resultados obtidos, as discussões dos grupos locais sobre estas relações e suas influências nas condições de vida locais;
- 1.3. promover discussões entre os atores locais e agentes institucionais, sobre os aspectos positivos (a reforçar) e negativos (a combater) destas relações territoriais;
- 1.4. identificar e propor ações capazes de estimular as relações proativas e minimizar os efeitos negativos das relações problemáticas;
- 1.5. subsidiar a elaboração do projeto de intervenção;
- 1.6. ampliar, na prática de sua aplicação, o clima de empatia e compartilhamento de conhecimentos entre os atores locais e os agentes institucionais atuantes no território.

2. Modo de aplicação:

- 2.1. explanação sobre a matriz, suas finalidades e o modo de utilização;
- 2.2. demonstração prática sobre o modo de utilização;
- 2.3. demonstração do uso do quadro referencial para a atribuição de notas às indagações constantes da matriz:

QUADRO REFERENCIAL PARA A ATRIBUIÇÕES DE NOTAS NA MATRIZ		
NOTA	REPRESENTAÇÃO	TENDÊNCIA
6	MUITO POSITIVA	
5	POSITIVA	
4	RAZOÁVEL	
3	NEUTRA (transitiva)	
2	PREOCUPANTE	
1	NEGATIVA	
0	MUITO NEGATIVA	

- 2.4. preenchimento das matrizes em plenária participativa facilitada pelo pesquisador;
- 2.5. tabulação presencial dos resultados da matriz, com discussão e correção plenária das notas atribuídas;
- 2.6. discussão dos resultados finais tabulados.

3. Procedimentos:

- 3.1. uso da plenária, facilitada pelo investigador, com direito a voz a todos os participantes;
- 3.2. cada indivíduo, voluntariamente e à medida da apresentação da matriz e seus conteúdos analisará a interação econômica, social, cultural e política, atribuindo suas respectivas notas às indagações feitas;
- 3.3. estas notas atribuídas serão submetidos à discussão coletiva, até que se chegue a um denominador comum (a nota consensual para cada indagação feita);
- 3.4. tabulação simultânea das notas, por indagação e respectivo fator de identidade territorial analisado, através de planilha Excel, projetada através de Datashow, para acompanhamento pela platéia em plano real;

- 3.5. com base na tabulação final, iniciar a análise crítica de cada fator (e respectivas indagações), com base na nota tabulada e na média de cada conjunto de fatores, tendo como norteamento o quadro referencial da atribuição de notas (muito positiva, positiva, razoável, neutra (transitiva), preocupante, negativa e muito negativa);
- 3.6. mediante a análise coletiva, identificar as questões prioritárias a serem enfrentadas pela comunidade para desenvolver-se, tendo como base as notas e as possibilidades conjunturais favoráveis ao enfrentamento;

Matriz lógica para identificação territorial – MLIT

INTERAÇÃO ECONÔMICA (IECO)	CIDADE OU LOCALIDADE	DISTÂNCIA DA CIDADE OU LOCALIDADE	NOTA COLETIVA (0 ATÉ 6)
1. Comercialização da produção			
2. Insumos para a produção local			
3. Alimentos e bens para o consumo			
4. Oportunidades de Trabalho			
5. Crédito produtivo			
6. Beneficiamento da produção			
7. Beneficiamento da produção			
8. Fontes de Transporte da produção			
9. Assistência técnica e fomento			
10. Incentivos/subsídios produtivos			
INTERAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA (ISOPO)	CIDADE OU LOCALIDADE	DISTÂNCIA DA CIDADE OU LOCALIDADE	NOTA COLETIVA (0 ATÉ 6)
1. Ensino Fundamental			
2. Ensino Médio			
3. Ensino Superior			
4. Capacitação extra-escolar (1)			
5. Atendimento em saúde			
6. Transporte público			
7. Incentivos/subsídios sociais			
8. Participação política e demandas			
9. Participação sindical			
10. Esporte, cultura e lazer			
(1) cursos de capacitação específica			

ANEXO V: Matriz Lógica de Arranjos Produtivos Locais – MLIAPL.

1. Objetivos:

- 1.1. identificar e delinear as principais atividades econômicas locais (produtos agroextrativos ou de qualquer natureza) existentes e/ou demandados na comunidade, a partir das percepções dos atores locais;
- 1.2. alimentar, com os resultados obtidos, as discussões dos grupos locais sobre estas atividades produtivas e suas influências, atuais e potenciais, nas condições de vida locais;
- 1.3. promover discussões entre os atores locais e agentes institucionais, sobre os aspectos positivos (a reforçar) e negativos (a combater) destas atividades, tendo como parâmetro os paradigmas de sustentabilidade;
- 1.4. identificar e propor subprojetos capazes de estimular os aspectos sustentáveis destas atividades produtivas e minimizar os efeitos negativos das mesmas;
- 1.5. subsidiar a elaboração do projeto de intervenção;
- 1.6. ampliar, na prática de sua aplicação, o clima de empatia e compartilhamento de conhecimentos entre os atores locais e os agentes institucionais atuantes no território.

2. Modo de aplicação:

- 2.1. explanação sobre a matriz, suas finalidades e o modo de utilização;
- 2.2. demonstração prática sobre o modo de utilização;
- 2.3. demonstração do uso do quadro referencial para a atribuição de notas às indagações constantes da matriz:

QUADRO REFERENCIAL PARA A ATRIBUIÇÕES DE NOTAS NA MATRIZ		
NOTA	REPRESENTAÇÃO	TENDÊNCIA
6	MUITO POSITIVA	
5	POSITIVA	
4	RAZOÁVEL	
3	NEUTRA (transitiva)	
2	PREOCUPANTE	
1	NEGATIVA	
0	MUITO NEGATIVA	

- 2.4. preenchimento das matrizes pelos respectivos grupos de estudo;
- 2.5. tabulação presencial dos resultados das matrizes, com discussão e correção plenária das notas atribuídas;
- 2.6. discussão dos resultados finais tabulados.

3. Procedimentos:

- 3.1. reutilização dos cinco grupos anteriormente formados;
- 3.2. cada grupo analisará a mesma planilha, atribuindo suas respectivas notas às indagações feitas;
- 3.3. instruir cada grupo para a escolha dos seus respectivos relatores (1 relator por grupo)
- 3.4. entregar a planilha da matriz para cada um dos grupos e assessorar estes grupos no trabalho, à medida do solicitado;

- 3.5. Cada grupo, de acordo com as suas percepções, seguirá ou não o elenco parcial de produtos apresentados na matriz, podendo mantê-los, eliminá-los e/ou incluir novos produtos;
- 3.6. apresentação de cada planilha grupal, frente à plenária, pelos respectivos relatores, apresentando e justificando a nota atribuída a cada indagação;
- 3.7. a cada nota atribuída e justificada, submetê-la à aprovação ou correção da plenária, respeitando o consenso predominante;
- 3.8. tabulação simultânea das notas, por indagação e respectivo fator de desenvolvimento analisado, através de planilha Excel, projetada através de Datashow, para acompanhamento pela platéia em plano real;
- 3.9. encerrada a tabulação, iniciar a análise crítica de cada fator (e respectivas indagações), com base na nota tabulada e na média de cada conjunto de fatores, tendo como norteamento o quadro referencial da atribuição de notas (muito positiva, positiva, razoável, neutra (transitiva), preocupante, negativa e muito negativa);
- 3.10. mediante a análise coletiva, identificar as questões prioritárias a serem enfrentadas pela comunidade para desenvolver-se, tendo como base as notas e as possibilidades conjunturais favoráveis ao enfrentamento;

ANEXO VI: Resultados da pesquisa documental sobre participação associativa (com repetição de evento)

ANO E LINHA TEMÁTICA	FREQÜÊNCIA (No.), POR ASSEMBLÉIA E POR ANO (1)												TOTAIS/ANO		MÉDIA POR
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	PÚBLICO	EVENTOS	EVENTO
1. Política	33	28	86	37	161	177	112	177	173	151	137	0	1272	34	37
1991											28		28	1	28
1992	33							22	19	19	26		119	5	24
1993															
1994											30		30	1	30
1995															
1996						25							25	1	25
1997		28	28			27	25						108	4	27
1998															
1999				37	26	34							97	3	32
2000								21		15			36	2	18
2001										32			32	1	32
2002					43								43	1	43
2003								99		61	53		213	3	71
2004			58		66	62	55		60				301	5	60
2005															
2006					26		32	35	44				137	4	34
2007						29			50	24			103	3	34
2008															

(1) Uma mesma assembléia pode ser repetida por temática, em face das diversidades de temas das pautas desenvolvidas nas assembléias.

ANO E LINHA TEMÁTICA	FREQÜÊNCIA (No.), POR ASSEMBLÉIA E POR ANO (1)												TOTAIS/ANO		MÉDIA POR
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	PÚBLICO	EVENTOS	EVENTO
2. Gestão associativa	266	170	332,5	233	156	254	250	161	179	272	346	181	2800	118	24
1991											28		28	1	28
1992	22		20	18	20	18	21	22	19	19	26	18	223	11	20
1993	18		15	17		19	14	22	14	13			132	8	16
1994	17		19	15	19	17	16	15	20	20	30	21	209	11	19
1995	21	20	25	19	18	18	15	16		22	20	18	212	11	19
1996	15		15	14			18	14	20	16	19		131	8	16
1997				18	20		22			23	20	20	123	6	21
1998	15	22	17	18	22	22	12	17			24	24	193	10	19
1999	16	21	20				21	20	14	12	6		130	8	16
2000	14	8	11	15		24	18		19				109	7	16
2001											22		22	1	22
2002	21												21	1	21
2003					31	40	38		40	30	30		209	6	35
2004	48	46	61							42	64		261	5	52
2005			40	30					33		32	35	170	5	34
2006	30	27	48	33		27	32	35		47			279	8	35
2007		26		36	26	29	23			28	25	45	238	8	30
2008	29		42			40							111	3	37

(1) Uma mesma assembléia pode ser repetida por temática, em face das diversidades de temas das pautas desenvolvidas nas assembléias.

ANO E LINHA TEMÁTICA	FREQÜÊNCIA (No.), POR ASSEMBLÉIA E POR ANO (1)												TOTAIS/ANO		MÉDIA POR
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	PÚBLICO	EVENTOS	EVENTO
3. Defesa territorial	81	68	42	0	43	86	37	0	25	56	197	99	734	19	39
1991															
1992						18							18	1	18
1993											26		26	1	26
1994															
1995															
1996															
1997															
1998															
1999						34							34	1	34
2000															
2001										29			29	1	29
2002					43	34	37				45	45	204	5	41
2003	49	41										54	144	3	48
2004											53		53	1	53
2005															
2006										56	44		100	2	50
2007	32												32	1	32
2008		27	42						25				94	3	31

(1) Uma mesma assembléia pode ser repetida por temática, em face das diversidades de temas das pautas desenvolvidas nas assembléias.

ANO E LINHA TEMÁTICA	FREQÜÊNCIA (No.), POR ASSEMBLÉIA E POR ANO (1)												TOTAIS/ANO		MÉDIA POR
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	PÚBLICO	EVENTOS	EVENTO
4. Serviços públicos	52	93,5	187	152	186	74	92	155	105	93	45	50	1285	39	33
1991															
1992				18	20			22	19				79	4	20
1993												26	26	1	26
1994	23												23	1	23
1995			25										25	1	25
1996		26											26	1	26
1997								25	28				53	2	27
1998															
1999					26	34							60	2	30
2000					54								54	1	54
2001										42			42	1	42
2002							37	34	33		45		149	4	37
2003			45	38									83	2	42
2004															
2005					50			50					100	2	50
2006			48	33						51		24	156	4	39
2007		41	27	36			23						127	4	32
2008	29	27	42	27	36	40	32	24	25				282	9	31

(1) Uma mesma assembléia pode ser repetida por temática, em face das diversidades de temas das pautas desenvolvidas nas assembléias.

ANO E LINHA TEMÁTICA	FREQÜÊNCIA (No.), POR ASSEMBLÉIA E POR ANO (1)												TOTAIS/ANO		MÉDIA POR
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	PÚBLICO	EVENTOS	EVENTO
5. Projetos sociais	76	0	27	0	66	0	50	0	0	0	0	49	268	8	34
1991												23	23	1	23
1992															
1993					21							26	47	2	24
1994	23												23	1	23
1995															
1996															
1997															
1998															
1999															
2000															
2001															
2002															
2003															
2004															
2005	53						50						103	2	52
2006					45								45	1	45
2007			27										27	1	27
2008															

(1) Uma mesma assembléia pode ser repetida por temática, em face das diversidades de temas das pautas desenvolvidas nas assembléias.

ANO E LINHA TEMÁTICA	FREQÜÊNCIA (No.), POR ASSEMBLÉIA E POR ANO (1)												TOTAIS/ANO		MÉDIA POR
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	PÚBLICO	EVENTOS	EVENTO
6. Projetos econômicos	85	138	187	168	198	160	85	138	120	135,5	44	22	1481	40	37
1991															
1992															
1993															
1994		21											21	1	21
1995			25										25	1	25
1996		26				25						22	73	3	24
1997	24												24	1	24
1998										33			33	1	33
1999				37	26	34							97	3	32
2000															
2001				43	19		24	35	43				164	5	33
2002									33				33	1	33
2003			45										45	1	45
2004					66			84					150	2	75
2005		65		57		52				51			225	4	56
2006			48		26		61		44	52	44		275	6	46
2007	32	26	27	31	26	29		19					190	7	27
2008	29		42		35	20							126	4	32

(1) Uma mesma assembléia pode ser repetida por temática, em face das diversidades de temas das pautas desenvolvidas nas assembléias.

ANO E LINHA TEMÁTICA	FREQUÊNCIA (No.), POR ASSEMBLÉIA E POR ANO (1)												TOTAIS/ANO		MÉDIA POR
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	PÚBLICO	EVENTOS	EVENTO
7. Cultura e Lazer	0	55	76	141	101	0	93	44	94	47	275	200	1126	34	33
1991											28	23	51	2	26
1992													0	0	
1993													0	0	
1994											30	21	51	2	26
1995			25										25	1	25
1996					24								24	1	24
1997											20	20	40	2	20
1998													0	0	
1999													0	0	
2000			11		15						15		41	3	14
2001											29	22	51	2	26
2002											45	45	90	2	45
2003				38									38	1	38
2004				46							64		110	2	55
2005			40	30									70	2	35
2006					26		61		44	47	44	24	246	6	41
2007		55						19	50			45	169	4	42
2008				27	36		32	25					120	4	30

(1) Uma mesma assembléia pode ser repetida por temática, em face das diversidades de temas das pautas desenvolvidas nas assembléias.

ANEXO VII: Projeto Participativo de Desenvolvimento Local (resumo)

IDENTIFICAÇÃO

COMUNIDADE	Itacoã - Miri
POPULAÇÃO ESTIMADA	120 famílias 480 habitantes
ENTIDADE PROPONENTE	Associação de Agricultores Quilombolas da Comunidade de Santa Maria de Itacoã - Miri
CNPJ	15.753.510/0001 – 07
DIRETORIA ATUAL	

NOME	CARGO	R.G.	CPF
Francisco Araújo da Silva	Presidente	2484030 - PA	480.830.032-04
João Moreira Ferreira	Vice Presidente	2883483 - PA	573.718.142-15
Ana Maria Almeida Leal	Secretária	4170255 - PA	526.283.532-53
Maria do Socorro A. Monteiro	Tesoureira	2484120 - PA	569.975.902-68

PROJETO Desenvolvimento, Meio Ambiente e Cidadania

RESUMO DO PROJETO

O presente projeto objetiva a geração de oportunidades sustentáveis de trabalho e renda, através da implantação de cinco subprojetos coletivos na comunidade quilombola²⁵ de Itacoã-Miri, situada no município de Acará – PA. Esses subprojetos envolvem a produção de cereais e frutas regionais (17 famílias), mel (12 famílias), produtos artesanais para limpeza e higiene (22 famílias), serviços estéticos (10 famílias) e resgate produtivo de área degradada para formação de uma reserva comunitária de recursos naturais (37 famílias, com repetição). A iniciativa se faz necessária em virtude da população local sobreviver com base em um agroextrativismo em declínio pelos impactos antrópicos crescentes, pela insuficiência de formação/informação tecnológica, ambiental e associativa, agravada pelo acesso restrito ao crédito rural, à

²⁵ Definida legalmente como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão sofrida”. Igualmente inserida, conceitualmente, no universo das **populações tradicionais**, entendendo-se como tal as populações que, embora se diferenciem entre si pelas especificidades dos respectivos meios de produção, etnia e sobrevivência, tenham características semelhantes, tais como (DIEGUES, 2004; 2005;2008):

- moradia estabelecida por várias gerações, com noção de território e de pertencimento ao espaço onde a coletividade se reproduz econômica e socialmente;
- organização social, econômica e cultural a partir das relações familiares, comunais e de compadrio;
- dependência dos ciclos e recursos naturais, com estratégias de uso e manejo dos mesmos baseadas em conhecimentos ancestrais;
- produção de subsistência (podendo ocorrer a comercialização de pequenos excedentes), com base no trabalho familiar e/ou na solidariedade inter-famílias;
- reduzida acumulação de capital financeiro e incipiente poder político externo

assistência técnica e aos fomentos públicos.

Apesar de recém-inserida oficialmente nas políticas públicas (no bojo do processo de luta nacional organizada ao longo dos últimos catorze anos²⁶), essa comunidade quilombola tem buscado, a partir de 2000, parcerias com instituições públicas e privadas do Estado do Pará, com resultados insatisfatórios. A insuficiência de recursos, de assistência técnica, organizacional e de gestão, além dos processos de planejamento centralizados e/ou insuficientemente participativos, comprometeram os alcances pretendidos, contando hoje a comunidade apenas com:

a segurança da titulação fundiária coletiva²⁷, as tradicionais produções de alimentos em roçados itinerantes e a produção de carvão;

um projeto de piscicultura semi-abandonado de 6,2 hectares (21 famílias);

uma iniciativa frustrada de apicultura coletiva (atualmente com 5 mulheres e 2 colméias);

um projeto abandonado de Priprioca (*Cyperus articulatus*); e

projetos coletivos de manejos de açazais nativos (71 hectares envolvendo 71 famílias), relativamente promissores face ao apoio financeiro do PRONAF e à experiência histórica dos produtores locais na atividade.

Nesse cenário, a Associação dos Produtores Quilombolas da Comunidade de Santa Maria de Itacoã-Miri construiu participativamente o presente projeto de desenvolvimento local, com o intuito de buscar parcerias e recursos para a implantação dos subprojetos anteriormente citados, no valor total de R\$203.492,11 (duzentos e três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos). Esse total é composto por R\$165.504,61 fornecidos pelo(s) financiador(es) e R\$25.987,50 de contrapartida comunitária na forma de trabalho e local para os subprojetos. Os recursos citados serão utilizados na

²⁶ I Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas – 1995;
Criação da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República – Seppir – 2003;
Criação da Comissão Nacional de desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – 2004;

Decreto 6.040/2007, detalhando as políticas nacionais específicas (PBQ) – 2007;
Incorporação do PBQ no Plano Plurianual 2008/20011 – 2007;

²⁷ Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo concedido pelo Governo do Estado do Pará/ITERPA em 20/11/2003, com área de 968,993 hectares, registrados no Registro de Imóveis de Acará, sob o no. 01, livro 26, fl 068.

implantação de 10 hectares de Sistemas Agroflorestais – SAF's com fruteiras regionais (a partir de roçados coletivos cultivados sem o uso do fogo), 48 colméias para a produção de mel, implantação de uma unidade coletiva de produção para produtos artesanais de higiene e limpeza, um salão coletivo para prestação de serviços estéticos e uma área comunitária de 2 hectares de SAF's com espécies madeireiras, oleaginosas e produtoras de alimentos (implantada a partir das áreas de vegetação antropizada existentes e da trituração intercalada da biomassa existente).

Aplicados em capacitação tecnológica (com base em princípios de sustentabilidade econômica, ambiental e social), acompanhamento técnico e gerencial, investimentos, insumos e custos produtivos, esses recursos anteriormente apresentados deverão gerar resultados significativos para a melhoria da qualidade de vida local, a saber:

inserção da população em práticas produtivas sustentáveis e inovadoras, capazes de estancar gradativamente as ações ambientalmente inadequadas e induzir a atividades agroextrativas rentáveis, construtoras da segurança alimentar e resgatadoras do ambiente natural historicamente destruído;

abandono gradativo dos cultivos itinerantes de roçados e da produção paralela de carvão (reconhecidamente eco-agressores, pouco rentáveis e dependentes de recursos naturais em pleno declínio local), redirecionando o potencial laboral das famílias para a produção de frutas regionais, mel e matérias primas adequadamente extraídas do ambiente florestal resgatado;

criar novas e sustentáveis fontes de trabalho e renda para os segmentos jovens e femininos locais, através da geração de produtos artesanais de higiene e limpeza (aproveitando as matérias primas ambientalmente corretas, localmente existentes e/ou externamente adquiridas), e serviços estéticos locais demandados e focados em bases étnico-culturais quilombolas;

reforçar a organização social local, através do planejamento participativo, das ações grupais e da gestão coletiva;

ampliar a participação dos jovens no cenário associativo local e as

suas possibilidades reais de radicação no contexto social em que vivem;

ampliar a auto-estima individual e coletiva pela valorização do saber local e das práticas solidárias em busca de melhores condições de vida;

resgatar a confiança dos atores locais nas instituições externas (públicas e civis), atualmente em crise pelos maus resultados das experiências compartilhadas.

Em termos econômicos, os subprojetos a implantar deverão gerar rendimentos significativos no contexto local de baixa renda familiar, estimando-se que:

o subprojeto Roçados para o Resgate Ambiental, a partir do quarto ano de implantação, gerará uma renda média mensal de R\$567,64 para cada participante e que evoluirá para R\$1.886,57/mês no décimo ano, além dos ganhos relativos ao trabalho dispendido (entre 64,5 e 75,9 dias/pessoa/ano) remunerado a R\$20,00/dia;

no subprojeto Abelha Rainha, na configuração planejada, cada participante, com apenas 11 dias trabalhados anualmente, obterá um rendimento médio mensal de R\$71,36 e mais o ganho de R\$18,40/mês do trabalho remunerado a R\$20,00/dia, totalizando um ganho mensal de R\$89,76;

os participantes do subprojeto Limpeza, Higiene e Saúde, poderão alcançar um rendimento médio mensal per capita de R\$209,31, acrescido de R\$172,72 reais relativos ao trabalho aplicado, totalizando R\$382,04/mês, se trabalhar 103,6 dias/ano;

os jovens participantes do subprojeto Beleza Quilombola, trabalhando cada um 57,4 dias/ano, deverão obter uma renda média mensal per capita de R\$18,06, que somada a R\$95,66 relativos ao trabalho dispendido, totalizará um ganho de R\$113,73/mês;

o subprojeto comunitário Matas para o Futuro, embora não tenha sido concebido para gerar renda nos moldes tradicionais, no décimo ano representará um patrimônio coletivo avaliado em R\$124.467,28 (com base no seu potencial produtivo), construído com o investimento individual de apenas 4,5 dias de trabalho no primeiro ano e 0,73 dias/ano nos anos subseqüentes.

Finalizando, destaca-se também a importância desta iniciativa no contexto do desenvolvimento sustentável (atualmente em foco planetário e em

particular na região amazônica), como instrumento de indução de políticas públicas descentralizadas e aperfeiçoamento real da **esfera pública local ampliada** (poder público e sociedade civil organizada) em busca de modelos de **gestão territorial compartilhada**.

PÚBLICO A ATENDER (por subprojeto e faixa etária)

Subprojetos	15 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	> 60 anos	TOTAL
	Atendimentos diretos	Atendimentos diretos	Atendimentos diretos	Atendimentos diretos	Atendimentos diretos	Atendimentos diretos	No.
1. Roçados para o resgate ambiental	-	3	2	4	7	1	17
2. Abelha Rainha	2	3	3	3		1	12
3. Limpeza, Higiene e Saúde	4	8	4	2	3	1	22
4. Beleza quilombola	6	3	-	1	-	-	10
5. Matas para o futuro	5	11	5	7	7	2	37
TOTAL (s/ repetição)	12	17	9	10	10	3	61

PARCERIAS POTENCIAIS

Instituições	Tipo de Contribuição (financeira, técnica, rec. humanos ou outra)
Programa PARÁ RURAL	Viabilização e financiamento de recursos.
SEBRAE	Capacitação, feiras, propaganda e marketing.
Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI	Apoio institucional, político e logístico, sementes e mudas.
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER	Apoio institucional, político e logístico, capacitação assistência técnica e creditícia.
Secretaria de Meio Ambiente - SEMA	Apoio institucional, político e logístico.
Prefeitura Municipal de Acará - PMA	Apoio institucional, político e logístico.
Projeto Organização Produtiva das Comunidades - PRODUZIR (Ministério da Integração Regional)	Viabilização e financiamento de recursos.
Fundação Banco do Brasil	Viabilização e financiamento de recursos.
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Tecnologias, capacitação, sementes e mudas
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	Apoio institucional, político, logístico e viabilização de financiamento de recursos, através dos seus programas específicos para áreas quilombolas.
Governo do Estado do Pará	Apoio institucional, político, logístico e viabilização de

	financiamento de recursos, através dos seus programas específicos para áreas quilombolas.
Núcleo de Meio Ambiente da UFPa	Apoio institucional, político e logístico.
Outras instituições a identificar	A identificar e definir

ORÇAMENTO TOTAL RESUMIDO	
Parceiro	Valor do Investimento (em R\$)
Instituição financiadora (partida)	165.504,61
Instituição proponente (contrapartida) (*)	25.987,50
Total	203.492,11
ORÇAMENTO RESUMIDO POR SUBPROJETOS	
Parceiro	Valor do Investimento (em R\$)
Subprojeto Beleza Quilombola	20.780,90
Instituição financiadora (partida)	18.615,90
Instituição proponente (contrapartida) (*)	2.165,00
Subprojeto Limpeza, Higiene e Saúde	40.936,01
Instituição financiadora (partida)	37.621,01
Instituição proponente (contrapartida) (*)	3.315,00
Subprojeto Abelha Rainha	30.380,50
Instituição financiadora (partida)	24.953,00
Instituição proponente (contrapartida) (*)	5.427,50
Subprojeto Roçados para o Resgate Ambiental	85.655,20
Instituição financiadora (partida)	74.465,20
Instituição proponente (contrapartida) (*)	11.190,00
Subprojeto Matas para o Futuro	25.739,50
Instituição financiadora (partida)	18.979,50
Instituição proponente (contrapartida) (*)	6.760,00
Total Geral	203.492,11

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Objetivos específicos	Ações	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1. Capacitar 12 mulheres em apicultura.	<i>A. curso de educação sócio-ambiental</i>		X										
	<i>B. curso de Apicultura Básica</i>		X	X									
	<i>C. curso de gestão de pequenos negócios</i>		X	X	X								
	<i>D. curso de coleta e beneficiamento do mel</i>										X	X	X
	<i>E. implantação do apiário coletivo</i>		X	X	X								
	<i>F. Acompanhamento técnico específico</i>						X	X	X	X	X		
	<i>G. Assessoria em gestão</i>				X	X		X	X				
2. Capacitar 17 jovens e/ou adultos em cultivos anuais em consórcio e/ou rotação e Sistema Agroflorestais Frutíferos.	<i>A. curso de educação sócio-ambiental</i>		X										
	<i>B. curso de cultivos anuais em consórcio e/ou em rotação</i>		X										
	<i>C. curso de gestão de pequenos negócios</i>		X										
	<i>D. curso de sistemas agroflorestais frutíferos</i>		X	X	X	X							
	<i>E. implantar cultivos anuais</i>			X	X				X				
	<i>F. implantar Sistemas agroflorestais frutíferos</i>			X	X	X	X	X					
	<i>G. acompanhamento técnico específico</i>								X	X	X	X	X
	<i>H. Assessoria em gestão</i>			X		X		X		X		X	

3. Capacitar 22 mulheres para a produção de produtos artesanais de higiene e limpeza.	<i>A. curso de educação sócio-ambiental</i>		X										
	<i>B. curso de produção artesanal de produtos de higiene e limpeza</i>			X	X	X	X						
	<i>C. curso de identificação e uso de plantas medicinais</i>		X	X	X								
	<i>D. curso de gestão de pequenos negócios</i>		X										
	<i>E. implantação da Unidade Coletiva de Produção</i>		X	X	X								
	<i>F. acompanhamento técnico específico</i>				X	X	X	X	X	X	X		
	<i>G. assessoria em gestão</i>			X		X		X		X		X	
	<i>H. viabilizar estudos, marca e oportunidades de comercialização</i>				X	X	X	X	X	X	X		X
4. Capacitar 10 jovens e/ou adultos para a prestação de serviços estéticos.	<i>A. curso de educação sócio-ambiental</i>		X										
	<i>B. curso sobre serviços estéticos com foco étnico-cultural</i>		X	X	X								
	<i>C. curso de gestão de pequenos negócios</i>		X										
	<i>D. implantação da unidade coletiva de prestação de serviços</i>		X	X	X								
	<i>E. acompanhamento técnico específico</i>				X	X	X	X	X	X	X		
	<i>F. assessoria em gestão</i>			X		X		X		X		X	

ANEXO VIII: Processo de construção de sociogramas para ARS

4. Objetivos:

- 4.1. reduzir o número de participantes para facilitar os compartilhamentos destinados à construção dos subprojetos escolhidos para integrarem o projeto local de desenvolvimento;
- 4.2. aumentar a eficiência coletiva de planejamento sem perder a qualidade cognitiva e a representatividade;
- 4.3. identificar, através da escolha democrática e pessoal, as lideranças existentes nas redes sociais participantes, tendo como eixos de escolha os aspectos cognitivos inerentes ao projeto e às negociações posteriores do projeto elaborado junto às instituições externas;
- 4.4. montar, a partir destas escolhas, as redes sociais locais que participam do planejamento participativo promovido;
- 4.5. analisar estas redes e suas influências no processo de planejamento.

5. Modo de aplicação:

- 5.1. explanação sobre a necessidade das escolhas, suas finalidades e modo de utilização;
- 5.2. demonstração prática sobre o processo de escolha

6. Procedimentos:

- 6.1. usar como referência a lista de presença do evento, já completa e elaborada durante o mesmo e com a numeração de ordem da listagem;
- 6.2. chamar nominalmente, na ordem da lista citada, cada participante e entregar-lhe um cédula numerada no verso (em linha d'água, semi transparente e do conhecimento apenas do pesquisador) com o mesmo número de ordem da relação de presença;
- 6.3. coletar a votação em urna improvisada para tal fim;
- 6.4. ao fim da votação, chamar 3 voluntários para apurarem, frente à plenária, os resultados (com tabulação visualizada em tempo real);
- 6.5. anúncio dos respectivos eleitos por grupo, com base na votação acumulada simples e específica;
- 6.6. lançamento posterior e sob o controle e conhecimento único do pesquisador, dos resultados das cédulas numeradas no **software CMAP TOOLS 4.18**;
- 6.7. montagem, análise e interpretação dos sociogramas fornecidos pelo software.

7. Cédula individual de votação:

O QUE
QUEREMOS?

PRECISAMOS ESCOLHER MORADORES PARA AJUDAR A
ELABORAR E NEGOCIAR OS PROJETOS

(Escolha 1 pessoa para cada assunto abaixo)

(Os 5 mais votados por assunto, formarão o grupo de trabalho)

(É necessário que pessoa escolhida aceite a missão)

1. Apicultura:

2. Roçados permanentes:

3. Fruticultura:

4. Produtos de limpeza:

5. Prestação de serviços estéticos:

5. Negociação externa do projeto local:

Escolha bem! Vote em uma pessoa capaz e de sua confiança!

ANEXO IX: Cadastramento dos moradores para os subprojetos elaborados

8. Objetivos:

- 8.1. identificar e caracterizar o perfil dos indivíduos (e sua respectiva família), interessados em participar dos subprojetos constantes do projeto de desenvolvimento local;
- 8.2. subsidiar a configuração dos respectivos subprojetos em termos de metas, custos, orçamentos e viabilidades econômica e social;
- 8.3. subsidiar a plenária para a análise e escolha final dos atores/famílias para os subprojetos priorizados;

9. Modo de aplicação:

- 9.1. explanação à plenária sobre o cadastro, suas finalidades e modo de utilização;
- 9.2. apresentação da ficha de cadastro a ser utilizada (com recurso áudio-visual)
- 9.3. efetuar presencialmente as eventuais correções ou mudanças consensualmente aprovadas pela plenária;
- 9.4. explicar sobre a necessidade saber ler e escrever por parte dos membros da equipe voluntária de cadastramento;
- 9.5. escolha aberta, e com base na apresentação voluntária de até cinco pessoas da plenária, para formar a equipe de cadastramento;
- 9.6. formada, aprovada e conhecida a equipe, capacitá-la em separado, sobre o preenchimento da ficha de cadastro e acertar o prazo de 30 dias para a execução;

10. Procedimentos:

- 10.1. Preenchimento das fichas cadastrais pela equipe voluntária, sob acompanhamento periódico do pesquisador;
- 10.2. Coleta das mesmas pelo pesquisador junto à equipe e revisão presencial;
- 10.3. Digitação, tabulação e análise dos dados cadastrais pelo pesquisador;
- 10.4. Inserção analítica dos dados no projeto de desenvolvimento local.

11. Ficha cadastral:

NOME DO PESQUISADOR VOLUNTÁRIO QUE FEZ O CADASTRO: _____

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	SEXO		IDADE	APELIDO COMO É CONHECIDO	PROJETO DESEJADO (nome do projeto)
	M	F	ANOS		

CERTIDÃO?		CARTEIRA DE IDENTIDADE				CPF				TÍTULO ELEITOR		CART. TRABALHO?	
SIM	NÃO	No:		Estado:		No.:				SIM	NÃO	SIM	NÃO

QUAL O ÚLTIMO ANO DE ESCOLA QUE FREQUENTOU? (marcar com um X)													QUAL A SUA SITUAÇÃO ATUAL? (marcar sim ou não)					
ANA	ENSINO FUNDAMENTAL								2o. GRAU			UNIVERSITÁRIO		Trabalho com a família	Trabalho individual	Sou aposentado	Sou associado	Sou sindicalizado
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.	8a.	1a.	2a.	3a.	Parcial	Completo					

QUAIS AS SUAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DE TRABALHO, ATUALMENTE? (marcar com X as atividades desenvolvidas ou escrever outras atividades)										
Açaí	Criar peixe	Frutas	Roçado	Farinha	Carvão	Mel	Fretes	Marretar	Estou parado	Outras atividades (anotar nome)

QUANTO, MAIS OU MENOS, VOCÊ GANHA POR MÊS, SOMANDO TODAS AS SUAS FONTES DE RENDA? (anote os valores)		
No mês FRACO - R\$	No mês REGULAR - R\$	No mês BOM - R\$

QUANTO, MAIS OU MENOS, SUA FAMÍLIA GANHA POR MÊS, SOMANDO TODAS AS FONTES DE RENDAS, INCLUINDO VOCÊ? (anote os valores)		
No mês FRACO - R\$	No mês REGULAR - R\$	No mês BOM - R\$

QUANTAS PESSOAS MORAM JUNTO COM VOCÊ? (anote a quantidade de pessoas residentes, por grupo de idade)				QUANTAS DESTAS PESSOAS QUE MORAM, GERAM RENDA PARA A FAMÍLIA? (anote a quantidade de pessoas que geram renda, por grupo de idade)			
Crianças até 14 anos	Jovens de 15 a 20 anos	Adultos de 21 a 60 anos	Adultos com mais de 60 anos	Crianças até 14 anos	Jovens de 15 a 20 anos	Adultos de 21 a 60 anos	Adultos com mais de 60 anos

ALÉM DO PROJETO ESCOLHIDO, VOCÊ DESEJA PARTICIPAR TAMBÉM DO PROJETO DA ASSOCIAÇÃO MATAS PARA O FUTURO ?											SIM	NÃO
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----	-----